

**A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS
EM ECONOMIA SOLIDÁRIA:
*SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS
NO CHÃO DE TRABALHO E
DA VIDA NO NORDESTE***



Publicado sob licença Creative Commons - alguns direitos reservados.



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



USO NÃO-COMERCIAL

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



PERMITIR A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos de licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que você obtenha permissão do autor.

**A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS
EM ECONOMIA SOLIDÁRIA:
SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS
NO CHÃO DE TRABALHO E
*DA VIDA NO NORDESTE***

Organizadoras:

**ANA DUBEUX
ALZIRA MEDEIROS
MÔNICA VILAÇA
SHIRLEY SANTOS**

CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA - NE

Equipe de Coordenação Pedagógica e de Gestão Administrativa

Ana Maria Dubeux Gervais

Alzira J. de Siqueira Medeiros

Mônica Vilaça

Shirley Santos

Educadoras/es de Apoio à Sistematização nos Estado por ordem alfabética:

MA - Maria Helena Mendes Pinheiro, Maria Luiza Mendes, Regina Maria Gomes Dias • PI – Adeliane Martins Silva Santos, Joana P. da Silva, Marinalva Jacobina Correia e Walmira da Penha Rosa • CE – Ana Lourdes de Freitas, Isabel Cristina Forte, Júlia Kilme Gama de Castro, Victória Régia Arrais de Paiva • RN – Francisco dos Navegantes Silvino Nicácio, José de Arimatéia Silva e Maria José de Pontes Leandro • PB – Girlani de Lima, Maria Claudete de Oliveira Goulart e Regina Marlene Bonfá dos Santos. • PE – Dilce Feitosa, Luciana Rodrigues, Luiz Damião e Rosane Mariani • AL – Ádria Felex de Lima e Edmir Francisco da Silva • SE – Antônio Edson Barreto, Ginaldo Lessa, Manoel Messias de Oliveira, Rosalina Sampaio e Ulisses Willy Rocha de Moura • BA – Lise Maria Braga Guimarães e Teresa Mattos.

Luciana Rodrigues de Souza - Estagiária

Revisor:

Marcos Toledo

Ilustrações:

Galo de Sousa

www.galodesouza.blogspot.com.br

C758 A construção de conhecimentos em economia solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste / Organizadoras Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Mônica Vilaça, Shirley Santos.- Recife: F&A Gráfica e Editora Ltda, 2012. 288p.

1.Economia solidária. 2.Artesã. 3. Trabalho rural
4. Inclusão social. I.Dubeux, Ana. II.Medeiros, Alzira.
III.Vilaça, Mônica. IV. Santos, Shirley.

BIBLIOTECA

CDU: 330.87

Apresentação	7
---------------------------	----------

Capítulo 1

A concepção de Economia Solidária que orienta a nossa ação	15
---	----

Capítulo 2

Sistematização de experiências de educação em economia solidária: o prazer desafiador da produção coletiva de conhecimentos	39
---	----

Capítulo 3

Fabrincando conhecimento: a experiência do lúdico, do político e da memória por meio dos brinquedos pedagógicos	71
---	----

Capítulo 4

Aprendendo na vivência do bordado um jeito de superar a violência e de construir a autoestima das mulheres no Parque Piauí.....	93
---	----

Capítulo 5

Sistematização em verso e prosa: sentidos e significados do Templo da Poesia	115
---	-----

Capítulo 6

A experiência do ‘ponto fixo’ de comercialização solidária: ensinando caminhos de sustentabilidade	149
---	-----

Capítulo 7

FazendoArte e Economia Solidária: reflexões sobre os caminhos do aprendizado na organização coletiva de artesãs(os) a partir da relação com as políticas públicas 167

Capítulo 8

De geração para geração, aprendendo e ensinando na Comunidade de Imbé e Marrecos em Lagoa de Itaenga, Pernambuco 185

Capítulo 9

Mulheres sertanejas de Alagoas buscam na produção de sabonetes à base de leite de cabra matéria-prima para viver bem 219

Capítulo 10

Aprendendo novas relações por meio do bordado: afeto, solidariedade e autonomia 241

Capítulo 11

Beneficiamento do pescado eleva a autoestima e a renda das pescadoras da APPR – BA 261

*“Vinde, vinde moços e velhos
vinde, todos apreciái
como isso é bom
como isso é belo
como isso é bom
é bom demais...
olhai, olhai, admirai
como isso é bom
é bom demais”.¹*

A experiência do Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE) foi marcada por uma riqueza que trazemos para o livro *A Construção de Conhecimentos em Economia Solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste*. Temos clareza que é impossível traduzir aqui a totalidade da vivência, mas queremos expressar o forte conteúdo cultural e socioterritorial na construção da educação em economia solidária.

As reflexões das educadoras e dos educadores do Nordeste sobre os referenciais da pedagogia da autogestão e da educação popular como fundamentos da educação em economia solidária já tem mais de duas décadas – embora nas décadas de 1980 e 1990 utilizássemos termos como capacitação e formação – e não se restringe aos três anos de

¹ música da cultura popular brasileira de domínio público, gravada por Antônio Carlos Nobrega.

execução do projeto CFES (2009-2012), mas compreendemos que ele mesmo é resultado da ação pública em prol da educação em economia solidária no Brasil.

No início da implementação das ações do CFES no Nordeste, enquanto um projeto que compõe a política pública de educação em economia solidária, sob a responsabilidade institucional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), muitas dúvidas se colocaram, mas algumas certezas foram se construindo e a principal delas é a de que o processo de educação em economia solidária precisa estar integrado à diversidade identitária e socioterritorial na região, muito mais que aos setores econômicos.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico do CFES-NE com os representantes provenientes dos fóruns estaduais no Nordeste revelou que precisávamos nos interiorizar e chegar ao meio rural onde estavam majoritariamente os empreendimentos econômicos solidários, de acordo com o mapeamento da economia solidária realizado pela SENAES em 2007. Avanços houve, mas seguimos com o desafio orientadas pelo documento da V Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), publicado em 2012, que considera a *“economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, diverso e solidário, como opção de organização popular a luta emancipada das(os) trabalhadoras(es) associadas(os). A economia solidária é, assim, uma proposta transversal e articulada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para o enfrentamento e superação do modelo capitalista”*.

Um novo desafio para nós educadoras(es), inclusive para nossa própria organização como rede. Hoje temos coletivos estaduais de educação em economia solidária amadurecendo o sentido e a identidade de educador(a) nos nove Estados da região. O que é ser educador(a)? As participantes

e os participantes das atividades realizadas elaboraram um perfil do que é ser educador(a) da economia solidária, que sintetizamos assim: o(a) educador(a) em economia solidária possui uma prática engajada comprometido(a) com a construção de outro mundo, na construção de um projeto popular, uma outra economia, além de acreditar numa outra sociedade baseada nos princípios da solidariedade. Isso tem a ver com as resoluções da V Plenária expostas anteriormente.

Desde 2005, início dos debates promovidos pelo FBES sobre formação, compreendemos que a rede de educadores é o sujeito dos processos educativos para levar adiante uma outra ideia de educação que não é a produção de um conhecimento para responder às exigências técnicas do modelo econômico-tecnológico hegemônico. Pelo tamanho do desafio entendemos que outros movimentos sociais se somam nessa caminhada, como os movimentos sociais do campo, feministas, étnicos, raciais, ecológicos e LGBT, entre outros.

Para nós, é preciso refletir sobre o trabalho e recuperar e ressaltar o sentido do trabalho criativo e não o trabalho repetitivo como produção para o mercado. Isso faz com que pensemos a educação numa outra perspectiva. Afinal que educação necessitam as(os) trabalhadoras(es) da economia solidária que se organizam de forma associada, não visam o lucro e buscam comunidades participativas, sociedades mais justas? É sobre essas e outras questões a abordagem do capítulo 1 sobre a *Concepção de economia solidária que orienta a nossa ação*.

Um dos elementos centrais na construção do conhecimento da economia solidária é a pedagogia da autogestão com base no trabalho associado e no trabalho criativo. A sistematização de experiências se aproxima do que almejamos como processo de produção de um conhecimento emancipado, de reflexão, de autoeducação e de formação

coletiva dos sujeitos envolvidos na ação cuja apropriação dos significados pelos sujeitos envolvidos promove transformações nos indivíduos e nas comunidades e grupos desde o cotidiano.

Sistematização de experiências de educação em economia solidária: o prazer desafiador da produção coletiva de conhecimentos, o Capítulo 2, aborda os sentidos da sistematização de experiências, o processo metodológico e as diretrizes utilizadas, com a contribuição teórica de Oscar Jara e Elza Falkembach, estudiosos e praticantes do tema, entre outros autores. Nossa escolha foi talvez uma das mais difíceis no conjunto dos CFES, pois optamos por evidenciar os processos de construção do conhecimento pelas(os) trabalhadoras(es) em seus grupos, associações e redes. Onde está o saber? Quem educa e quem é educado ou educada? Eu sou educador? Eu produzo conhecimento? Mas, isso não é coisa de intelectual? Foram perguntas que estiveram presentes nos processos de reflexão sobre teoria e método de sistematização de experiências que resultaram em textos que refletem a diversidade e a curiosidade investigativa da economia solidária no Nordeste, mas que, em especial, aponta para um forte protagonismo das mulheres no meio urbano e rural.

Convidamos então a leitora e o leitor a admirar e apreciar, como diz o verso da canção popular, os conhecimentos produzidos pelos coletivos estaduais de educadoras(es) e trabalhadoras e trabalhadores de nove iniciativas de economia solidária, em cada Estado do Nordeste do Brasil e a fazer uma viagem pelos textos sistematizados que vai do capítulo 3 até o capítulo 11.

Nossa caminhada começa pelo Maranhão. E somos recebidas pelo Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina, que vive no Paço do Lumiar, bairro de São Luís (MA), onde viveram a luta pela posse da terra urbana, habitação e orga-

nização popular. *Fabrincando conhecimento: a experiência do lúdico, do político e da memória por meio dos brinquedos pedagógicos* apresenta a relação entre a ação sociopolítica e socioeconômica nas iniciativas da economia solidária com reflexões sobre gênero e raça.

Os próximos passos nos levam para Teresina (PI). Deparamo-nos com reflexões do Grupo de Mulheres Bordadeiras do Parque Piauí (GMBPAPI). *Aprendendo na vivência do bordado um jeito de superar a violência e de construir a autoestima das mulheres no Parque Piauí* é uma construção muito rica, pois segue aprofundando a relação do feminismo com a economia solidária.

Logo em seguida pisamos em terras cearenses e, em Fortaleza, encontramos o grupo Templo da Poesia. *Sistematização em verso e prosa: sentidos e significados do Templo da Poesia* traz para nós a expressão artística na construção do conhecimento e com uma vivência de metodologia do afeto.

No passo a passo entramos em Currais Novos, Sertão do Seridó (RN). O rumo da prosa é desafiante. *A experiência do ponto fixo de comercialização solidária: ensinando caminhos de sustentabilidade*. A Associação de Artesanato Curraísnovense, a Associação das Bordadeiras de Currais Novos e a Associação de Artesão e Culinaristas buscam resolver problemas comuns com a comercialização, os desafios na relação com o poder público e com a autogestão.

Seguimos para João Pessoa (PB) retomando a voz das mulheres da Associação Fazendo Arte e Economia Solidária com o texto *Fazendo arte e economia solidária: reflexões sobre os caminhos do aprendizado na organização coletiva de artesãs(os) a partir da relação com as políticas públicas*. Importante a reflexão que fazem entre autonomia dos grupos e a indução das políticas públicas de economia solidária.

Continuando rumo ao sul, chegamos na Zona da Mata

Norte de Pernambuco. *De geração para geração, aprendendo e ensinando nas comunidades de Imbé e Marrecos em Lagoa de Itaenga* é o resultado da reflexão da Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos (ASSIM). Nesse texto vamos encontrar o diálogo de saberes entre gerações e sobre a construção da economia solidária e da agroecologia como contraposição à monocultura da cana-de-açúcar.

Chegamos em Maravilha, a 183 km de Maceió (AL) e somos surpreendidas com o que nos revela a Natu Capri: Saúde e Beleza com a sistematização *Mulheres sertanejas de Alagoas buscam na produção de sabonetes à base de leite de cabra matéria-prima para viver bem*. Elas querem ter cada vez mais uma relação de convivência com a caatinga, romper o preconceito com as mulheres e lutar pela autonomia e sustentabilidade.

A estação seguinte é o Agreste Central sergipano, onde nos aguardam as agricultoras familiares e domésticas que são bordadeiras da Associação dos Artesãos de Frei Paulo. *Aprendendo novas relações por meio do bordado: afeto, solidariedade e autonomia* é uma descoberta sobre a associação como espaço de trabalho que favorece a confiança, a amizade e a cura da depressão e oferece novas possibilidades de vida com alegria.

E assim chegamos ao fim de nossa caminhada de construção de conhecimentos no sertão da Bahia, onde somos acolhidas pela Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso (APPR). O *Beneficiamento do pescado eleva a autoestima e a renda das pescadoras* é o título da sistematização da experiência que revelou a prática como uma iniciativa da economia solidária e favoreceu a entrada delas no coletivo de educadoras(es) da Bahia.

Esse ponto final, dito acima, é um modo de falar, pois

aqui é o início da leitura da presente publicação em que mais detalhes serão descobertos a partir do olhar e curiosidade das(os) viajantes dessa maravilhosa estrada da construção de conhecimentos.

Sentimo-nos felizes de poder apoiar e trazer a público a produção de conhecimentos que brotam do chão do trabalho e de vida de quem segura todo dia uma economia solidária, seja no meio urbano ou rural, seja homem ou mulher e da raça que for e de gerações diferentes. Tudo isso revela olhares diversos e lugares diferentes que se movimentam e criam novas resistências e superações frente à desigualdade, ao preconceito e à indiferença.

Este trabalho foi feito pelas próprias mãos, corações e mentes das mulheres e homens que fazem a economia solidária no Nordeste. Mesmo que o tempo de amadurecimento tenha sido pequeno temos a certeza que nada mais será como antes na vida das pessoas que viveram a reflexão e análise sobre sua prática para compreender, admirar e transformar sua ação em prol de uma educação que faça sentido na construção de uma sociedade democrática e solidária.

Nossas vidas como coordenadoras do CFES e como educadoras sofreram impactos e nos fazem rever e repensar nossas práticas. Temos olhos brilhantes pelas descobertas e seguimos com nossa curiosidade investigativa na perspectiva de construção de um mundo melhor sem a hierarquia de conhecimentos.

Entre tantos laços estabelecidos para que este trabalho pudesse ser realizado contamos com a colaboração de Galo de Sousa com as ilustrações. Galo é grafiteiro engajado com a luta por moradia, pelo direito ao espaço urbano, pelo trabalho e pela organização da juventude. Faz parte da Rede de Resistência Solidária, que organiza jovens em toda a Região Metropolitana do Recife. Como afirma: *“Iniciei minha vida no mundo das artes, sendo um pichador aos 9 anos de idade. Era uma criança que gostava de desenhar nas paredes. Pra mim*

isso nunca seria um crime. Com 16 anos fiz meus primeiros grafites, impulsionado pelo rap. Passei a levar mais do que meu nome pros muros. Passei a levar o que penso, o que preciso dizer". Agradecemos muito à colaboração de Galo, que nos ajudou a expressar com as ilustrações um pouco do muito que foi elaborado nos Estados no processo de sistematização de experiências.

Expressamos os nossos sinceros agradecimentos a Secretaria Nacional de Economia Solidária pela cooperação e parceria no CFES/NE que inclui a publicação desse livro.

Queremos agradecer ainda de coração a todas as pessoas, associações, grupos, cooperativas e redes da economia solidária que se permitiram realizar este trabalho de construção de conhecimentos. Não foi fácil dedicar tempo de leitura, de debate e de escrita para quem tem um dia a dia cheio de afazeres e de militância. Mas, pensamos que valeu a pena sair da rotina do trabalho repetitivo e pensar o trabalho e as relações que estão em nossa volta. Estendemos nosso agradecimento também aos coletivos de educadores, ao FBES, aos fóruns estaduais e as(os) demais educadores que compõem os CFES regionais e o nacional por haverem engrossado esse caldo da construção do lugar da educação na economia solidária. Nosso particular carinho àqueles e àquelas que botaram a mão no tempero do apoio metodológico para que tudo ficasse muito prazeroso e favorecesse nosso objetivo de revelar que se produz conhecimento no chão de trabalho e de vida, na perspectiva do trabalho emancipado na construção do bem viver.

Boa leitura.

Recife, setembro de 2012.

**Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Mônica Vilaça
e Shirley Santos**

Coordenadoras do Centro de Formação em Economia Solidária - NE

CAPITULO 1

A concepção de economia solidária que orienta nossa ação²

*Ana Dubeux
Alzira Medeiros
Mônica Vilaça
Shirley Santos*

² Alguns dos trechos deste capítulo sobre concepção de economia solidária e desenvolvimento foram inspirados na conferência Educação em Economia Solidária: Rumos para a Construção da Sustentabilidade, proferida por Ana Dubeux na abertura do I Seminário Nordestino de Educação Popular e Economia Solidária, realizado no Recife, de 21 a 23 de agosto de 2012.

Nos debates que temos realizado no seio do movimento de economia solidária no Brasil percebemos que alguns dos conflitos vividos estão relacionados à concepção de economia solidária que perpassa os debates sobre formação, comercialização, finanças solidárias, organização de redes de cooperação e consumo responsável, entre outras temáticas. Nesse sentido consideramos importante resgatar a concepção de economia solidária que orienta o trabalho de educação do Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE) no resgate e fortalecimento dos vínculos comunitários, de reciprocidade e de solidariedade vividos pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores associados e que estão na contramão da lógica desenvolvimentista que tem favorecido a expansão do grande capital no meio urbano e rural, principalmente por meio da especulação imobiliária e do agronegócio.

Buscamos aprofundar a compreensão que a construção de uma outra economia está profundamente vinculada à luta política no atual contexto. A economia solidária faz parte da resistência e alternativa ao que está estabelecido – novas contradições e processos sociais e políticos criam novas possibilidades de alianças. A luta é contra a hegemonia

neoliberal, de poderes patriarcais, da opressão e do preconceito para que germine o bem viver.

É necessário refletirmos que a ação política é intrínseca à própria existência da economia solidária que é praticada por trabalhadores(as) que se organizam de forma coletiva e autogestionária. Precisamos apagar a separação artificial entre economia e política que o pensamento liberal estabeleceu.

A economia solidária é uma ação política porque questiona as relações desiguais e patriarcais que se produzem e reproduzem seja na própria produção/comercialização, seja nas relações sociais culturais entre as pessoas e as organizações, entre outras. Sua força está diretamente relacionada a quanto maior for sua capacidade de organização em rede e de associação com outros atores e movimentos sociais. Por isso a importância estratégica de sua organização territorial.

Essa visão se distancia de quem titubeia no alinhamento ao projeto hegemônico de desenvolvimento em curso em nosso País e quer colocar as iniciativas da economia solidária apenas numa perspectiva de gerar trabalho e renda. Nossa ação educativa não é na perspectiva do empreendedorismo que pretende transformar os antigos assalariados e os trabalhadores informais da economia popular em micro e pequenos empresários visando a sua inserção pela renda e o consumo no modelo de crescimento econômico. Isto é, de tentar ajustar o modelo de crescimento econômico e, principalmente, de criar formas de circulação do capital comercial pelo consumo e que acabam na prática por promovê-la na perspectiva de complementaridade ao sistema produtivo hegemônico. Tal visão impede os trabalhadores de pensar o trabalho de maneira associada e autônoma em relação às formas clássicas impostas pelo capital que subjuga o trabalho. Gerar trabalho e renda é insuficiente para realizar as transformações que dizem respei-

to ao processo de radicalização democrática, como afirma Cunca Bocayuva (2006).

Mas, ao longo dos três anos e das sistematizações de experiências confirmamos que as motivações para a economia solidária são de natureza subjetiva e ecológica em que as mulheres assumem um protagonismo cada vez maior e de aspirações por outro mundo possível e que está sendo construído no cotidiano. A economia solidária tem como centralidade a construção de novas relações econômicas e sociais que são construídas e reconstruídas cotidianamente pelos sujeitos que a constituem em um território.

Assim assumimos o risco de formular uma concepção de economia solidária a partir das interpelações vividas nesses três anos pela heterogeneidade das iniciativas e pluralidade de atores e questões.

Ao longo de nossa caminhada buscamos desconstruir algumas afirmações. A primeira delas é: o Nordeste é a região mais pobre do Brasil. Esta afirmação sempre é feita a partir de uma noção do que é pobreza e riqueza. Podemos dizer que em termos de acesso ao exercício pleno da cidadania ainda temos muitos nordestinos que não conseguiram alcançar uma condição digna de vida e de trabalho. Porém, é preciso relativizar o que chamamos de pobreza ao classificar uma população de pobre ou rica. No caso específico do debate sobre a economia solidária, os dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) afirmam com clareza que é no Nordeste que encontramos o maior número de iniciativas econômicossolidárias do País, em torno de 44%. (BRASIL/SENAES, 2007). Do nosso ponto de vista, estamos falando de riqueza.

E de onde vem tal riqueza? Vem, sobretudo, da maioria absoluta de iniciativas do campesinato nordestino, que insiste em se contrapor à lógica dominante e opressora,

às vezes do próprio Estado, que afirma a necessidade de destruição das iniciativas tradicionais, locais e originais em que as possibilidades de alcance do bem viver ainda persistem. Assim, em vez de pensarmos a economia solidária sob uma ótica em que busquemos transformar os trabalhadores em pequenos empresários organizados, ainda que de maneira associativa, mas capitalistas, numa perspectiva unilateral, temos que fazer o caminho inverso.

E que caminho inverso é esse? É o caminho de ter humildade e sensibilidade de perceber que tais iniciativas guardam originalidade e criatividade na busca cotidiana pela vida e no convívio com as características da região. A exemplo do que faz a Articulação no Semiárido (ASA) buscando aportar conhecimentos e inovações que não destruam a engenhosidade de nosso povo que sabe onde o calo aperta. Tais iniciativas contribuem para o fortalecimento do bem viver em cada uma das comunidades e territórios onde estão as práticas de economia solidária.

Em nossa caminhada temos buscado questionar a representação hegemônica de riqueza em nossa sociedade assim como a função que desempenha a moeda. Para a economia solidária estas são questões decisivas. Para o movimento de economia solidária é uma armadilha mortal deixar que se imponham critérios financeiros rentáveis como modelo econômico e noção de riqueza que ignoram os desafios ecológicos e humanos. Nesse sentido é preciso retomar a iniciativa e ocupar as linhas de frente da emergência de uma sociedade e de uma economia plural em face dos riscos civilizacionais, ecológicos e sociais veiculados pela sociedade de mercado.

A segunda afirmação é: o Nordeste é subdesenvolvido e é preciso que aportemos a esse povo sofrido, marcado pelas agruras das intempéries climáticas, o desenvolvimento.

A onda desenvolvimentista que assola o Brasil é extremamente preocupante. E preocupa ainda mais o ataque massivo que vem sofrendo nossa região a partir das iniciativas, o que é pior, estimuladas pelo Estado brasileiro, de industrialização e de crescimento a partir da lógica do capital.

O Nordeste tem sido um espaço de grandes contradições e conflitos, historicamente. As estratégias de desenvolvimento induzidas pelo Estado, a partir do século XX, aprofundaram as desigualdades e sempre se pautaram pela dinamização urbano-industrial. Hoje continua esvaziando o campo e inchando as metrópoles em nome do crescimento econômico que gera emprego. Mas, os resultados e usufrutos deixam a desejar. Grande parte do emprego é precário e temporário. Nas últimas décadas há uma migração para as médias cidades em busca de um emprego sazonal e itinerante chamando a atenção para os jovens, como aqueles que estão saindo do campo para colher arroz no Maranhão, colher e plantar soja no Mato Grosso, colher laranja em São Paulo e por aí vai.

Ainda se segue a explorar a natureza como se ela fosse capaz de se recompor na mesma velocidade com que é depredada, dilapidada. Continua a investir na energia vinda do petróleo como o motor do progresso quando em diferentes lugares do mundo já se busca outras fontes.

Diferentemente do primeiro ciclo do desenvolvimentismo, nos anos 1950 e 1960, o investimento industrial está ligado ao consumo de bens com grande facilidade de crédito que alimenta a destruição das condições de vida digna para a população, como por exemplo, a produção de automóveis, tornando as cidades inviáveis para se viver com saúde e tranquilidade.

Observa-se a ausência de infraestrutura de transporte e de saneamento no campo e nas cidades de uma forma geral

e de equipamentos sociais para a educação e a saúde no meio rural indicando uma prioridade dos investimentos públicos em grandes obras como a transposição do Rio São Francisco, SUAPE e obras para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, entre outras.

Diversos estudos já afirmaram que o problema no semiárido é a evaporação da água, devido à intensidade dos raios solares, o que desaconselha a transposição do Rio São Francisco. Para o Nordeste a água tem sido apontada como uma questão crucial, particularmente, desde as políticas de combate à seca nos anos 1950. É nesse enfrentamento que se dá a construção do paradigma de convivência com o semiárido que ressignifica a visão sobre o enfrentamento dos problemas políticos relacionados à seca e a outras adversidades do ambiente.

Nós trabalhamos em nossos processos formativos junto com as educadoras e os educadores em economia solidária a ideia de que o referencial de desenvolvimento, imposto pelos padrões capitalistas de produção industrial-urbana, dá-se a partir da comparação com parâmetros que nem sempre são os melhores, pois são impostos a partir da lógica hegemônica dos países do Hemisfério Norte. E que precisávamos sempre olhar com cuidado certas afirmações que indicam nossa região como subdesenvolvida.

Ao longo dos mais de 500 anos de história brasileira, a partir da colonização europeia, os nordestinos têm construído resistências, como as lutas camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, das mulheres e dos grupos urbanos excluídos, entre outros. Essa é nossa maior riqueza. O que temos conseguido fazer no Nordeste revela nossa teimosia frente aos que têm o crescimento econômico como parâmetro. Mas, existe uma ameaça pela investida sem piedade do capital industrial e financeiro na região, quer seja no rural ou no urbano.

É essa teimosia que reafirmamos como sendo nossa principal qualidade, que Euclides da Cunha traduz de forma poética afirmando que *“o nordestino é antes de tudo um forte”*. Nesse sentido é preciso que continuemos a resistir. Resistir à onda da industrialização da região; resistir às indicações de inclusão produtiva, que nem sempre se articulam com as lógicas de emancipação dos trabalhadores; e resistir à lógica, que às vezes provoca em nós o sentimento de que somos inferiores, coitadinhos, carentes.

Nesse sentido a luta por um Nordeste sem miséria não se dá a partir da destruição de sua capacidade de resistência aos ataques do capital. Mas, ao contrário, dá-se a partir da observação cuidadosa dos modos de vida das populações fortalecendo-as e contribuindo para que se tornem cada vez mais autônomas. Esse é o desafio da proposta de educação em economia solidária: o de favorecer a construção da autonomia e da emancipação tendo o trabalho como ato criativo.

Assim não precisamos DES-envolver. Ao contrário, é preciso o máximo de envolvimento dos cidadãos, das instituições e do Estado, no sentido de pensar e buscar concretizar em suas ações um processo de envolvimento que é multidimensional e que busca o bem viver em cada comunidade onde as práticas associativas e de reciprocidade se afirmam.

A terceira e última afirmação: precisamos do crescimento para depois redistribuir a riqueza. É impressionante observar como ainda assumimos essa perspectiva como verdadeira, apesar do exemplo que nos dão a Europa e os Estados Unidos, nos últimos anos, que justamente nos permite dizer que crescimento econômico não é sinal de redistribuição e bem-estar coletivo. Essa é uma das falácias que o modelo capitalista de desenvolvimento nos fez acreditar.

No sentido inverso é preciso que pensemos essa questão à luz da ética do decrescimento em que: a) busquemos nos contrapor ao desperdício improdutivo da sociedade de consumo que separa e destrói a capacidade de ser humano; b) passemos a discutir nossas necessidades a partir de uma prioridade política, a despeito da lógica consumista da sociedade capitalista; c) sejamos orientados por uma lógica de igualdade de gênero, de raça, do lugar que ocupamos na sociedade; e, d) consigamos trabalhar de maneira holística a gestão coletiva e comunal dos diferentes recursos e riquezas que temos em cada um de nossos territórios.

Finalmente, é explícita na concepção de economia solidária a busca do bem viver, no sentido afirmado pelo documento da V Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, como um modo de vida que *“implica um conjunto organizado, sustentável e dinâmico dos sistemas econômicos, políticos, socioculturais e ambientais, que garantem a realização do bem viver”*. (FBES, 2012).

Então, dados esses pressupostos, está evidente que construímos a economia solidária a partir e na direção de processos sustentáveis tendo em conta a diversidade das identidades territoriais nordestinas. O que temos buscado como referência em nossos processos educativos é compreender a atividade econômica a partir de vários princípios (monetários, não monetários e mercantis) e sentidos de reciprocidade, troca/intercâmbio e redistribuição. É uma economia de trabalhadoras associadas e trabalhadores associados que busca resolver questões de vida para si e para a sociedade em geral. Assim pratica a atividade econômica por meio do vínculo social de proximidade (confiança, amizade, compartilhamento). Tais iniciativas têm atenuado, em parte, os efeitos devastadores do mercantilismo e de uma abstração das relações sociais. Tal economia só se constrói a partir

de um olhar multidimensional (político, econômico, social, cultural, ecológico e educativo, entre outros).

EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA:

O OLHAR A PARTIR DA IDENTIDADE TERRITORIAL³

No início da construção do Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste muitas dúvidas se colocaram. Mas, ao longo do tempo, algumas certezas foram se construindo e a principal delas é que o processo de educação em economia solidária precisa estar ancorado e construído a partir da diversidade das identidades territoriais na região.

Essa certeza se deu, sobretudo, a partir da própria definição coletiva da I Conferência Temática sobre Formação e Assessoria Técnica, compondo a preparação da II Conferência Nacional de Economia Solidária (BRASIL/SENAES, 2010) em que, no diálogo com o Estado, o movimento de economia solidária afirma que tais processos educativos são construções sociais, organizadas por meio da ação-reflexão-ação que emerge das práticas e dinâmicas da economia solidária.

Essa constatação nos fez perceber a necessidade de aprofundar o que entendíamos por território. Pois, sempre que falávamos em território nas atividades de formação logo se imaginava os territórios da estratégia geopolítica dos diferentes ministérios (territórios da cidadania, territórios da paz, territórios da cultura, entre outros). Por quê?

Certa vez, numa reunião do coletivo de educadores da

³ Alguns dos trechos sobre a importância do território para a construção do debate da educação em economia solidária são recortes da comunicação de Alzira Medeiros na roda de diálogos Educação em Economia Solidária, Movimentos Sociais e Território, no I Seminário Nordestino de Educação Popular e Economia Solidária, realizado no Recife, de 21 a 23 de agosto de 2012.

Bahia, um educador disse que o território dos fundos solidários abrangia três territórios de identidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Isso serve como mote para explicitar a concepção do CFES-NE nessa articulação entre território e economia solidária, que para nós se dá a partir da reflexão da dimensão socioeconômica e sociopolítica da economia solidária concordando com Genauto Carvalho de França Filho (2006), um pernambucano radicado na Bahia, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que também contribuiu nos processos educativos do CFES-NE. Ele diz que algo importante na economia solidária é sua vinculação com uma base territorial em que há uma comunidade e essa comunidade tem uma vida social e as práticas econômicas surgem dessa vida social. É o que consideramos em economia solidária como sendo a articulação entre o econômico e o social. No capitalismo isso não existe. As relações econômicas no capitalismo tentam separar o vínculo social coletivo e comunitário da prática econômica chamando-a de mercado com vida própria organizada por uma mão invisível (a lei da oferta e da procura).

Assim podemos perceber que a relação econômica da economia solidária não existe sem a dimensão social e sua própria existência é um ato político em contraposição ao que rege as relações do capitalismo. A economia solidária tem em sua prática valores sociais e políticos para além de sua viabilidade econômica, que são os laços de reciprocidade, de confiança e de solidariedade. Como já falamos, existem outras motivações e aspirações, que não apenas o ato mercantil (vender e comprar).

Enquanto o capitalismo estimula a competição e o individualismo, a ação econômica da economia solidária é um meio para realizar outros objetivos, de natureza ambiental, ecológica, política, social etc., de acordo com França Filho (2006). Ou seja, a economia não é um fim como

tem tentado fazer valer o pensamento político do liberalismo econômico.

Na economia solidária, a oferta de algum bem ou serviço deve ser feita se houver necessidade e demanda real de pessoas para consumir. Como explica ainda França Filho (2006, p. 67), *“é a necessidade das pessoas num território, seus problemas comuns, que deve orientar a oferta, ou melhor, a constituição de iniciativas solidárias. Competição é uma outra lógica que não faz sentido em matéria de economia solidária. Afinal de contas (...), não é uma economia a serviço do bem-estar humano?”*.

Então, recuperando a fala do educador da Bahia ao falar sobre o território dos fundos solidários, dá para concluir que as famílias das comunidades do semiárido baiano, para conseguir água, construir cercas, guardar as sementes crioulas e comercializar seus produtos nas feiras agroecológicas, auto-organizam-se tendo a solidariedade como prática e que determinam seu agir econômico e social para garantir a reprodução da vida. E assim pode ser em qualquer Estado e lugar. A força da economia solidária emana de seu vínculo no território. Por isso, a importância fundamental do território para a emergência, dinâmica e sustentabilidade da economia solidária não é apenas uma repetição sem significado de falar território. Nossa proposta não é a construção institucional de territórios, a exemplo das políticas territoriais que têm seus sentidos para as execuções de ações de governos, mas a abordagem territorial e a identificação e perpetuação dos laços econômicos e sociais. E é isso que gera novas dinâmicas de reorganização política em torno das iniciativas econômicas que visam a um bem comum e a um bem público.

Milton Santos apresenta uma ideia de território formado pelas identidades e pelas histórias das pessoas. Assim o território não é apenas uma base material de recursos naturais, mas,

sobretudo, o espaço das relações humanas com histórias de co-operação, de conflito, de solidariedade e de subordinação. Um território construído pelas pessoas na relação com o ecossistema, com o simbólico e imaginário de seus povos.

A partir do que entende Milton Santos sobre território, vamos revisitar o Relatório da IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2008, p. 13) ao dizer que *“os sistemas de comércio justo e solidário têm forte elemento de apoio ao desenvolvimento local solidário, pois criam um ambiente e uma identidade dentro dos territórios fortalecendo as cadeias curtas de produção, comercialização e consumo”*. Isso nos ajuda a entender que as iniciativas de economia solidária ao realizarem suas práticas com seus valores e relações vão, ao longo do tempo, construindo novas identidades de pensar e vivenciar a economia e a sociedade.

Então vemos que há uma relação direta entre produção e comercialização e a ação política no território. Política no sentido da ação e discussão das pessoas para a resolução de seus problemas de vida e não no sentido da política institucional, governamental apenas. É no território que existe a proximidade entre as pessoas e que ao estabelecerem vínculos pelo consumo e a partilha de outras problemáticas locais criam uma identidade relacionada à economia solidária e à vida comunitária e pública.

Outra reflexão importante é que o território não pode ser entendido apenas como existente no meio rural. Existem territórios no meio urbano. No caso da economia solidária, em muitos casos, eles estão se formando em torno das moedas sociais. Em cada experiência de finanças, que utiliza moeda social, há uma realidade diferenciada. São bairros, favelas e municípios que podem caracterizar o território da economia solidária, cuja identidade se dá pelas práticas das moedas sociais. O mesmo pode ocorrer com os fundos solidários, com os bancos comunitários de desenvolvimento,

entre outras experiências.

São essas relações que revelam ações de dimensão econômica e política capazes de criar novas dinâmicas de transformação e nos revelar o território da ação da economia solidária. Seu êxito está diretamente relacionado a sua maior capacidade de associação, inclusive entre produtor(a) e consumidor(a). É a partir do território que a economia solidária cria redes que vão se expandindo do local para outras áreas, até as redes internacionais.

Diferente do que ocorre com o grande capital, que ocupa o território do ponto de vista da localização mais apropriada em termos de custos, insumos e proximidades de mercados, principalmente. Exemplo disso são os chamados polos de fruticultura irrigada da indústria de confecção, entre outros. Essa relação trata os territórios de forma isolada e seletiva sempre buscando modificar as relações socioeconômicas e sociopolíticas já existentes para garantir seus próprios interesses. A relação do grande capital com o território é de ocupação do espaço para extrair o lucro, numa visão utilitarista, que gera subordinação e não emancipação social.

A partir dessas interpretações, a dimensão da educação popular em economia solidária, a partir dos territórios, assume a relevância do ato político.

Ao olharmos o território como integrante de nossas relações, poderemos enxergar outras lutas sociais, a exemplo da segurança e soberania alimentar, dos povos tradicionais e da agricultura familiar, da relação rural e urbano, dos circuitos curtos de produção e comercialização praticados pela agricultura familiar, da agroecologia, do acesso à água, do acesso a fontes de matéria-prima renováveis e da construção de tecnologias, entre outras. Existem bens comuns essenciais ao bem viver como a água, a terra e o ar. Mas, às vezes a visão fica muito restrita à produção e comercialização. Como

quebrar a concepção de que economia é produzir e vender?

Na construção do Projeto Político Pedagógico do CFES-NE, com os representantes provenientes dos fóruns estaduais no Nordeste, mergulhamos na discussão sobre os diferentes territórios e vimos o quanto precisamos nos aproximar da dinâmica real de construção e ação econômica e política das iniciativas da economia solidária. Precisávamos nos interiorizar e chegar no meio rural, chegar a aqueles e aquelas cujos dados oficiais do mapeamento da SENAES/MTE, realizado em 2007, mostravam o espaço onde estavam majoritariamente os empreendimentos econômicos solidários. Encontramos aí um desafio: a maior parte dos fóruns estava organizada nas regiões metropolitanas e não conseguia construir uma articulação com as iniciativas rurais, por uma série de motivos. Houve avanços, mas seguimos com o desafio.

Nas resoluções da Conferência Temática sobre Formação e Assessoria Técnica (2010, p. 5) o território é um princípio metodológico, o ponto de imersão inicial na realidade para o processo formativo. Como aprender se não mergulharmos em nosso ambiente cultural, social, econômico, político e ambiental? Qual nossa identidade nesse contexto? Até onde alcança nossa ação? Como nos movimentamos? Como nos comunicamos? Tudo isso é território construído e natural.

A partir dessa conferência temática, o território adquire uma dimensão pedagógica para a construção do conhecimento em economia solidária e é incorporada na concepção da política pública de educação em economia solidária. Isso também é reafirmado no documento da V Plenária do FBES que considera a *“economia solidária estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, diverso e solidário como opção de organização popular e luta emancipada das(os) trabalhadoras(es) associadas(os). A economia solidária é, assim, uma proposta trans-*

versal e articulada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para o enfrentamento e superação do modelo capitalista” (p. 9).

Então o território passa a ser o centro de onde parte nossa ação educativa e por onde começamos a transformar e a nos transformar.

O que nós necessitamos, continua o documento, é *“reconhecermos os territórios da economia solidária, sua dinâmica e os significados culturais, políticos e sociais de quem a pratica. É importante para ampliar e fortalecer nossa identidade (e desde aí) disputar o projeto político transformando os territórios: ampliando e semeando uma cultura de cooperação e solidariedade com os outros movimentos sociais, de cuidado com a natureza, de incidência e controle junto ao Estado e de práticas econômicas justas, sustentáveis e solidárias” (pág 9).*

Outra responsabilidade para nós *“é identificarmos nos territórios os atores e movimentos sociais parceiros na construção da economia solidária”* e nos solidarizarmos com suas lutas por terra, habitação, saúde, educação etc. Nesse sentido, o território favorece a construção de convergências e ações coletivas e públicas.

A pauta da economia solidária é apresentada por um universo mais amplo de movimentos sociais lutando por diversas bandeiras como, por exemplo, a agroecologia, a reforma agrária, a segurança alimentar, o movimento de mulheres etc., ou representando diversos setores da sociedade como, por exemplo, agricultores familiares, catadores de recicláveis, quilombolas, povos indígenas, usuários da saúde mental, jovens etc., que se articulam com o FBES, mas que mostram que o movimento da economia solidária é mais amplo e diz respeito às contradições com o modelo de desenvolvimento que está em curso no País.

O território e as diferentes territorialidades (governamentais, étnicas, institucionais) apresentam-se como um novo desafio para nós educadoras(es), inclusive para nossa pró-

pria organização como rede.

A EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB A ÓTICA DO CFES-NE

Não é possível falarmos de educação em economia solidária sem refletirmos que relação esta estabelece com o tipo de sociedade e ser humano e que referência de desenvolvimento orienta as práticas das(os) educadoras(es). Hoje estamos nos articulado nos coletivos estaduais de educação em economia solidária amadurecendo a identidade do(a) educador(a).

Muitas propostas ainda não conseguem avançar muito na construção de alternativas aos modelos de formação profissional praticados pela maior parte das instituições que trabalham os processos de formação e qualificação profissional vinculados ao paradigma produtivista. Essa limitação impede um salto qualitativo na elaboração e prática de uma contraposição a essa lógica, do sistema S, por exemplo, que orienta os trabalhadores autônomos e assalariados para ajustá-los ao empreendedorismo – do sucesso individualista e de formação de mão de obra para o crescimento econômico em que a técnica e a tecnologia estão centrados na competição e apropriados pelo capital. Igual problema são os processos de assistência técnica e extensão rural executados por organizações e instituições que ainda podem ser consideradas como difusionistas – disseminação de pacotes tecnológicos e de crédito ajustados à agroindustrialização.

Se analisarmos as dificuldades que se explicitam nos processos coletivos de reflexão da prática pelos trabalhadores em autogestão dos empreendimentos econômicos solidários urbanos e rurais perceberemos que as mesmas indicam a necessidade de construir uma proposta educativa (de formação socioprofissional, elevação de escolaridade – EJA, e as-

sessoria técnica) que lhes seja apropriada e atenda a suas especificidades. Este segundo aspecto indica desafios que precisamos superar na formação socioprofissional e de assessoria técnica para os empreendimentos econômicos solidários como, por exemplo, realizar a reflexão sobre a técnica como ato criativo e a arte do trabalho para a superação das adversidades e os dilemas da economia e da vida. Quais as técnicas e tecnologias que emergem do trabalho associado e da autogestão? Quais as que estão em sintonia com o corpo e a mente das mulheres, por exemplo? Quais tecnologias preservam a sociobiodiversidade? Que critérios definem um produto de qualidade para a economia solidária? Sobre isso temos que avançar.

É preciso que nos dediquemos com mais afinco à construção da proposta politicopedagógica da educação em economia solidária que nos permita a concretização de um real avanço na perspectiva educativa em economia solidária. Nosso desafio é integrar os processos formativos, que incluem a assessoria, às dimensões subjetivas e objetivas de apropriação e reprodução da técnica como resultado de contexto social, ambiental, econômico e até espiritual de cada comunidade e sociedade.

A proposta de percurso formativo tem como objetivo orientar o processo de planejamento do trabalho pedagógico e contempla a referência conceitual e metodológica com três elementos estruturantes em sua metodologia: o território como ponto de partida da imersão na realidade, a investigação como produção de conhecimento e a alternância, compreendida por tempos presenciais de jornadas pedagógicas e tempos de experimentação formativa – comunidades, empreendimentos, territórios. Visto dessa forma, estes elementos metodológicos poderão ser ressignificados pelas formadoras e pelos formadores em suas realidades dis-

tintas, seus desejos e aspirações.

Para a produção de conhecimentos a investigação é o ponto de partida essencial para mergulhar na realidade e estimular a prática da investigação participante e a ação ativa dos sujeitos. Consiste na afirmação da indissociabilidade entre teoria e prática e envolve formadores e comunidades, formadores e empreendimentos, entre outros. Dessa forma se estabelecem relações de intercâmbio que favorecem à reflexão crítica desde as práticas e realidades diversas capazes de contribuir para sua transformação com a produção de novos saberes.

Assim compreendemos a educação em economia solidária orientada por dois eixos estratégicos: 1) redistribuição e igualdade no usufruto dos bens comuns e redistribuição da riqueza; 2) reconhecimento da economia solidária pela sociedade em geral na perspectiva do direito ao trabalho associado e pelo Estado.

Os processos educativos, sobre quais já falamos bastante, são compreendidos por nós como práxis, que quer dizer a não separação entre teoria e prática num exercício de movimento e influências mútuas. A prática deve ser o alimento da teoria e a teoria deve ser a ressignificação da prática.

Os processos educativos são vários e se dão no trabalho, nos fóruns, na assessoria técnica, em cursos, intercâmbios e oficinas, entre outros. Neles se dão a apropriação/ tradução de conhecimentos amplos como também o aperfeiçoamento das técnicas de autogestão e produção dos grupos, empreendimentos, redes que se estende para o Estado e a sociedade.

A AÇÃO PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: A REDE DE EDUCADORES

No primeiro curso regional de formação de educadores em economia solidária ofertado pelo CFES-NE, em 2009, as participantes e os participantes elaboram um perfil do que é ser educador(a) da economia solidária, que sintetizamos assim: “a) O(a) educador(a) em economia solidária possui uma prática engajada comprometida com a construção de outro mundo, na construção de um projeto popular, outra economia, além de acreditar numa outra sociedade baseada nos princípios da solidariedade; b) a partir de seu conhecimento sobre a diversidade das práticas, constrói oportunidades horizontais de vida com respeito às diferenças, a partir de sua inserção na dinâmica de construção coletiva de saberes e práticas que ajuda a avançar; c) deve ser mediador(a) dos processos de construção de autonomia; d) é agente de transformação/desenvolvimento local com processos de reflexão sobre a realidade para transformá-la; e) contribui de forma responsável com pessoas e grupos/comunidades com a discussão teórica que perpassa as redes sociais preservando os valores e identidades biosocioculturais dos territórios onde se inserem; f) constrói relações fraternas, solidárias e cooperativas e de respeito à natureza, inclusive, pensando o futuro das gerações; g) acredita no potencial humano de reconstrução cotidiana e do diálogo como caminho de encontro, partilha e transformação”. (CFES-NE, 2009).

A CONSTRUÇÃO DA REDE DE EDUCADORES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Desde o início dos debates promovidos pelo FBES é a Rede de Educadores em Economia Solidária o lugar privilegiado da articulação dos educadores. O processo de construção da rede enfrenta muitos limites em seu cotidiano e os desafios na concretização desta proposta são imensos.

O processo de estruturação da rede está intrinsecamente ligado à necessidade de superar o desafio da sustentabilidade que por sua vez *“tem conduzido as práticas de economia solidária na direção de um maior investimento em seu processo de estruturação política como campo. Nesse sentido, mais do que iniciativas inovadoras e singulares em termos da abordagem econômica, o campo da economia popular e solidária no Brasil se impõe também, cada vez mais, como um movimento de atores em busca de reconhecimento institucional. Este movimento reivindica direitos, interroga políticas públicas existentes e propõe outras”*, de acordo com França Filho (2007, p. 168).

Finalmente, para nossa discussão, é importante lembrar que os princípios de rede e território apontam ainda para o estabelecimento de um processo de intersectorialidade e complementaridade de ações com políticas de fomento e apoio à economia solidária.

Nos últimos três anos os cinco Centros de Formação em Economia Solidária regionais e o nacional e, principalmente, o FBES, por meio dos coletivos estaduais de educadores, vêm dedicando energia à consolidação da rede de educadores. Mas, existem alguns desafios a superar, tais como: a) o reconhecimento da identidade de educador em economia solidária – o trabalho na educação popular parece se confundir muitas vezes com o cotidiano do trabalho dos educadores que ao supervalorizarem a perspectiva clássica da educação e formação não se reconhecem enquanto educadores que são; b) o processo de interiorização da rede e a construção da organicidade e sustentabilidade da rede; c) a troca de experiências entre educadoras(es) dentro e fora de seu Estado para aprofundar o intercâmbio como autoformação; d) a produção do conhecimento a partir dos processos de sistematização de experiências como uma reflexão crítica sobre a prática; e) o investimento ainda tímido na autoformação,

embora os talentos sejam inúmeros nos coletivos estaduais de educadores – a ação ainda está restrita às ações apoiadas pelo CFES-NE, mas é preciso ir mais longe por meio da autogestão no interior das redes; f) o investimento em comunicação (para dentro e para fora) é essencial para a construção de qualquer rede – a circulação da informação e a descentralização das mesmas devem existir e para além de coordenações; g) a sustentabilidade da rede ainda é um desafio, pois os educadores ainda se encontram muito presos às orientações e financiamento do CFES – ela deve assumir em suas múltiplas dimensões: econômica cultural, social, política e pedagógica, porém, isso exige uma visão um pouco mais estratégica das possibilidades da rede enquanto sujeito reconhecido pelo movimento de economia solidária e por governos; h) a formação dos educadores é necessária para aperfeiçoar o processo de construção da rede de educadores e superar a fragmentação dos saberes; i) a articulação com outras redes e outros movimentos sociais passa por um desafio junto com o FBES – a aprendizagem a partir da troca de experiências já organizadas e sistematizadas se enriquece nesse processo, além de permitir uma complementaridade das ações nos territórios.

Esse processo parece indicar uma ação pública dos educadores pela consolidação de processos de formação de formadores que deem conta dos desafios de sua práxis educativa. É no processo de constituição da rede de educadores que os educadores trocam saberes e experiências, estabelecem processos autoformativos e constroem, a partir de sua ação, sua própria identidade e seu lugar no movimento de economia solidária.

Consideramos, enfim, que não é possível constituir efetivamente uma proposta de educação em economia solidária sem a consolidação da rede de educadores entendida como principal sujeito dos processos educativos.

REFERÊNCIAS

BOCAYUVA. Pedro Cláudio Cunha. A nova centralidade do trabalho e o precariado: a economia solidária frente ao processo de crise e reestruturação do capitalismo. In: MEDEIROS, Alzira J.S; SCHWENGBER, Ângela.; SCHIOCHET, Valmor. (Orgs). **Políticas Públicas de Economia Solidária**: por outro desenvolvimento. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

BRASIL/SENAES. Resoluções da I Conferência Temática de Educação em Economia Solidária, 2010. Disponível em <http://www.mte.gov.br/conaes/tematica01.pdf>

BRASIL/SENAES. Mapeamento da Economia Solidária 2005/2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sies>

CFES-NE. Relatório do 1º Curso Regional de Formação de Formadores em Economia Solidária. Recife: UFRPE, 2009 (pdf).

FBES. Documento da V Plenária da Economia Solidária. Documento 2. Brasília, 2012. Acessar http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=474&dir=DESC&order=date&Itemid=216&limit=10&limitstart=30

FBES. Relatório da IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2008. Disponível em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=379&Itemid=216

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/2041/1542>.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Economia Solidária e movimentos sociais. In: REDE DE GESTORES; SENAES; CJC. **Políticas Públicas de Economia Solidária**: por um outro desenvolvimento. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2006.

CAPITULO 2

Sistematização de experiências de educação em economia solidária: o prazer desafiador da produção coletiva de conhecimentos⁴

*Ana Dubeux
Alzira Medeiros
Mônica Vilaça
Shirley Santos*

⁴ Vários trechos deste texto foram retirados do relatório final do Seminário Regional de Sistematização de Experiências, organizado pelo Centro de Formação em Economia Solidária Nordeste (CFES-NE). É importante ficar claro que essa foi uma opção da equipe pedagógica do CFES para dar voz aos educadores por meio do presente texto.

Na concepção de nossa proposta de educação em economia solidária existe um desafio que é a construção do conhecimento. Como fazer para revelar o que se passa nesse fenômeno de iniciativas econômicas populares que vem emergindo desde os anos 1980 no Brasil e nos países do Hemisfério Sul? De onde partir e com quem construir esses conhecimentos? Que suportes existem que se aproximam do que pensamos como produção de conhecimento?

O começo das respostas, de certa maneira, já foi dito no Capítulo 1 deste livro ao explicitarmos a relação que fazemos da educação popular com a educação em economia solidária. É nessa fonte que fomos buscar a contribuição sobre Sistematização de Experiências, em especial experiências educativas, a partir da ressignificação do que é conhecimento nos contextos populares.

Esse encontro com a educação popular faz todo o sentido para a construção do conhecimento em economia solidária, pois é a partir da reflexão crítica sobre a prática nas iniciativas de economia solidária que encontramos respostas e significados. Porém, alguns aspectos metodológicos precisavam dialogar com fundamentos educativos em economia solidária como, por exemplo, a pedagogia da autogestão,

em que a autonomia das(os) partícipes está em sintonia com a construção coletiva do saber. A construção coletiva como pressuposto teórico-metodológico para a sistematização de experiências de educação em economia solidária.

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO SABER NA SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

O início da reflexão sobre a sistematização de experiências educativas de economia solidária, no percurso formativo do CFES-NE (2008-2012), dá-se como conteúdo no primeiro curso regional, em 2009. Mas, durante o próprio curso e seus desdobramentos estaduais, percebemos que o tempo dedicado era insuficiente para o tamanho do desafio. Entre eles, identificamos como os mais significativos: a) a desconstrução da hierarquia da produção do conhecimento; b) o lugar da educação (processos formativos em geral e de assessoria técnica) na economia solidária, nos fóruns e coletivos diante do ativismo militante; c) o lugar da produção do conhecimento entre as(os) trabalhadoras(es) nos empreendimentos econômicos solidários como meio para romper com a lógica do trabalho alienado.

Em diálogo com os outros CFES regionais e o nacional vimos que o desafio não era apenas do Nordeste. Diante disso, o CFES nacional chamou um seminário para que socializássemos nossos processos incluindo as questões conceituais e operacionais. Assim fizemos uma agenda comum com seminários regionais e nacionais para construirmos nossos referenciais sobre sistematização como educadoras e educadores da economia solidária. Surge um compartilhamento de ideias e experiências de uma riqueza incrível que estimulou a produção de diferentes processos e produtos de sistematização de experiências em todas as regiões do Brasil.

Para nós, educadoras(es) do Nordeste, alguns elementos conceituais foram construídos e reconstruídos coletivamente nos seminários regionais como orientação para a vivência do processo de sistematização de experiências educativas em economia solidária.

Muito do que construímos está baseado nas reflexões de Oscar Jara (2006), referência latino-americana para os processos de sistematização de experiências, que a define como uma interpretação crítica de uma ou de diversas experiências a partir de um ordenamento e reconstrução de seu processo vivido e descobre ou explicita a lógica experienciada, bem como os fatores que tiveram importância e a relação entre os mesmos e que interferiram no curso do processo. Com Elza Falkembach (2000), que traz para a roda desse diálogo as cores do Brasil, aprendemos que a sistematização de experiências é *“um instrumento e uma ferramenta apropriada e apropriável para a recuperação e reflexão do viver compartilhado; que faz deste viver, objeto de investigação; espaço de discussão e aprendizagem; e produção de conhecimento que se apóia no confronto de argumentos que as experiências do viver sustentam e dialetizam”*. Muitos outros autores e organizações foram lidos, a exemplo dos cadernos da Central Única dos Trabalhadores, que entre outros apresenta as reflexões do professor João Francisco de Souza (2000), em seu texto *Sistematização*, o caderno *Aprender com a prática*, publicado pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA, 2007), o caderno publicado, em 2009, pelo Instituto Marista de Solidariedade, entre tantos outros.

O primeiro seminário regional foi realizado no período de 13 a 15 de abril de 2011, em Carpina (PE), com a participação de 25 pessoas que contribuíram na construção coletiva da aprendizagem sobre o tema e assumiram o compromisso de dar continuidade ao processo de sistematização

de experiências em seus coletivos estaduais ou microrregionais, bem como na multiplicação dessas práticas no movimento da economia solidária. Assim foi constituída uma equipe de educadoras(es) motivadas(os) para participar da construção estadual, bem como nacional, em torno da temática.

No seminário regional foi elaborado um conceito pelas(os) participantes que entendem que *“a sistematização de experiências vai além do registro. É o resultado das interpretações vivenciadas sob ângulos e perspectivas a partir das diferentes visões da realidade; é a idéia de organizar dados sobre as experiências de forma complexa, que necessita ser aberta e flexível para se adequar aos objetivos a que ela se propõe como construção coletiva; pressupõe a elaboração de um roteiro para executar um planejamento com os grupos; é um processo em que organizamos, juntamos, registramos, refletimos, pensamos, revisitamos a experiência, o trabalho coletivo; é uma forma de registro sistêmico de experiências de interesse pessoal, coletivo e profissional; é um processo de organização de acontecimentos ligados a uma experiência; é o conhecimento organizado de alcance coletivo”*. (CFES, 2010).

Essa construção mais conceitual foi o resultado dos questionamentos e reflexões após observarmos que havia certa dificuldade de compreender como isso acontece na prática e ainda algumas confusões entre sistematização, pesquisa ou avaliação de projetos. Jara (2006) nos explica que sistematizar não é função dos especialistas, mas de quem está vivenciando seus processos de trabalho e quer aprender com eles. Assim qualquer educadora ou educador popular, animador ou animadora institucional, pode sistematizar suas experiências.

Uma das discussões mais importantes que se travou ao longo de todo nosso processo de construção foi o confronto e o encontro do saber popular com o saber formal, escolar, resultando numa riqueza imensa que muitas vezes

não é valorizado nas instituições de ensino e pesquisa. Porém, os educadores populares que participaram desse processo perceberam que essa visão hierárquica do conhecimento também está dentro de cada um de nós, que acabamos por não valorizar o conhecimento prático vindo da experiência, que é construído e renovado todos os dias. Há uma visão hierárquica do saber que tem relação com o poder do conhecimento reconhecido e legitimado institucionalmente como sendo exclusivamente aquele que é ensinado e aprendido na escola, na academia. Na conclusão dos debates, as(os) educadoras(es) da economia solidária afirmaram que *“os diferentes conhecimentos são válidos e necessários e tanto o saber científico quanto o saber popular têm e exercem um tipo de poder, mas falta uma proximidade entre eles. Na sociedade capitalista muitas vezes o processo de construção do conhecimento é hierárquico, pois envolve relações de poder. Na economia solidária é necessário pensar o processo de produção do conhecimento a partir da apropriação dos conhecimentos envolvidos nos processos de produção”*. (...) *É importante valorizar o saber popular e conscientizar as pessoas com relação a este seu poder para fazer com que as pessoas se sintam mais empoderadas. (Mas,) os interesses que orientam a produção dos conhecimentos científicos e a formação técnico-científica não garantem o diálogo e nem o compromisso. (Diante disso) é importante preparar melhor a academia e os técnicos para o trabalho na comunidade e adaptar a linguagem hermética da academia, que dificulta o acesso ao conhecimento. É importante que enquanto educadoras(es) tenhamos uma vigilância pedagógica permanente quanto à questão da valorização do conhecimento popular. Um saber que é fruto da experiência social de comunidades, povos, etnias e sociedades que assumem características históricas e culturais distintas. Todo saber tem seu valor, mas precisamos estar atentas(os) sobre o saber que se constrói e que está a serviço dos interesses hegemônicos, como por exemplo: a transgenia, as tecnologias de insumos que con-*

taminam os alimentos. (Por outro lado é) preciso quebrar a barreira de dizer o conhecimento “certo ou errado”. Nenhum conhecimento é ruim ou bom a priori. E todos possuem um conhecimento prático, construído a partir da vivência, do conhecimento, da experiência, etc.”. (CFES-NE, 2010).

Assim podemos dizer que na concepção que vimos construindo ao longo dos últimos três anos, a sistematização de experiências educativas em economia solidária serve justamente para superar esse tipo de problemática pensando numa lógica horizontal de construção do conhecimento na qual se recupera o que as pessoas sabem de sua experiência, registrando os acontecimentos e interpretações que cada um tem de si mesmo e da experiência coletiva vivida no trabalho associativo para pôr em análise com outros saberes e dessa forma produzir novos conhecimentos.

Outro aspecto importante em nossa construção metodológica é o sentido que damos à sistematização. O que fazer da sistematização de experiências educativas em economia solidária revela um debate não apenas de caráter pedagógico, mas, sobretudo, político no sentido de afirmar que a construção do conhecimento nos processos educativos em economia solidária se dá a partir da valorização do saber popular que emerge das práticas cotidianas e nos confrontos com a hegemonia do capital e o modelo de desenvolvimento.

*No percurso de construção da economia solidária vivenciamos inúmeras experiências. Temos perguntas para as quais não temos respostas assim como decisões a tomar que podem aguardar ou que são inadiáveis... Num esforço coletivo que faz história, criamos e recriamos nossas práticas*⁵. Nessa mesma direção entende o co-

⁵ O texto em itálico é um extrato do texto didático construído pela equipe CFES-NE para apoiar os debates do seminário regional, com o apoio da educadora Carolina Leão, membro do Coletivo Mó de Vida, iniciativa da economia solidária em Portugal que também participa conosco dessa construção.

letivo peruano de sistematização do Coletivo de Educadores e Alfabetização da América Latina (CEAAL) ao afirmar que a sistematização favorece a reflexão, confrontos com as práticas, quebrar os ativismos e até mesmo evitar a repetição dos erros do cotidiano, pois muitas vezes ficamos mergulhados nas tarefas do dia a dia e não sabemos mais para onde estamos indo ou queremos chegar. (Jara, 2006).

SOBRE O PROCESSO METODOLÓGICO: COMO FAZER E QUEM FAZ A SISTEMATIZAÇÃO

Algumas orientações metodológicas para a estratégia da sistematização de experiências educativas em economia solidária no Nordeste também foram elaboradas. Aqui evidenciamos as que julgamos importantes, tais como:

1) Fazer a sistematização a partir do chão de vida e trabalho com as(os) integrantes de empreendimentos econômicos solidários para a construção do conhecimento em economia solidária. Durante o seminário cada Estado fez algumas indicações de possíveis experiências a serem sistematizadas com o objetivo de contemplarmos os diferentes tipos de experiências capazes de revelar a diversidade de áreas, segmentos e territórios. Nesse processo, as relações entre os fatos e as interpretações das(os) que os viveram devem se relacionar com o contexto, às vezes inclusive de outras épocas, sentindo-se como partícipe da construção histórica em que sua experiência foi vivida. Assim o ponto de partida é a experiência, mas o processo pode revelar caminhadas muito distintas uma vez que é, ao se debruçar sobre a mesma que vamos descobrindo, estudando, refletindo e analisando o que aconteceu, criando sínteses e construindo o produto da sistematização.

2) A elaboração de uma pergunta central para orientar nossa ação: “Como aprendemos e ensinamos o trabalho no dia a dia de nossos empreendimentos?”.

3) A partir dessa pergunta, cada empreendimento escolheria o eixo da sistematização, que segundo diferentes autores, entre os quais Jara (2006), é um guia estruturador no processo. Pois, cada experiência é de uma riqueza imensa e é preciso escolher por onde interessa mergulhar com a reflexão sobre a prática. Isso é uma decisão de quem viveu a experiência e sentiu as dores e os êxitos, entre outros, desse processo.

Com tais orientações, passamos o ano de 2011 e o primeiro semestre de 2012 realizando encontros e debates com os grupos nos Estados. Os produtos preliminares dos processos de sistematização vieram para um segundo seminário regional, realizado em Vitória de Santo Antão (PE), nos dias 15 a 17 de março de 2012.

SOBRE OS RESULTADOS DA SISTEMATIZAÇÃO OU COMO ELABORAR A NARRATIVA CRÍTICA FINAL

O produto é o resultado do processo de sistematização da experiência local construído a partir da definição de um eixo de sistematização e com uma determinada orientação preliminar que chamamos de um plano. O produto da sistematização pode ter vários formatos como: texto, cartilha, vídeo, história em quadrinhos, poema, entre outros. Para nosso caso, definimos coletivamente que os produtos seriam escritos constando aproximadamente quatro partes, quais são:

1. Situação inicial: descrever o problema ou oportunidade de desenvolvimento antes da ação dos sujeitos envolvi-

dos na experiência, a partir dos diferentes olhares (perspectivas múltiplas) orientados pelas perguntas: O que existia antes? Como era a realidade? Aqui inserimos a memória e o passado descrito e registrado por quem viveu a experiência no que se refere ao momento anterior de existência da experiência. Esses dados e informações foram coletados em entrevistas e documentos, meios de comunicação, etc. como já falamos acima;

2. Reconstrução do processo de realização da experiência (a partir dos diferentes olhares – perspectivas múltiplas): as perguntas orientadoras aqui foram: Como aconteceu o processo? Quais relações podemos estabelecer entre o processo vivido e o contexto em que a experiência aconteceu? O que foi feito? Quando foi feito? Quem fez? Como fez? Com que meios e recursos?

3. Situação atual: na qual se descreve como o grupo que viveu a experiência está hoje, após sua vivência. As perguntas orientadoras foram: em que medida a experiência mudou a vida das pessoas e da realidade em que aconteceu? O que é diferente depois dela? Como podemos comparar a situação atual com a inicial? Quais são os benefícios que se pode medir (concretos) ou que não se mede, mais existem e são sentidos (simbólicos, espirituais, afetivos, etc.)? Quem se beneficia da experiência? A experiência se tornou mais conhecida por outras pessoas e outras localidades? Como foi isso? O que criou obstáculos para a experiência?

4. Principais aprendizados da experiência: as perguntas orientadoras aqui foram: Que lições o grupo que viveu a experiência pôde tirar do processo? O que aprendeu? Que síntese estabelece a partir do eixo de sistematização? Que aprendizados tirou do processo de sistematização (avaliação)?

Durante o segundo seminário e no transcorrer dessa ação percebemos que alguns coletivos estaduais encontraram problemas no percurso como, por exemplo, o afastamento das pessoas que haviam participado do primeiro seminário de construção das orientações, o que provocou uma quebra na elaboração; necessidade de suspensão das atividades de trabalho para refletir e estudar; e entendimento frágil da metodologia. Junte-se a isso a dificuldade da coordenação do CFES-NE para acompanhar cada experiência de forma mais sistemática por sermos uma equipe com poucas pessoas. De forma resumida, esse foi o percurso vivido pelo CFES-NE e as(os) educadoras(es) envolvidas(os) nessa construção, cujos resultados estão neste livro e que poderão ser vistos, apreciados e criticados nos capítulos seguintes.

Para nós, da equipe de coordenação, essa vivência com os coletivos estaduais foi rica e um momento ímpar para aprofundarmos algumas questões que consideramos necessárias abordar neste capítulo em torno da concepção da sistematização e de seus significados para a educação em economia solidária. Queremos trazer algumas reflexões críticas para continuar apimentando o caldo da construção do conhecimento em economia solidária.

REDESCOBRIR NOSSOS SABERES: SISTEMATIZAR NÃO PODE SER ENTENDIDO COMO UMA ATIVIDADE DE ESPECIALISTA

Nós compreendemos que a sistematização de experiências está vinculada ao processo de construção do conhecimento. Então não precisamos de sistematizadoras(es) especialistas para fazer a sistematização. Nós precisamos de educadoras(es) problematizadoras(es) capazes de apoiar os grupos, entidades e empreendimentos em seus processos de reflexão sobre a prática. As(os) educadoras(es) problematizadoras(es) precisam estar no

processo, independentemente de que façam parte ou não da experiência que está sendo sistematizada. Mas, precisam estar comprometidas(os) social e politicamente com a construção da educação em economia solidária.

Nosso propósito é que todas(os) nós sejamos capazes de refletir sobre nossas experiências, analisá-las e tirar conclusões e aprendizagens que favoreçam à construção/desconstrução de nosso conhecimento em economia solidária e sobre nossa concepção de mundo. Ser capaz de confrontar nossos saberes, aprendidos na vivência, com outros saberes e ver se é possível somar ou não. Pois é, nós sabemos que existem muitos saberes que servem para reforçar o projeto do capital e não contribuem para a autonomia e emancipação das trabalhadoras(es) e sim para manter a dependência de quem detém o saber legitimado pela sociedade individualista. Romper com algumas hierarquias do saber e desconstruir o poder do saber (individualista e competitivo) é essencial na sistematização de experiências de educação em economia solidária. Para isso, temos que refletir sobre o quê e como a escola e a sociedade em geral pensam sobre o conhecimento e sua produção.

É comum a gente ouvir que o doutor tem o saber, que fulano é sabido porque foi para a escola, e por aí vai. Mas, existem outros saberes que herdamos de nossos antepassados e de nosso jeito de fazer e que dependem do lugar que moramos, de nosso gênero, de nossa raça e, podemos até dizer, de nossa geração.

Voltando à ideia da escola e dos saberes, seria muito bom que entendêssemos que existem saberes diferentes e que nenhum é mais importante do que o outro. É exatamente essa importância maior que foi dada ao saber da escola que criou uma separação e um distanciamento preconceituoso entre os saberes. Se olharmos para trás, o saber dos povos indígenas e dos povos de origem africana foi negado pelos colonizadores; o saber das camponesas e camponeses,

pescadores e pescadoras foi sendo desqualificado por uma tecnificação industrial da agricultura que avança na mercantilização da natureza.

Diante disso, podemos entender que todo processo educativo, seja ele formal, não formal, técnico ou popular serve a um determinado projeto de futuro e a uma visão que temos do mundo e da sociedade, comunidade e do lugar que ocupamos nela. Recuperar essa compreensão é ter uma visão crítica sobre o conhecimento e sobre que conhecimento interessa ao bem viver e aos princípios e valores que defendemos como cooperação, solidariedade, justiça social, convivência e igualdade na diferença, por exemplo. É o que podemos chamar de um conhecimento emancipatório que contribua para romper com a opressão e exploração de classe, raça e gênero.

Para quebrar alguns padrões é preciso ter tempo com liberdade de pensamento e de expressão. É bom também entendermos que os processos de mudança e de construção do conhecimento se dão de formas diferentes. Se existe um ambiente agradável e prazeroso, cada pessoa, a partir de sua vivência e de sua realidade, vai pegando uma ideia aqui, outra acolá. Juntando e refletindo vai dando novos sentidos a seu saber. Esse processo, quando vivido de forma coletiva, acaba dando novo significado aos saberes individuais que vão sendo reelaborados e adquirindo novos significados na construção de um grupo que trabalha de maneira associada.

Para ajudar nesse caminho foi necessário em algumas situações um(a) educador(a) problematizador(a) externo porque esta concepção de valorização do saber e de construção de outros saberes ainda não está muito praticada. Mas, nosso desafio é que todas e todos sejamos capazes de produzir conhecimentos. A participação de alguém com um olhar externo, o olhar do estranho ao grupo tem sido importante para agregar outros saberes, mas o sentimento de quem viveu a experiência não é

possível ao(à) educador(a) externa(o) ao grupo. Daí dizermos que essa pessoa tem um papel de problematizar, de apoiar o grupo a fazer suas perguntas, de ver maneiras e formas de apoiar o grupo com algumas técnicas e métodos.

Faz parte da pedagogia da autogestão o ser coletivo. O sentido do(a) educador(a) problematizador(a) é também apoiar o grupo a expor as diferenças de compreensão e interpretação sobre o processo vivido. Pois, como já dissemos, existem muitos ângulos para vermos uma experiência e existem muitos sentimentos envolvidos, bem como lugares diferentes que ocupamos na sociedade como classe, gênero e raça. Não basta apenas que cada membro do grupo produza o conhecimento, mas que o grupo construa seu conhecimento a partir da vivência e da problematização de sua prática. É nessa situação de sair do indivíduo para o coletivo que exercitamos a convivência com as diferenças com base na democracia participativa. Os resultados e as lições aprendidas só podem ser construídos por quem viveu o processo de aprendizagem na experiência de educação em economia solidária. Aqui está a chave da sistematização da experiência vivida: é que, ao se confrontar com o vivido e dele extrair lições, o grupo busca melhorar sua prática, seu jeito de fazer vai ser diferente ou vai ter mais confiança para afirmar o que vem fazendo e refletindo. E, dessa forma, haverá transformações nas pessoas e a seu redor, seja na família, no grupo de trabalho, na comunidade, enfim, o grupo sai diferente de antes de haver iniciado a sistematização de sua experiência. E isso é algo que é interno e íntimo da pessoa, do grupo e ao grupo. Quando falamos grupo, entendemos também associações, cooperativas e redes. O(a) educador(a) problematizador(a) poderá explicar sobre o porquê de um ou outro acontecimento, poderá apresentar argumentos e conceitos, mas o sentimento e o sentido exato do porquê dos acontecimentos e como se deram de uma e de outra maneira é de quem viveu a experiência. E na

sistematização do conhecimento, a partir das experiências de educação em economia solidária, nós precisamos valorizar e considerar a vivência, pois ela é a fonte de nossa construção de uma outra economia. É a partir do cotidiano vivido e da descoberta criativa que a cada dia os trabalhadores associados vão reinventando seu cotidiano e a vida no chão do trabalho e da vida. As diferentes práticas de economia solidária são resultado de um processo de ruptura em relação ao modelo dominante, mas, sobretudo, em relação às práticas educativas de formação, assessoria técnica, inclusão digital, acesso a tecnologias sociais, entre outros aspectos essenciais a sua continuidade.

Diante de tudo que já foi exposto, o sentido de fazer sistematização de experiência é para que todos e todas sejamos capazes de mergulhar em nossas vivências, entender e refletir quanto ao porquê de usarmos esta técnica e não outra, por que usamos determinados instrumentos e ferramentas de trabalho, por que nos organizamos de tal forma, por que nossos sentimentos e valores simbólicos são importantes e fazem parte de nossa educação. Ou seja, termos a clareza do que fazemos, de como fazemos e por que fazemos e não ficarmos apenas repetindo o que já ouvimos, reproduzindo o que nos disseram. Isso significa repensarmos o sentido e o valor do trabalho para cada um(a) e para o coletivo e a sociedade em que vivemos.

Para o CFES-NE a sistematização da experiência não é para fazer propaganda dos êxitos e sucessos. Sistematizar experiências é também aprender com os erros e deles tirar lições que nos façam superar os desafios do dia a dia e de objetivos mais amplos de mudança na sociedade. No início do processo vivenciado algumas pessoas viam a sistematização da experiência como um marketing, como uma vitrine para expor apenas os acertos e vitórias das experiências exitosas. Juntos refletimos sobre a necessidade de que a sistematização é também tomar consciência do que se fez, de sua

capacidade de corrigir erros, ajustar a ação e transformar as condições de vida. E assim poder levar para as outras e os outros as aprendizagens vividas e elaboradas de acordo com as práticas em economia solidária.

Os resultados das sistematizações não indicam modelos e receitas de como fazer e trabalhar em economia solidária, mas de disseminar experiências que buscam uma outra forma de trabalho e de vida que não explora os homens e as mulheres, que não oprime e nem discrimina por causa do gênero e da orientação sexual; que buscam uma outra relação com a terra, a água, animais e plantas vendo-os como bens comuns e não como recursos que se usa e explora até a extinção para a acumulação ampliada do capital; que as experiências sistematizadas sirvam de inspiração e de estímulos para romper com uma economia que destrói a vida, que separa a criatividade da produção e da técnica. Essa visão se contrapõe ao conhecimento que separa a economia das demais esferas da vida em sociedade.

Assim este livro é resultado de nossas aprendizagens e nosso objetivo é que cada grupo que participou de sua elaboração possa usá-lo como uma expressão da produção do trabalho intelectual de todas nós. Por que usamos aqui o trabalho intelectual? Justamente para dizer que a elaboração intelectual não é apenas exercício de cientistas e doutores, mas que é resultado do pensamento, do estudo, da reflexão a qual todas e todos podemos nos dedicar. E, dessa forma, entendemos que educadoras e educadores precisam fazer do estudo e da reflexão uma prática do dia a dia mesmo sem estar voltada para a elaboração de um produto, seja ele um texto, um vídeo ou uma poesia, entre outros.

Depois de ditas tantas coisas, gostaríamos de trazer alguns dedos de prosa sobre as nove experiências sistematizadas. Como falamos na introdução, é uma viagem que co-

meça no Maranhão e vai até a Bahia – do norte para o sul do Nordeste.

AS DISTINTAS CORES, LUZES, FORMAS E LUGARES NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS PELAS(OS) TRABALHADORAS(ES) DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO NORDESTE

No primeiro seminário sobre sistematização de experiências, as(os) educadoras(es) elaboraram pistas e sugestões para orientar a escolha do coletivo de educadores em cada Estado da experiência a ser sistematizada, mas não houve nenhuma amarra em termos da escolha dos grupos em cada um dos Estados. No segundo seminário, após as apresentações dos grupos escolhidos pelos nove coletivos estaduais, alguns aspectos apareceram como transversais e comuns a vários grupos, o que indica que no Nordeste as experiências de economia solidária têm um determinado perfil.

Um primeiro aspecto a salientar é a forte presença e o protagonismo das mulheres. Estejam no rural ou no urbano, mulheres jovens ou mais velhas aqui estão elas. Entre os nove Estados, temos seis experiências sistematizadas com a participação apenas de mulheres; as outras três são mistas, com a participação de homens e mulheres.

Cabe a nós responder à pergunta: por que as mulheres têm protagonismo na economia solidária?⁶ Podemos apenas começar com essas tentativas de resposta, mas isso deve seguir nos

⁶ É importante salientar que o mapeamento da economia solidária realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, afirma que 63% dos participantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) mapeados são homens. (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), 2007). Porém, é importante indicar a necessidade de se realizar uma pesquisa qualitativa em torno destes dados para perceber se não há distorções, por exemplo, devido ao grande número de EES rurais onde, por uma questão de gênero, as mulheres acabam se tornando invisíveis no momento da resposta ao questionário.

instigando a investigar para avançar em nosso conhecimento. Uma das questões centrais, para nós, tem a ver com a participação da mulher no mundo do trabalho e sua identificação histórica com o trabalho reprodutivo não reconhecido socialmente. Na economia solidária estamos aprofundando a discussão sobre a economia feminista, que reafirma o trabalho da mulher em seus diferentes lugares considerando a necessidade de problematizar o privado e a vida em família. Algumas mulheres se ressentem que seus filhos e maridos não reconhecem o trabalho doméstico (reprodutivo) como trabalho.

Nas experiências sistematizadas percebemos que as mulheres em seu trabalho na economia solidária fortalecem a presença do cuidado, vinculado geralmente à esfera reprodutiva, o que cria e fortalece novos horizontes para o trabalho. A elaboração cotidiana de novos significados pelas mulheres fortalece a compreensão de que o trabalho, enquanto esfera de apropriação e transformação do mundo e das relações sociais, precisa compreender valores diversos. Dessa forma, a solidariedade, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade se tornam esferas de cuidado coletivo que tornam o trabalho espaço de liberdade, reflexão sobre a vida, engajamento político e educação/formação militante. Estas bases nos permitem pensar, ainda de forma bastante inicial, que o fortalecimento da participação das mulheres na elaboração do trabalho na economia solidária suscita novas compreensões e práticas para a construção de um projeto político de ruptura com o atual modelo hegemônico capitalista.

Assim, no Maranhão, o Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina traz, a partir de suas lutas pela ocupação do espaço urbano, uma percepção do trabalho, como o resgate do lúdico e do tempo familiar por meio da produção de brinquedos. Para essas mulheres se fazia necessário aliar as condições de reprodução da vida doméstica, pú-

blica e política por meio do trabalho coletivo no empreendimento. O cuidado com as crianças e com a comunidade demanda para o grupo a necessidade de um trabalho que afirme um movimento de contínuo diálogo entre seus vários mundos de trabalhos.

Na experiência da Associação dos Artesãos de Frei Paulo (SE) e do Grupo de Mulheres Bordadeiras do Parque Piauí (PI) temos mulheres bordadeiras em situações de solidão, de isolamento no espaço doméstico repetitivo e exaustivo que encontram no trabalho coletivo as condições para recuperar sua autoestima e confiança e assim enfrentar a violência doméstica com suas diversas faces. Também temos a migração masculina do campo para as cidades ou outras atividades temporárias de trabalho na agricultura, como ocorre em Sergipe, que relega às mulheres a manutenção e continuidade da vida no espaço rural. O trabalho simboliza a retomada do pertencimento, o resgate do lugar público e da voz dessas mulheres. Para muitas se torna um processo curativo de enfrentamento à depressão e outras doenças associadas à competitividade, ao individualismo e à imposição de padrões culturais de organização da vida e do tempo. O trabalho se traduz aqui enquanto cuidado que reafirma o lugar das mulheres na comunidade na preservação dos laços culturais e sociais.

Em Alagoas, as mulheres da Natu Capri rompem de forma contundente com os destinos a elas reservados pelo patriarcado e pelas adversidades ambientais. A fabricação de sabonetes permite que elas ultrapassem o trabalho como complemento de renda familiar, como ação de ajuda ao companheiro e se torne ação por autonomia e liberdade. O trabalho permite o bem-viver traduzido por elas como o reconhecimento à própria existência e à capacidade de produzir e criar.

Nesse grupo também podemos observar um segundo aspecto interessante que é recorrente em quatro das nove experiências sistematizadas: o fato de se desenvolverem atividades rurais. No Nordeste, a presença da economia solidária no mundo rural é muito maior do que no urbano. E, nas experiências sistematizadas, percebe-se uma forte ligação dos empreendimentos com a questão do meio ambiente, o que nos obriga a refletir mais sobre a relação existente entre economia solidária e meio ambiente, elemento que nem sempre está presente nos debates sobre a temática.

O que as mulheres da Natu Capri refletem em sua experiência nos remete ao coração do Nordeste, o semiárido, e, sobretudo, na relação que os seres humanos que lá moram estabelecem com este bioecossistema. As mulheres nos fazem perceber, a partir do conhecimento construído no cotidiano de suas experiências, que o sertão precisa ser cuidado e percebido como lugar para a vida generosa e plena de mulheres e homens. Elas indicam ainda, em direção semelhante ao que fez o Fórum Brasileiro de Economia Solidária em sua V Plenária, realizada em dezembro de 2012, que o bem-viver exige que cuidem solidariamente umas das outras construindo uma alternativa de trabalho capaz de vida digna; que cuidem da natureza que lhes fornece matéria-prima; e que cuidem dos homens e filhas e filhos envolvendo-os na produção. Ou seja, uma ação que busca praticar uma economia que interage com as diversas dimensões da vida simbólica e material.

Na experiência das alagoanas ainda aparece como se relacionam com a caatinga, da qual extraem os aromas produzidos pelas ervas existentes nesse bioma. Dessa experiência emerge a discussão e preocupação com a sustentabilidade de nossas riquezas naturais, consideradas bens comuns, em especial a água, elemento essencial para a vida na terra. Nesse reconhecimento do semiárido como lu-

gar de vida fortalece-se a compreensão do respeito às diversidades ambientais, de preservação dos biomas e da construção de alternativas concretas e sustentáveis que reconheçam os saberes locais.

A problemática enfrentada pelos empreendimentos rurais no Nordeste hoje é carregada de sentidos no que se refere à possibilidade de manutenção de um projeto de resistência à invasão do capital industrial na região. Sob pena de desaparecerem submersas na onda de crescimento industrial que assola a região, algumas experiências ainda resistem e mostram que é possível pensar o desenvolvimento a partir da lógica da economia solidária.

É o caso da experiência da Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso (APPR), da Bahia. As(os) integrantes e suas famílias eram ribeirinhas(os) e foram atingidas(os) pela construção de barragens; outras(os) foram atraídas(os) justamente pela construção, no caso da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, que na década de 1970 submergiu comunidades de quatro municípios da região: Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado, além de inúmeros povoados, fazendas e comunidades tradicionais, para viabilizar a geração de energia elétrica.

Com a realocização das famílias e da comunidade emerge resistência e superação. Essa experiência reflete uma série de outras vivenciadas por pescadores e pescadoras artesanais da região que também enfrentam uma problemática ambiental séria em função dos processos de destruição dos ambientes naturais onde realizam seu trabalho para a sobrevivência. Como recuperar a experiência cultural de trabalho com a pesca artesanal, com a agricultura sem agrotóxicos depois de serem removidas(os) e de se sentirem despregadas(os) de suas terras e de suas histórias e referências simbólicas?

A criação da associação, portanto, do trabalho associado é, para essas pessoas, a experiência que brota nos corações como uma semente nova, cansadas(os) de vagar pelas obras públicas de construção civil e de trabalho temporário no Vale do São Francisco, como ocorre com centenas de trabalhadoras(es) no meio rural do semiárido nordestino.

É importante ressaltar que a associação se sentiu revigorada pelo estímulo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, executado também pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), resultado das lutas e conquistas dos movimentos sociais do campo, na década de 1990, frente à questão da segurança e soberania alimentar⁷ em contraposição à política agroindustrial vigente.

Tal experiência favorece a aproximação das(os) produtoras(es) com os(as) consumidores locais, muitas vezes quebrando a dependência do atravessador. Além de um consumo mais saudável e passível de controle pela comunidade local, pois o alimento vai para a merenda escolar e para populações locais que são beneficiadas pelas políticas de assistência social do governo. Dessa forma, o trabalho associado com base nos saberes tradicionais da pesca e da culinária das populações ribeirinhas apresenta-se como novo dinamizador e reorganizador da economia local por meio do beneficiamento e consumo do pescado, envolvendo compras públicas. Nessa experiência existem três segmentos

⁷ Por soberania e segurança alimentar os movimentos sociais entendem a garantia de autonomia e condições de vida e trabalho das(os) camponesas(es), desde a produção de alimentos de qualidade, sem agrotóxicos, diversificados e adequados à cultura local, assim como de estratégias socioeconômicas e ambientalmente sustentáveis de produção de alimentos. Isso tem uma grande relação com os valores e princípios da economia solidária quando ressalta a questão do bem viver como sentido de vida, de não exploração do trabalho e de relação de interdependência entre os seres vivos.

envolvidos diretamente: pescadores(as) (associação), poder público (governos local e federal) e as(os) consumidoras(es) – aí estão também as(os) filhas(os) das(os) pescadoras(es) que fornecem os alimentos. É uma experiência que favorece pensarmos a relação de proximidade de produtores e consumidores, de recuperação dos vínculos sociais que foram desgastados pelas remoções e migrações, e dessa forma poder emergir força para exigir mais das políticas de segurança alimentar e abastecimento, entre outras de educação e saúde. Isso remete à estruturação das atividades produtivas (de bens e serviços) indissociável da construção da democracia, da participação e da decisão da coletividade. É isso que entendemos como um processo de construção de um território de economia solidária.

Continuando nossa jornada sobre o rural e a agricultura familiar, encontramos a experiência da Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos (ASSIM), que está situada na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Esta experiência também revela um aspecto emblemático do Nordeste na área rural, que é a relação com a monocultura da cana-de-açúcar, que gera um sistema servil entre trabalhadores e latifundiários estabelecido que, em muitos casos, ainda guarda características da época da escravidão. Os participantes desta sistematização mostram com clareza as estratégias de resistências estabelecidas pelos trabalhadores(as) desde essa época também, pois quando resgatam a história das antigas gerações na comunidade, como elemento de aprendizagem e de construção do conhecimento, mostram que apesar do trabalho na cana, eles sempre mantiveram o sítio como lugar de vida, de trabalho e sobretudo de sobrevivência, pois o que tiravam da cana não dava pra viver. Essa lógica, exercida pelo campesinato em quase todos os locais onde ainda se faz presente no Nordeste, é o combus-

tível central da resistência e persistência contra a lógica desenvolvimentista que atualmente invade a região.

Na recuperação dos saberes tradicionais da agricultura praticada pelos mais velhos, a experiência mostra a importância de rever certas práticas de agricultura convencional na perspectiva de construir uma prática agroecológica que estabeleça uma outra relação entre os seres humanos e a natureza na comunidade, que termina por ser irradiada na região. A partir de uma lógica de preservação e recuperação da paisagem natural, os mais jovens vão se apropriando de novas tecnologias que contribuem para que as práticas de agricultura e pecuária vão aos poucos se modificando e fazendo com que espaços de debate e discussão comunitárias e associativas indiquem que a relação entre economia solidária e agroecologia é extremamente importante para a superação de diferentes tipos de problemas cotidianos.

Nessa situação existe um conflito permanente com as políticas agrícolas para o campo que privilegiam o agronegócio, no caso a recuperação da cana-de-açúcar em Pernambuco para a produção de álcool, bem como a instalação de novas indústrias, inclusive de montadoras de automóveis, na Zona da Mata, fomentadas pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal e estadual. Podemos ver nesse espaço dois pilares da atual dinamização desenvolvimentista que tenta espremer as práticas do campesinato.

A experiência da ASSIM nos ensina que é possível estar quase que ilhado num mar de cana e refletir sobre a relação com o trabalho, o ecossistema e a vida de outra forma, também na perspectiva de construção do bem-viver.

A sistematização também ensina o quanto temos que cuidar das novas gerações dos povos do campo. Muitos jovens estudam e querem construir sua vida em outros lu-

gares, ainda na ideia de que campo é sinônimo de atraso. A comunidade, em sua experiência, mostra exatamente o quão é importante seu envolvimento desde cedo em diferentes projetos comunitários no sentido de que essa experiência de vida e trabalho não seja desperdiçada. Está bem evidente que a sistematização apresenta desafios e busca uma outra perspectiva de desenvolvimento sustentável pelas pessoas envolvidas.

Finalmente, a sistematização indica ainda um outro aspecto importante para a consolidação do debate em economia solidária. A partir do vivido, percebe-se que as relações de reciprocidade e solidariedade permitem estabelecer outros tipos de riqueza que nem sempre são visíveis, pois não são monetarizadas. Ao perceber, por exemplo, que ao produzir para comer também estamos produzindo riqueza, os participantes da ASSIM resgatam elementos importantes no processo de construção de qualquer economia, em especial a solidária, fazendo-nos refletir sobre a necessidade de uma revisão urgente naquilo que temos considerado como riqueza em nossa sociedade.

Colaborando com essa nossa análise, França Filho (2001) considera que existe nas práticas da economia solidária uma articulação fina entre as necessidades e os saberes e como manejar os recursos locais a partir de uma técnica apropriada e adaptada capaz de enfrentar o cotidiano e elaborar possibilidades de superação de entraves e de convivência com o meio natural. Para esse autor, as características e relações de proximidade que se apresentam na economia solidária trazem também um potencial de desenvolvimento local à medida que geram ao poder local novas dinâmicas socioeconômicas e demandas públicas em torno de investimentos e regulações, um aspecto evidente nas experiências apresentadas neste livro.

Experiências como a da Associação do Artesanato Currais-Novense (AAC) da Associação das Bordadeiras de Currais Novos (ABCN) e da Associação de Artesãos e Culinaristas de Currais Novos (AAC), do Rio Grande do Norte, e Fazendo Arte e Economia Solidária, de João Pessoa (PB), entre outras citadas, ao buscarem a construção de uma Central de Comercialização em cogestão com a prefeitura, também estão nesse campo de desafio. Ou seja, como construir legislações que respeitem e reconheçam o trabalho associado? Como enfrentar a relação perversa com o poder público no processo de indução às dinâmicas da economia solidária? Como se libertar do julgo do coronel, característico da região no período colonial, que parece hoje assumir formas mais modernas materializando-se em determinados perfis de gestores públicos seja no executivo, no legislativo ou no judiciário?

Em que pese à boa intenção de muitos gestores públicos em apoiar e incentivar às iniciativas associativas solidárias, a máquina pública e a lógica do Estado e dos governos violentam o tempo necessário aos processos de organização e construção da confiança entre as(os) trabalhadoras(es), principalmente aquelas(es) que vinham realizando seu trabalho de forma autônoma ou isolada, como é o caso de artesãos e artesãs.

Algumas experiências de gestões públicas promovem o ajuntamento de pessoas sem compreender o que caracteriza as iniciativas econômicas solidárias, ou seja, o vínculo social, o pertencimento, a identidade e a reorganização nos territórios. E se isso se perdeu ao longo de processos perversos de urbanização ou de remoções no campo, o tempo para recuperar vínculos e construir solidariedade e cooperação no trabalho é um processo para além da organização de feiras ou de eventos de comercialização e dos tempos de cada gover-

no. As experiências de Fazendo Arte e Economia Solidária em João Pessoa, das associações de Currais Novos e, em certa medida, da associação das pescadoras de Remanso trazem o desafio da construção do marco legal para a economia solidária no Brasil bem como o da relação com os governos e a execução de políticas públicas.

Outro aspecto que sobressaiu nas experiências sistematizadas refere-se ao acesso a uma assessoria técnica que dialogasse com a forma de construir e organizar a produção do trabalho nos empreendimentos. A assessoria técnica se mostrou como uma ação em geral identificada como neutra, desconectada da reflexão política dos empreendimentos e das experiências vividas e resgatadas pelos grupos. Assim a assessoria técnica que chegava aos empreendimentos não compreendia que o trabalho realizado tomava outros parâmetros para compreender viabilidade, produção, comercialização e sustentabilidade.

Essas diferenças conceituais e teóricas expressadas nas ações de assessoria levaram os grupos a reflexões variadas quanto ao papel das assessorias técnicas. A assessoria precisava ser compreendida enquanto uma ação política elaborada a partir dos acúmulos construídos nos espaços de educação da economia solidária. Fazia-se necessário que a ação de assessoria fosse elaborada a partir das construções já feitas pelo grupo, ou seja, considerar como o grupo aprendeu a bordar, plantar ou fabricar brinquedos. Além desses pontos, também se destacou a necessidade de pautar as universidades enquanto espaços de produção do conhecimento quanto à formação daqueles e daquelas que em breve estarão em seus distintos campos profissionais atuando junto a esses empreendimentos.

No processo de sistematização percebe-se uma incrível elaboração que, ante a ausência de uma assessoria técnica adequada, os empreendimentos passam a reali-

zar. Se não temos um(a) pedagogo(a), um(a) contador(a), um(a) nutricionista, dentre algumas das necessidades destacadas no processo de sistematização, as(os) próprias(os) participantes dos empreendimentos passam a construir processos de autoformação. Em revistas e livros cedidos ou conseguidos em bibliotecas, em pesquisas na internet, em processos de intercâmbio com outros grupos, em experimentações feitas no dia a dia e na observação rigorosa do próprio fazer, os grupos realizam um processo próprio de construção e elaboração de conhecimento em um diálogo consequente com os princípios que organizam seu trabalho cotidiano.

Com essas autoformações, nas quais o intercâmbio de experiências tem uma relevância pela possibilidade de unir a reflexão com a ação prática dos grupos, com aspectos de linguagem e de histórias de vida e trocas culturais, vimos um caminho capaz de desmistificar essa tal assessoria técnica como o papel de um especialista. Separar a técnica das formas de vida e da condição histórica e ambiental tem sido uma marca de uma determinada concepção de mundo que deu um lugar muito privilegiado e de poder à técnica e à tecnologia. Isso remete a algumas questões que apresentamos no Capítulo 1 sobre nossas concepções de conhecimento e de educação.

O lugar da expressão da arte e na construção do conhecimento em economia solidária é uma reflexão muito nova para todas e todos. É por esse caminho que o coletivo de poetas do Templo da Poesia, em Fortaleza, trilhou sua sistematização. A construção do conhecimento, já foi dito, é uma construção social e por isso mesmo com uma profunda carga simbólica, pois a linguagem e nossas formas de interpretar o mundo em que vivemos têm a ver com nossas crenças, costumes, comportamentos e valores, bem

como de acordo com o tempo e o espaço onde nos situamos. Estamos inseridas(os) em uma cultura baseada na competição e no individualismo. As subjetividades são estimuladas pela ânsia do ter coisas, do sucesso, do aparecer. Sentimos na atualidade um profundo isolamento e uma quebra da proximidade entre as pessoas. No processo educativo é fundamental o lugar da arte e da poesia para pensar a pedagogia da autogestão e, sobretudo, como a arte pode contribuir para uma educação emancipável das(os) trabalhadoras(es).

Como a arte e a literatura, entre eles a poesia, podem manifestar outra subjetividade na contramão dos princípios que têm norteado a vida industrial, moderna e consumista? A poesia é uma expressão da pedagogia do amor e do afeto para mudar o mundo e construir relações de amizade, de respeito com dignidade, afirma o coletivo de poetas. O prazer de viver e construir uma outra economia diferente em que as formas de expressão da arte e sua produção não sejam uma mercadoria, mas viver a poesia, a arte, como o processo da humanização do mundo.

A poesia e toda expressão da arte faz parte da subjetividade humana e é preciso que exista um espaço, um tempo de reflexão, de admiração, de não fazer nada, pois isso é importante no próprio processo de reprodução da vida. A arte revela o que a razão e o pensamento ainda não alcançam.

Está longe dos poetas, dessa experiência sistematizada, querer uma uniformização das formas culturais e da expressão da arte. As formas culturais são símbolos e práticas sociais que expressam a cultura e esta não existe fora da economia, dos valores sociais, dos desejos, das subjetividades, do poder e das relações de classe, de raça e gênero.

A educação é uma das mais importantes formas culturais de reprodução dos valores de uma sociedade. São os valores assentados no individualismo, na competição e mercantilização da vida que nos contrapomos e queremos transformar. Dessa forma, resistimos à cultura hegemônica e plantamos sementes por meio de nossas práticas sociais de uma outra cultura e de uma outra economia assentadas na cooperação e na confiança como a liga na construção das sociabilidades, por meio do trabalho associado, na construção de algo que se imagina ser de um bem comum que por sua essência exige a ausência de classe sociais, das hierarquias autoritárias e patriarcais, das discriminações e opressões de gênero, de geração e de raça, entre outros.

Finalmente registramos que as experiências sistematizadas são “memórias perigosas” ao contrariarem uma lógica de produção de conhecimentos. Esses conhecimentos que emergem da economia solidária se manifestam no enfrentamento dos problemas desde o chão do trabalho, nos espaços domésticos, públicos e no território, considerando a multiplicidade de motivações e aspirações identitárias e simbólicas em prol de um mundo melhor e de uma vida mais digna. Ou seja, são grupos e pessoas que de diferentes maneiras sentem-se exploradas, oprimidas, discriminadas e constroem em seu viver cotidiano uma prática social que acreditam as levará a uma economia e sociedade solidárias.

Aqui neste capítulo estão nossas interpretações sobre as sistematizações de experiências de educação em economia solidária. Imaginamos que todas e todos também vão extrair suas impressões e reescrever suas próprias narrativas críticas. Sugerimos também leituras coletivas, rodas de histórias, e daí puxar mais fios e ampliar essa rede de produção de conhecimentos, de nossa história.

Referências

CFES-NE. I Seminário Regional sobre Sistematização de Experiências do Nordeste. Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010. (mimeo)

CHAVEZ-TAFUR, Jorge. **Aprender com a prática**: uma metodologia para sistematização de experiências. Associação ETC Andes/Fundação Ileia. Tradução no Brasil: AS-PTA, 2007.

JARA HOLLIDAY, O. **Para sistematizar experiências**. Tradução de Maria Viviane V. Resende. 2ª ed. Brasília: MMA, 2006.

FALKENBACH, Elsa. Juntando Cacos, formando vitrais. In: FUMAGALLI, Dirceu; SANTOS, João Marcelo Pereira dos; BASUALDO, Maria Esther (Orgs). **O que é sistematização?**: uma pergunta e diversas respostas. São Paulo: CUT, 2000.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. In: Dádiva e solidariedades urbanas. **Sociedade e Estado**: vol XVI, N. 1-2, janeiro-dezembro. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UNB), 2001.

HIRATA, Helena [et ali]. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

IMS. Sistematização de Experiências em Economia Solidária. Série EcoSol Caderno 2. Brasília: Instituto Marista de Solidariedade, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. RODRÍGUEZ, César. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, João Francisco de. O que é sistematização? In: FUMAGALLI, Dirceu; SANTOS, João Marcelo Pereira dos; BASUALDO, Maria Esther (Orgs). **O que é sistematização?**: uma pergunta e diversas respostas. São Paulo: CUT, 2000.

CAPITULO 3

Fabrincando conhecimento: a experiência do lúdico, do político e da memória por meio dos brinquedos pedagógicos



Após a realização do I Seminário de Sistematização do Centro de Formação em Economia Solidária (CFES), em abril de 2011, que reuniu educadoras e educadores dos Estados do Nordeste, saímos com o desafio de pensar junto com o coletivo do Maranhão a sistematização das experiências educativas e pedagógicas que surgem do trabalho e da vida de um dos empreendimentos do nosso Estado.

O coletivo de educadores e educadoras do Maranhão indicou o Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina, empreendimento de mulheres da economia solidária que compõe o Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão (FEESMA) desde 2006, para a sistematização. Com esta definição iniciamos um processo de resgate de nossa trajetória e a reconstrução de nossa história e de seus significados. Pesquisamos nossos documentos e organizamos uma linha do tempo na qual percebemos uma grande dificuldade: o registro de nossa história era extremamente frágil.

Após o segundo seminário regional de sistematização, em 2012, realizamos uma oficina com as mulheres do empreendimento no qual tentamos definir o sentido de nossa sistematização e qual olhar buscaríamos explorar. Vários aspec-

tos destacavam-se: a memória que se reorganiza por meio do brincar, o encontro de gerações em um processo de fabricação de brinquedos, a comunidade como lugar de fortalecimento das estratégias de organização da vida. Mas, todos estes pontos se encontravam no nosso fazer brinquedos. Esta definição resultou no eixo desta sistematização: como nós, mulheres negras, de Paço do Lumiar, bairro de São Luís, que viemos da luta pela moradia, da afirmação de nossa raça, passamos a partir da fabricação de brinquedos pedagógicos a buscar um lugar para nossas memórias e de afirmação do direito ao trabalho. A “fabrinciação” reúne dois aspectos de nossa experiência: o fabricar e o brincar com os brinquedos (a produção) e como nós construímos e vivemos o conhecimento.

1 – O PAÇO DO LUMIAR E O SURGIMENTO DO GRUPO DE MULHERES NEGRAS MARIA FIRMINA

Com características genuinamente rurais, a Ilha de São Luís e Região Metropolitana ao longo dos tempos vêm sofrendo sérias consequências com o deslocamento desordenado da população para a capital e as regiões vizinhas. Contabilizando um pouco mais de um milhão de habitantes, a capital do Maranhão traz consigo um legado de embates políticos. Já ostentou o título de Ilha Rebelde e guarda consigo um histórico de lutas e vitórias. Algumas dessas lutas se confundem com o Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina e com a comunidade do Residencial Zumbi dos Palmares, área rural no município de Paço do Lumiar, Região Metropolitana de São Luís.

Oficialmente, o Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina (GMNMF) registra sua criação no ano de 2002. O grupo foi gestado dentro da luta por moradia com a ocupação do Residencial Zumbi dos Palmares conquistada com muitas batalhas e confrontos na área rural de Paço do Lumiar.

É importante destacar que a maioria das ruas do bairro foi batizada com os nomes das pessoas ligadas à luta de resistência negra como, por exemplo, Rua Mãe Dudu, Rua Dandara, Rua Maria Firmina dos Reis e o próprio nome do Residencial Zumbi dos Palmares.

Após a entrega oficial das casas a motivação passou a ser garantir renda e trabalho para os moradores, pois estando na área rural, o condomínio se encontrava sem o acesso às políticas públicas, principalmente de educação, saúde e oportunidades de trabalho. É importante ressaltar que algumas das jovens que hoje estão na fabricação e na manipulação de brinquedos são filhas e sobrinhas das mulheres que travaram as tantas lutas para garantir moradia digna e condições de sobrevivência. A criação da cooperativa vem como uma resposta a essa necessidade e aspiração constituída para levar adiante o projeto habitacional no condomínio.

Após a constituição da diretoria, o grupo vencedor passou por muitas dificuldades para administrar os conflitos internos existentes. *“A cooperativa era liderada por mulheres, mas a perseguição era muito grande por parte dos companheiros que não constroem e não querem construir. Chegamos ao fim do mandato da cooperativa e decidimos criar um espaço de mulheres, um espaço nosso, no qual ninguém metesse a colher. Então Creuzamar, Luíza, Dalva, Lúcia, Helena, Zenir, Rosanilde criam o GMNMF para continuar nosso trabalho na comunidade. Outra preocupação era a geração de renda, porque era uma dificuldade sair do condomínio e de casa para trabalhar por causa das crianças que ficavam soltas na rua”*, conta Luíza.

Dessa forma, carregada de lutas e buscando novas possibilidades de vivência e sobrevivência, nasceu o Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina, que vem tentando pôr em prática seus ideais de construção de um espaço político para discutir as necessidades da comunidade e pleitear, além de moradia digna, o direito à saúde, educação, cultura ao lazer

e trabalho.

A escolha pelo nome de Maria Firmina dos Reis (1825-1917) traz consigo o desejo de homenagear esta mulher maranhense, negra, autodidata e abolicionista, que entre suas atividades de professora e escritora buscava afirmar a construção de uma sociedade livre da escravidão e das desigualdades vividas pelas mulheres. *“Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação aca-nhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida”*, entendia Maria Firmina, já em 1859, em seu romance *Úrsula*.

O grupo sabe que sempre buscou aliar a formação política e a geração de renda e trabalho, dada a dificuldade das mulheres para trabalhar fora de casa e ter que deixar seus filhos sozinhos. *“O grupo não trabalhava só a geração de renda, mas também a questão política. Por isso, dizemos que a fábrica é o empreendimento do grupo, mas que o grupo é mais amplo, com mais atividades”*, explica Luíza.

O espaço físico da fábrica no início era pequeno. Mas, as atividades aconteciam com o apoio de lideranças como, por exemplo, a ialorixá Mãe Venina de Ogum, que cedia espaço para as reuniões, oficinas e palestras com temáticas diversas como saúde, violência doméstica, políticas públicas e comemorações como o Dia da Consciência Negra.

Buscam parcerias na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e com o apoio do Herbário Ático Seabra, coordenado pela professora Teresinha Rêgo, criam o horto medicinal da comunidade e conseguem a construção de uma escola-creche, que serviu também como área de lazer comunitário.

Ao longo do tempo fomos fazendo uma opção em militar nos movimentos que apoiavam a luta por políticas públicas direcionadas às mulheres e à população negra que

historicamente têm vivido situação de desigualdade na sociedade. O assento no Conselho Estadual de Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres; a filiação à União por Moradia Popular; e a participação na Coordenação Estadual do Fórum de Economia Solidária, no Fórum Maranhense de Mulheres e na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), dentre outros espaços, são reflexos de nossa trajetória e envolvimento com movimentos sociais.

Há nesse momento da história do grupo uma clara definição da identidade política fortalecendo a opção de atuar na comunidade que elas ajudaram a criar e à qual pertencem. A determinação de não aceitar aquilo que lhes era imposto traz consigo muitos significados que remetem a tantas outras lutas por justiça social ao longo de nossa história, como a de Zumbi dos Palmares. As filhas e os filhos dessas mulheres aprenderam desde cedo a não se curvarem diante da opressão e dominação e a ter consciência de seu papel neste mundo.

Como tantas outras iniciativas socioeconômicas da economia solidária, a fábrica de brinquedos é gestada no seio da ação sociopolítica que para o Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina está ligada à luta por habitação e outros direitos sociais. É assim também que se constitui uma identidade socioterritorial.

2 – CONSTRUINDO A OPÇÃO SOCIOECONÔMICA DO GRUPO

Passado aqueles primeiros anos do grupo, a ação política assumida era clara e se ligava às lutas comunitárias: moradia, cuidado com os filhos e filhas e a afirmação racial. Restava construir a opção do grupo para a geração de renda. Alguns cursos foram feitos para pensar esse caminho e essa opção.

Escrevemos pequenos projetos para a realização de

curso, buscamos apoio de algumas instituições e realizamos oficinas de técnicas de habilidades manuais como, por exemplo, de biscuit, bijuteria, costura e artesanato. Assim buscávamos identificar as alternativas de geração de renda e trabalho. Alguns desses cursos eram ministrados por instituições parceiras como o Grupo de Mulheres Mãe Andressa, dentre outras.

O curso de relações interpessoais foi bastante significativo para o cotidiano do grupo. *“Sem ele talvez o grupo não conseguisse chegar aonde chegou. Aprendemos a lidar com nossas limitações e divergências, suportar as dificuldades, as diferenças, inclusive de gerações. Descobrimos que é o amor que mantém o grupo”*, conta Luíza.

“Aproveitamos esse rol de cursos e colocamos o de brinquedos pedagógicos também e, como não tinha ninguém que ensinasse, tivemos que aprender sozinhas. Nesse período, algumas meninas fizeram um curso de marcenaria e depois vêm ensinar para o grupo como lidar com a máquina”, lembra Helena.

De acordo com Helena, *“como Luíza já fazia brinquedos e o pessoal se agradava e comprava, e em nossa empolgação de trabalhar em casa, resolvemos jogar para o grupo e ver se era viável trabalhar com marcenaria. O pessoal ficou meio preocupado no início, mas resolvemos tentar e as meninas foram fazer o curso. Arriscamos numa coisa diferente: mulher marceneira era uma coisa diferente e não tinha brinquedos pedagógicos em São Luís. Eles eram trazidos de São Paulo.*

A partir do desejo de trabalhar em casa e de fazer algo diferente e que algumas do grupo detinham uma experiência, consolidou-se a opção de fazer brinquedos pedagógicos como uma estratégia de geração de renda do grupo.

2.1 – Aprendendo marcenaria: o desafio de lidar com máquinas e equipamentos e adaptá-los para brinquedos

Com a definição dessa estratégia foi necessário apren-

der a trabalhar com outros equipamentos e máquinas. Aproveitando a parceria com a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) do Estado do Maranhão algumas de nós fomos aprender a manusear máquinas de marcenaria que não eram específicas para brinquedos, mas para móveis. Fernanda, Luíza Helena e Renata foram as primeiras a fazer um curso para aprender a manusear as máquinas de médio e grande porte com segurança e depois socializar para as demais pessoas do grupo.

“O instrutor não sabia fazer brinquedos, sabia apenas fazer móveis. Ele ficava preocupado porque éramos mulheres para trabalhar com as máquinas. Mas, aí conseguimos mostrar para ele que podíamos mexer com as máquinas. A tupia, por exemplo, ele não deixava mesmo, que era só para os meninos. Mexíamos na serra e na plaina. Tínhamos condições de trabalhar nelas. A gente tinha mais atenção”, comenta Fernanda.

O desafio do curso de marcenaria foi conseguir a aceitação de professores e estudantes homens da participação de mulheres na oficina e o reconhecimento de suas capacidades para a realização dos mesmos trabalhos. *“Luíza Helena, uma das que fizeram o curso, conta que na primeira semana elas iam pegar a madeira para cortar e os meninos não queriam deixar porque era pesado. Aí ela dizia: ‘Não, pode deixar que eu carrego minha madeira, porque senão quando chegar na hora de limpar o chão tu vai querer que eu limpe o chão sozinha’”, conta Helena.*

2.2 – Negras “fabrincantes”: seus produtos, os materiais, as ferramentas e o processo

Com essa definição, nasce primeiro a Fábrica de Brinquedos das Negras Fabrincantes. O projeto com a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), em 2004, possibilitou a compra de máquinas ne-

cessárias para a produção e, em 2005, criamos a Brinquedoteca Itinerante Monteiro Lobato, por meio das brinquedistas, que utilizavam os brinquedos pedagógicos de madeira e brinquedos de materiais recicláveis.

Carregadas do espírito de autoformação fomos procurar orientações para a produção da fábrica. Algumas jovens traziam influências pessoais de pesquisas em livros na internet. *“Existem alguns brinquedos que vemos nas revistas e com as sobras do que estamos fazendo a gente reinventa outro brinquedo, mas a gente cria também”*, diz Fernanda.

Assim, de forma muito intuitiva e criativa, a produção inicialmente feita com madeira e com a ajuda de máquinas e equipamentos vai tomando corpo e daí nascem novas possibilidades de utilização de materiais e de produtos que iremos apresentar mais à frente. Hoje o grupo contabiliza mais de cem peças já criadas em seu catálogo.

Passado o entusiasmo de descobrir novos brinquedos, Luíza chama a atenção para lembrar que após algumas capacitações em gestão o grupo foi orientado a definir com clareza que brinquedos produzir. Era preciso *“priorizar carros-chefes de produção e deixar os demais para serem produzidos sob encomenda. Decidimos colocar dez brinquedos na linha de frente e os demais deixar no catálogo. Essa escolha se deu pelos brinquedos que tiveram maior aceitação e saída dentro de feiras e demais participações da brinquedoteca, além do custo e grau de dificuldade na confecção dos brinquedos”*, explica.

Os brinquedos de madeira feitos pelo grupo têm uma diferença especial que são as cores. *“O nosso brinquedo tem uma marca diferente, porque nós preferimos trabalhar com cores mais fortes e percebemos isto como um diferencial. As fábricas mais antigas trabalham com cores foscas, opacas”*, acrescenta Luíza. *“Os nossos brinquedos chamam a atenção porque as cores são vibrantes, brilhantes. Os brinquedos podem ser até iguais, mas os nossos chamam*

mais atenção, ressalta Helena. Os brinquedos produzidos têm uma singularidade que é a estética muito particular, pois eles têm cores fortes que demonstram a vivacidade que o grupo tem impregnada em sua história.

Dentre as preocupações do grupo está também a escolha das tintas. *“O tipo de tinta que nós escolhemos foi pensando nas crianças. Não podíamos usar solventes. Usamos uma tinta à base de água que tem brilho, parece uma tinta plástica, é supercara, mas a gente prefere. Ela evita problemas respiratórios, alergias e dissolve em água”*, explica Helena.

A fábrica utiliza esquadrejadeira, serra de fita, serra tico-tico de bancada, lixadeira, plaina, furadeiras de bancada e de desempenho, compressor e serra de arco, dentre outras ferramentas menores. Primeiro é usada a esquadrejadeira para diminuir as peças grandes de madeira. Depois, faz-se o desenho da peça com lápis e leva as maiores para a serra de fita (que é uma fita de aço que fica na vertical) as menores ou para a serra tico-tico de bancada. Dependendo do material e do corte vamos para a lixadeira. Dependendo do brinquedo também se utilizam outras ferramentas como a furadeira.

Para Fernanda, a serra de fita pareceu mais fácil de manusear. Já Priscila e Dandara se identificaram mais com a furadeira. Fernanda foi uma das primeiras a fazer o curso de marcenaria que permitiu ao grupo aprender a usar outros maquinários, mas prefere hoje a pintura dos brinquedos.

Os materiais utilizados: MDF (material de densidade média que reutiliza resíduos de madeira), folhas de compensado, restos de madeira de fábricas de móveis, capeado, tinta, cola, lixa manual, pino de madeira e arame galvanizado.

Alguns brinquedos não são confeccionados em função dos equipamentos ainda não serem adequados para sua produção, como por exemplo o cubo fracionário, que é um cubo composto por mil cubinhos – cada retângulo precisa de dez

cubinhos. A ideia é trazer noções de fração e de unidade, dezena e centena. Para sua produção, faz-se necessária uma máquina de precisão que não possuímos.

A preocupação com a segurança no uso das máquinas surge com a compra dos equipamentos. *“No começo, quando adquirimos as máquinas, tivemos algumas pessoas para explicar os cuidados que deveríamos ter e as meninas que vieram do curso de marcenaria também nos explicaram. Nem toda orientação a gente seguiu. Por exemplo, o uso da bota a gente nunca conseguiu. Como o problema para quem usa óculos de grau e não pode usar os óculos de proteção, pois ele impede a visão. Por isso usamos máscara”*, dizem Helena e Fernanda. Outro equipamento que apresenta dificuldade de uso é o capacete que escorrega. Por isso, quando vão cortar as peças utilizam apenas a touca, que também assume o papel de proteger os cabelos da poeira e da serragem. O grupo tem botas, capacete, jaleco, máscaras, avental, óculos e toucas.

3 – A ENTRADA DE JOVENS NAS ATIVIDADES

Em 2005, muitas jovens que ainda não participavam do grupo foram atraídas pelo programa Consórcio Social da Juventude, que é vinculado ao Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, desenvolvido em parceria com o Centro de Cultura Negra do Maranhão. O Consórcio previa a capacitação de jovens para o mercado de trabalho e as entidades deveriam acessar o edital para desenvolver ações com esse propósito. O grupo acessou o edital e recebeu recurso para capacitar jovens para a manipulação dos brinquedos pedagógicos.

Na ocasião foram escritos dois projetos: um para ser desenvolvido no Residencial Zumbi dos Palmares e outro que deveria ser desenvolvido em outra comunidade, já na capi-

tal, São Luís. Para nós, o objetivo era capacitar jovens na manipulação de brinquedos – os jovens que hoje chamamos de *brinquedistas*. Os dois projetos foram desenvolvidos paralelamente e enquanto um grupo de jovens aprendia a fabricação de brinquedos o outro se capacitava na manipulação dos brinquedos. É importante ressaltar que nesse momento as turmas eram formadas por meninos e meninas e as aulas eram ministradas por integrantes do Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina.

Esses cursos agregavam 20 jovens se preparando para fabricar brinquedos pedagógicos e 20 jovens na manipulação dos brinquedos. No fim da capacitação as jovens e os jovens tomaram rumos diferentes. Algumas e alguns se incorporaram ao Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina, outras e outros arrumaram trabalho formal. Alguns meninos quiseram se agregar à fábrica e vários questionamentos vieram à tona: como agregar meninos num grupo que é de mulheres? O que fazer com eles no fim das oficinas? As meninas poderiam ser absorvidas, mas os meninos não. E assim os meninos participavam esporadicamente de algumas atividades e as meninas foram incorporadas ao Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina.

3.1 – A brinquedoteca e as brincantes

Embora não fosse ideia de criação de novos brinquedos, eles começam a surgir com o Consórcio Social da Juventude. *“No curso ofertado pelo Consórcio da Juventude, tínhamos muita aula teórica, muito conteúdo. E uma professora de matemática começou a dar umas ideias de fazer uns brinquedos de materiais recicláveis voltados para a matemática. Pegava a caixinha de fósforo e fazia um dominó de matemática. Então, antes de terminar o curso, juntou um grupo e pensou em pegar a amarelinha que brin-*

camos na rua para levar para a Brinquedoteca. Primeiro fizemos a amarelinha, depois fizemos um jogo de dama, um jogo sobre a saúde bucal, um percurso sobre o trânsito”, lembra Priscila.

A dimensão formativa e educacional que essa prática pedagógica desencadeia reafirma aspectos da identidade do grupo que no ato consciente de reutilização de materiais e da preservação do ambiente que as cerca acaba por reafirmar outras compreensões do lugar do brinquedo no mundo do consumo.

Para a construção dos brinquedos de madeira temos a possibilidade de utilizar modelos diferentes, mas a base material é a madeira. Com os materiais recicláveis ampliam-se as possibilidades de criação ante a diversidade de materiais que podem servir para as criações do grupo. Os materiais são buscados no lixo ou no “shopping”, como diz o grupo. No início as jovens tinham vergonha de recolher a matéria-prima. Hoje já se acostumaram e em todo lugar veem uma possibilidade de fazer brinquedos. O material coletado é levado para a casa de Helena na qual se reúnem para produzir esses brinquedos.

A Brinquedoteca nasce no processo do curso. *“Ela surge durante o Consórcio da Juventude para resgatar as brincadeiras de rua, como o esconde-esconde. Começamos indo a festas infantis, parques, feiras e escolas. Ainda não pensávamos em criar brinquedo”, diz Priscila. “No início do Consócio, a ideia do curso de manipulação de brinquedos não era criar brinquedo, mas formar manipuladores que aprendessem a manipular os brinquedos vindos da fábrica”, completa Luíza.*

A Brinquedoteca é itinerante. *“Montamos a cerquinha e antes de terminar de montar as crianças já estão querendo brincar. A entrada é R\$ 1,00. Os pais ficam impressionados com este valor porque as crianças ficam o tempo que quiserem. Nós nos dividimos para ensinar a criança a jogar um certo jogo. Normalmente ficamos*

eu, Fernanda e Priscila. No início ficávamos de seis a sete pessoas. Cada uma ficava em um brinquedo”, conta Dandara. “Entram crianças e jovens, com idade de 1 ano aos 15 anos. E, às vezes, tem até adulto que fica lá jogando argola. Os pais entram e brincam com os filhos também”, explica Priscila.

A Brinquedoteca também atua em feiras e aniversários. *“Tem um negócio interessante. A gente é chamado para ir aos aniversários e aí a galera pergunta: ‘Tem aquele pula-pula?’. Dizemos: ‘Não. Mas, vamos levar a Brinquedoteca que tem a amarelinha, o brinquedo de damas, o pé de lata’”, expõe Luísa. Existe outra versão da Brinquedoteca que vai para algumas comunidades, independentemente delas terem dinheiro. “Levamos a Brinquedoteca para confeccionar os brinquedos das crianças com os pais, como por exemplo fazer um vaivém, um carrinho, um pezinho de lata. É interessante observar como os pais vêm se integrar para confeccionar aqueles brinquedos. A gente leva a questão de fazer o brinquedo junto com a criança, alguns querem comprar, veem nossos carros de papelão e querem comprar. A gente diz que não é para vender, mas a gente pode ensinar a fazer”, conclui Luísa.*

3.2 – Vamos brincar? O resgate dos vínculos e da memória no brincar

“Muitas vezes na feira chegava o pessoal até de fora e fazia: ‘Olha isso aqui. Eu brinquei muito na minha infância e não vejo mais”, conta Helena.

O grupo trabalha com brinquedos pedagógicos que foram definidos, segundo Luíza, como brinquedos que assumiam uma função, uma finalidade nos processos de formação pedagógica escolar. Mas, essa definição vem sendo refeita pelo grupo, que reflete que *“todo brinquedo encerra um propósito formativo, todo ele serve para desenvolvimento de certas potencialidades”,* refletem Helena e Carol.

Na experiência da brinquedoteca e da fábrica fazia-se necessário saber qual a utilidade do brinquedo e para qual faixa etária estaria direcionado. Esse conhecimento foi construído no dia a dia buscando livros e revistas. Sobre a definição da idade, *“começamos com pesquisas, depois com a percepção e observando as crianças brincando. Vimos que um brinquedo para uma criança de 5 anos, um menino de 2 anos já está montando. Tem umas tabelas que estão muito atrasadas”*, pondera Luíza.

“Mas essas definições vão mudando na recreação que é feita com a participação direta das crianças no processo de brincar, quando essa alternativa se apresenta, inclusive, frente ao brinquedo eletrônico”, como relata Luíza. Ela continua uma reflexão sobre *“como é que o brinquedo faz despertar para tantas outras coisas? Através do brinquedo, da primeira ideia de manipular o brinquedo, de apresentar uma alternativa ao eletrônico, a gente até discutia com alguns pais que chegavam e diziam assim: ‘Ai que brinquedinho lindo, mas eu não vou nem comprar que ele pega e desmonta tudo’.* *Aí agente dizia ele é feito para isso, para montar e desmontar quantas vezes quiser, ele é todo de pino. A criança gosta do eletrônico, mas é diferente dele poder criar. Tínhamos alguns jogos que tinha a descrição do jogo e como devia usar. A gente ia, ensinava para a criança e quando a gente via ela criava outras regras, outras formas de usar. Ela manipulando estava desenvolvendo outras coisas”*.

No processo da brinquedoteca é importante perceber que o estímulo ao fazer o brinquedo, em lugar de comprá-lo, estabelece uma outra relação com o ato de brincar. *“O pai da criança começa a ter outra atitude ao comprar e ao utilizar, outros se lembram que brincavam com aquele brinquedo quando criança, se tornando uma forma de resgatar com a criança aquela história. Para outros surge a questão de poder construir, de poder ter aquele tempo com o filho dele, de fazer um brinquedo. ‘Ah, isso aqui dá para fa-*

zer'. Ele percebe que podia fazer também, não precisava só ir na loja para satisfazer a criança. Talvez seja mais satisfatório construir junto com o filho. Tem mais significado do que ele ir na loja comprar um brinquedo", reflete Luíza.

Essa experiência de recriar laços a partir do brinquedo se apresenta nas experiências dessas mulheres como quando Priscila partilha sua experiência com seu filho. *"Um dia eu levei Gabriel lá onde a gente estava fazendo nossos carrinhos. Quando chegamos em casa ele pediu: 'Mamãe faz um carro pra mim?'. Eu disse: 'Faço'. Todo dia ele perguntava se não ia fazer o carro com ele. Todo dia. Uma vez o levamos para o médico e quando ele voltou estava com febre. Me sentei na cama e ele: 'Vamos fazer meu carro?'. Só nesse momento que eu fui fazer o carro com ele. Ele queria colar e eu: 'Não é assim meu filho'. E ele: 'Ô, mamãe, deixa eu te ajudar'. Quando o pai dele chegou, ele chamou o pai para ir fazer este caminhão com ele. Minha mãe chegou e disse: 'Eu nunca vi vocês três tão juntos assim'. Porque juntou. O pai dele sai cedo e só chega à noite. Quando chega meu filho já tá dormindo. Ele só vê o pai no fim de semana. Nunca sentamos os três para brincar. Até quando a gente sai é só eu e Gabriel ou ele com o pai para jogar bola. Ele falou: 'Vovó, olha o que fiz com meus pais'. É uma coisa interessante porque acabamos reunindo as crianças com os pais. Mesmo sendo de papelão, o carrinho é uma coisa que ele brinca até hoje. Mesmo já destruindo uma roda ele brinca até hoje"*.

4 – EM BUSCA DE OUTROS CONHECIMENTOS: OS DESAFIOS ATUAIS

No processo de fazer brinquedos pedagógicos são muitos os desafios. Um deles se refere a conhecimentos específicos como, por exemplo, *"conhecimento da pedagogia e da psicopedagogia. Temos algumas coisas que precisamos responder. Algumas professoras perguntam: 'Este brinquedo é para qual idade, serve para quê?'"*, expõe Luíza.

Para responder a estas perguntas foi necessário um enorme exercício autodidata de buscar se formar em um processo direto de pesquisa. *“Uma coisa que nos ajudou muito foi um livro que uma professora nos emprestou. Era um livro que apresentava um pouco o que era o brinquedo, o brincar, o que era o lúdico, se era pedagógico ou não, qual a importância do brinquedo. E depois ele vinha com vários modelos de brinquedos construídos em fábricas e outros mais alternativos feitos de materiais recicláveis. Tinha a foto do brinquedo, tinha a forma de manipular, o que desenvolvia, para qual idade e as várias formas de uso. Aí fomos estudar. Desse livro nós organizamos uma apostila para o curso de design. Com a curiosidade fomos buscando. Achemos uma revista no lixo, toda em inglês, mas tinha a foto dos brinquedos, o que nos ajudou muito”*, lembra Luíza.

As dificuldades também diziam respeito à formação dos profissionais que ajudaram em alguns momentos. Percebemos que além da formação específica em uma determinada área ela poderia não dialogar com as necessidades do trabalho desenvolvido pelo grupo. *“Diante disso pensamos que precisávamos formar mulheres do grupo em pedagogia. Precisa de uma contadora, mas esse é nosso sonho. Precisamos de uma terapeuta ocupacional. Pensamos em fazer algum projeto para alguma organização para formar as mulheres nesse sentido”*, continua Luíza.

“Outra área importante seria a terapia ocupacional, já que alguns de nossos jogos servem para o desenvolvimento da coordenação motora e têm sido utilizados por pessoas com necessidades especiais. O grupo foi muito provocado no sentido de atender a demandas de brinquedos e móveis adaptados, mas falta ao grupo a formação ou a assessoria técnica para isso. É onde entra a necessidade da incubadora, dos departamentos das universidades. Se tivéssemos essa parceria, com alguém que tivesse um conhecimento científico, nós entraríamos com a parte técnica”, diz Luíza.

Depois da descoberta e do encantamento com a confecção dos brinquedos e das muitas possibilidades de materiais que podem ser utilizados em sua confecção, o grupo começou a participar de eventos, feiras e atividades escolares e comunitárias. Era preciso se lançar, aperfeiçoar os conhecimentos já aprendidos, começar a profissionalizar as atividades envolvidas e ir atrás de novos conhecimentos que ajudassem a aprimorar o produto, organizar a produção, a gestão e a comercialização.

Assim o Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina foi buscar parceiros institucionais que pudessem agregar alguns conhecimentos que o grupo não tinha como, por exemplo, gestão administrativa e financeira, formação de preço e estratégias de comercialização. A ideia era valorizar a história presente naqueles brinquedos e dessa forma agregar valor social aos brinquedos e à Brinquedoteca.

Em 2010, com o apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), o grupo encontrou a possibilidade de se organizar como empreendimento econômico solidário e dessa forma teve acesso às capacitações de aprimoramento de produto, gestão e comercialização.

Com o curso de gestão o grupo refletiu sobre como se dá a formação de preços e a necessidade de anotar tudo o que se gastava. No curso realizaram o exercício de escolher um brinquedo para pensar quanto tempo levava para produzi-lo, quanto se gastava de material. Discutiram sobre a manutenção das máquinas, o valor de uma máquina nova e o tempo útil das máquinas.

A definição dos preços dos brinquedos se dava no início por pesquisas de outros brinquedos similares. Observavam os preços nas lojas para poder pensar o preço dos pró-

prios brinquedos. Isso levava a algumas reclamações já que geralmente colocavam preços baixos nos brinquedos. *“O pessoal dizia: ‘O produto de vocês é bom porque colocam um preço tão baixo?’”*, conta Fernanda.

O grupo não tem uma dinâmica permanente de reuniões. Estas acontecem de acordo com as necessidades. Uma outra necessidade é definir uma pessoa para realizar um processo de controle de qualidade dos brinquedos. *“Alguém que dê aquela olhada para ver se está legal. Temos a necessidade de ter alguém que se preocupe em ver o estoque, o que tem, o que não tem. Na prática é a partir da necessidade que vamos pensando a nossa gestão”*, fala Luíza.

A comercialização é feita principalmente em feiras e sob encomendas. Há feiras que funcionam como mostra, nas quais não se vende nada, mas se conseguem encomendas. A Brinquedoteca, ao ser montada em feiras e outros espaços, funciona como uma estratégia de divulgação dos brinquedos que são expostos para venda.

NOSSOS APRENDIZADOS

A importância da sistematização para o Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina começa com o resgate histórico que nos possibilitou criar a linha do tempo da caminhada do grupo. Tivemos um pouco de dificuldade já que não tínhamos o hábito ou a preocupação de registrar o que fazemos de bom ou de ruim.

Um ponto importante foi a integração do grupo – entre as mulheres que são fundadoras e as que entraram depois – na busca de organizar a própria história. Muitas não tinham conhecimento de fatos acontecidos na criação do grupo. Esse momento acabou significando uma grande partilha para todas nós. Foi significativo também perceber que mes-

mo sem esse conhecimento do passado cada uma tem criado suas ligações com o grupo.

Pudemos perceber os avanços do empreendimento em bases políticas e em vendas e no reconhecimento de outras pessoas e outros grupos. Percebemos o impacto social que causamos não apenas financeiro para as mulheres, mas mudamos nossa forma de pensar e a de muitas outras mulheres. Embora nunca tivéssemos observado esse detalhe a sistematização foi muito importante para nos reconhecermos por meio de nosso trabalho.

Nós imaginávamos os brinquedos somente como uma fonte de renda, um produto para venda. Descobrimos agora um valor muito maior: com os brinquedos podemos estreitar os laços familiares e favorecer relações políticas de aprendizagem e construção de conhecimento, inclusive quanto à preservação da natureza. Nossos brinquedos podem ser utilizados na educação ambiental. Os reciclados ou os jogos têm em sua confecção a preocupação de mostrar tudo isso. A sistematização nos levou a valorizar nossa criação e a dar mais importância ao que fazemos com nossas sobras e as de outros grupos.

Durante o processo da sistematização fomos desafiadas a viver outras possibilidades, como, por exemplo, na realização de nosso trabalho com a construção de parques ecológicos e de brinquedotecas com lixo doméstico. Encaramos esse desafio e conseguimos montar cinco parques. Essa experiência vem reafirmar que o brinquedo abre um leque de possibilidades que nos permite ultrapassar as barreiras do poder econômico e aproximar as famílias e comunidades construindo novas relações familiares e sociais. É nesse sentido que vemos a importância da economia solidária, pois ela favorece a aproximação entre as pessoas numa forma de convivência, cooperação e solidariedade.

Pudemos também nos avaliar, reconhecer nossos erros e criar metas para os acertos, aprendemos que tudo o que fazemos é importante. Portanto hoje essa sistematização, este escrito servirá como um documento que guarda nossa memória e reflexões para sabermos que o Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina construiu opções para muitas mulheres em contextos desfavoráveis e opções de luta política, de afirmação da negritude, de cuidado com as crianças e de afirmação do lugar do lúdico no ensino e na aprendizagem.

Referência

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. 1ª ed em 1859. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. 4ª ed., Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

Educadoras problematizadoras de apoio à sistematização: Regina Maria Gomes Dias, Maria Luiza Mendes (GMNMF), Maria Helena Mendes Pinheiro (GMNMF) e Mônica Vilaça (CFES-NE).

Participantes do Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina: Maria Luiza Mendes, Maria Helena Mendes Pinheiro, Leila Cristina Paiva Silva, Dandara Mendes, Fernanda Ferreira, Carolina de Jesus Oliveira, Priscila Cricilene Silva Dias, Izabel de Jesus Rodrigues, Luiza Helena Ferreira Pinheiro, Priscila Ferreira Costa, Gracy Costa Paz, Marília Araújo Correa.

CAPITULO 4

Aprendendo na vivência do bordado um jeito de superar a violência e de construir a autoestima das mulheres no Parque Piauí



A Rede de Educadoras e Educadores em Economia Solidária do Piauí sugeriu que a sistematização de experiência fosse feita pelo Grupo de Mulheres Bordadeiras do Parque Piauí (GMBPAPI). A partir dessa orientação, formou-se um grupo de trabalho para encaminhar a atividade junto com o GMBPAPI. Este grupo traçou um plano de ação que definiu os passos a serem trilhados, entre os quais: apresentar a proposta de sistematização, construir os passos da ação, coletar as informações, realizar uma oficina de sistematização, organizar as primeiras informações, devolver ao GMBPAPI e ter uma versão intermediária da sistematização para enviar à equipe regional do Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE). Todo esse caminho deveria ter sido percorrido no período de julho a setembro de 2011. Porém, por diferentes dificuldades a conclusão do processo ocorreu em junho de 2012 com a elaboração deste produto final.

O GMBPAPI aceitou o desafio e ficou feliz por essa indicação que elevou a autoestima do grupo, embora tenha se sentido com mais responsabilidade e compromisso. Nesse primeiro encontro foi feita uma linha do tempo e identificado os espaços onde GMBPAPI está presente e quais as relações que estabelece no bairro, entre outros. E foram construídos

os objetivos da sistematização: *“a) divulgar o trabalho e a experiência do grupo para os outros e as outras mostrando que com pouca coisa acontecem transformações de vida; b) revelar as mulheres como protagonistas de si mesmas; c) favorecer momento de amizade, encontro e conversa”*.

Sobre o produto da sistematização, havia uma ideia de fazer uma colcha de retalhos com bordados e fotografá-la para colocar no livro. Mas, ficou para oportunidades futuras, uma vez que o tempo não dava para realizar.

A oficina⁸ de sistematização foi realizada em março de 2012. E sua programação e dinâmica contemplavam: socializar o que já havia produzido pelo GMBPAPI, aprofundar a compreensão sobre a metodologia da sistematização de experiência e realizar a continuidade da reflexão.

A partir de palavras-chave faladas pelas 25 participantes foi assumido que sistematização de experiência é *“um processo de reflexão crítica sobre a vivência de participantes de uma determinada experiência na construção coletiva de conhecimentos e saberes dos(as) envolvidos(as) incorporando diversas vozes e olhares na perspectiva de realimentar e favorecer o aprimoramento da prática social e seu potencial multiplicador tendo em vista a transformação da sociedade”*.

A linha do tempo foi completada por uma roda de depoimentos coletivos sobre como o grupo surgiu. Todas já sabiam bordar quando vieram para o grupo? Esse tipo de pergunta ajudou no resgate e construção da identidade das mulheres do GMBPAPI e suas motivações para fazer parte

⁸ Para essa oficina levamos o filme *Colcha de Retalhos*, dirigido por Jocelyn Moorhouse, para conversarmos sobre as semelhanças com o processo que estávamos vivendo de sistematização e com a vida das mulheres. Infelizmente tivemos problemas com o equipamento e com a hora que exibimos, depois do almoço, que não foi muito adequada. Mas, de toda forma gerou alguns comentários e interesse em ver o filme em outro momento e continuar as conversas sobre o mesmo.

dele. A partir desse diálogo entendemos quais os problemas relacionados à violência, a problemática das mulheres da terceira idade, o trabalho doméstico e o convívio social.

Frente a essa discussão percebemos que foi feita uma pergunta: como aprendemos umas com as outras para superar as dificuldades da vida das mulheres que estão muito voltadas para a vida no interior do lar?

O eixo da sistematização não foi tão fácil de construir e ficou assim definido: *“aprendendo na vivência do bordado um jeito de superar a violência e de construir a autoestima das mulheres”*.

Para analisar a situação do Grupo de Mulheres Bordadeiras do Parque Piauí, identificamos as habilidades e saberes, o processo de produção e comercialização e as dificuldades atuais e perspectivas.

Na oficina usamos uma dinâmica com o objetivo pedagógico de refletir sobre a força da união. Marinalva, mediadora, começa batendo com o dedo indicador na palma da mão. Na sequência, bate com dois dedos até chegar a bater com os quatro dedos e observar que o som e a força vão aumentando. Em seguida, todo mundo repete o gesto de Marinalva. Ao longo da oficina sentimos um desprendimento maior entre nós. O grupo foi se soltando e algumas bordadeiras começaram a fazer dinâmicas e a ensinar bordados às mediadoras. Francidalma, umas das participantes do GMBPAPI, sugeriu trabalharmos uma dinâmica. A tarefa consistia em fazer vários nós em um cordão usando apenas uma mão. Em seguida fazer nós usando as duas mãos. Depois, o grupo foi convidado a unir todas as pontas das linhas. Refletimos sobre a importância da participação e da colaboração que o grupo necessita ter para poder produzir. No fim sugeriu-se que refletíssemos sobre a habilidade das mãos. Concluímos a tarefa emendando todos os pedaços de

cordão e colocamos no chão, como um círculo. Alguém sugeriu formar um coração. Foi um momento muito bonito e emocionante.

As relações com outras organizações e movimentos foram identificadas e analisadas com o suporte da ferramenta diagrama de Venn. Finalmente, foi feita uma avaliação no fim da oficina que revela os sentidos que a sistematização proporcionou para elas, que pode ser visto no item da avaliação deste texto.

Como não foi possível construir as lições aprendidas nessa oficina, ficou para as mulheres escreverem em casa e levar para uma reunião posterior, na qual também aprovariam a primeira narrativa. As mulheres não quiseram escrever as cartas sobre suas lições aprendidas e falaram sobre elas. A narrativa foi aprovada em diferentes momentos.

Foram realizadas também algumas entrevistas com moradores do bairro e pessoas relevantes na trajetória do GMBPAPI. Além disso, houve consulta a documentos sobre a história do bairro e sua realidade social, econômica e cultural.

Aqui queremos apresentar a reflexão e as aprendizagens que as mulheres do Parque Piauí fizeram sobre sua organização e enfrentamentos cotidianos e, ao longo do tempo, sobre a violência que se apresenta de forma física, psíquica e mental, cultural, econômica e política.

1 – BORDANDO A PERSEVERANÇA: O JEITO DE MULHERES RESPONDEREM À VIOLÊNCIA

O contexto de vida das mulheres e dos moradores em geral e as respostas das mulheres à situação são o conteúdo deste item de nossa sistematização.

“Considero que o ano de 1994 foi um marco na luta das mulheres da União das Mulheres Piauienses (UMP), da qual fiz parte.

Existia uma reivindicação para o abrigo das mulheres que estavam sofrendo violência doméstica, umas pelos maridos, outras pelos filhos e netos que ficavam com o dinheiro da aposentadoria. Existiam problemas de envolvimento com drogas em algumas famílias. Mas, na UMP existia divergência das correntes políticas e muita disputa de saberes e poder. A UMP se organizava nos bairros e comunidades de Teresina. E tínhamos um grupo no Parque Piauí”, explica Joana.

O Parque Piauí foi um dos primeiros conjuntos habitacionais construídos pela Companhia de Habitação (COHAB) em Teresina. Foi inaugurado em 1968, com 2.294 habitações. Hoje, virou um grande bairro e o Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que havia 12.947 habitantes, sendo 7.224 mulheres e 5.723 homens (INFOPAPI, setembro de 2001, nº 1).

“É considerado o berço da cultura e de manifestações políticas de Teresina”, de acordo com Walmira Penha. Segundo ela, “desse bairro saíram grandes nomes tanto para a cultura. Ainda hoje tem atuação forte em termos de organização social e política como, por exemplo, o Fórum Permanente das Entidades da Zona Sul que reúne lideranças comunitárias da Zona Sul de Teresina”.

A falta de infraestrutura dificultava a ocupação do bairro e houve muita luta das pessoas, das famílias e dos movimentos sociais. Entre os movimentos sociais destacamos o das mulheres e os comunitários, com a forte presença das pastorais sociais da Igreja Católica. Frutos dessa ação foram a Associação de Moradores do Parque Piauí e a rádio comunitária FM Verona, entre outras.

“A presença das mulheres nas lutas sociais, nos anos 1990, culminou na realização de vários congressos que debatiam sobre os problemas da globalização e, em 1996, o tema do 3º Congresso da União das Mulheres Piauienses foi ‘Sem Medo de Ser Mulher’”, relembra Joana. O tema trazia consigo um problema: a cres-

cente violência que se abatia sobre as mulheres em Teresina e no Parque Piauí. Contudo, elas reagiam.

Os anos 1990 foram muito difíceis para a população brasileira. O desemprego era imenso. Mas, as mulheres continuavam a se organizar de forma muito firme.

No início dos anos 2000 ocorreram conferências nacionais e especialmente destacamos a 4ª Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres. Tudo isso fazia com que se ampliasse a compreensão sobre a realidade das mulheres, que inclusive já demandavam políticas públicas e direitos sociais.

Em 2003, a UMP fez um projeto de oficina voltado para a terceira idade com 20 mulheres. Em 2004, surgiu a oportunidade de recursos pela Cáritas Brasileira para apoiar pequenos projetos com apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). *“Apresentamos, pela UMP, o projeto Mulher da Terceira Idade Fazendo Arte. Ele teve a duração de dois meses e funcionou na Unidade Escolar Bartolomeu Vasconcelos Filho, no Parque Piauí. O curso teve como objetivo tirar as mulheres da rotina de casa, uma vez que elas estavam só com o trabalho doméstico e (precisavam) gerar trabalho e renda. O foco eram as mulheres que sofriam violência doméstica envolvendo essa problemática no bairro Parque Piauí”,* rememora Joana.

“Nessas oficinas, que reuniam as mulheres consideradas da segunda geração do processo de nossa organização no Parque Piauí, a metodologia pedia a apresentação de cada uma participante. E aí apareciam as mulheres falando sobre a violência; comentários sobre a morte da mulher na Rua Afonso Gil; os temas que apareciam no programa da rádio Verona, como a denúncia sobre a perseguição às mulheres lésbicas e a pessoas com orientação sexual diferente, denunciada por Maria Aires”, relata Joana.

Joana recupera também a história de uma participante deste grupo da segunda geração, na época casada e com três filhos. *“Eu fui convidá-la para o curso de bordado. Fiquei sabendo*

que o marido matriculava os filhos na escola em horários diferentes com o objetivo de manter a mulher presa em casa. Mas, ela foi fazer o curso e, quando o marido descobriu, perguntou onde ela estava aprendendo aquela ‘sacanagem’? Ao final do curso, que teve três meses de duração, houve uma comemoração de encerramento com exposição de peças feitas pelas alunas e nós convidamos o marido dela. (Ele perguntava: ‘Isso aí foi tu que fez? Tu só sabe fazer arroz e feijão’.) E, logo em seguida, fala que a merenda dos filhos ela agora pode pagar com o dinheiro do seu trabalho”

Quando a Igreja Católica sabia de algum caso de violência contra mulheres encaminhava para o grupo das mulheres bordadeiras. Assim surgiu o embrião do GMBPAPI. *“No começo do grupo houve palestras sobre os direitos da mulher. Sobre orientação sexual, discriminação e preconceito. No começo o grupo era muito forte, na comunidade e na vida das mulheres. Há violência? Então o grupo servia de abrigo, de acolhimento e acompanhamento, bem como de orientação para as vítimas de violência”*, expõe Walmira.

O grupo reconhece que a pessoa que teve toda essa iniciativa foi Joana Pereira da Silva, que se dedicou e continua se dedicando às questões sociais do Parque Piauí. Para o grupo, ela abraçou essa luta de conscientização e valorização do trabalho das mulheres no bairro.

Joana é uma das mulheres do GMBPAPI que acompanharam essa trajetória de luta das mulheres no Piauí. É moradora do bairro e participava do grupo de mulheres da UMP, como já falou. Para Joana, elas representam a primeira geração de mulheres que influenciaram a criação do GMBPAPI.

“No período de 2004 a 2006 foram realizadas oficinas de bordado e formação política”, ressalta Joana. *“Então, em 2006, com 20 mulheres, foi criado o Grupo de Mulheres Bordadeiras do Parque Piauí (GMBPAPI) para maior autonomia nossa”*, fala, com orgulho,

Raimunda Leal. Essas são as mulheres que formam a terceira geração do processo de organização das mulheres no bairro.

O GMBPAPI passa a ser uma referência para as mulheres e para a comunidade e é como isso foi construído que iremos conhecer.

2 – O GMBPAPI COMO O LUGAR DO ENCONTRO, DA FALA, DO RECONHECIMENTO, DA SAÚDE E DA BUSCA DE AUTONOMIA

“Ele surge através do curso de bordado. A primeira turma era formada por um grupo de mulheres idosas. O desejo era de se tornarem pessoas dignas, terem valor na sociedade. O idoso tem valor como ser humano. Para nós, da UMP, o curso de bordado era um meio de encontrar as mulheres para a gente conversar sobre os problemas de violência que acontecia. Também existia a violência dos maridos”, argumenta Joana.

“Quando conheci a Joana, vivia com sequelas de um divórcio mal resolvido. Foi em 2004, durante o I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária, que ela me convidou para a UMP. contei minha história para as mulheres que me apoiaram e se comprometeram a me acompanhar e, a partir daí, eu vi que não estava sozinha. Houve uma audiência no Juizado de Menores onde eu disputava a guarda do meu filho. Eu cheguei ao acompanhada de Joana, que ia como apoio da União, me senti fortalecida e passei a entender o trabalho das meninas da UMP. O meu ex chegou junto de Joana e disse: ‘Quem você é?’. Joana disse que era minha amiga e da UMP. A advogada dele deve ter esclarecido para ele o que era a União, pois a partir daí ele me deixou em paz”, depõe com ênfase Walmira.

“Depois que o marido morreu me senti livre. Passei a viver depois que o marido morreu. Era escrava”, comenta Teresinha.

“Nesse tempo existia muita violência com a terceira idade: os filhos e os netos tomavam o dinheiro da aposentadoria dos idosos, viviam drogados, batiam nas pessoas”, acrescenta Diná.

“O grupo ajuda a se afastar de casa, dos problemas. Às vezes, quando se sente angustiada, no grupo a gente fala, vê os trabalhos das outras. Cada vez a gente aprende uma coisa diferente. Vai para o encontro do grupo triste, chega lá e aprende, ocupa a mente, cresce participando. Eu pensei que sabia de tudo. Sempre se aprende algo”, diz Maria de Lourdes. “No grupo a gente troca experiência, aprende com quem sabe. Nosso grupo é como história da Bíblia: troca de experiência, amizade, conhecimento. No grupo a gente vive melhor, a gente sente falta uma da outra”, completa Diná.

Edna diz que sai de casa com problemas e na reunião do grupo aprende e tem terapia da mente ao se entregar ao trabalho.

Conceição se aposentou cedo do comércio e conta por que entrou no GMBPAPI. *“Fui para o grupo porque estava muito triste com a morte de minha mãe e logo depois a de meu irmão. Foi um baque muito grande. Fiquei sem vontade de fazer nada. A vida não tinha cor, nem sentido. Aí minha amiga Socorro me convidou. Eu não sabia bordar. Na minha casa me diziam que eu tinha mãos cabeludas (risos), como se fossem de homem. Eu perdi 18 quilos. Aqui tenho muitas amigas boas. Leva uma, leva outra, convida uma, convida outra.”*

Para Raimunda Leal o objetivo do grupo *“é tirar as mulheres de casa, que só estavam cuidando da família, para que possam ter uma vida mais digna, ter seu próprio negócio. O grupo poderia ter um trabalho para acabar com a discriminação da mulher, ela sair de casa para se valorizar, ter uma profissão que não fosse de doméstica. Tenho raiva dessa profissão. Tenho raiva do nome doméstica. Tenho orgulho de ser costureira, bordadeira. Tenho minha profissão. Já foi o tempo. É ruim ser do lar. A gente é explorada e discriminada pela família”.*

Diná lembra que o objetivo do curso era criar a oportunidade de uma renda, uma profissão digna.

“No começo os nossos encontros eram no colégio Bartolomeu (Unidade Escolar Bartolomeu Vasconcelos Filho). Mas, lá era longe de nossas casas. Então depois fomos para o Centro Social Urbano (CSU) do Parque Piauí”, relembra Diná. “Quando fomos para o CSU nós já tínhamos nossas amostras de bordado. Mas, continuamos fazendo os bordados e começamos a trocar as experiências”, completa Conceição. “No CSU entramos no Ponto de Cultura, em 2006. Nós entregávamos o nosso material para a coordenação para ser vendido. Mas, não recebíamos o retorno do material. O Ponto de Cultura acabou. No CSU ainda estão as máquinas, os equipamentos e o material do Ponto, tudo trancado numa sala. E a gente precisando de umas máquinas”, explica Joana.

“Agradeço a Socorro por estar no grupo. Eu a via puxando linha. Hoje sou oficineira e tenho uma fonte de renda. Deus dá um dom. Venho me divertir no grupo puxando linha e fazer amizade com as outras”, fala Rita.

“O grupo surgiu para responder a determinadas coisas. O que motivou mais, para mim, para fundar o grupo, em 2006, foi participar da (rede) Economia Solidária, pois a UMP estava com problemas de disputas internas”, completa Joana.

Diferentes motivos favoreceram o encontro das mulheres. Percebe-se um desejo, um sonho e uma vontade de construir algo com seu trabalho, de serem reconhecidas por seu trabalho, sem exploração, e de encontrar lugar e ombro amigo para falar sobre suas angústias, fazer amizades e se divertir. Necessidade de resgatar a cidadania e a autoestima das mulheres, principalmente as que foram/são vítimas de violência doméstica e sem renda própria.

O bordado surgiu, inicialmente, para algumas, como terapia ocupacional e alternativa de geração de renda. Hoje é usado como pretexto para o grupo se reunir semanalmente

para compartilhar vivências e aprendizagens técnicas, de participação social, para conquistar direitos.

Assim o GMBPAPI é o espaço onde as mulheres querem aparecer umas para as outras e se autorreconhecerem para construir uma vida digna, sem opressão e sem exploração. Como elas construíram sua organização com suas formas específicas veremos adiante.

2.1 – A organização do GMBPAPI

O Grupo de Mulheres Bordadeiras do Parque Piauí é informal e até o momento não tem intenção de se formalizar, *“talvez para não perder sua essência”*, compreende Walmira. *“O nome foi escolhido porque tinha a ver com o nome de nosso bairro”*, explica Joana. *“É composto pelas mulheres que querem aprender a bordar. Para participar das oficinas de bordado pagam uma taxa de R\$ 20,00 para as despesas do material que vão usar. Depois desta taxa, não pagam mais. Se gostar, passa a compor o grupo. Então é um grupo aberto com muitas entradas e saídas de pessoas”*, acrescenta Diná.

Lembra-se Diná que já compraram tecido e pequenas quantidades de matéria-prima em grupo. Ela diz que *“nosso grupo tem união. Nosso grupo é bonito. Quando se tem uma encomenda grande há uma divisão dos trabalhos. Quem tem mais habilidade em um determinado tipo de ponto fica responsável pela realização da atividade”*.

O planejamento é feito durante o curso. *“Primeiro define o que vai fazer. O que é que se vai bordar, quais os pontos a serem usados”*, explica Joana. Raimunda Vila Nova completa dizendo que *“a tarefa é levada para fazer em casa e o material vai junto”*.

“Bem aqui. Vai bordando e falando, desabafando. Ninguém para de bordar”, explica Rita.

É assim, com esse método de trabalho, unido à reflexão sobre a vida, que as mulheres vão reconstruindo seus valores e suas ideias e elaborando um jeito de relacionamentos.

Para situar nossa sistematização é importante apresentar o perfil dessas pessoas.

2.1.1 – O perfil das mulheres do GMBPAPI

Esse perfil foi construído com três itens: nome, ano que entrou no grupo, como vieram para o grupo e como veem seu próprio lugar dentro do grupo.

Na descrição fomos vendo que existem quatro mulheres que são da primeira geração (Joana, Diná, Maria Zélia e Maria da Graça); da segunda geração, a partir de 2004 a 2006 (identificaram-se Socorro, Walmira, Raimunda Leal e Conceição); e da terceira geração, a partir do ano de 2007: Raimunda Vila Nova, Esmeralda, Rita de Amorim, Francidalma, Maria de Lourdes, Lucilene, Rosilene, (Rosineia) e Carmélia.

É gente madura e experiente, acima dos 40 anos de idade.

Algumas são professoras aposentadas e duas ainda lecionam. Existem comerciárias aposentadas, desempregadas, donas de casa, agricultora e feirante de feijão-verde. Umas são artesãs, costureiras.

A maioria é casada, mas existem viúvas, solteiras e divorciadas. Há quem já criou os filhos e hoje ajuda na criação dos netos. Só algumas não moram no Parque Piauí. Existem mãe, filha e neta participando.

O trabalho com o bordado é complementar para as mulheres no GMBPAPI. Elas ainda fazem o trabalho doméstico, além de participarem de outras ações e movimentos. Diante dessa realidade elas construíram uma forma de gestão do grupo que iremos conhecer nas próximas linhas.

2.1.2 – A gestão do grupo

O grupo não tem eleição. Existe uma coordenadora desde 2006, que é Joana. Para Diná, o grupo funciona e faz reunião sem Joana. Mas, quando se trata de ir buscar as coisas fora é Joana.

Para Walmira, *“a escolha para as atividades que cada uma realiza tem a ver com a experiência. Se tiver que viajar, a prioridade é para quem tem disponibilidade e não tem filhos e nem marido”*. Mas, Diná diz que *“Joana sempre foi do movimento. Mesmo quando era casada não tinha muito problema”*.

“Para quem não sabe bordar, como eu, a função no grupo é trazer as informações de fora, participar de feiras e do Fórum de Economia Solidária, fazer ofício, comunicação na Internet”, explica Walmira. Conceição também viaja para as feiras. Ela e Walmira foram para o Fórum Social Mundial, em Belém (PA), em 2009, representando o Fórum Estadual de Economia Solidária do Piauí (FEESPI).

As reuniões do grupo são semanais, sempre na quarta-feira à tarde, no CSU do bairro Parque Piauí.

2.2 – Sobre o trabalho de bordar: habilidades manuais, preço, comercialização e outros saberes compartilhados

Todas as mulheres têm muito orgulho do trabalho que realizam. *“O nosso bordado é vagonite com linha e com fita, bordado no xadrez”*, explica Belzai. Para Diná, *“a marca é a bainha aberta, que tem para mais de 101 pontos. Grande parte aprendeu com Joana, que é a mestra. Mas também fazem ponto cruz; crochê com barbante e com linha nos acabamentos das peças de cama, mesa e banho; varanda de rede; capitonê”*.

Belzai, Francidalma, Rita, Raimunda Vila Nova e Raimunda Leal costuram e são instrutoras de corte e costu-

ra. Mas, Raimunda Vila Nova é a única do grupo que vive de seu trabalho com corte e costura.

Joana explica *“que no grupo aprenderam que para cada bordado vagonite, ponto cruz, bainha aberta, oitinho tem um tecido étamine específico de algodão. Mas, pode usar o linho também. As linhas são diversas, em novelo ou meada. Tem número de fita e de linha”*. Rita complementa que *“tem também agulhas sem ponta para bordar a vagonite e o bordado em fita. A tesoura é sem ponta e pequena. Tem até o jeito de pegar a tesoura e cortar a linha, diferente de como cortamos tecido”*.

Joana diz *“que o ponto bainha aberta surgiu entre 1815 e 1918. Era usado para fazer o enxoval de bebês e de noivas. As mulheres não podiam ler nem escrever então elas faziam o bordado”*.

Ela ainda revela que há uma forma de trabalho que tem respondido à condição de participação das mulheres. É o que acontece ao debaterem sobre o preço das peças e das vendas.

O grupo não tem um percentual nas vendas. Diná explica que *“cada uma vende e fica com o seu”*. Maria Zélia lembra que em outro grupo existia ambição. *“Ninguém queria dividir, não tinha união. O grupo acabou por isso”*. Mas, Conceição afirma que *“há uma troca de serviço e compras de serviços umas das outras”*. Diná considera que *“quando há encomenda cada uma dá o seu orçamento. Nunca houve uma conversa sobre esses orçamentos”*.

Francidalma lembra que *“dona Joana leva as peças de todas as pessoas do GMBPAPI para vender nas feiras”*.

Então Diná entende que elas não têm uma cooperativa. Mas, *“se a Ceiça recebe uma encomenda, ela divide com alguém”*, conta, percebendo um sentido de cooperação nas ações de Ceiça.

Sobre a participação nas feiras locais e no município, as decisões são tomadas na reunião semanal. Nessa reunião *“cada uma leva suas peças, igualam-se os preços”*, explicam Conceição e Joana.

Em dezembro há a feira que a prefeitura promove por meio do programa Escola Aberta. *“Ela dá o material e vem tudo certo. O objetivo da feira é para estimular as famílias a manter as crianças na escola e envolver os pais”*, comenta Joana.

Existem as feiras nacionais, estaduais e regionais promovidas pelo Fórum Estadual de Economia Solidária do Piauí, nas quais há a participação do grupo.

“Durante as feiras nós damos oficina de bordado”, esclarece Joana. E todas falam que são muito procuradas.

2.3 – Um ponto corrente na participação comunitária e em outros movimentos sociais

O GMBPAPI se relaciona com grupos, entidades, redes e fóruns. Para entender essas relações fizemos o diagrama de Venn e identificamos coletivamente, durante a oficina, quem são e a proximidade:

– Fórum Estadual de Economia Solidária Piauí: o GMBPAPI foi da coordenação estadual e nacional no biênio 2009/2011. Participar do FEESPI levou o GMBPAPI a ser escolhido para compor o Conselho de Gestão do Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste e a se engajar na construção da Rede de Educadores(as) do Estado e a ser um agente de desenvolvimento pelo projeto Brasil Local, que também compõe os programas de políticas públicas de economia solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego. A participação no fórum levou também nosso grupo a ser indicado para ter assento no Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES).

– Associação dos Moradores do Parque Piauí: existem parcerias na elaboração de projetos de feiras e para viabilizar algumas demandas para o grupo como, por exemplo, vagas no curso pré-vestibular e de computação. Uma ação realiza-

da conjuntamente foi à luta pela reforma do mercado público local. A dificuldade de moradia já foi encaminhada junto com a Associação. Mas, faz três anos que não participam do orçamento popular, porque as propostas aprovadas pela comunidade nunca foram executadas.

Gerson Pereira Leal, presidente da Associação, disse que *“o grupo traz renda para a comunidade. Cada uma (mulher) traz uma renda extra para a família e para a comunidade. Não é somente um grupo de mulheres bordadeiras, mas apóiam outros grupos. O trabalho do GMBPAPI é muito interessante, pois existe uma troca na hora de se buscar ações para a comunidade. Uma hora o GMBPAPI apóia a Associação, em outro momento a Associação apóia o GMBPAPI”*.

– Centro Social Urbano: espaço onde o GMBPAPI está localizado e onde faz as reuniões e interage com outros grupos. Dona Alice, gestora do CSU, considera que *“o GMBPAPI ajuda a crescer o CSU na comunidade. Se o grupo sair do CSU vai fazer uma falta enorme para Centro”*.

O Grupo participa no Fórum Permanente das Entidades da Zona Sul para levar reivindicações de melhorias para o bairro; no projeto Escola Aberta como instrutoras de corte, costura e bordado em cursos nas escolas do Estado e do município e em feiras; No Conselho de Saúde para o qual são levadas demandas para marcar consultas, exames e participar do mutirão contra a dengue; são convidadas por escolas particulares para realizar palestras; e participam da Marcha Mundial das Mulheres no Piauí.

Como diz Raimunda Vila Nova, *“o GMBPAPI tem importância para a comunidade e somos reconhecidas como instrutoras multiplicadoras de bordado que revelam uma dimensão da formação em técnicas de bordado”*. As mulheres fazem esse trabalho com muita dedicação e se sentem animadas pelos convites para viajar, conhecer outras experiências.

Há uma aprendizagem na participação que começa por uma vida sem violência e com dignidade para as mulheres, que é social e política. É no cotidiano de suas vidas que vão aprendendo com as vivências e o diálogo amigo, fraterno e solidário a enfrentar o conflito familiar e na sociedade. Esses vínculos sociais e políticos têm desdobramentos socioeconômicos. Há um sentimento que busca o reconhecimento de seu trabalho e que se concretiza no GMBPAPI. Por isso, há perseverança para ter um trabalho valorizado e é o bordado que tem esse sentido.

Nessa trajetória diferentes desafios foram enfrentados e novos também se colocam, pois a vida é dinâmica. Os novos desafios surgem para temperar mais ainda a beleza dessa construção.

3 – OS DESAFIOS SOBRE O ESPAÇO FÍSICO LEVAM A OUTRAS TRAMAS

Entre as dificuldades enfrentadas pelo GMBPAPI está o espaço físico no CSU. Elas ficam no pátio, sem uma sala para guardar a máquina de costura que ganharam.

Para Belzai é importante ficar no CSU. *“Todo mundo deve ter uma posição forte. Mas, grupo é mole, não tem uma ideia forte”*. Mas, para Edna *“falta união e o apoio entre as mulheres para enfrentar essa situação”*.

Existem opiniões diferentes e pela primeira vez há um debate no grupo sobre ficar ou sair do Centro Social Urbano. Para algumas, uma possibilidade é voltar para a Unidade Escolar Bartolomeu Vasconcelos Filho. Mas, outras dizem que lá é mais isolado e preferem o CSU. Uma até pensou em levar todo mundo para sua casa, mas o Sol não deixa.

Informaram que a Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC) do Piauí quer transferir a gestão do CSU para a Prefeitura de Teresina.

Diante do ano eleitoral é difícil resolver essa situação e há também eleições para a Associação de Moradores, complicando a situação, argumentam várias mulheres.

Há quem questione sobre ficar dependente de espaço público governamental. Mas, para a maioria, a definição é para ficar no CSU. E também não veem a possibilidade de ir para algum espaço da Igreja Católica. *“Estamos como folha seca, ao deus-dará. O CSU é melhor do que no Bartolomeu. E onde é a igreja? Oxente. Precisamos divulgar para as pessoas nas feiras, precisamos de um espaço digno”*, reage Conceição. *“O GMBPAPI pensa em apoiar os grupos que querem evoluir. Tem um movimento da Igreja que se chama o grupo da caridade”*, pondera Raimunda Lopes.

Abre-se uma reflexão a partir desse debate sobre o local de funcionamento do grupo que leva Edna a dizer que *“se tiver um local com máquina confeccionando quando vender o produto deve ter uma parte para o grupo e outra para a produtora”*. E Rita pergunta: *“O que a gente faz para conseguir uma cooperativa?”*.

Algumas dizem que já fizeram curso de cooperativa, descobriram que tem que ter uma cota, parte em dinheiro, responsabilidade fiscal, etc. Para Joana existe a Economia Solidária como opção.

Repensar seu lugar como espaço, como trabalho e reconhecimento pela família, pelas comunidades e pela sociedade é uma história longa das mulheres. Ela não acaba aqui para as mulheres do GMBPAPI. É pensando assim que se pode ter ânimo para os passos futuros e os novos caminhos que vão ser trilhados, novos pontos bordados, com novos desenhos, mas com o jeito de ser e a sabedoria que têm acumulado em suas vidas.

4 – LIÇÕES APRENDIDAS NO PROCESSO DA SISTEMATIZAÇÃO

“É de suma importância para todas nós que desejamos ampliar nossos conhecimentos e aprendizagem na área de trabalhos manuais, como o bordado em várias modalidades”, compreende Graça Lopes.

“O nosso grupo não pode acabar, pois é uma terapia muito importante para quem quer se manter em forma: mente, corpo e sempre de bem com a vida”, conclui Belzai.

“Foi um momento de muita alegria e perdeu-se a vergonha de participar. Muita riqueza na troca de experiências. Percebe-se que no grupo há uma amizade sincera e profunda entre as participantes. O mesmo é uma extensão da família”, revela Francidalma.

“Pensava que essa oficina era igual aos outros encontros em economia solidária. Mas, foi diferente, com dinâmicas diferentes, foi de conviver com as pessoas, colegas de grupo e outros grupos, repartir o pão”, constata Raimunda Vila Nova.

“Foi uma surpresa muitas coisas, conhecer os trabalhos uma das outras e trocar experiência. Aprender muita coisa sobre o grupo, união, conhecimento e venda de produto.” (não identificada).

“Foi bom conhecer o grupo e também ser acolhida. A história começa a ser contada pelo grupo, que tem outros valores, outras experiências.” (não identificada).

“Organização de maneira desorganizada, sistematizar o grupo é bênção de Deus. A gente se empenha a usar a camisa do grupo.” (não identificada).

“A vivência do grupo e chegar ao GMBPAPI é subir uma escada, é ser apoio da comunidade.” (não identificada).

Educadoras problematizadoras de apoio à sistematização: Walmira da Penha Rosa e Joana P. da Silva (participantes do GMBPAPI) Adeliane Martins Silva Santos, Marinalva Jacobina Correia e Alzira Medeiros (CFES-NE).

Participantes do Grupo de Mulheres Bordadeiras do Parque Piauí:

Ieda Maria Farias Santos, Belzai de Souza Moura, Teresinha, Maria do Socorro O. de Araújo, Raimunda Leal, Maria Zélia F. Borges, Raimunda Vila Nova, Esmeralda Viana, Rita de Amorim, Maria Francidalma, Gildinar C. Matos (Diná), Maria das Graças Leite, Graça Araújo, Maria de Lourdes, Conceição Cardoso, Maria Luciene Gomes Moura, Maria do Carmo G. Sousa, Raimunda G. de Sousa, Rosilene V. de Silva, Carmélia N. Macêdo, Maria Genoveva Nunes da Silva (Genu), Edna Frazão, Teresinha Vieira de Mesquita e Joselita Moraes da Silva.

CAPITULO 5

Sistematização em verso e prosa: sentidos e significados do Templo da Poesia



Introdução

*Quando não sei o que fazer da vida
Faço um poema e o poema diz o que devo fazer,
E eu faço.*

REGINALDO FIGUEIRÊDO

Realizar uma sistematização em tempo recorde – apenas um mês – foi um tremendo desafio para o Templo da Poesia, Fortaleza – Ceará. Dias intensos que permitiram “*olhar o passado*”, sentir os efeitos no presente e se perceber com perspectivas futuras. Definitivamente, um refazer-se, um recriar-se, que gerou novas perspectivas para o grupo e também para nós, como mediadoras do processo.

Começamos a caminhada no dia 10 de abril de 2012, pela manhã, sendo o momento seguinte, de encerramento do ciclo, dia 9 de maio do mesmo ano.

No primeiro momento, dialogamos sobre o conceito de sistematização e as possibilidades de realizá-la com base nas questões geradoras: o que é sistematização? Por que sistematizar? Para que serve? Como se faz? Que produtos podem ser gerados a partir da experiência?

E isso tudo se deu ao som da “*Oração ao Tempo*”, na voz expressiva de Maria Gadú, momento em que construímos nosso pacto de convivência para a força-tarefa que ali se iniciava.

Em seguida, desenvolvemos o eixo temático que norteou os trabalhos: “*O lugar da expressão artístico-cultural na construção do conhecimento em economia solidária*”. Foi com base na reflexão sobre esse eixo que se delineou o plano de trabalho, gerando a sistematização aqui apresentada.

Ao lançar o olhar sobre a metodologia de ação/intervenção construída ao longo da existência do Espaço-Templo⁹, foi-se percebendo a semelhança com a teoria da contra-hegemonia de Gramsci que nos aponta que não basta somente ocupar as fábricas ou entrar em confronto direto com o Estado. É importante fazer com que toda a cultura existente seja questionada de forma criativa e que vá de encontro a essa hegemonia, fazendo-se contra-hegemônica, de forma a que promova consenso das classes subalternas, conquistando mentes e corações, transformando o espaço social e apontando princípios potencialmente tácitos das práticas populares, de maneira a que eleve a condição ou visão de mundo das pessoas.

É por meio desses e outros aspectos que se fortalece, dentro do Templo da Poesia, a proposta de levar a poesia para trazer leveza aos espaços dos fóruns, redes e grupos produtivos interligados, na perspectiva dos diálogos e convergências, discussões e reflexões, a fim de se fazer ecoar nos quatro cantos do mundo o lema do grupo: *“O amor de todo mundo para mudar o mundo”*, extraído do poema de Ítalo Rovere.

Muito mais do que um lema ou um slogan, a frase carrega em si toda a pedagogia desenvolvida pelo grupo nas suas ações cotidianas.

Então, a fim de mostrar a singularidade deste grupo, procuramos enfocar vários olhares: desde aqueles(as) de dentro (ou seja, os integrantes do Templo), os de fora (o público participante das ações/formações, englobando tanto os mais assíduos quanto os institucionais com quem o Templo mantém/manteve parcerias e convênios, também chamados de

⁹ Esse trocadilho de palavras não se dá por acaso, pois as variáveis espaço e tempo estiveram presentes nos vários momentos, desde a elaboração da linha do tempo ao delineamento das ações futuras do Templo.

templários). É com base na síntese dessas múltiplas percepções que conseguimos traçar a trajetória (linha do tempo) do referido empreendimento econômico solidário.

Para nós, como equipe de mediadoras do Núcleo de Educadores em Economia Solidária do Ceará, trouxe um aprendizado que levaremos para nossas ações de formação por onde formos, pois a imersão no mundo da arte e da poesia nos transformou e fez com que buscássemos também nossos talentos artísticos. Quando nos demos conta lá estávamos nós, contagiadas pelo espírito da poesia, poetizando e também anunciando que para mudar o mundo é preciso o amor de todo mundo.

É o que veremos a seguir, em verso e prosa... e em prosas um tanto poéticas.

1 – O ANTES, O VIVIDO... A INSPIRAÇÃO

Quando as vidas se encontram sempre trazem nesse momento algo profundamente especial, o alimento dos sonhos materializado nas energias que convergem para um mesmo objetivo. Então não há alternativa a não ser acolher a alegria, a vontade de prosseguir, os diversos diálogos que traçam as linhas que geram os círculos, os espirais, as diversas formas de caminhos para a concretização do encontro. Na descrição das vidas logo a seguir é perceptível como o universo conspira e inspira todas as vezes que há permissão por parte de quem se entrega aos deleites do encontro. Reginaldo Figueirêdo e Ítalo Rovere viveram essa experiência de se encontrar e das suas afinidades de pensamento surgiu o Espaço-Arte Templo da Poesia. Espaço de convergências e divergências, de formação, sensibilização e divulgação da arte na cidade de Fortaleza.

NARRATIVAS DE VIDAS QUE SE ENCONTRAM

Reginaldo Figueirêdo conta: *“Os meus conhecimentos iniciais de organização foram adquiridos nos movimentos sociais de moradia na Associação dos Moradores do Conjunto São Cristóvão (AMCSC), Movimento de Luta dos Conjuntos Habitacionais (MLCH) e Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Ajudei a criar a AMCOS e o MLCH, pois poucos dias após chegar com minha família para morar no conjunto São Cristóvão vi as primeiras movimentações dos moradores já protestando pela alta prestação mensal da casa, como também já se organizando para a formação da associação dos moradores. Participei e, rápido, identifiquei quem eram os possíveis líderes e conversei com o que eu achei mais provável. Esse me convidou para uma reunião na casa dele com o objetivo de formar um chapa para concorrer na eleição que se aproximava”.*

“Envolvi-me, de imediato, com muito orgulho e alegria. Pensei logo que eu seria candidato a vereador. Coloquei-me como um defensor da moradia dos moradores do conjunto. Nem pensava que o que eu estava defendendo era a minha própria (moradia), pois o orgulho era tanto que fiquei por algum tempo cego.”

Continua o poeta: *“Vinha de Porto Velho, Estado de Rondônia, abalado pela crise financeira provocada pelo Plano Collor. Eu tinha vergonha de dizer que me encontrava inadimplente com a Caixa Econômica Federal (CEF) e que não conseguia pagar as prestações de uma casa embrião de 23 m², em um conjunto popular, mas não demorou para que eu pudesse ouvir o lamento quase geral da população. As prestações estavam acima das nossas possibilidades de pagamento. Quando fui pagar a oitava prestação da minha casa havia aumentado o preço em aproximadamente 60%. Eu não pude pagar. Não tinha dinheiro suficiente para efetuar o pagamento. Nesse dia, desesperado, gritei na CEF para que todo mundo ouvisse. Dizia: ‘Estou indignado, não vou pagar mais a prestação de minha casa porque não estou*

em condição. Essa é a situação da maioria dos moradores dos conjuntos populares, mas vou organizar um movimento de luta para mudar essa situação humilhante que estamos enfrentando. E vocês, funcionários CEF, observem o sentido desse serviço para a humanidade”

“Voltei para o conjunto sentindo-me humilhado por não ter o dinheiro completo para pagar a prestação, com raiva dos governantes pela falsa propaganda veiculada na imprensa televisionada, escrita, falada e com muito medo de ser despejado. E pensando comigo mesmo: ‘Tenho que enfrentar, apesar da timidez’. O desejo de lutar cresceu nesse momento, pois era a moradia de minha família que defenderia ali”

“Várias questões surgiram depois até o encontro com a economia solidária, que me levou a entrar noutra sintonia com o universo. Hoje sei que a chave para a felicidade está dentro de cada um(a) e que quanto mais nos conhecermos a nós mesmos mais poderemos favorecer o desenvolvimento das nossas capacidades e nos aperfeiçoarmos como seres humanos, nas nossas relações uns com os outros e com a natureza. Tornei-me então poeta de vida fácil.”

O poeta Carlos Arruda expressa assim como vê sente, Reginaldo:

*Ele é leve, muito leve.
Sua presença,
Transmite harmonia.
Na história do seu viver,
Passou a melhor se conhecer
E foi viver de poesia.
Assumiu-se como poeta,
Poeta que sempre foi.
Poeta de vida fácil.
Descobriu que é fácil viver.
Que não sendo dono de nada,
Sempre terá tudo.*

*Entregou sua vida nas mãos do Criador,
Entrou para as boas-aventuranças
Passou a viver despreocupado feito criança.
Semeando poesia, assim ele diz:
Vive quem é feliz.*

*É feliz como poeta de vida fácil,
E isso pra ninguém guarda segredo.
É um ser abençoado,
Por todos é amado,
Falo de Reginaldo Figueirêdo.*

Fortaleza-CE, Brasil, 7 de abril de 2011

• • •

Sobre Ítalo Rovere e seu envolvimento e participação
é a poesia de Carlos Arruda, mais uma vez, que expressa
sentidos:

*Gaúcho de nascimento,
Cearense de crescimento.
Veio pra terra de cabra da peste
Nasceu no Sul
E cresceu no Nordeste.*

*Sempre foi um menino diferente,
Seu comportamento?
Não parecia normal.*

*Quando todo mundo
Só pensava em ganhar dinheiro,
Se projetar,
Ele só pensava em amar.*

*Enquanto muita gente
Andava preocupado no dia a dia
Ele só queria fazer poesia.*

*Pensava ele:
Por que é tão difícil
Encontrar alguém que saiba amar?!*

*Não entendia,
E nem era entendido.
No seu pensar e sentido.*

*Atraído pelo desejo intenso de amar,
Numa reportagem, ela estava lá;
Seu coração intensamente pulsou.*

*Finalmente encontrou
Alguém que sabia amar,
Que entendia o que era o amor.
Sua alma se irradiou de beleza,
Queria ser livre, andar pelo mundo,
Precisava conhecer Madre Tereza.*

*Apenas com uma passagem
Foi pro Rio de Janeiro,
Com uma mochila nas costas,
Cavalgou o mundo inteiro.*

*Na Europa,
Saía de país em país até chegar lá.
Pedindo carona aqui e ali
Sem se preocupar.*

*Na Itália, alguém parou o carro,
Ele correu; era um casal que de pronto
Lhe atendeu.*

*Entrou no carro e sua história
Começou a contar,
E aquele casal, resolveu lhe ajudar.*

*Na casa deles,
Recebeu acolhida de um lar,
Até conseguir a passagem para continuar.*

*Algo de bom estava prestes a acontecer
Aquele casal feliz esperava um bebê.*

*Ao dia marcado, precisou partir,
Mas um compromisso teve que assumir.*

*Um ano depois teria que voltar
Tinha que participar do batizado,
Pois o bebê que ia nascer
Seria seu afilhado.*

*E numa noite escura chegou a Calcutá.
Noite longa, de pesadelo,
De medo e pesar.
Tudo que trazia, foi saqueado.*

*Correu ajustado,
Caiu na lama, noite de drama,
Foi maltratado.
Tinha a certeza que ia conseguir,
Até que um sirineu,
Resolveu lhe ajudar,
E na casa da Madre,
Conseguiu chegar.*

*Bateu na porta, já era madrugada,
Alguém lhe respondeu lentamente,
Volte amanhã, já encerrou o expediente.*

*Ele sentou na calçada
E simplesmente esperou,
E de repente a dobradiça ringiu,
Ela saiu e lhe abraçou.*

*Limpou sua face
E num gesto lhe entendeu,
Afiou seus cabelos,*

*Olhou nos seus olhos,
E disse: Meu filho,
Jesus também sofreu.*

*Ele, imbuído de emoção,
Já nem sentia dor,
Olhou para ela e apenas chorou.
Ela lhe cuidou
E mais tarde com ele poetizou.
Fez poemas falando de paz,*

De esperança e amor.

*O jovem poeta,
Idealista e sonhador,
Regressou ao Brasil,
E um ano depois*

*Outra vez para a Índia voltou.
Na seara de Madre Tereza,
Como voluntário, ele trabalhou.*

*Passou pela Itália
E o compromisso de padrinho realizou.*

*Vinte anos depois,
Voltou à Europa,
Para um grande momento.
Abençoar o afilhado
No seu casamento.*

*Num verso, eu universo.
Ele sai pelo mundo fomentando
“O amor de todo mundo,
Para mudar o mundo.”*

*Poeta. Único.
Declamador natural,
Autor dos livros Poemas de Viagem,
Tato Amarelo e Poema Visual.*

*Cinco anos atrás,
Encontrou Reginaldo.
E num belo dia*

*Juntos fundaram
O Templo da Poesia.*

*Ali, o sonho foi se somando
Ao sonho de outros poetas,
Pessoas foram se encontrando,
Agregando sentimentos e desejos.*

*E ele poetizou:
Tudo isso foi no escuro da noite.
Para que refletores?!
Vamos fazer nossa própria luz!*

Fortaleza-CE, 10 de abril de 2012

• • •

Assim tais vidas e encontros favoreceram o surgimento
o Templo da Poesia.

A seguir veremos mais detalhes sobre esse momento.

2 – RECONSTRUINDO O CAMINHO, REVENDO A EXPERIÊNCIA, VIVENDO O PROCESSO

É o verso do poeta Carlos Arruda que mais uma vez
expressa essa narrativa do Templo da Poesia:

*Reginaldo Figueirêdo
Educador social,
Trabalhava com menores infratores,
Frutos dos desamores
De um sistema desigual.
No ano de dois mil e seis
Preferiu ser demitido*

*Porque não aceitou
Ter o salário reduzido.*

*Porque no seu entender
Anda-se pra frente, nunca ao contrário,
Nesta ocasião fez o poema
Senhor secretário.*

*Decidiu naquele dia,
Que iria viver da arte
Através da poesia.*

*Saiu despreocupado
Na busca do seu ideal,
Foi parar no Dragão do Mar
Grande centro cultural.*

*Lá encontrou um amigo
Que de pronto lhe convidou
Para ir ao centro cultural do BNB,
Pois um evento bacana
Lá iria acontecer.*

*Ítalo Rovere iria palestrar,
De sua experiência de
Fortaleza a Calcutá.*

*E do encontro de Ítalo e Reginaldo,
Nasceu uma grande amizade,
E começaram a construir
Uma nova realidade.
Algo especial em suas vidas aconteceu
A partir daquele dia,*

*E juntos a outros poetas,
Fundaram o Templo da Poesia.*

*Naquele encontro de sonhos
Que foram se concretizando
A realidade daqueles amigos
Aos poucos foi se transformando.*

*Sem falar em Carlos Amaro,
Companheiro da primeira hora,
Irmão caro do coração
Eis o poeta da cora.*

*Poeta de coração cheio de amor
No grande teatro da vida
Ele é um grande ator.*

*Tem muita sensibilidade
Ama os animais na sua simplicidade.*

*Com boa vontade e união,
Sentimento e coração
Tudo foi acontecendo.*

*Pessoas foram se envolvendo
Na base do voluntariado,
E assim foi se configurando
Este espaço consagrado.*

*Em meio à fraternidade,
Em clima de festa e alegria,*

*No dia quatro de abril
De dois mil e nove
Foi inaugurado o Templo da Poesia.*

*Eu, Carlos Arruda,
Havia sido convidado
Para a inauguração,*

*Ainda hoje me lamento
Por não me ter feito presente
Naquela ocasião.*

*Uns dois meses depois
Fui aparecer por lá,
Jamais imaginei
Os momentos de alegria
Que iria vivenciar.*

*Eu que sempre fui
Um poeta solitário
Ao encontrar aquele lugar,*

*Minha alma estava inquieta
Pois havia encontrado
Um espaço de poetas.*

*No Templo da Poesia,
Não se fuma nem se bebe,
É um espaço de paz,
De cultura e harmonia.*

*Ao ali chegar,
Afirmei-me e reafirmei-me poeta.*

*Fui descobrindo com alegria incontida
O que sempre quis fazer na vida.*

*Eu poeta amante da vida,
Arte educador,
Licenciado em história e geografia,
Poeta do Templo da Poesia
E voluntário do amor.*

*Embora eu procurasse
Em lugares do mundo inteiro,
Ali pude encontrar
Amigos reais e verdadeiros.*

*Depois chegou Talles Azigon,
Jovem ponte genial,
Competente, inteligente,
Conquistando toda gente
Fazendo o diferencial.*

*Amante da literatura,
Leitor de Manoel Bandeira,
Vive com alegria,
Faz da vida uma brincadeira.*

*A cada dia
Mais almas afins vão se integrando,
Hoje temos Emiliana
Que a todos vai encantando.*

*Com sua espontaneidade,
Seu carinho e tranquilidade*

*E sua voz angelical,
Acrescentando ao grupo
Fazendo o diferencial.*

*E com Emiliana veio Livia,
Essa encantada fadinha,
Que trouxe junto com ela
Os encantos de Rafinha.*

*Este lugar é diferenciado,
Tem uma energia muito ativa,
Assim vai se configurando
Numa construção coletiva.*

*Muitos passaram por aqui,
Outros ainda passarão,
Mas todos que por aqui passaram
Doaram-se de coração.*

*Tem a Luana e a Ana Lourdes,
Cheias de energia,
Que trabalham na produção
Com muito amor e alegria.*

*A cada dia o espaço cresce,
Com sua peculiaridade.
O que aqui prevalece
É a lei da liberdade.*

*Na hora do decidir
Não existe votação,*

*Buscamos sempre o consenso
Prevalecendo a união.*

*Entendemos que a democracia
Nem sempre atende à precisão,
Exercemos algo novo
Uma forma de autogestão.*

*Na Secretaria de Cultura
Da cidade de Fortaleza,
Ao ganharmos o edital
Fizemos coisas sem igual
Momentos de muita beleza.*

*Ao promovermos concurso de poesia
O projeto viagens poéticas
Naquele momento nascia.*

*Movimentamos a cidade
Fizemos uma revolução
De cultura e alegria.
Através da poesia.*

*Cartazes em todos os ônibus
Que circulam na cidade,
Com mensagens de esperança,
De paz e fraternidade.*

*Entrávamos dentro dos ônibus
Fazendo intervenções,*

*Através da poesia
Encantamos corações.
Em todos os terminais
Levamos muita alegria,
Realizando belos sarais
Com muito amor e harmonia.*

*Cada dia que passa
Vão mais e mais nos procurando,
No Centro Cultural do Bom Jardim,*

*Fizemos um lindo trabalho
De arte e educação
Mais de trezentas crianças e jovens
Trabalhando sentimento e emoção.*

*Também no Dragão do Mar
Foram várias participações
E através das performances
Encantamos corações.
No centro cultural do BNB
Nossa participação já é garantida,
Fazendo a cultura acontecer
Criando bons momentos na vida.*

*Com a nossa tenda poética
Rolou muita alegria,
Contação de história, roda de conversa
E oficina de poesia.*

*Foram dois dias de bons momentos,
Maravilhosos encontros,*

Novas amizades e muito entretenimento.

*No sábado, vinte oito de abril
No teatro do BNB,
Um espetáculo que nunca se viu
Começou a acontecer.*

*Encontro de gente feliz,
Muito riso e alegria,
Música de qualidade
E um festival de poesia.*

*Procuramos vivenciar nossa filosofia,
Acreditamos em outras
Formas de trabalho,
Numa nova economia.*

*Na economia solidária
Onde podemos construir
Uma economia diferente,
Construindo um mundo novo
Envolvendo toda gente.*

*Junto caminhamos,
Buscando nova forma de viver,
Mudando nossa realidade
Fazendo a vida acontecer.*

*Assim seguimos juntos,
Com muita paz e alegria,*

*Trabalho, liberdade,
Amor e fraternidade,
Esse é o Templo da Poesia.*

Fortaleza-CE, 1º de maio de 2012

• • •

3 – “SONHO QUE SE SONHA JUNTO É REALIDADE”

Esse curto espaço de tempo revela o somatório de vivências do Templo da Poesia, desde o seu nascimento até hoje (em média três anos). As pessoas que colaboraram para que ele brotasse como girassol têm em suas vidas um acúmulo histórico tão significativo que faz com que a realidade atual seja bem vivida de forma madura e sustentada, com bases no diálogo, numa metodologia participativa e em sonhos comuns. Prova disso é a pouquíssima rotatividade dos integrantes. Como fundamentação metodológica, segue um texto de Talles Azigon, integrante do Templo, e um olhar de fora de Gaudêncio Leal, participante das atividades templárias.

O ESPAÇO-TEMPLO E SEU CONTRAMÉTODO DA LIBERDADE

“Via de regra, a arte é tratada como instrumento ou até mesmo como acessório para expressar as ações de um grupo. Assim temos as manifestações culturais como pano de fundo para muitos fatos e acontecimentos da nossa vida. Um pano de fundo quase invisível. Não é à toa que por causa disso temos a cultura em segundo, terceiro, quarto plano na nossa sociedade e mesmo em movimentos sociais, políticos e culturais que contestam o nosso modo de viver. Assim acabamos por reproduzir esse pensamento”, analisa Talles

Azigon.

Segue o poeta em depoimento argumentativo pelas linhas e páginas abaixo:

Outro ponto é que as manifestações artísticas são colocadas como pura fruição fazendo uma divisão de vida prática, intelectual e científica da arte, como se a arte não afetasse – e afeta – toda a nossa vida em todos os instantes.

Sempre pensava muito sobre isso. Quando entrei no mercado da cultura, com 14 anos de idade, com 16 já era um agente, produtor cultural, e escutei sempre o velho discurso batido de que *“a arte não é meio digno de vida”*, pois não se pode ir além, não se pode promover uma sustentabilidade plena para quem vive da cultura, principalmente da linguagem que eu desenvolvia, a poesia.

Porém, sempre desconfiei que poderia ser o contrário. Com a poesia eu conseguia e consigo ver um papel tão indispensável nas nossas vidas, que sempre carreguei comigo uma certeza de que poderia ter sustentabilidade com meu trabalho cultural. Era só preciso descobrir como. E esse como é muito ignorado, pois investimos a energia em dizer que não é possível, quando podemos/devemos direcionar essa energia perdida em descobrir “o como”. E acabei descobrindo quando encontrei o Templo da Poesia.

O Templo da Poesia me chegou através de uma amiga, Patrícia Lopes, que de um jeito ou outro fez-me chegar lá. Como podia?! Um espaço cultural no meio do centro da cidade de Fortaleza, voltado para a poesia, para pensar cultura, para falar cultura e o mais importante para viver cultura. Encantei-me e de imediato senti-me logo parte daquilo, algo que descobri que é fundamental para se poder construir o que quer que seja, sentir-se parte, e lá, naquele espaço, eu entendi o que a arte faz, o que a cultura faz com as pessoas: faz com que elas se sintam parte do mundo. Por isso, que o processo

da cultura, da poesia, da arte, é o processo da humanização do mundo ou da mundialização do ser humano.

Lógico que fiquei muito curioso para entender melhor sobre o funcionamento daquele espaço e minha curiosidade de produtor apontava alguns questionamentos: Como era gerenciado? Como era sustentado? Quais os dias de funcionamento? Havia um plano de marketing? Qual a penetração dentro da sociedade local e da cena cultural de Fortaleza? Afinal, quais as transformações que esse espaço causava nessa cena e nessa sociedade?

Enfim, muitas questões giraram dentro da minha cabeça. Aos poucos fui entendendo e me integrando ao grupo. Primeiro, descobri que o Templo da Poesia era um espaço cultural que foi construído através do sonho do poeta Ítalo Rovere, que sempre pensou em ter um espaço na cidade em que os poetas pudessem se encontrar e agora já possuía um espaço físico para começar esse sonho, que era o prédio da transportadora do seu falecido pai, que estava desativado e em estado de abandono, bem sujo e deteriorado.

O sonho existia, mas os recursos financeiros ainda eram escassos, até que um dia Ítalo Rovere encontrou um outro poeta, que estava ansiando se unir a esse sonho e conhecer os poetas da cidade de Fortaleza. Esse poeta era Reginaldo Figueirêdo, que junto com Ana Lourdes de Freitas e Nilze Costa e Silva aliou seus conhecimentos sobre poesia, consumo sustentável, economia solidária e sua participação nos movimentos sociais, na perspectiva de pensar e construir um outro modo de fazer a sociedade.

Do encontro dessas três pessoas, a economia solidária e a poesia se uniram e lembro do Reginaldo recitando o poema Unindo sonhos e tecendo a vida, a seguir:

*“Ajudar-se mutuamente
Não é coisa do passado
Nem é moda do presente
É energia de todo sempre
Necessita renovar-se...”*

Para Talles Azigon, foi isso o que aconteceu: *“Reginaldo uniu seu sonho com o do Ítalo e uniu seu sonho com o de Ana e Nilze, que depois foram unindo seus sonhos com os de outros poetas, que foram se aglutinando naquele lugar”*.

Continua Talles: *“Assim foram dois anos de reformas, limpeza e construção do Espaço Templo da Poesia, literalmente, com as próprias mãos, em regime de mutirão. Então, no dia 4 de abril de 2009 o Espaço Arte Templo da Poesia foi inaugurado com a presença de uma grande diversidade de públicos, que é sua marca até hoje, e também a presença da imprensa, que esteve lá para documentar esse acontecimento histórico na cultura da nossa cidade de Fortaleza”*.

Para ele, ainda, *“a grande questão do Templo, que eu sempre indaguei, pois eu só chegaria mais ou menos um ano depois da inauguração, era como construir e fazer funcionar um Espaço Cultural começando com recurso zero e sem investimentos de recursos públicos ou privados? Obtive algumas respostas na prática, de acordo com o relacionamento que fui estabelecendo com o espaço”*.

Primeiro, antes que eu fale sobre um tipo de sustentabilidade fundamental (de ordem econômica), que é por muitas vezes negligenciada por empreendimentos ligados ao campo artístico e cultural, quero falar o que faz o Templo da Poesia funcionar e ser o que ele é: o investimento pessoal de cada participante, principalmente, de tempo e dedicação.

Depois, percebi que foi preciso acreditar e investir o que, para um empreendimento cultural de economia solidária se

ria visto, pela maioria das pessoas, como um investimento de grande risco. Mas, foi exatamente o que aconteceu. Por muito tempo, os poetas do Templo da Poesia investiram seus recursos pessoais no espaço e os recursos que eram obtidos por meio de apresentações artísticas do grupo. O espaço, por vezes, era cedido para ensaios de outros grupos culturais – como o Grupo Poemas Violados – e também recursos obtidos com oficinas e atividades formativas realizadas por alguns dos poetas e com a venda de materiais produzidos e comercializados no próprio empreendimento durante os sábados, realizados aos fins de semana. Assim várias fontes de recursos foram aos poucos sendo articuladas, como o recolhimento de nota fiscais e doações, que era feito pela poetisa e escritora Nilze Costa e Silva, uma das animadoras do Templo logo no início.

Dessa forma, o Templo, que antes era um grande espaço vazio, começou a ser preenchido. Logo vieram doações de mesas, estantes, livros, cadeiras e os mais diversos tipos de materiais. Percebi que essas doações só aconteciam porque, ao chegar no espaço e ver como os poetas estavam construindo e acreditando nos seus sonhos, as pessoas passavam a se sentir parte daquela construção. Assim como todos nós, seres humanos, temos necessidade de nos sentir parte de algo maior. Essa é uma das sensações que a arte nos proporciona. É uma mística necessária.

Conversar, falar de poesia, falar da cultura, da arte, dos sentimentos, da construção possível de um mundo novo e de uma nova economia, junto com o trabalho de dedicação de cada um dos poetas-produtores que fazem o Templo da Poesia acontecer: Ana Lourdes, Ítalo Rovere, Reginaldo Figueirêdo, Luana Oliveira, Carlos Amaro, Nilze Costa e Silva, Manoel César, Maire, Glória, Talles Azigon, Carlos Arruda, Gervana Nobre, Emiliana Paiva e todos os que esti-

veram, permaneceram e partiram, colaboraram para projetar o espaço do Templo da Poesia. Não é à toa que fomos considerados, pelo Anuário da Literatura Cearense 2010/2011, como um dos espaços mais democráticos do Ceará. E essa democracia é bem diferente da que estamos acostumados e é sobre isso que eu vou falar um pouco, como se organiza o não método de gestão do Espaço Arte Templo da Poesia.

Primeiramente, e acima de qualquer coisa, no Templo da Poesia escutamos a poesia e compreendemos que esse processo de escuta nos faz, na verdade, escutar o ser humano. Afinal, como tão bem nos lembra Cora Coralina: *“Nada do que vivemos tem sentido se não tocarmos o coração das pessoas”*.

E, como disse a amiga Victoria, que foi uma das pessoas que esteve conosco num processo de autorreflexão para pensarmos o que fazíamos no Templo, quando fez um trabalho voltado para a criação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, junto com o Instituto Marista de Solidariedade (IMS): vivemos no Templo da Poesia uma *“pedagogia da afetação”* a qual o maior agente afetador, por assim dizer, é a poesia, a palavra, canal de expressão do sentimento.

Por isso, ficamos muitas vezes horas a fio conversando, declamando ou lendo poesias deitados no nosso descansódromo¹⁰, simplesmente convivendo, sentindo a presença das pessoas. Assim nossas relações são construídas e, quando precisamos do processo de tomada de decisão, ficamos preparados para as divergências e diversidades de ideias. Não é à toa que temos desenvolvido habilidades para entrar em consenso e/ou para não estancar ou atrapalhar processos que não concordamos, mas que não temos certezas dessa nossa não concordância.

¹⁰ O descansódromo é um espaço onde deitamos para descansar, pensar, sentir a presença dos outros ou simplesmente para ficar à toa. É o nosso espaço primordial para criação.

Nesse sentido, não necessitamos mais da ferramenta do voto, por saber que votar é excluir alguém em um processo de tomada de decisão. Fazemos do consenso algo básico para o funcionamento do nosso empreendimento, junto com a liberdade, que, como já disse anteriormente, é nosso lema maior. Como diz o poema Liberdade, de Cecília Meireles: *“Essa palavra que o sonho humano alimenta/ Que não há ninguém que explique/ E ninguém que não entenda.”*

Talles considera a liberdade o principal componente do não método de gestão do Templo, e diz que *“está muito além do campo semântico atribuído por alguns regimes de verdade (Foucault, 1999) e pode causar algumas confusões nas cabeças das pessoas que observam o funcionamento do Templo da Poesia”*. Exemplo citado por Talles é o que aconteceu “com o nosso grande amigo Manu (Emanuel Barreto), técnico da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece) que, ao participar de alguns momentos com o grupo, manifestou sua angústia e uma certa perplexidade, pois não conseguia identificar quem liderava o grupo.

É essa concepção que faz com que para Talles não existam lideranças no grupo. Pois, *“cada integrante faz uma ação, por desejo de fazer ou por entender, e isso é um processo pessoal, que aquela ação será de muita importância para o grupo e que por isso também é importante para si. Assim não há divisões de tarefas dentro do nosso espaço, pois cada um sabe o que é necessário para o bom funcionamento dele e a importância desse funcionamento para sua sustentabilidade coletiva e individual das outras pessoas”*.

Percebam, argumenta Talles, *“que para exercer a liberdade é preciso de tempo para contemplação, que é muito mais do que não fazer nada. Por isso, para nós é fundamental criar esse espaço de elaboração do nosso fazer. Momentos para não precisamos fazer nada, para simplesmente deitar, conversar, ler e recitar poesia um(a) para*

o(a) outro(a). Isso nos desenvolve como seres humanos e como grupo, aumentando o respeito e o amor entre nós, além de desenvolver o exercício da liberdade para que não precisemos mandar e nem ser mandados, fazendo-nos sentir mais e mais pertencentes ao Templo e ao mundo”.

“Nesse ciclo, que transforma a vivência como algo mais importante do que o produto final, importa menos o que vamos fazer e sim ‘o que faremos com o que vamos fazer’, o que lembra Horácio, em sua Arte Poética, quando ele fala que a poesia tem a função de ‘instruir e deleitar’. O Horácio não imaginou que deleitar já seria um modo de instruir, como se a poesia e a arte tivessem a função de instruir e afetar causando a sustentabilidade”, continua o poeta Talles.

*“Sustentabilidade, principal fator de uma economia que se propõe solidária, foi o que fez com que o Templo da Poesia seja hoje um dos movimentos de grande importância para a nossa cidade, pois os outros amigos artistas conseguem ver que é possível viver **com** os nossos próprios sonhos e **dos** nossos próprios sonhos”, complementa Talles.*

Para ilustrar essa sustentabilidade construímos o Placo Aberto. Todos os sábados realizamos essa atividade no Templo da Poesia e, durante a semana, encontros para reuniões e ensaios.

“Além do trabalho no Templo, sou também estudante do curso de letras-português na Universidade Federal do Ceará (UFC), um curso que exige muita dedicação, e algumas vezes sinto-me cansado e penso em escolher dias específicos para estar no empreendimento Templo da Poesia. Um dia, porém, eu estava conversando com Diana, uma das frequentadoras do espaço, e ela me dizia que ela vivia sozinha com sua mãe e dos cuidados que tinha, pois já é uma senhora idosa, com problemas de mobilidade e outras limitações físicas, o que fazia com que ela não tivesse um tempo para si e que a única diversão, o único momento que ela tinha para relaxar, era

quando vinha ao Templo da Poesia”, pondera Talles.

Esse relato, continua Talles, *“me tocou profundamente, pois percebi que atuamos em um segmento negligenciado pelas políticas, o da sustentabilidade do ser, afinal, como bem disse o poeta Arnaldo Antunes, Sérgio Britto e Marcelo Frommer: ‘A gente não quer só comida/ a gente quer comida, diversão e arte’. Só com comida não se vive, é preciso se sentir do mundo para que possamos respeitar o mundo, para que possamos nos respeitar, sentirmos-nos seres dignos e capazes de causar transformação: ‘Capaz da paz e de mudar o mundo’”*.

E essa capacidade com a arte e com a poesia é desenvolvida no Templo. Pois, afinal de contas, um dos principais atributos da poesia é falar e escutar a si próprio, na nossa própria voz e na voz do outro.

Podemos dizer então que nisso existe uma pedagogia do diálogo. O diálogo em todos os sentidos e não apenas das palavras, mas também dos sentimentos.

O TEMPLO DA POESIA PARA OS DE FORA

Para Gaudêncio Leal, falar do Templo da Poesia não é tarefa difícil, principalmente porque a liberdade e simplicidade são a tônica desse espaço cultural de nossa cidade de Fortaleza.

Diz o poeta Gaudêncio: *“O meu contato com o Templo da Poesia ocorreu há cerca de dois anos, quando a amiga Inês Ramalho me convidou para participar de uma palestra do poeta Ítalo Revere com o título sugestivo De Fortaleza a*

Calcutá. Ao participar da palestra senti uma atração enigmática por aquele ambiente cultural, por vários motivos, entre eles o fato de ser um local que contém uma certa magia cultural. Mesmo sem ser um bom observador, observei vários aspectos que me agradam bastante. A simplicidade do local e das pessoas que o frequentam, principalmente a liberdade de participação. As pessoas participam com plena liberdade, a poesia efetivamente é a essência da expressão do espaço, mas há também outras expressões culturais, como música, teatro e outras”.

“No que pese a larga distância temporal que separa a Padaria Espiritual do Templo da Poesia, verifica-se alguma semelhança entre os dois movimentos culturais/literários. Inclusive, o Templo da Poesia tenta resgatar um pouco da história da Padaria Espiritual”, argumenta Gaudêncio.

Para ele, “como poeta, a partir daquele dia da precitada palestra, passei a frequentar o Templo da Poesia com certa regularidade e convidando também as pessoas a participarem por achar muito importante essa participação. A minha produção poética tem uma história bem irregular. Há vários anos, quando vivia no Piauí, escrevi vários poemas chegando a publicar alguns através de um programa de rádio que havia naquela época com o título Poesias do Piauí. Depois disso, só agora, com a participação no Templo da Poesia, voltei a escrever poemas. Animei-me inclusive a criar um blog para postar as poesias que escrevo. O blog é: gaudenciopoetaleal.blogspot.com.”

*Ao adentrar ao Templo
Sentimos uma magia
Em cada participante
Mesmo por instante
Sentimos a poesia*

*O local é leve e descomplicado
O ambiente é singelo e acolhedor
Tudo é espontâneo e parece ensaiado
Sente-se num instante como coprodutor
Cada pessoa humana é um templo,
Templo de Deus criador.*

(Gaudêncio Leal)

• • •

4 – APRENDIZADOS RECONSTITUÍDOS E REDESCOBERTOS

Olhar das mediadoras

Aos poucos, nas conversas travadas, as falas se constituíam na riqueza da afirmação deles de se sentirem verdadeiros templos poéticos itinerantes, por terem introjetado o Templo da Poesia também como forma de ser no mundo.

Haviam, inclusive, tomado decisões seguras sobre institucionalização e a sistematização serviu para repensar a forma. A reflexão se deslocou para a possibilidade de se fortalecer por meio de parcerias, principalmente pelas respostas positivas que tiveram dos parceiros institucionais.

Também, para um melhor aprendizado, o lúdico é uma grande ferramenta educacional que ainda traz leveza, reflexão e nova práxis. A arte interfere de forma valiosíssima no processo de aprendizagem, pois permite dizer tudo e muito mais que é dito nos discursos, porém, chega ao coração e a vivência pessoal muito mais sentida.

Os olhares dos templários do Templo da Poesia

Como conclusão dessa vivência de sistematização tivemos a oportunidade de lançar um olhar mais ampliado sobre as nossas ações, os nossos processos e as nossas aprendizagens. Conseguimos colocar no papel o que estamos vivenciando, pois sabemos que do mesmo modo que muitas experiências nos ensinam e nos animam a caminhar, sabemos que a nossa experiência ensinará e animará muitos outros grupos a continuar as suas caminhadas.

Por meio da sistematização também nos atentamos para os nossos discursos e vimos o alinhamento dele com a nossa prática. Assim, como fruto, passamos por uma vivência de vital importância que decidiu qual seria o rumo que iremos tomar redescobrimos a identidade do nosso grupo, fortalecendo o diálogo e a construção do consenso, nossa maior prática.

Dentro do movimento nacional e internacional de economia solidária, sabemos da força da produção artesanal e agrícola e somamos a essa força a dimensão da palavra, da poesia, da cultura. Essa sistematização foi e está sendo responsável para percebermos como é que essa dimensão da cultura, feita por nós, fortalece outros grupos, empreendimentos.

Agradecemos ao Centro Nacional de Formação em Economia Solidária (CFES), por fomentar essa experiência; agradecemos a todos e todas que escutam: instituições, amigos(as), parceiros e frequentadores(as) do nosso empreendimento cultural de economia solidária e agradecemos ao apoio técnico das nossas amigas e parceiras de caminhada Victória Régia, Júlia Kilme e Isabel Forte, que nos acompanharam antes, durante e depois da sistematização. Victória Régia, não só como membro do núcleo de formadores(as), mas também como Instituto Marista de Solidariedade, que nos acompanha no Sistema Nacional de Comércio Justo e

Solidário. Isabel Forte, como Cáritas Diocesana de Fortaleza, outro parceiro forte do nosso empreendimento, e Júlia Kilme, do Mapeamento Estadual de Economia Solidária pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

Abraços Poéticos

Aos nomes de tod@s os integrantes do Templo diretamente envolvid@s.

Agradecemos demais a paciência de tod@s.

Referências

FALKEMBACH, Elsa. **Sistematização**. Rio Grande do Sul: Livraria Unijuí Editora, 1991.

FOUCAULT. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

Instituto Marista de Solidariedade. **Sistematização de Experiências em Economia Solidária**. Série EcoSol Caderno 2, Brasília, 2009.

JARA, Oscar. **Para Sistematizar Experiências**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2006.

http://www.faac.unesp.br/eventos/jornada2005/trabalhos/26_rafael_bellan.htm

http://www.4shared.com/get/QbDMhkBF/FICHAMENTO_MTODO_MTODOSECONT.html;jsessionid=9CD1105DB6AB00EA6BF9DD6F1A13A563.dc322 – Regina Leite Garcia (org)

Educadoras problematizadoras de apoio à sistematização de apoio à sistematização: Ana Lourdes de Freitas (Templo da Poesia), Isabel Cristina Forte, Júlia Kilme Gama de Castro, Victória Régia Arrais de Paiva e Alzira Medeiros (CFES-NE).

Participantes do Templo da Poesia: Carlos Amaro, Carlos Arruda, Emiliana Paiva, Gervana Nobre, Ítalo Rovere, Luana Oliveira, Reginaldo Figueirêdo, Talles Azigon.

CAPITULO 6

A experiência do ‘ponto fixo’ de comercialização solidária: ensinando caminhos de sustentabilidade



Esta sistematização é uma oportunidade, um presente vindo de nossa militância na economia solidária no Rio Grande do Norte. O coletivo de educadores nos escolheu como experiência a ser sistematizada e publicada.

Esta sistematização veio pela proposição de uma meta do projeto Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE), que conhecemos quando entramos para o Fórum Potiguar de Economia Solidária. O grupo despertou para a necessidade de poder reconstruir sua caminhada contando sua história, as lutas, as divergências e os conflitos, tanto internos quanto externos. A dificuldade de trabalhar coletivamente produzindo e comercializando, os embates com o poder público, a busca por uma melhor qualidade de vida pautada a partir de nosso trabalho respeitando os valores humanos e o partilhamento das oportunidades e conquistas.

A princípio não encontramos conexão na palavra metodologia. Nós não sabíamos como fazer a sistematização. A própria equipe de educadores do coletivo do Rio Grande do Norte não tinha muito clara a ideia de sistematização de experiência em função de uma série de circunstâncias, inclusive do próprio tempo curtíssimo que dispúnhamos para utilizar um método específico.

Então fizemos uma descrição do que achávamos que era sistematizar quando fomos para o seminário regional de orientação metodológica sobre sistematização de experiência no Recife. Tivemos a surpresa de que não sabíamos o que era sistematização, pois o que apresentamos era um relato, uma descrição da história de caminhada das associações. Uma sistematização é mais do que isso. Desse encontro saiu uma agenda para o processo da sistematização com o apoio da coordenação do CFES-NE e do coletivo de educadores em Economia Solidária (ECOSOL) do Rio Grande do Norte. Assim retomamos nosso trabalho. Em uma oficina programada para debater a sistematização indagamos ao grupo o que é sistematizar e afloraram ideias como: organizar informação e encaixar coisas diferentes; juntar todos para falar sobre tudo o que vivenciamos na experiência; conhecimento; formação; necessidade de ir atrás para resgatar algo embaralhado em nossa experiência que queremos desvendar; é um desafio e uma descoberta como um exercício criativo.

Começamos lembrando nossa caminhada e cada passo representou uma peça de um quebra-cabeça. Desenhamos e dispomos cada pedaço juntando-os como uma colcha de retalhos e seguindo nossa linha do tempo. O debate, as indagações e os questionamentos possibilitaram uma reflexão sobre o que produzimos com nossas ações e o quanto isso, enquanto processo educativo, ajuda-nos a crescer com foco na solidariedade. E tudo isso é uma sistematização de experiência.

As atividades se dividiram em oficinas, em abril de 2012, e outros encontros para apresentar o texto e complementar, corrigir, até chegar nesta versão.

A sistematização de nossa experiência seguiu um guia chamado eixo que orientou nossos passos na reflexão. Tudo estava relacionado a *“aprendendo sustentabilidade por meio da*

comercialização”. Decidimos que era isso que precisávamos refletir e fomos buscar as informações e realizar os debates que se transformaram neste texto que estamos socializando aqui.

1 - CURRAIS NOVOS: NOSSO LUGAR, NOSSA HISTÓRIA E A TRADIÇÃO DO ARTESANATO

Como em todo o Brasil, aqui vivia uma população que chamaram de índios. Eram os povos canindés, janduís e cariris, que durante décadas lutaram para manter sob seus domínios as áreas ribeirinhas do Assú. Depois, muito depois, veio uma vila e, em seguida, o município de Currais Novos no período conhecido como Ciclo do Gado, no século XVIII. O nome Currais Novos foi em função desse ciclo que deu lugar à fazenda com a capela, o povoado, a vila, e, conseqüentemente, o próprio município.

Com uma extensão de 864,34 km² e população em torno de 42.066 habitantes, de acordo com o site IBGE Cidades, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Currais Novos está situado no Território da Cidadania do Seridó, conforme política do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

É um município que apresenta uma geografia muito rica compondo o bioma da caatinga. Portanto, está no Semiárido nordestino. As formações rochosas afloram com exuberância tornando o município conhecido por suas diversas pedras, que são talhadas por artesãos revelando peças fascinantes.

O município também é pioneiro na comunicação de massa, com a primeira TV a cabo do Brasil, e tem uma gama de meios de comunicação: são cinco emissoras de rádio, jornal, revista e emissoras de TV locais.

Aqui já houve uma grande produção de algodão nas décadas de 1950 e 1960, mas foi a mineração, com a Mina Brejuí, um marco no chamado desenvolvimento do município como o maior produtor de scheelita, uma rocha mineral de qual se obtém o metal tungstênio.

A mineração foi, até 1997, o motor da economia local. Lucigleyde fala sobre a repercussão disso para o artesanato dizendo que *“quando iniciaram o trabalho com artesanato, o poder aquisitivo da população de Currais Novos era forte devido às minas de extração mineral. Isso era muito favorável ao processo de comercialização. Mas, com a descoberta da scheelita na China, a mineradora perdeu a competição encerrando um ciclo. Francisca Edilma informou que “após o fechamento da mina toda a economia local ficou em dificuldade. Muita gente foi embora à procura de trabalho”*. Essa mina foi retomada em 2005 como ponto turístico.

Nesse artesanato se destacava a confecção de jarros ornamentais e filtros de barro, bolsas e tapetes de palha, bordados manuais como em ponto cruz, richelieu e em fita; crochê; colcha de retalhos; fuxico; ponto reto com apliques, biscuit e redes. Na culinária os produtos eram doces, licores, chouriço, mocotó, cocadas, alfenim, puxa-puxa e pirulito de tabuleiro. Este último era vendido nas ruas com o seguinte dizer: *“Pirulito brasileiro. Só compra quem tem dinheiro”*.

O artesanato é quase sempre uma tradição familiar passada de geração para geração. Em muitos casos, a prática e o desenvolvimento de alguns tipos e técnicas ficavam restritos às famílias. Socorro Andrade explica que *“no passado as mulheres escondiam os modelos das roupas e os tecidos para que fossem exclusivos”*.

O surgimento das associações de artesãs e artesãos veio para contribuir com a mudança do trabalho individual e familiar que até então preponderava no artesanato.

2 - A ARTE NA ASSOCIAÇÃO

A Região do Seridó tem suas particularidades, entre elas o aspecto do humanismo relacionado à caridade e à benevolência, algo vindo da religiosidade, com forte presença na região. Esse aspecto nos despertou para uma atuação diferenciada pautada em nossas ações, a maneira diferente de vermos as dificuldades, nossos potenciais, nossas habilidades e conhecimento. Nosso trabalho sempre teve qualidade. Tanto que nos rendeu elogios enquanto trabalho individual, mas até então não havíamos despertados para trabalharmos coletivamente. Como disse Maria José de Pontes *“o que nos motivou para uma organização institucionalizada foi o desejo e a necessidade de uma renda própria, a busca pela liberdade e a independência econômica para resolver problemas básicos de sobrevivência e ampliar nossa renda familiar”*.

Então, em 1998, surge a Associação de Artesanato Currais-novense (AAC), também conhecida como Bordadeiras do Mirador. *“As mães deixavam seus filhos na Escola-Creche Santa Maria Goretti e ficavam ali mesmo esperando seus filhos devido a distância de suas casas, na zona rural. Nesse tempo começaram a fazer cursos de ponto cruz, vagonite e bonecas de pano na escola do Serviço Social da Indústria (SESI). Éramos 40 associados sendo quatro homens e 36 mulheres. Antes, as vendas também eram feitas no SESI para amigos e parentes. E quando tinha evento cultural no município, uma vez por mês, os trabalhos eram expostos no centro da cidade e em outros bairros do município, cada mês em um bairro diferente. Essa exposição tinha o apoio de um projeto da administração municipal que se chamava Palco sobre Rodas. Somente depois de dois anos resolvemos alugar uma sede. As vendas deixaram de ser individualizadas e só uma vez por mês passando a ser diariamente”,* lembra Maria de Lourdes Araújo.

Em 2001, a Associação das Bordadeiras de Currais Novos (ABCN) se formalizou. Com o apoio do padre Ausônio as bordadeiras formaram um grupo de produção de bordado à mão e comercializavam os produtos com o apoio da paróquia e da antiga Legião Brasileira de Assistência. A LBA qualificou as pessoas dando oportunidade para expor seu trabalho e ter uma renda. Esses trabalhos foram para os Estados Unidos da América e para a Europa. Hoje ela tem 30 associadas, em sua maioria mulheres, que iniciaram suas atividades de forma familiar bordando peças para as mulheres da cidade que tinham maior poder aquisitivo.

E em 2004 surgiu a Associação de Artesãos e Culinaristas de Currais Novos (AAC), que tem hoje 42 associados sendo oito homens e 34 mulheres da zona urbana e rural.

As associações são formadas por donas de casas (80% de nós), funcionárias(os) públicas(os) e agricultores e agricultoras familiares. A fonte de renda da maioria vem das vendas dos produtos.

Os artesões e artesãs sempre tiveram uma prática de produção e comercialização individual ou em família. A produção desse trabalho era feita em casa ou no sítio. Assim procuravam ganhar seu sustento. Para Maria José Pontes, *“o artesanato não era considerado trabalho. Era uma maneira de se presentear, de tradição familiar, só para uso próprio. Havia muita dificuldade para a comercialização e não era tido como fonte de renda. Não havia identificação como artesã(ao)”*.

Existe registro de experiência com atravessadores na produção do artesanato. Cleide disse *“ter sido exploradas (ela e outras) quando crianças (aos 10 anos de idade). Produziam as peças e uma pessoa do CSU (Centro Social Urbano) levava para Natal, vendia pelo preço que queria e dava qualquer mixaria para as elas. Até hoje há a interferência de atravessadores”*.

Apesar de estarmos na mesma cidade e de havermos surgido de iniciativas locais, seja pelo apoio da gestão pública ou de entidade ligadas à igreja, entre outros órgãos públicos e privados, nossas associações trabalhavam isoladamente, sem qualquer aproximação, cada qual em seu espaço e até concorrendo pelas mesmas oportunidades.

Em 2003, a prefeitura municipal, com apoio do governo federal, criou o projeto Palco sobre Rodas, uma iniciativa que tinha como estratégia a divulgação da cultura local. O Palco sobre Rodas ia a todos os bairros e comunidades rurais de Currais Novos. Lá se apresentavam vários artistas e eram realizadas exposições artesanais e várias atrações. Esse projeto foi muito importante para aproximar as três associações.

Então chegou um momento quando algumas mulheres da Associação de Artesanato Currais-novense, da Associação das Bordadeiras de Currais Novos e da Associação de Artesãos e Culinaristas de Currais Novos começaram a dialogar e perceberam que passavam por dificuldades e necessidades semelhantes.

2.1 - As dificuldades com a comercialização e a busca pelo reconhecimento como artesãos e artesãos

Com a queda da extração de minério veio o período de dificuldades econômicas. Muitos dos currais-novenses foram embora à procura de oportunidade de trabalho. A relativa abundância nas vendas individuais minguou. Num determinado momento começamos a questionar a forma como atuávamos e as relações entre produção e comercialização.

Nossa ligação inicia com a dificuldade de termos um ponto para realizarmos as vendas diariamente e não apenas de porta em porta ou nas feiras, que são semanais, mensais e até anuais. Queríamos uma referência onde nossos clientes nos encontrassem, identificassem-nos, pudessem ver a gente

trabalhar e ver o resultado do trabalho; que o cliente tivesse esse contato mais próximo dos artesãos e artesãs para que pudessem valorizar o artesanato a partir do que eles vissem. Assim poderíamos contar a história do produto, desde a matéria-prima utilizada, a técnica, enfim, mostrar que a compra daquele produto tem um valor além do econômico. Dona do Céu disse que *“as primeiras bonecas negras que fiz foram inspiradas em Benedita da Silva, na época prefeita do Rio de Janeiro”*.

Mesmo não compreendendo o contexto local e suas dimensões, entrou o debate sobre a representatividade política e suas interfaces. Como lidar com esses aspectos quando não temos conhecimento e relações com nossas representações político-institucionais? Assim surgiu a ideia da força da união para a busca pelos direitos de nossa categoria como artesãs e artesãos e resolvemos abrir o diálogo com o poder público em exercício e pautar nossas reivindicações, nossas necessidades e nossas aspirações. Cada associação isoladamente talvez fosse engolida por uma série de argumentações, o que seria mais difícil se fosse todas juntas.

Apesar de o diálogo interno ter em alguns momentos apresentado ruídos, todas as associações viram que para enfrentar a caminhada seria necessário saber o que queriam, qual a forma que queriam e como conseguiriam. A população não estava sensibilizada com a causa dos artesões e artesãs. Sempre há aqueles que apóiam e aqueles que fazem de tudo para que o grupo não obtenha êxito, até mesmo a falta de visão de alguns representantes públicos em relação à promoção do desenvolvimento local. Não veem nessas ações uma forma de alavancar soluções para alguns problemas, tanto sociais quanto econômicos, enfrentados no meio urbano.

A busca pela realização de sonhos, a luta pelo reconhecimento e o esforço pela sobrevivência fez com que o grupo se unisse para conquistar espaços e apoio.

3 - A OCUPAÇÃO DE UM PONTO FIXO PARA A COMERCIALIZAÇÃO

Assim, após vários anos comercializando nossos produtos de porta em porta, no espaço cedido pelo SESI ou em um prédio alugado, conseguimos junto à prefeitura, em 2008, a ocupação do Centro de Artesanato e Praça de Alimentação. O prédio foi construído no ano de 2007 com outra proposta de uso: seria o Centro de Artesanato e Lazer, pertence à Prefeitura Municipal de Currais Novos.

O Centro de Artesanato tem uma localização estratégica: fica em um ponto de passagem de quem entra ou sai de Currais Novos.

Chegar ao Centro de Artesanato foi fruto da atuação de nossas associações em suas reivindicações e seus diálogos com o poder público.

No começo não tínhamos autonomia na gestão do Centro de Artesanato. A prefeitura colocou três pessoas que gerenciavam e comercializavam os produtos colocados em exposição pelas artesãs. Isso causou alguns conflitos entre nós e a gestão local. As vendedoras não integravam as associações e não conheciam os produtos e nem como eram elaborados.

O poder público gerenciava nossa atividade e a comercialização ditando o que devíamos produzir e na quantidade determinada pelo gerenciamento. Assim definiam os tipos de artesanato e avaliavam a qualidade de nosso produto. Lucigleyde explica que *“no início (as artesãs) não tinham direito de ficar no ponto, nem colocar seus nomes nas peças que produziam. Havia discriminação quanto ao modelo das peças. As mesmas tinham que apresentar um padrão aceitável pela gestão pública e não pelo artesão”*.

No entanto, entre nós as opiniões sobre a participação do poder público na gestão eram divergentes. Uns achavam

que a intervenção do poder público local era necessária, até mesmo pensando em interesses próprios, enquanto outros viam nessa intervenção o enfraquecimento da autonomia e que a autogestão seria impossível com a presença do poder público, como de fato foi constatado pelas associações. É uma ajuda necessária, contudo, ela não poderia estar condicionada ao gerenciamento ou administração do Ponto Fixo.

Do ponto de vista financeiro, com a ocupação do espaço público cedido pela prefeitura, as despesas diminuíram muito e passaram a pagar apenas água, energia elétrica e telefone. Quando estavam em um Ponto Fixo alugado, conta Francineide Cabral, *“as despesas eram altas e quem não vendia nenhuma peça reclamava e não podia contribuir devido não ter tido renda”*. Diante disso, algumas artesãs e artesãos não participavam do Ponto Fixo.

Maria de Lourdes Araújo explica também que quando *“o Ponto Fixo era alugado o custo era muito alto e não havia parceria nenhuma com os órgãos públicos. Era cada um por si e Deus por todos. Tinha disputa entre as associações”*. E Maria José Pontes complementa dizendo que *“não eram reconhecidos como artesãs e artesãos”*.

No início do Ponto Fixo a relação não foi muito fácil. Havia muita dificuldade de lidar com a individualidade de cada uma e cada um e negociar sobre o resultado da venda dos produtos.

4 - A IMPORTÂNCIA DO PONTO FIXO: REFERÊNCIA, RECONHECIMENTO E NOVAS APRENDIZAGENS

O Ponto Fixo trouxe a integração e a parceria que não existia entre os grupos reduzindo o individualismo e proporcionando a participação em eventos mais expressivos na região, no Estado e nacionalmente, além do reconhecimento

regional para o trabalho do artesanato desenvolvido. Como disse dona Francisca, *“no Ponto Fixo cada produto vai agregando valor aos outros e há uma mistura boa entre os grupos”*.

Antes da experiência do Ponto Fixo, o artesanato comercializava de porta em porta, em feiras e em espaços restritos a uma sazonalidade. Só apareciam naquele espaço e nada mais. Não havia a continuidade. Com união, a organização e a cooperação se tornaram visíveis aos olhares da sociedade. Com o Ponto Fixo podem estar em contato com o cliente, verificar suas necessidades e exporem seus estilos e formas de produção. Por meio dos veículos de comunicação local seus eventos ganham divulgação contribuindo para a sensibilização e o reconhecimento do trabalho realizado, a exemplo das oficinas de artesanato e dos cursos, entre outras ações.

“Com a construção do Ponto Fixo deixamos de pagar aluguel, funcionamos em horário comercial, o trabalho é coletivo e os produtos são comercializados no varejo e no atacado para lojistas da região, como também em feiras regionais, estaduais e nacionais”, ressalta Maria de Lourdes Araújo.

Hoje as despesas do Ponto Fixo são proporcionais ao volume de vendas. Ou seja, quem vender mais contribui mais. As vendas no Ponto Fixo e nas feiras são realizadas à vista ou com cartão de crédito.

Para definir o preço são considerados o tempo para produzir, o material utilizado e o trabalho realizado. Cada pessoa calcula o preço de seu produto. Mas, depois do Ponto Fixo combinamos que não haveria preço diferente para o produto que tivesse as mesmas características e custo de matéria-prima. Há preço de varejo e atacado. Houve uma formação sobre como calcular o preço.

A matéria-prima é comprada em Currais Novos e às vezes não temos muita opção e somos obrigadas a comprar

pelos preços praticados nas lojas locais mesmo que a matéria-prima seja mais cara do que noutros lugares.

Tomamos cuidado para não trabalhar muito e ganhar pouco, para não seremos escravas do trabalho. É preciso ganhar bem com cada trabalho realizado.

Outro fator positivo é o da disponibilidade de uma variedade de produtos que proporcionam opções ao cliente, coisa que no porta a porta ficava restrito a um pequeno volume de produtos enquanto no Ponto Fixo vários trabalhos de diferentes artesãos e artesãs estão expostos.

Além desses fatores, as associações se fortaleceram para cobrar ações mais efetivas do governo local e impedir que o mesmo interferisse diretamente na organização e administração do Ponto Fixo, considerado como um empreendimento econômico solidário de comercialização coletiva.

Incluem-se aqui as oficinas de formação promovidas por nós, seja para pessoas interessadas individualmente ou por meio de parceria com o poder público local, nas quais divulgamos os produtos e a forma associativa e solidária de nosso trabalho.

Com a realização de cursos e oficinas de artesanato, promovendo o aprendizado das diversas artes tanto nas escolas quanto nas próprias associações com seus associados e em parcerias com entidades locais, contribuímos para manter acesso a nossos saberes e conhecimentos por meio da educação popular.

4.1 - Diferentes estratégias de comercialização e outros acordos de convivência

Em nossas ações adotamos diversas estratégias de comercialização, desde convite da TV a cabo local, que sempre faz matérias sobre as atividades e os trabalhos desenvol-

vidos, até colocação de um sanfoneiro em frente ao Ponto Fixo, realização de bingos, exposição das peças, divulgação dos produtos pela internet, além do turismo pedagógico, as vendas em domicílios e por meio de representantes e atendimento de pesquisa de estudantes. Tudo isso tem sido estratégias para fomentar a comercialização da produção do artesanato e da culinária.

A participação em eventos locais, regionais, estaduais e até nacionais, é uma forma de promover o trabalho e a comercialização. Nesse sentido as feiras têm contribuído enormemente para o aprendizado do grupo. Além das vendas em si, as feiras promovem novos contatos, trocas de experiências, trocas solidárias, encomendas e novos aprendizados. As despesas com as feiras são pagas pelas pessoas que vão a cada evento.

Se recebermos encomendas para produzir muitas peças, nos articulamos tanto dentro da associação quanto fora.

Mesmo com o Ponto Fixo, as feiras ainda são espaços importantes de comercialização para favorecer o intercâmbio, fazer contatos, receber encomendas, trocar experiência e realizar trocas solidárias. Para nós, a Feira Internacional de Artesanato (FIART, Natal-RN) é uma excelente feira, mas também vamos à Multifeira Brasil Mostra Brasil (Natal-RN); Feira de Artesanato dos Municípios do Seridó (FAMUSE, Caicó-RN); Festa do Boi (Parnamirim-RN); II Mostra Nacional de Economia Solidária (Salvador-BA); e Feira de Santa Maria (RS), que é a feira mais conhecida da economia solidária no Brasil e na América Latina.

Maria José e Francisca relataram que ao ser do movimento de economia solidária *“as portas se abrem mais”*.

A Associação de Artesãos e Culinaristas participa do Conselho Estadual de Economia Solidária e assim como a

Associação das Bordadeiras de Currais Novos integra o Fórum Potiguar de Economia Solidária e a Rede de Educadores e Educadoras de Economia Solidária do Estado.

5 - O QUE APRENDEMOS COM NOSSA CAMINHADA RUMO À SUSTENTABILIDADE

Nós, dessas três associações envolvidas, que permanecemos com nossas administrações independentes e produção própria, compreendemos nossa luta pela comercialização assim como por um espaço na sociedade currais-novense. Temos nos juntado para complementar nosso trabalho e nos apoiar umas às outras. Tratamos o Ponto Fixo como o NOS-SO ponto de comercialização. Mas, não é apenas um ponto. A sustentabilidade que falamos não é apenas financeira.

A luta é para tornar o Ponto Fixo de posse coletiva de direito, pois de fato ela já é, embora saibamos que isso fere interesses dos que não concordam com o associativismo solidário e de autogestão e da promoção da cidadania de inclusão. Existem valores de respeito ao ser humano, a seu trabalho e não somente uma relação pelo valor econômico.

Nós sabemos o quanto foi difícil e árdua a conquista daquele espaço, desde a relação com o governo local e a dependência gerada, a própria visão de concorrência entre grupos, as fragilidades organizativas no início na incapacidade de resolução de problemas com as descrenças das pessoas e o financeiro sempre escasso em grupos da economia solidária.

O enfrentamento conjunto das dificuldades gerou um pertencimento outrora não imaginado entre nós. A integração passou para a construção de um grupo, de um coletivo. Repartirmos as responsabilidades: quando alguém não podia ir para um compromisso, outra já se mobilizava. Cresceu uma consciência do que é necessário fazer e que

todos e todas têm responsabilidade. Apesar de termos as pessoas de referência, como toda organização, a totalidade sabe que também precisa contribuir com sua parcela na autogestão colaborando e participando das ações planejadas assim como as não previstas.

Verificamos que de um modo geral quem estão sendo beneficiadas são as atividades culturais e a sociedade como um todo, pois enquanto buscamos a realização de nossos sonhos e objetivos há uma retribuição por não deixarmos morrer artes e hábitos de nossa terra.

Resgatamos, refletimos, aprendemos e repassamos conhecimentos valorizando nossa atividade e o respeito a nossa história. Aprendemos que se cresce com as dificuldades e que temos que continuar trabalhando juntos. Quando se caminha unido o peso da carga é partilhado, tornando menos árduo o caminhar, e que se faz necessário formar parcerias estratégicas para alcançarmos nossos objetivos.

O que conseguimos tirar de aprendizagens de nossa caminhada é que precisamos respeitar a história e a forma de ser de cada um.

Agir de forma associativa e solidária, apesar dos conflitos, é possível e traz bons frutos. Às vezes temos que enfrentar e perder o medo para nos valorizarmos.

Estamos aprendendo sempre para fazer sempre o melhor, seja qual for a atividade. Pois, tudo na vida para dar bons frutos precisa de organização, inclusive registrar tudo, até mesmo a história de como tudo acontece. Mesmo tendo metas e objetivos individuais ou até coletivos é necessário respeitar os conhecimentos dos outros.

É possível gerar renda e trabalho com nossa iniciativa de artesanato. Mas, nós queremos uma sociedade melhor, não apenas para nossa associação e cada uma de nós. Agir isoladamente torna a caminhada mais penosa e difícil.

Educadoras/es problematizadoras/es de apoio à sistematização: Maria José de Pontes Leandro, José de Arimatéia Silva, Francisco dos Navegantes Silvino Nicácio e Mônica Vilaça (CFES-NE).

Participantes da Associação de Artesanato Currais-Novense, Associação das Bordadeiras de Currais Novos e Associação de Artesãos e Culinaristas de Currais Novos: Carmelita Maria de Araújo, Damiana Pereira de Araújo Cruz, Diana de Souza, Edneide Maria da Silva e Araújo, Francineide Cabral Lima, Francisca Edilena da Silva Moura, Francisca Lina de Araújo, Francisca Maria de Medeiros, Francisco Dias da Silva Filho, Fransuêde Lima Araújo, Gracilda Gilcea Bezerra Nunes, Lucigleide de Medeiros Araújo, Maria das Dores do Nascimento, Maria de Lourdes da Silva Araújo, Maria do Céu Santos, Maria do Socorro Medeiros Andrade, Maria Elizete Sales, Maria Ivanilda Costa da Silva, Maria José de Pontes Leandro, Rizelda Pereira da Silva

CAPITULO 7

Fazendo Arte e Economia Solidária: reflexões sobre os caminhos do aprendizado na organização coletiva de artesãs(os) a partir da relação com as políticas públicas



Iniciamos a sistematização da experiência educativa de nosso grupo Fazendo Arte e Economia Solidária da Paraíba, em abril de 2011. Tínhamos uma enorme expectativa em relação não apenas ao mergulho, mas também ao resultado com a publicação coletiva das (os) educadoras(es) em economia solidária do Nordeste. Também sonhávamos com um vídeo.

Em maio de 2011, o coletivo de educadores em Economia Solidária da Paraíba, analisou as condições para realizar a sistematização a partir das provocações trazidas pelas participantes do seminário regional sobre sistematização de experiências promovido pelo Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE) e as condições locais.

O processo de sistematização que vivenciamos está vinculado a uma estratégia mais ampla das(os) educadoras(es) em economia solidária do Nordeste como fundamento para a construção do conhecimento em economia solidária.

No processo de sistematização definimos como eixo orientador *“a construção do saber e autogestão no processo de organização coletiva do grupo de comercialização Fazendo Arte e Economia Solidária”*. Elaboramos um objetivo geral: sistematizar a experiência para a produção de conhecimento/saber vivenciado no processo histórico do grupo; e um objetivo

específico: experimentar a metodologia de sistematização.

Algumas educadoras do coletivo da Paraíba nos ajudaram na metodologia com base na educação popular, com reflexões coletivas (rodas de diálogo, exposição dialogada e carrossel pedagógico), totalizando seis oficinas pedagógicas. Vivemos juntos(as) nesses 20 meses um mergulho nas tramas de nossa história buscando gerar um aprendizado coletivo sobre sistematização e ao mesmo tempo permitindo uma reflexão crítica e construtiva sobre nossa experiência, principalmente trazendo sugestões para decisões e redirecionamentos de futuro.

Além disso, escolhemos sons, ritmos e caminhos para organizar o passo a passo no planejamento da sistematização. Nesse planejamento combinamos algumas tarefas importantes: a) fazer um apanhado das diferentes tentativas de resgate da história do grupo; b) buscar informações com os primeiros participantes do grupo; c) buscar registros, documentos, fotos, jornais, etc.; d) buscar depoimentos de parceiros que apoiaram o grupo; e) organizar os dados e escrever e refletir sobre a história do grupo. Também criamos grupos de trabalho para coleta de dados, registro, avaliação, mística e animação nas oficinas, na infraestrutura, nos cuidados e na coordenação. Eis aqui o resultado de nosso trabalho autogestionário.

1 – TECENDO UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA

*“Através dos nossos conflitos produzimos saber.
Há desafios, desencontros, brigas, mas que não
nos fazem desanimar.*

Um grupo unido é como um nó que não se desata”.

(Grupo Fazendo Arte e Economia Solidária)

Somos um grupo de artesãs(aos) que trabalha com diferentes tipos de arte e vivemos em João Pessoa onde existem muitas associações de bairros, centros sociais, clubes de mães e movimentos sociais (para se ter uma ideia, em 2004 havia perto de 50 associações).

Antes de criarmos o grupo, reuníamos-nos para aprender e ensinar técnicas artesanais herdadas de nossas avós e mães trazendo assim um acervo da cultura paraibana. Mas, tínhamos uma prática individual na produção de peças artesanais, na gastronomia e na agricultura. Havia poucos que trabalhavam em família.

Aos poucos, alguns começaram a participar de associações, entre outras organizações, onde residíamos principalmente em busca de trabalho e renda objetivando melhorar a qualidade de vida financeira, social e ocupacional. Essa experiência foi muito importante para nosso processo de organização, nossa própria constituição e o diálogo com o poder público.

Nossa história se inicia a partir da Prefeitura de João Pessoa (PMJP), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), precisamente da Diretoria de Trabalho, Renda e Economia Solidária (Direcosol), que promoveu uma ação de geração de trabalho, renda e inclusão social na perspectiva da Economia Solidária (ECOSOL). Para isso, iniciou articulações reunindo grupos e associações de artesãos nos bairros de João Pessoa e da Zona da Mata da Paraíba, cujo primeiro encontro de artesãos e agricultores familiares contou com um grande número de pessoas sendo 98,66% mulheres de mais de 25 associações e vindas de 47 bairros de João Pessoa.

Expusemos nossos problemas e a SEDES, sensibilizada, abraçou nossa principal causa: a luta por um espaço coletivo de comercialização. Nessa reunião foi decidido que o ideal seria criar um coletivo. Assim criamos uma comissão

com 13 pessoas para contribuir com a organização do grupo, que deveria ter reuniões periódicas mensais no Centro Administrativo Municipal de João Pessoa.

Realizamos um cadastro com cerca de 700 pessoas (produtores individuais, artesãs(aos) individuais e em grupos de produção) para organizar a inscrição dos participantes no grupo com o objetivo de comercializar. Esses inscritos receberam formação sobre a prática de comercialização coletiva nos princípios da economia solidária, o que foi muito difícil, pois chocava com a experiência individual.

Mas, havia um sentimento comum: juntas(os) somos fortes e capazes. Mesmo com todas as controvérsias e dificuldades de consenso nós percebemos rapidamente que isso fazia parte da organização coletiva.

1.1 – Os desafios da construção de um coletivo

Desse processo se originou Fazendo Arte e Economia Solidária, em 2005, com troca de ideias na construção de uma experiência autogestionária de comercialização direta de empreendimentos solidários na perspectiva de outro mundo possível.

Percebemos que havia um propósito da prefeitura de difundir a economia solidária que encontrou ressonância em nosso grupo, que buscava encontrar soluções para seus problemas, principalmente para a comercialização de sua arte.

No início do grupo recebemos a colaboração de várias entidades de apoio e fomento, entre as quais a Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com palestras sobre cooperativismos e associativismo.

Então passamos a utilizar material reciclável, fazer troca de matéria-prima, melhorar a logística e a ornamentação da feira. Percebemos que a teoria estava sendo colocada em prá-

tica, melhorando os produtos, e que as aprendizagens se davam por meio dos processos cotidianos nos quais um associado ensinava ao outro otimizando o tempo e os recursos que eram escassos. Essas práticas e trocas de saberes nós trouxemos da experiência com nossas associações e organizações comunitárias.

Antes desses processos formativos, quando ainda trabalhávamos individualmente, tínhamos uma série de dificuldades, como por exemplo calcular os preços dos produtos adequadamente, planejar a compra de matérias-primas (íamos várias vezes às lojas aumentando o valor final do produto) e se relacionar com clientes, entre outras. Mas, tínhamos momentos prazerosos como, por exemplo, o Dia das Mães e o Natal quando a confraternização era toda organizada e custeada por nós. E no dia a dia os lanches coletivos se davam com cada uma levando o que tinha em casa. Esse é um hábito que também trouxemos de nossa vivência comunitária, que nos deu condições de continuar.

O projeto Artesão Cidadão, com recursos da Eletrobrás, em parceria com o Instituto Centro CAPE de Minas Gerais, em 2006/2007, oferecia formação sobre comercialização que facilitou a compreensão sobre economia solidária e melhorou a prática com a organização diária no cálculo dos preços, na forma como divulgávamos nossos produtos, na relação com o meio ambiente – procurando não utilizar sacolas plásticas –, no uso de cartões de visita e de etiquetas nos produtos e até na inclusão digital quando aprendemos, por exemplo, a usar o e-mail como ferramenta de comunicação. No entanto, essas formações ofereciam um número reduzido de vagas. De cerca de 700 artesãs(aos) só podiam comparecer 30 participantes gerando um processo seletivo com desconforto, sentimento de exclusão para a grande maioria, dificultando a construção de uma identidade coletiva.

Mas, a formação pelo Artesão Cidadão culminou com nossa participação numa das maiores feiras de artesanato da América Latina, a Expominas-MG.

Essas articulações e apoios de organizações como o Centro Capes e a INCUBES possibilitaram que a SEDES conveniasse um projeto de apoio à comercialização com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2007, que favoreceu intercâmbios intermunicipais com troca de experiências aprofundando conhecimentos sobre cultura popular.

Contudo, apesar do esforço da Direcosol de promover processos de capacitação para todos, por meio do projeto com a SENAES, em 2007, continuava um processo de decisão e seleção para feiras e aquisição de alimentos do qual nós não participávamos, o que impedia que o grupo avançasse em sua própria constituição, enquanto grupo.

Existia uma coordenação do grupo que ainda não temos clareza se ela estava sobrecarregada ou se, por outros motivos, convidava outras pessoas para organizar as atividades. Assim sempre ficava o sentimento de que as decisões não eram tomadas pelo coletivo levando sempre a novos enfrentamentos entre os participantes, e destes com a Direcosol, provocando divisão e mais desistências no grupo. Mas, como disse Izelda, *“foi a partir das divergências que adquirimos experiências”*.

Vieram equipamentos por meio da prefeitura, mas não atendiam às necessidades do grupo e pouco a pouco os participantes foram se desestimulando, o que reduziu ainda mais o grupo.

Surgiram problemas de diálogo com a Direcosol, que tinha dificuldade de discutir e encaminhar de forma coletiva os processos decisórios. Aos poucos fomos sentindo que o projeto inicial com a prefeitura havia se desvirtuado.

Nessa caminhada aprendemos que os objetivos são alcançados em um espaço de tempo longo e muitos querem resultados imediatos. No nosso caso, isso contribuiu para que muitos participantes deixassem o grupo.

2 – OS PASSOS NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

O projeto com a SENAES terminou e a Direcosol deixou de dar apoio ao grupo. Assim, de uma hora para a outra, vimos que não tínhamos mais o apoio de governos e então iniciamos a aprendizagem de viver nossa autonomia.

Iniciados os primeiros passos para a sobrevivência e a autonomia do grupo desfizemos a comissão de coordenação inicial e elegemos por aclamação nossa primeira coordenação sem a presença de governo. Uma lembrança marca esse momento: o local onde realizamos a reunião. A prefeitura negou o auditório para fazer a reunião e esse momento tão simbólico aconteceu no Grêmio dos Funcionários Públicos Municipais, localizado no Centro Administrativo Municipal. Esse momento significou nosso acordar. Percebemos que estávamos sendo manipulados e reagimos deixando de brigar entre nós.

Quais resultados podemos obter de uma política pública que atropela um grupo dessa forma sem deixar que seus membros possam protagonizar seus próprios processos?

“As dificuldades de quem está fora do mundo do trabalho assalariado, sem espaço de comercialização, sem ter como vivência a prática coletiva, e sermos chamados para construir numa nova lógica mostrando a força do coletivo, a inclusão econômica e social, os princípios econômicos solidários, nos encheu de esperanças de um mundo melhor. Vimos que os processos não correspondiam ao esperado. Não abandonamos. Reagimos ora passivamente, ora contrapondo energicamente, pois não queríamos fechar as poucas portas que abrimos, e ao mesmo tempo tentando nos organizar e nos forta-

lecer. Muitos desistiram, pois o processo é doloroso, mas acreditamos que podemos transformar, algumas vezes rapidamente, em outras não olhamos para o relógio, pois o tempo se perde de vista como muitos de nós se perderam no caminho da nossa história”, comenta Regina Bonfá.

Foi um aprendizado difícil, pois tudo o que havíamos construído estava em poder da prefeitura. Até as atas com os registros de nossas atividades. Passamos a coordenar as plenárias planejando a pauta e registrando nossas atividades, entre outras iniciativas.

Então nos perguntamos: foi positiva a relação com a prefeitura? Analisamos que sim. Mesmo havendo reduzido o número de participantes o grupo continua tendo uma relação com a Direcosol, mas em um formato diferente. Percebemos que a prefeitura também aprendeu com nosso processo, porque hoje eles acompanham mais de 40 grupos de produção respeitando suas peculiaridades, pois cada grupo, como já citamos, está em diferente condição de apropriação do trabalho coletivo.

Sentíamos que o grupo tinha maior protagonismo na hora de trabalhar os processos de aprendizagem e tivemos experiências boas e ruins na relação com parceiros e apoiadores que queriam contribuir para o crescimento do grupo. Um exemplo disso foi a formação sobre comunicação com a INCUBES, pois ela não fez um levantamento prévio sobre a necessidade do grupo. Tampouco sabiam que tínhamos um integrante preparado para facilitar a oficina e ser multiplicador no Estado. Nós então esclarecemos isso para a equipe da INCUBES. Assim não houve continuidade da formação em comunicação. Não deram explicações, o que deixou todos nós muito desapontados, tanto pela falta do diálogo quanto pelo que representa a incubadora, até mesmo porque ela faz parte do Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES-PB).

Um outro exemplo foi a oficina sobre contabilidade realizada pelo projeto de extensão da UFPB, que acontecia aos sábados. Dessa vez a experiência foi diferente e nos ajudou a reverter nosso desapontamento com a UFPB. Percebemos que é como em nossa vivência de grupo de economia solidária: saber a teoria não basta, ela sozinha não tem força para mudanças e é necessário estar acompanhada da prática. Dialogamos com a equipe que veio facilitar a oficina e que foi até nossa casa discutir a proposta, depois trouxe um questionário para saber de nossas necessidades e assim organizou o processo formativo. A oficina foi muito produtiva para o grupo, porque muitos não sabiam definir o preço, fazer planilhas de custos e ponto de equilíbrio e calcular a depreciação do produto.

2.1 – O espaço: um sonho concretizado e novos desafios

Em 2007, construímos um fundo solidário com a contribuição voluntária de participantes, depositado numa poupança, coordenado por duas pessoas que prestam conta nas assembleias. Isso foi uma demonstração de que queríamos caminhar com nossas próprias pernas. Com os recursos deste fundo alugamos uma casa no centro histórico de João Pessoa.

Naquele momento sentimos que nosso próprio espaço permitiria mais solidariedade, prosperidade e organização. A primeira atividade na casa foi essa sistematização, que trouxe muita alegria ao reviver os diferentes momentos de nossa história. Fizemos uma viagem no tempo para analisar e refletir o que aconteceu. As lembranças boas e ruins ficaram presentes nos processos de organização do grupo.

Na casa realizamos oficinas e utilizávamos um espaço para a comercialização dos produtos. Nossas reuniões aconteciam toda sexta-feira e serviam para planejar e avaliar nosso trabalho e para a produção de alimentos, patchwork e bonecas.

A casa trouxe sentimentos muito agradáveis, uma sensação muito boa de conquista e de termos nosso espaço mesmo aumentando as despesas para todos com aluguel, pagamento de água, energia e imposto predial, mas foi um grande avanço para nossa organização, determinação e autogestão. Mostramos a maturidade e a perseverança presente no grupo.

Nós observamos a partir do reconhecimento e nas falas de companheiros(as) que nos acompanham ao longo de nossa história e outros mais recentes que essa foi uma iniciativa que precisou de muita coragem nossa, muito trabalho e negociação. Não foi fácil, principalmente para reduzir o valor do aluguel, que era muito alto, e mesmo com um valor menor não é fácil conseguir pagá-lo. Mas, a alegria era tanta que reformamos e pintamos a casa com muito esforço esgotando os recursos do fundo solidário. Aí faltou recurso para implantarmos um sistema de segurança e aconteceram dois roubos e levaram diversos produtos.

Esses fatos nos levaram a tomar a decisão de devolver a casa e voltar novamente à problemática de não termos sede nem ponto fixo para comercializar nossos produtos. Parece que nossos processos de aprendizagem passam sempre por esse ir e vir sobre decisões, frustrações, dificuldades e novas decisões. Aprender com a experiência dos outros também foi significativo para nós.

2.2 – Sozinhos não somos capazes de mudanças na sociedade: a relação com outros empreendimentos de economia solidária

Um outro aprendizado muito importante para o grupo foi a compreensão de que precisávamos nos organizar com outros empreendimentos da economia solidária em nosso Estado. Percebemos que nosso grupo sozinho não era capaz de

modificar certas coisas como, por exemplo, a própria relação com a prefeitura, o governo do Estado e o governo federal.

Essa percepção se deu a partir da participação no Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES-PB) no qual somos atuantes na militância pela proposta da economia solidária e envolvidos em ações que fortaleçam o fórum e os empreendimentos. Esse envolvimento fez com que participássemos de várias ações conjuntas fundamentais para o fortalecimento da economia solidária em nosso Estado e no Brasil. Por exemplo, a luta pelo marco regulatório, a campanha de assinaturas pela Lei Geral de Iniciativa Popular da Economia Solidária e a luta contra o Projeto de Lei nº 865/2011. Este último queria vincular a política pública federal de economia solidária às políticas de apoio às micro e pequenas empresas.

A economia solidária e as micro e pequenas empresas são diferentes, pois nos organizamos de forma coletiva, aspiramos à autogestão e o trabalho associado e não apenas à geração de postos de trabalho e a uma inserção produtiva. Frente ao PL nº 865/2011 nos organizamos com outros companheiros para realizar uma audiência pública em nosso Estado assim como foi feito nos demais Estados do Brasil. Além da audiência pública, fomos em caravana para Brasília com outros companheiros do Nordeste para mostrar à presidenta Dilma que não estávamos felizes com aquele projeto de lei.

Conseguimos barrar o projeto de lei e depois dessa vitória ninguém mais pode nos segurar, pois aprendemos o quanto é importante o processo de organização para nossa ação e pressão e para que possamos garantir avanços da economia solidária na Paraíba e no País. Essa audiência pública nos permitiu ainda um maior contato com parlamentares, o que nos levou depois a participar de uma outra audiência pública para garantir recursos para economia solidária na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) estadual.

Isso é resultado de todas as formações, mas, sobretudo, do aprendizado diário uns com os outros em diferentes espaços e situações vividas com erros e acertos. É resultado da caminhada, de consciência política frente a situações impostas e de compreender nossa realidade tão presente em nossa luta. Como disse uma participante do Fazendo Arte e Economia Solidária, *“conhecer o próximo foi o que mais fez o grupo crescer na sua caminhada”*. Nessa relação aprendemos a construir autonomia e seguimos amadurecendo.

3 – ADMIRANDO A REDE TECIDA: OLHAR PARA NOSSA EXPERIÊNCIA PARA COMPREENDER COMO CONSTRUÍMOS O SABER

O processo de sistematização possibilitou uma série de reflexões importantes sobre nossa própria experiência e de parar as atividades para refletir sobre a prática; para descobrir como construímos os saberes que são mais significativos para nós partindo da nossa vivência; e para diferenciar daqueles que trocamos com pessoas externas ao grupo. Mas, como ressalta Genilda Costa, *“todos têm alguma coisa a dividir com o outro e quando isso acontece esse saber é disseminado no grupo”*.

Na reflexão sobre a experiência percebemos que em nossa caminhada, apesar das mudanças financeiras, o maior aprendizado foi o conhecimento que construímos. *“Às vezes precisamos fazer análise do nosso comportamento perante todos do grupo: será que estou respeitando o meu colega, o meio onde vivo?”*, considera Claudete. Percebemos que não conhecíamos os princípios da economia solidária e essa foi uma aprendizagem difícil, pois havia concepções diferentes e alguns facilitadores não explicitavam isso. Mas, algumas palestras despertaram a curiosidade e a vontade de buscar mais conhecimento sobre algumas temáticas. Foi assim que aos poucos deixamos de nos reco-

nhecer apenas como artesãos(ãs) para nos identificarmos com os princípios da economia solidária.

Quando começamos a participar do movimento de economia solidária também passamos a estudar, fizemos cursos e crescemos como pessoas. Ganhamos amigos. Havia participantes bastante tímidas que tinham vergonha de entrar em certos lugares, de falar. Hoje ninguém nos segura. Com certeza nossas vidas melhoraram depois de sermos artesãs da economia solidária, pois nos sentimos mais respeitadas. Nosso aprendizado nos fez romper com práticas clientelistas e assistencialistas para sermos um grupo no nosso caminhar cotidiano.

Aprendemos que uma formação pode vir antes da atividade de feiras, por exemplo, para despertar e estimular a prática solidária. Hoje nos reunimos mais, brincamos mais e discutimos mais. *“A troca do saber ocorrer de maneira natural entre os membros do grupo”*, afirma Socorro Marques. *“Cada um tem seu jeito de passar esse conhecimento. Basta uma boa conversa e já está construído um novo saber”*, alega Socorro Cunha.

Éramos incentivados a participar e a cada dia havia uma ansiedade para que a economia solidária acontecesse na prática enquanto projeto de sociedade e de economia, enquanto comercializávamos nas feiras que deixavam um rendimento para poder suprir nossas necessidades básicas. Melhoramos nossas casas, fizemos reformas. Hoje, mesmo que a gente não venda muito, recebemos uma encomenda, pessoas nos procuram depois de um evento. Ou seja, divulgamos nosso trabalho. É importante e maravilhoso.

As feiras são necessárias, mas as aprendizagens que construímos juntos são muito importantes e a sistematização foi fundamental para trazer lembranças que estavam adormecidas. Consideramos que o processo formativo deve ser contínuo, não deve ser isolado e, se não for assim, não atingirá o objetivo de multiplicador. *“Qualidade versus quantidade*

é difícil de separar, pois são elementos no processo do conhecimento para acontecer a concretização do saber”, afirma Maria de Lourdes Lira de Oliveira.

Em alguns projetos o recurso foi mal gerido e, sobretudo, ficamos na dependência das decisões dos gestores públicos sem assumir a frente dos processos decisórios do grupo. A maior parte do que vivenciamos valeu como experiência e aprendizagem para o grupo mesmo lembrando que algumas coisas não foram boas.

Refletindo sobre o processo de sistematização

“Esse momento que estamos vivendo está possibilitando a todos mais um momento de nos conhecermos gerando uma nova produção do conhecimento”, declara Josefa Vieira.

Nesse processo de sistematização de nossa experiência vimos o quanto é difícil juntar pessoas de vários bairros, de varias associações, produtores individuais, para organizar a produção e criar uma associação. Nesse processo coletivo de inclusão no mundo do trabalho há formas alternativas e diferenciadas de se organizar pelos princípios da economia solidária.

O mundo inclusivo e melhor para nós e para futuras gerações enquanto missão de um mundo sustentável, digno e com justiça social leva tempo. Mas, estamos no processo de construção de respeito do ser humano e de uma relação mais respeitosa com outros seres da natureza. A economia solidária acontece no Brasil com empreendimentos pequenos e grandes, portanto, vemos que é possível.

Refletimos que precisamos afirmar nossa autonomia ao estabelecer uma relação com o poder público em qualquer esfera. A prefeitura ajudou a provocar no grupo o desejo de fundar um coletivo, mas as ações e decisões não contemplavam boa parte dos participantes de Fazendo Arte e Econo-

mia Solidária gerando descontentamentos e afastamento de muitos participantes. O que terá acontecido com mais de 600 pessoas que um dia participaram dessa ação de geração de trabalho e renda para a inclusão social? Parece que tomaram rumos diferentes: algumas pessoas constituíram outros grupos e estão no FEES, outros não participam. Mas, nenhum destes tem acompanhamento da prefeitura.

“Alguns grupos de produção que compunham o Fazendo Arte fizeram vendas para outros países”, relata Claudete Goulart, que segue dizendo: “Socorro Cunha, que produziu bonecas para um aniversário de debutante, teve o seu trabalho publicado na revista Acrópolis e Regina Bonfá publicou em agosto de 2007 o texto Um Olhar sobre a Economia Solidária. Algumas artesãs passaram a trabalhar na Ciranda Curricular, projeto da prefeitura municipal, como educadoras em economia solidária socializando os seus aprendizados e técnicas. Isso se deu após participar do projeto especial de qualificação da EQUIP (Escola de Formação Quilombo dos Palmares) representando o grupo Fazendo Arte”.

A sistematização mostrou que sozinhos não conseguiremos ir muito longe. A união, a busca pelo entendimento e o compartilhar é fundamental para todos. Agora teremos um documento que para o grupo é muito importante, pois vai dar mais visibilidade a nossa história. A sistematização foi uma viagem no tempo com recuperação e reflexão sobre as lembranças boas e ruins, o que está fazendo o grupo crescer.

Finalmente, queremos trazer a oração que foi construída pelo grupo em um dos encontros no processo de sistematização:

Creio em Deus Pai, Todo-Poderoso.

Creio num novo mundo possível.

Creio na energia que circula entre nós.

Creio na dignidade, na força que cada um tem.

Creio no amor e na amizade.

Creio no aprendizado, na persistência.

Acredito no respeito, no fortalecimento e na confiança.

Creio no sorriso de alegria, no militante.

Creio na vida digna e que estamos construindo um mundo diferente.

Creio na inovação, na luta, no nosso sucesso.

Creio no valor da informação.

Creio na economia solidária – ela é possível.

E que com fé em Deus tudo isso será possível.

Educadoras problematizadoras de apoio à sistematização: Regina Marlene Bonfá dos Santos, Maria Claudete de Oliveira Goulart, Girlani de Lima e Ana Dubeux (CFES-NE).

Participantes do Grupo Fazendo Arte e Economia Solidária: Ângelo Giuseppe Costa, Antônia Jandira Duarte, Eneida M. Ismael C. da Silva, Genilda Costa dos Santos Cordeiro, Gizelda Costa da Silva, Izilda Firmina Pereira, Josefa Rosa Bernardino, Josefa Vieira dos Santos, Luciano Rodrigues Ferreira, Lucimar Fátima de Souza, Maria Denise de A. Falcão, Maria do Socorro do S. Cunha, Maria José dos Santos Marques, Maria do Socorro R. Marques, Terezinha Fernandes Santos, Valquíria Lúcia Gomes e Vera Lúcia M. de Andrade. Terezinha Porto e Lourdes Lira, ex-participante do grupo.

CAPITULO 8

De geração para geração, aprendendo e ensinando na Comunidade de Imbé e Marrecos em Lagoa de Itaenga, Pernambuco



PARA COMEÇO DE CONVERSA

Este texto é o resultado de muito trabalho coletivo tanto da comunidade de Imbé, Marrecos e Sítios Viziños quanto do Grupo de Estudos e Trabalho sobre Sistematização (GETS) da Rede de Educadores em Economia Solidária de Pernambuco com o apoio do Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFES) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Para conseguirmos chegar neste resultado foram feitos vários encontros, reuniões, oficinas, entrevistas, transcrições de entrevistas e debates. Um destaque especial para Meca e Damião, lideranças na comunidade que escreveram textos próprios para serem incorporados no processo. Num determinado momento Damião disse: *“Isso aqui parece a Central da Copa com tanta gente trabalhando em coisas diferentes e ao mesmo tempo”*. Tudo isso aconteceu no período de junho de 2011 a junho de 2012.

Todo este trabalho foi muito importante para que pudéssemos mergulhar na nossa experiência para contar para todo mundo como ao longo do tempo, de geração em geração, temos ensinado e aprendido diferentes coisas em nosso trabalho do dia a dia. Este mergulho permitiu que pudésse-

mos refletir sobre o trabalho na cana-de-açúcar e na comunidade, este último vivido a partir do processo de transição para a agroecologia e para a economia solidária que começamos a vivenciar desde a organização de nossa Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos (ASSIM), em 2008.

Para sistematizar nossa experiência precisamos buscar informações com pessoas da comunidade, focando nas gerações e o tempo todo estávamos nos orientando por um eixo, ou seja, um fio condutor pelo qual nos orientamos para o processo de sistematização de nossa experiência. Esse eixo foi também se reorganizando a partir das coisas que íamos descobrindo e finalmente ficamos com: *“Como a gente constrói o conhecimento coletivo local na organização comunitária, na produção e na comercialização, a partir do que já temos na comunidade e do que vamos buscar fora dela”*.

Para contribuir com a metodologia do trabalho montamos uma equipe de sistematização, que no início era composta por Luiz Damião, Maria Freitas, Maria Silva (Meca), Jaílson e Ozéias José da ASSIM e Nani Mariani, Dilce Feitosa, Ana Dubeux, Luciana Rodrigues, Neilan Spinelli, Maria Rita da Cruz (Ritinha), Tatiana Maciel e Alzira Medeiros da rede de educadores e do GETS. Mas, depois algumas pessoas ficaram contribuindo de longe com a equipe por problemas pessoais (Maria Freitas, Maria Silva (Meca), Alzira e Neilan) e outras chegaram para nos ajudar (Maria Jorge, Severina Celina e Shirley). Tivemos ainda a colaboração de Carolina Leão que, apesar de morar em Portugal, sempre participou conosco virtualmente das reuniões e quando esteve no Brasil participou do processo.

Fazer a sistematização com a participação de todos da comunidade foi algo difícil, mas prazeroso. Agora, vendo o texto organizado, dá um orgulho danado do trabalho que

realizamos. Com as informações que temos ainda dá para escrever outros textos se quisermos contar outras partes de nossa história e de nossas reflexões. Vamos pensar sobre isso para ver se nos animamos.

A COMUNIDADE DE MARRECOS: O LUGAR ONDE MORAMOS

Nossa comunidade se localiza no município de Lagoa do Itaenga, que fica na Mata Norte de Pernambuco, limitando-se ao norte com Carpina e Lagoa do Carro, ao sul com Glória do Goitá, a leste com Paudalho e a oeste com Feira Nova e Limoeiro. O município não é muito grande e possui mais ou menos 61,7 km².

Por ser um município da Zona da Mata pernambucana a paisagem e o clima originais eram muito agradáveis com chuvas frequentes e uma vegetação original da Mata Atlântica onde uma grande diversidade de animais e vegetais garantiam um equilíbrio do ecossistema. Porém, desde a época da colonização foram se instalando os engenhos e plantações de cana-de-açúcar, que foram responsáveis pela destruição quase que total da mata. Nossa comunidade é quase que uma ilha rodeada por um mar de cana-de-açúcar de propriedade da Usina Petribu.

Na comunidade, que costumamos chamar de Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos, moram cerca de 90 famílias espalhadas em pequenas aglomerações que se distribuem da seguinte forma: 24 famílias moram na Vila do Sítio Alegria, 32 no Marrecos I, 15 no Marrecos II e nove no Imbé. A maior parte destas famílias no passado foi trabalhadora das usinas, possuem propriedades pequenas (em média 2,5 hectares) e para adquirir a terra utilizaram diferentes estratégias, embora não tenhamos conseguido no processo de sistematização descobrir como cada família obteve sua terra.

As famílias que moram na comunidade são em sua maioria parentes. No processo de sistematização começamos a tentar fazer um mapa/gráfico com as diferentes relações de parentesco, mas acabou que não tivemos tempo para concluir esse trabalho e fica mais uma tarefa para a gente concluir depois. Mas, em resumo, o que podemos perceber é que os terrenos onde hoje estão as famílias são antigas terras das usinas de propriedade de moradores que foram aos poucos dividindo suas terras quando filhos e netos foram nascendo, ficando pedacinhos cada vez menores.

Hoje a comunidade possui problemas os mais diversos sobre os quais temos tentado trabalhar, como por exemplo a partida dos jovens para as cidades por falta de interesse na atividade rural, a dificuldade de acreditar que é possível ter uma vida de qualidade a partir da atividade que hoje desenvolvemos na comunidade, entre outros. O processo de sistematização permitiu uma reflexão sobre alguns destes problemas de forma coletiva e também indicou alguns pontos importantes para a busca de soluções coletivas para os mesmos.

O TRABALHO NA CANA: APRENDENDO COM OS MAIS VELHOS

Muitos foram os depoimentos de pessoas mais velhas da comunidade que demonstram como nossos ancestrais, a maior parte descendente dos negros trazidos da África para trabalhar como escravos nas plantações de cana-de-açúcar, sofreram com o tipo de trabalho que faziam, pois eram muito explorados, ganhavam pouco e não tinham direito a descanso, lazer e tempo para ficar com os filhos:

“Ôxe, eu nasci e cresci dentro da cana. Aqui no sítio quando comecei a rebolar é com a cana, a roça, o algodão, fava, feijão, cará, batata. Tudo isso a gente rebola e ainda estou me rebolando até hoje. Comecei a trabalhar com 8 anos. E quando foi com 13 anos eu já voava

(andava) nos caminhões. Já era rojão. Fiquei até os 12 anos na escola. *Aí meu pai disse: “Ah, tu não quer nada com a escola não. Vamos pra enxada”. E até hoje eu trabalho. Com 9 anos eu já carregava mandioca com a minha avó, atrepado na masseira¹¹, porque era muito pequeno. Carregava mandioca de lá da várzea. Nesse tempo carregava com balaio na cabeça. Ia passar farinha e depois ia de cavalo pra inteirar a feira porque o que a gente ganhava no engenho não dava para tirar o sustento. Naquela época que não existia aquelas leis, né? O dinheiro era deste tamanho. Naquele tempo a gente era alugado, né? Que quer dizer trabalhar para os outros”, falou Manoel Machado, 72 anos.*

*“Era uma vida de escravo. Eu já vi 80 pessoas trabalhando na diária. Era meio de mundo de trabalhador. Pegava de seis da manhã às seis da noite. Eu vinha de Carpina assim, espiava para o engenho de Santana e tinha 80 trabalhadores numa área trabalhando. Escuro, escuro. *Aí quando não enxergava mais parava. Era ruim demais, mas o camarada não tinha para onde correr*”, lembra Damião Eugênio, 84 anos.*

Apesar de muitos jovens não terem trabalhado na cana, têm uma lembrança de como era ver seus pais na labuta diária do corte da cana:

*“Era um tempo mais difícil do que é hoje, pois era um trabalho que enriquecia o bolso do patrão, né? E com isso não ia ter grandes lucros. E assim o período que eu lembro que ele (o pai) trabalhou na cana era aquele tempo que saía cedo de casa, de 4:30 da manhã. E trabalhava muito e ganhava pouco. É isso aí que eu lembro. Teve um tempo que ele cortou cana, tomou conta de turmas que também cortava cana. *Aí ele media os espaços, né, para que os cortadores fossem cortar cana. Pronto. É isso, que era difícil, né? Que por mais que ele trabalhasse uma quantia seria pago sempre menos e com isso ganhava muito pouco*”, lembra Maria Freitas, 24 anos.*

¹¹ *Masseira* é uma parte da Casa de Farinha que serve para prensar a massa e extrair a manipeira (umidade da massa) e como Sr. Manoel Machado era muito pequeno para moer a mandioca ele subia na masseira para ficar mais alto.

“Foi muito sacrifício trabalhar na cana. Eu cortei 350 molhos para ganhar 30 reais. Aí foi que eu pensei: “É porque até 16 anos eu tava dependendo do meu pai e da minha mãe para compra roupa e ir para festa, dependendo do meu pai e da minha mãe”. Aí eu pensei: “Vou cortar cana para ver se eu vou pegar meu dinheiro”. Aí eu não gostei não e só aguentei ficar uma semana”, ressalta Ozéias José, 19 anos.

O trabalho na cana-de-açúcar tinha muitas funções e atividades diferentes e para nós sempre ficava o trabalho pesado. No texto que Damião escreveu, ele descreve algumas dessas funções:

O CAMBITO

O cambito era o processo de transportar a cana do ponto onde era cortada até o trem, que nem sempre ficava perto. Os trens depois foram substituídos pelos caminhões. Os cambiteiros, como eram chamadas as pessoas que faziam esse trabalho, tinham burros ou cavalos que eram carregados com mais ou menos 20 a 25 feixes de cana, dependendo do animal, para levar até os pontos onde estavam os vagões. Havia ponto que ficava a um quilômetro de distância. Era por tonelada também que se contava a cada 100 molhos. Os trens eram a vapor, funcionavam com lenha e por isso tinham que “beber água” por onde passavam. Já existiam os locais certos onde eles paravam.

O CORTE DA CANA

A grande maioria da cana era cortada amarrada, pois não existia essa grande quantidade de máquina que existe hoje para encher os caminhões. Era cortada e amarrada por tonelada e a cada 100 molhos de cana de 10 quilos dava uma tonelada. Isso vigorou até mais ou menos 1975. Com

a chegada das máquinas tudo virou. Nos anos 1990 mudou muito. Muitas vezes quem trabalhava nesse serviço amarrava a cana, fazia os feixes de cana pequenos e colocava em baixo dos maiores para completar logo 100 molhos. Essa era uma estratégia que os trabalhadores usavam para diminuir seu trabalho muito penoso. Quando o cabo, que era o que pesava os molhos de cana, percebia ele chamava esse feixe de macaco e se o seu peso fosse 8 ou 9 quilos ele fazia a conta pelo menor e não pelo que estava em cima, que dava 10 quilos. Isso era para evitar que outros trabalhadores fizessem a mesma coisa.

O ENCHIMENTO DOS VAGÕES

Iniciava enchendo cada vagão com quatro pessoas. Sempre os mais velhos ficavam em baixo jogando cana para os mais moços e ia ensinando como alinhar os molhos de cana. Muito dessa atividade se aprendia pela necessidade de ter um trabalho, porque não tinham muitas opções como hoje. Mais tarde aqueles que aprenderam passavam para outras pessoas. Sempre estavam aprendendo e ensinando.

O PLANTIO E A LIMPA DA CANA

No plantio era feita a cavagem da cana. Para isso os trabalhadores tinham que fazer umas linhas no chão num pedaço de terra de 1.000 metros quadrados, o que correspondia a uma conta. Depois de cavado, os trabalhadores semeavam as canas nos riscos cavados. A cada conta cavada, era necessário semear e depois cobrir. Quando a cana estava crescendo era preciso fazer a limpa, que é o processo de tirar as ervas daninhas do plantio. Quando é cana de plantação limpa-se até quatro vezes. Mas, quando já tem muitos anos de plantada só se faz uma limpa por ano.

Além das diferentes tarefas, havia também uma certa divisão de cargos entre os trabalhadores. Os donos de engenho e usina estabeleciam relações muito autoritárias e opressoras com os trabalhadores e utilizavam os próprios trabalhadores para controlar uns aos outros no processo de exploração. É o caso, por exemplo, do Sr. Damião Eugênio, que trabalhou como empeleiteiro¹², que obedecia ao cabo (feitor), que por sua vez obedecia ao administrador. Em sua experiência, o Sr. Damião diz que *“o patrão era como se fosse seu pai”* e ainda que ele era contratado pelos usineiros para contratar mão de obra mais barata e fazer o controle do trabalho desses que coordenava. Ele diz que *“pegava uma turma de gente e ia trabalhar com ela. Ai chegava lá a gente media a conta e distribuía um para aqui, outro para acolá. Trabalhei até com 115 pessoas”*.

Esse papel desempenhado pelo Sr. Damião era também desempenhado por outros da comunidade, que muitas vezes não enxergavam outras saídas para sair da condição de exploração em que viviam e nem do quanto era importante lutar por condições mais dignas de trabalho. É o caso, por exemplo, da opinião do Sr. Damião sobre as Ligas Camponesas, importante movimento de trabalhadores que lutavam por seus direitos nos anos 1960 no Brasil. Ele diz:

“As ligas camponesas queriam que o patrão fizesse por mais da conta, sabe? Eles exigiam muito e os sindicatos rurais aliviavam mais para o patrão. Ai as Ligas Camponesas entravam no pau com os sindicatos e trabalhadores. O pau roncava por dentro dos enge-

¹² A expressão *empeleiteiro* ou *empeleitada* vem de *empreiteiro* e *empreitada*. No Nordeste, principalmente na zona rural, ela é muito usada e está relacionada com um contrato temporário a partir de um objetivo combinado entre patrão e empregado. No caso do trabalho na cana-de-açúcar, além desse significado há também o significado de exploração e subcontratação, com salários menores e sem nenhum direito do trabalho, normalmente conduzidas por um trabalhador mais experiente. Resolvemos manter no texto *empeleitada*, porque é mais significativo para nós.

nhos. Faziam, pintavam e bordavam. Isso era ruim, porque o camarada tem que ser forro, liberto. O camarada não pode obrigar o outro a fazer o que não está certo. Porque o patrão tava certo. O trabalhador trabalhava seis dias ou cinco, se ele pagasse. Foi o que aconteceu com a gente. Eu tava com 70 e chegaram 32 das Ligas Camponesas. Aí o patrão chegou assim e perguntou: “Vocês vão parar ou vão trabalhar?”. Eu disse: “O senhor vai pagar os trabalhadores? Chamei os trabalhadores todinhos. A gente para se o senhor não pagar”. Ele disse: “Não, porque não sou eu quem estou parando. É o sindicato”. Eu disse: “Não, a gente vai cortar”. Aí foi quando eles chegaram para parar e eu disse: “Aqui não para ninguém”. Daí os meus se armaram e os deles se armaram. Mas, eles eram 32 contra 70 e poucos do nosso lado. Eles perderam e foram embora. Mas, o trabalho naquele tempo, antes, era ruim, porque não tinha limite, sabe? O camarada trabalhava de seis a seis (horas, da manhã e da noite), não tinha o salário. Era assim. Mas, era bom também”, Damião Eugênio, 84 anos.

De certa forma, o Sr. Damião mostra com clareza a condição de exploração e a falta de opção da maioria dos trabalhadores da cana na região, embora reconheça que as coisas mudaram depois dessas lutas, pois os trabalhadores passaram a ter direitos que não tinham anteriormente. Mas, esse é um processo que muitos dos jovens de nossa comunidade desconhecem e não têm consciência de que para obter algumas mudanças nessa realidade era preciso muita luta e organização.

Em nossa oficina de validação do texto final da sistematização percebemos que as Ligas Camponesas deram origem às primeiras lutas dos camponeses no Brasil pelos direitos dos trabalhadores rurais, embora não tenham tido tempo para aprofundar esse debate. Alguns dos mais velhos tinham uma visão de que as Ligas Camponesas eram organizadas por um grupo de desordeiros, bagunceiros. Mas, os

mais jovens compreenderam, a partir do depoimento dos mais velhos, que é a partir das Ligas Camponesas que se organizam os sindicatos de trabalhadores rurais. Esse é um debate que iremos aprofundar como continuidade do processo de reflexão que a sistematização provocou.

O SÍTIO: UMA ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS À CANA

Apesar de todas as dificuldades na cana tínhamos o sítio. Era no sítio que a gente encontrava a maior parte de nossas possibilidades de sobrevivência, pois era de lá que vinha boa parte da alimentação da família:

“Quando meu pai morreu ficaram oito filhos (quatro homens e quatro mulheres) e era meu irmão mais velho quem ficava tomando conta do sítio e eu no alugado, porque se os dois fossem trabalhar no alugado não dava para manter a despesa de casa. Aí ele ficava no sítio e eu no alugado. O que ele arrumava no sítio: mandioca, inhame, macaxeira, batata, feijão, frutas. Para comer e vender na feira. E o que eu trazia inteirava”, falou o Sr. Arnaldo, 58 anos.

“Eu comecei a trabalhar com 9 anos de idade. Meu pai trabalhava fora e queria que os filhos trabalhassem em casa. Ele saía para trabalhar fora e eu, minha mãe e meus irmãos ficávamos em casa. Aí ele deixava tarefa para a gente fazer: trabalhar no roçado, limpar a roça, apanhar ração para o gado. Aí a gente cresceu e via o povo ganhando dinheiro e quis também ir. A gente cortava cana, mas era dos boleiros¹³ por perto. A gente cortava e quando dava aquele trocado que a gente pegava, a gente não ia mais. Voltava e vinha ajudar em casa, ajudando meu pai na casa de farinha. Não tinha motor. A gente trabalhava no braço. Acordava às três da manhã para ir trabalhar. Depois, fomos melhorando e meu pai comprou um

¹³ Boleiros – são pequenos proprietários que plantam cana para a usina.

motor para botar na casa de farinha. Era tão bom. Vinha toda a vizinhança para fazer farinha em casa. Era uma festa quando ia fazer farinha na minha casa. Muito beiju, tapioca. Era uma animação. Vinha muita gente dos engenhos para fazer farinha lá em casa. Esse povo foi tudo morar na cidade. O patrão indenizou as terras onde eles moravam nos engenhos e foram tudo morar na cidade. Eu fiquei no meu sítio, graças a Deus”, relembrou também Maria Jorge, 50 anos.

Essa ideia de complementar a riqueza do sítio com o que se ganhava na cana estava presente em todas as entrevistas dos mais velhos. Hoje, os mais jovens não veem como renda o que produzimos no sítio, porque essa produção serve para nossa alimentação e muitas vezes não se materializa por meio de dinheiro. É muito mais difícil saber quanto apuramos da parte da produção que comemos do que daquela parte que é vendida. Porém, os mais velhos falam da importância de manter seu sítio ao lado do trabalho na cana para criar pequenos animais, ter o roçado e garantir a alimentação cotidiana da família enquanto os mais novos não querem mais saber do trabalho na cana porque descobriram outras formas de viver bem somente com o trabalho no sítio. Em alguns casos foi, por exemplo, com a criação de animais, que permitiu a compra das terras:

“Meus pais pagavam foro, que era uma espécie de aluguel, porque não tínhamos a propriedade da terra. Todos os anos, no dia 8 de dezembro, o dia de Nossa Senhora da Conceição, o patrão ficava lá sentado esperando e todos os moradores iam lá para pagar o foro. Meu pai era foreiro, mas ele tinha um sonho de ter um sítio, porque o patrão era muito carrasco para os moradores. Minha mãe foi quem ajudou, criou uma novilha de meia, plantava tomate, vendia frutas, feijão, as coisas do roçado, até que comprou o sítio e graças a Deus estamos lá até hoje”, recorda Maria Jorge, 50 anos.

Apesar disso, o trabalho na enxada foi cada vez mais sendo desvalorizado e muitos deixaram o sítio para ir morar em outros lugares. Aqui na comunidade estamos todo dia lutando para tentar encontrar alternativas para manter os mais jovens aqui, mas os problemas são muitos. Por exemplo, um problema dos mais graves é a falta de terra, porque mesmo os que querem ficar não têm terra para plantar. Cada pedaço de terra fica sempre sendo dividido pelos outros que vão crescendo e se casando na comunidade:

“O problema agora é a terra, que agora é meia (tenho que dividir com meus irmãos e primos). Somente encontrando a minha área é que pode dar certo. E também a escassez de água é muito grande. Meu primo deixou de plantar porque não tinha água suficiente para mim e para ele, porque a água que eu planto é a mesma que eu consumo. Por isso que eu também não tento expandir a minha área. Mas, eu tenho o sonho de produzir muita coisa, ter uma terra grande e produzir numa área maior para vender mais”, compreende Ozéias José, 19 anos.

Este é um sonho que Ozéias expressa, mas que pode talvez ser observado como um problema para todos da comunidade. Como fazer com que os jovens fiquem? Como resolver os problemas de acesso à terra e à água para poder continuar trabalhando na agricultura? Como garantir que as tecnologias de armazenamento de água possam ser aprendidas pela comunidade para não depender mais da água encanada que é hoje a realidade?

ENSINANDO E APRENDENDO: A ESTRATÉGIA DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS

Desde o tempo da cana, a aprendizagem com amigos, vizinhos e mais velhos sempre foi a forma mais utilizada pelos habitantes da comunidade tanto para aprender o que era necessário para o trabalho na cana quanto para o que era necessário ao trabalho no sítio.

“Em todas essas atividades, o ensina e aprende era feito de pai para filho. Quando o filho completava seus 12 até 15 anos os pais começavam a levá-los para ajudar nas tarefas ensinando como se acunha (monta) ou se bate (amola) uma enxada, como se limpa, entre outras atividades no campo. Quando o pai via que o filho tinha condições de cortar uma conta só os pais mandavam os empeleiteiros medirem uma só por filho. Porém, nem todos os filhos conseguiam tirar a conta da primeira vez. Alguns pais ajudavam, outros não, deixavam os filhos sozinhos tirando a conta dizendo que era para virar homem logo. Era privilégio de poucos filhos ter pais que ensinavam. Muitos tinham que aprender por si próprio ou com os irmãos mais velhos. Isso para toda as funções na cana e do mesmo jeito nos roçados em casa. Meu pai foi um dos que sempre repassou aos filhos os seus aprendizados. Digo isso porque as funções que meu pai desempenhou como empeleiteiro meus irmãos mais velhos também fizeram nos engenhos de grande porte. Até eu também trabalhei na cana, mas na cana que meu pai plantava ou comprava que temos até hoje na família. Eu acho que lidar com responsabilidade logo cedo facilitou o meu trabalho na associação”, explicou Luiz Damião, 43 anos.

Mas, havia uma diferença entre a aprendizagem do trabalho da cana e do trabalho no sítio: os valores que orientavam cada tipo de trabalho. No trabalho na cana estavam aprendendo a obedecer e a dar cada vez mais lucro ao patrão, enriquecendo-o e ganhando pouco. Por outro lado, os valores que orientavam o trabalho do sítio eram a amizade, o companheirismo, a partilha e a solidariedade, o que servia de base para nossas aprendizagens.

O dia a dia no sítio era repleto de atividades nas quais a solidariedade entre vizinhos era o que orientava. Isso aparece em várias das entrevistas (tanto dos mais velhos quanto dos mais novos) que demonstram como boa parte dos problemas é resolvida por meio de processos de mutirão, trocas

solidárias e ajudas mútuas. Não apenas os problemas, mas a partilha diária das alegrias, das festas e de outras coisas:

“O que muito me admirava na época de garoto era como a comunidade se organizava quando tinha uma festa. A festa era na casa de alguém, mas toda a comunidade fazia parte. Se alguém ia casar toda vizinhança ajudava seja lá de que forma fosse: colocar água, fazer palhoça para a dança, matar os animais para a comilança. Tudo era motivo de festa. Quando nascia uma criança toda vizinhança ficava contente a ponto de soltar fogos. Primeiro porque ocorreu tudo bem. Vinha comadre cuidar de quem estava de resguardo (tempo de 40 dias após o parto), lavar roupa, limpar o terreiro, fazer o pirão do resguardo, pois toda mulher que descansava (paria) tinha que comer um pirão de galinha de capoeira. O segundo motivo era porque com oito dias acontecia a cachimbada¹⁴ onde toda a comunidade estava presente. Essa solidariedade era retribuída pela família que recebeu quando outra passava pelo mesmo processo. E assim viviam felizes”, conta Luiz Damião, 43 anos.

Foi muito importante ouvir os depoimentos dos que hoje estão na comunidade sobre as trocas solidárias que realizamos para perceber que essas trocas (que fazemos sem nos dar conta, porque são naturais na nossa comunidade) são muito importantes para garantir os processos mais difíceis de trabalho coletivo nas práticas de economia solidária, por exemplo. Diferentemente daqueles que vivem nas cidades, nós que estamos no sítio não perdemos ainda esses valores e percebemos o quanto é importante se ajudar para conseguir fazer coisas que sozinhos não conseguimos. Além disso, ensinar a solidariedade a nossos filhos é também um passo fundamental para conseguir consolidar as práticas de economia solidária que desenvolvemos em nossa comunidade.

¹⁴ *Cachimbada* – era o momento que acontecia oito dias depois do nascimento da criança quando ela seria apresentada aos padrinhos. Nesse momento se fazia uma festa, na qual se bebia aguardente com mel, que era chamada de cachimbada. Mas também havia outras bebidas e comidas e era uma grande festa.

As aprendizagens entre pais e filhos no sítio foram importantes ainda para preservar um sentido que os mais velhos tinham de cuidar da natureza. Por exemplo, o Sr. José Eugênio, 85 anos, fala sobre uma aprendizagem antiga, que é a cestaria, que aprendeu com seus pais e hoje tenta ainda ensinar aos mais jovens da comunidade:

“Isso tudo foi meu pai quem ensinou, a cesta e o balaio. Aí eu ensinei às pessoas que queriam aprender. Hoje o povo não quer aprender mais. Acabou o cipó. Plantaram cana no mato todo e não tem mais cipó. E o povo não vai mais se ocupar com isso. Só uma pessoa como eu, que não vai trabalhar, é que ainda inventa de fazer. Mas, eu não aguento mais tirar cipó. Antes eu pegava cipó no mato. Antes tinha muito mato, na mata, nas capoeiras, por aqui mesmo tinha. Mas, plantaram cana. Ainda nasce, mas quando chega o verão cortam a cana e botam fogo e aí acaba, mata tudo. Alguma área que fica de mato por perto ainda nasce cipó e eu faço balaio”.

As entrevistas nos mostraram ainda que os mais velhos foram pouco à escola e que todos os mais novos tiveram acesso à escola mais cedo e por mais tempo. Isso gera uma diferença mesmo se a escola que nossos jovens frequentaram nem sempre trataram das coisas do campo e da manutenção do povo do sítio em suas roças. Ao contrário, parece que a escola provoca nos jovens muitas vezes a vontade de partir, inclusive porque não trabalha as coisas que a gente conhece no sítio:

“Naquela época (anos 1960) os rapazes e as moças não tinham muito tempo de ir para a escola porque o recurso dos pais era pouco. Os pais não tinham aposentadoria naquela época então eu não tive muito tempo de estudar. O tempo da gente era só para trabalhar e somente quando fui crescendo é que fui estudar à noite”, disse Sr. Ivaldo Barbosa, 58 anos.

“Estudei até a 4ª série no sítio. A partir da 5ª passei a estudar na cidade, em Lagoa de Itaenga. Hoje, escrevendo, noto que quando fui para a cidade meu comportamento mudou porque minha vida no sítio, meu

conhecimento e entendimento do mundo eram aqueles vividos com meus pais e meus irmãos. Mal ia para a cidade, muito difícil. Com 12 anos na cidade, sem conhecer nada, acabei me deixando influenciar pelos amigos. Não assistia às aulas direito, ficava na praça conversando. Mesmo assim passei de ano, porque minha mãe falava sempre que se eu aprontasse na escola ia deixar de estudar, porque tinha me colocado na escola era aprender, não para brincar. Na 6ª série continuei e não achava mais interessante as atividades do sítio. Não via mais essas atividades como uma brincadeira, como quando eu era criança, e quando meus pais pediam que fizesse ia sempre resmungando sem querer fazer. Ia mais por obrigação. O trabalho da agricultura não era mais interessante. Queria estudar para sair do sítio, ir para as grandes cidades. Aos 12 anos era esse o meu pensamento”, depõe Maria Silva, Meca, 23 anos.

Todas essas vivências e aprendizagens foram muito importantes para garantir o chão, a base, o alicerce do que estamos tentando construir. Mas, a partir da criação da ASSIM e da interação com um outro contexto no qual temos mais acesso a políticas públicas, nossa realidade foi se transformando. Nesse contexto passamos a aprender e ensinar não apenas entre nós na comunidade, mas também começamos a aprender com outras organizações que vieram contribuir com nosso crescimento.

A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS E MORADORES DAS COMUNIDADES DO IMBÉ, MARRECOS E SÍTIOS VIZINHOS: O QUE MUDA NO NOSSO JEITO DE VIVER, PRODUZIR, ENSINAR E APRENDER

A partir de 1998, criamos a ASSIM. Mas, a história de organização da comunidade começa nos anos 1970, com a organização de uma cooperativa de consumo em Carpina que usávamos para comprar produtos mais barato. Em linhas gerais, os principais fatos vividos na história dessa construção se encontram resumidos na linha do tempo abaixo:

DE 1970 a 1990

- Cooperativa de Carpina (Anos 70/80) – Mista (Assistência e Comércio);
- Existiam Delegacias (comissões) da Cooperativa na comunidade;
- Cooperativa promove abertura de Núcleo de Comercialização (Miguel Arraes) – Sítio Imbé ;
- Monocultura da mandioca (feira livre / venda direta) ;
- Cooperativa não era autogestionária, fechou depois;
- A "delegacia" da nossa comunidade era muito forte – vinha dinheiro do Governo e a gente aplicava, como por exemplo o "Vaca na Corda"
- Tinham uns mais sabidos...Sabedoria só para acabar com a gente. Muitos enriqueceram mais que os Senhores de Engenho;
- Havia o sindicato que oferecia outras coisas, como por exemplo o acesso à aposentadoria, etc.;
- As pessoas começaram a sair da cooperativa e migrar para o Sindicato;
- Distribuição de sementes pela cooperativa ou pelo sindicato;

1997: INÍCIO DA CONVERSA PARA A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

- O Sindicato e a cooperativa trouxeram a ideia da Associação para captação de empréstimo;
- Fundar a associação para acessar o Fundo de Frentes de Emergência - BNB (banco) exigia a existência da associação;
- A ideia veio de fora... o estatuto foi copiado...só criamos, de fato, o novo estatuto, construído por nós com a Incubacoop;
- As informações sobre a associação vieram do Sindicato e da Cooperativa – foram 20 pessoas fundadoras;
- A coordenação foi escolhida pelo "saber", como por exemplo, a presidente era a professora, Damião era o secretário porque estava estudando na rua (fazendo a 7ª. série) e Seu João já fazia o controle dos gastos da "delegacia", ficou como tesoureiro.

1º MARÇO 1998: CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

- Foi meio mundo de exigência. Nem todo mundo atendeu e veio a frustração porque ninguém conseguiu tirar o crédito;
- COOPAGEL dava assessoria para a elaboração do projeto mas era só;
- Participação no Conselho de Desenvolvimento Rural do Município ;
- Sindicato incidia sobre a Associação – trazia projetos (ideias), que não se concretizavam ;
- Acesso ao PRONAF B – 03 pessoas conseguiram se encaixar – o que animou um pouco os produtores.

2000:

- Eleição de Luiz Damião

A partir de 2001, aprendendo a produzir orgânicos

- Começamos a produzir orgânicos, mas nesse período, a Associação estava parada, esquecida, pois a assessoria que tínhamos (SERTA) não focava no coletivo;
- A Formação no SERTA sobre produção orgânica contribuiu ainda para a formação de jovens como Agentes de Desenvolvimento Local (ADL);
- De 2001 até 2004 - A Associação ficou esquecida "a gente tapeava" – falava tudo bonitinho, mas de fato não existia. Não havia organização;
- 22 DEZ 2001 - Início da comercialização no espaço agroecológico de Boa Viagem – articulação feita pelo SERTA. Nas primeiras feiras no 1º Jardim Boa Viagem tivemos problemas na divulgação apesar do apoio;
- Aprendemos que Recife só volta ao normal depois do Carnaval (começamos a vender bastante) e vimos que dezembro não tinha sido o melhor mês pra abrir a feira;

A partir de 2004, melhoria da organização comunitária

- Capacitações e oficinas sobre organização comunitária, beneficiamento, gênero, meio ambiente, reciclagem...
- No início não estavam dando muito crédito mas os técnicos (Incubacoop) vinham, faziam conversas e a comunidade começou a gostar e mudar;
- Maior protagonismo de jovens e mulheres;
- Maior intercâmbio com outras comunidades e experiências e aproximação com a temáticas da economia solidária;
- Participação em encontros, fóruns, conselhos com maior autonomia.
- 2007 - Criação da Feira na UFPE e criação do telecentro comunitário;
- 2008 – Construção do orquidário, com apoio da professora Cláudia da UFRPE, que hoje é fonte complementar de renda na comunidade a partir da venda das orquídeas nas feiras que participamos;
- 2009 a 2011 – Construção da sede, a partir de muito mutirão e organização comunitária. Fazíamos almoços para os que nos visitavam, com alimentos doados pelas famílias, e o que arrecadávamos ia para a construção da sede.
- 2011 – 1º Encontro das comunidades da ASSIM, onde buscamos mostrar o trabalho da ASSIM para trazer mais pessoas para a nossa organização.

O que é mais importante lembrar é que, apesar da associação haver sido criada em 1998, com o tempo percebemos que não tínhamos entendido direito por que a criamos. Ela foi criada com a intenção de permitir o acesso ao crédito por parte dos associados, como uma exigência de algumas políticas públicas, principalmente de acesso a crédito. Hoje, refletindo sobre isso, vemos o quanto é ruim quando se cria uma associação sem saber muito bem seu sentido e seu significado para a comunidade.

“Como já falei anteriormente, tinha na comunidade reunião da cooperativa mista de Carpina. Papai era sócio e eu ia sempre às reuniões com ele. Ouvia muita história e de uma reunião surgiu a ideia da associação. Somente porque eu estava naquele dia me colocaram na diretoria. Eu nem sabia o que era associação. Fui aprendendo com o processo. No início não foi fácil. Primeiro por ter fundado a associação só com o objetivo de tirar dinheiro no BNB, mas sem pensar na sustentabilidade daqueles recursos. Ninguém pensava como ter assistência técnica, onde comercializar os produtos. Hoje, olhando para trás, dou graças a Deus porque os créditos não saíram, pois seriam mais 25 ou 30 pessoas devendo ao BNB”, recorda Luiz Damião, 43 anos.

Mas, na caminhada da associação queremos lembrar duas aprendizagens que tivemos, que apareceram a partir do contato com duas instituições: o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA) e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco. A partir destas aprendizagens, também passamos a participar de outros espaços que são externos à comunidade, mas que muito contribuem para o crescimento de todos, tais como o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Conselho Estadual de Economia Solidária (CEEPS), o Fórum de Economia Popular Solidária (FEPS), entre outros, com os quais também aprendemos muito.

AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: APRENDENDO COM PARCEIROS

Desde o início dos anos 2000 começamos um novo tempo na comunidade. Esse foi um tempo de muita aprendizagem e transformações na vida das famílias que aqui moram, pois foi quando começamos nosso processo de transição para a agroecologia, inclusive comercializando nossos produtos nas feiras agroecológicas no Recife e participando do movimento de economia solidária. Essa nova etapa exigia das famílias agricultoras uma nova postura frente à produção, ao beneficiamento e à comercialização, bem como nossa inserção em espaços externos. Essas mudanças significaram para nós um outro tipo de investimento tanto no que se refere à discussão coletiva e de organização quanto no que se refere à transformação dos indivíduos, pois precisavam se estes preparar para tais mudanças.

A partir de 2003, com o governo Lula, mais programas e ações governamentais começaram a ser implantados, beneficiando agricultores familiares. Tivemos que aos poucos começar a lidar com essas ações construindo uma nova forma de se relacionar com o poder público, coisa que nem sempre foi fácil. Tivemos que aprender muitas coisas diferentes e vários parceiros foram importantes para que construíssemos nosso novo caminho. Uma das aprendizagens mais importantes foi a de escolher os melhores parceiros e como lidar com eles.

Nossos primeiros contatos com o SERTA aconteceram em 2000. Na época, Moura, um dos coordenadores do SERTA, iniciava um trabalho junto a agricultores e agricultoras da região da Bacia do Goitá, principalmente voltado para os jovens. Alguns jovens e seus pais que pertenciam a nossa comunidade foram lá para participar de alguns processos de capacitação:

“Tudo começou com a capacitação sobre produtos orgânicos que minha mãe fez pelo SERTA e depois meu pai começou a plantar. Porque foi através de um projeto de geração de renda que foi no tempo que minha irmã estudava PETI e teve essa capacitação para as mães, né? O PETI é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e ela foi participar desse curso e o intuito disso aí era que essa capacitação realmente viesse a gerar renda para as famílias, né?”, lembra Maria Freitas, 24 anos.

“Além dos conhecimentos que aprendi com meu pai e meus irmãos, tive também os aprendizados com as formações pelo SERTA. Apesar de ser produtor desde pequeno, descobri que para produzir orgânico tinha que aprender, porque produzir alimentos orgânicos não é simplesmente colocar a semente na terra e pronto. Tem os princípios, de você não pensar somente no lucro, mas pensar de como produzir com sustentabilidade na sua produção. Eu acho que deve ter uma renovação de pessoas, cuidado com a água, com os animais, saber que cada um tem sua importância no ecossistema, ter a mata como experiência e, acima de tudo, não achar que o seu companheiro de produção é seu concorrente e sim um aliado, porque sozinhos não chegamos a lugar algum. No tipo de experiência que vivemos tem que acontecer a coletividade e solidariedade entre as pessoas”, relembra Luiz Damião, 43 anos.

O SERTA teve importância fundamental num primeiro passo em direção à transição agroecológica na comunidade. Com os educadores de lá aprendemos muitas coisas relativas à produção de hortaliças, legumes e verduras e, sobretudo, que era possível comercializar diretamente para os consumidores no Recife.

Aos poucos fomos gerando transformações na comunidade a partir das aprendizagens que fizemos, como por exemplo:

Na produção

- Não utilização de agrotóxicos;
- Fabricação de defensivos naturais;
- Diversificação da produção, o que ajuda a reequilibrar o ecossistema;
- Maior aproveitamento do espaço das propriedades, que em geral é bem pequeno;
- Novas tecnologias de captação de água.

Na comercialização

- Organização para o transporte coletivo de mercadorias;
- Organização e participação em três feiras orgânicas do Recife;
- Diversificação de produtos ampliando as possibilidades de comercialização;
- Relação direta com os clientes;
- Comercialização direta se diferencia de somente produzir ou de vender para o atravessador;
- Comercialização tanto dos produtos quanto dos beneficiamentos em eventos relacionados às temáticas que trabalhamos.

Com o trabalho do SERTA também começamos a pensar na importância de criar estratégias para guardar nossos jovens aqui na comunidade. E os próprios jovens, ao participar das diferentes formações ofertadas no processo de formação de Agentes de Desenvolvimento Local (ADLs), começaram a perceber a importância de ficar na comunidade, principalmente porque eles começaram a perceber que o futuro da comunidade dependia deles também.

A aprendizagem para a comercialização, por exemplo, não foi uma coisa muito fácil, porque nem todos queriam e

nem sabiam vender na feira. Até hoje é assim. Há uns que preferem estar no sítio produzindo e enviam seus produtos pelos que gostam de estar na feira comercializando. Mas, uma coisa é certa: temos hoje um sentimento importante de autonomia, de crescimento, de independência. Sobretudo podemos ver que os jovens de nossa comunidade têm uma condição de vida melhor do que os mais velhos tiveram quando eram jovens. E, sobretudo, eles aprenderam muitas coisas que nós nunca aprendemos e agora nos ensinam.

“Quando estava na cana eu dizia: ‘Um dia eu saio desse serviço porque Deus quer’. Até que surgiu esse trabalho, de trabalhar com orgânico. Continuei trabalhando com orgânico e abandonei o alugado, a tucuca, que nem eu digo. E hoje eu vivo do trabalho do orgânico, trabalhando só para mim. É outra riqueza. É diferente porque tudo o que eu trabalho e o que eu lucro é para mim. Naquela época eu trabalhava para os outros. E eu ganhava o quê? Aquela horinha que o patrão queria pagar. E hoje não, tudo o que eu lucro é meu. Naquela época eu não tinha terra para trabalhar e usava a terra dos outros. Hoje eu trabalho na minha terra, porque graças a Deus conseguimos organizar a documentação da herança que era da minha mãe. Trabalho, tudo é meu. Arrumei família e graças a Deus os filhos já estão tudo grande e estudando. São tudo concursado, graças a Deus. Tudo dali, daquele terreninho”, falou Sr. Arnaldo, 58 anos.

O SERTA teve papel central no nosso processo de aprendizagem da produção de orgânicos e da comercialização direta. Mas, com o tempo nos afastamos dessa articulação principalmente porque nos frustramos com “a Cooperativa de Produtores Familiares Orgânicos (ECOORGANICA), criada pelo SERTA, onde nós produtores servíamos apenas pra entregar nossos produtos e receber deles. O resto da administração os diretores resolviam tudo. Resolveram tanto que foi à falência de tanta ganância. Uma cooperativa que foi fundada com um patrimônio de quase 1,5 milhão de reais. Esse aprendizado eu não esqueço”, ressalta Luiz Damião, 43 anos.

Vale lembrar que apesar de não estarmos mais trabalhando diretamente com o SERTA ele ainda é um grande parceiro e sempre que possível trabalhamos em conjunto, mas agora com um outro tipo de relação.

Houve também muitas aprendizagens a partir do momento que começamos a trabalhar com a INCUBACOOP, principalmente em tudo que estava relacionado com a organização comunitária, a retomada da associação, uma maior preocupação com a autonomia das mulheres e dos jovens e a participação em conselhos e outros espaços coletivos no nível local, regional e nacional. O trabalho de acompanhamento desenvolvido focava principalmente nos processos associativos e de organização dos diferentes tipos de trabalho que fazíamos na comunidade.

Um dos grupos que se organizou melhor a partir da parceria com a INCUBACOOP foi o grupo de mulheres que trabalha com o beneficiamento de frutas e legumes e que produz refeições quando encomendadas. As mulheres começaram a ter um outro tipo de força na comunidade a partir do momento em que começaram a ter mais autonomia financeira por causa da comercialização de frutas, legumes e produtos beneficiados nas feiras. Assim elas criaram um grupo que sempre se encontra para as produções semanais e que usam o princípio da solidariedade quando tem uma encomenda maior chamando mais mulheres para ajudar.

“Também faço parte do beneficiamento que as meninas tomavam conta. Mas, depois que foram embora para Vitória de Santo Antão e como não tinha com quem ficar eu fiquei com o banquinho. A minha menina nessa época estava com 14 anos, então perguntei se ela queria ir. Ela foi e ficou. Até hoje estamos no ponto (na feira). Levamos vários tipos de bolos, salgados, torta, pão, cocada. Sempre que a gente acha uma receita que seja com produto que a gente beneficia nós levamos. Como eu trabalho, aí não tenho muito tempo para estar saindo. De vez em quando, no aniversário da feira, Sr. Arnaldo me diz

que preciso ir, pois diz que sou a cabeça. Então deixo alguém no meu lugar e vou. Quando tem mais necessidade ou quando Sr. Arnaldo pega no meu pé assim eu vou,”disse Rosinete Silva, 40 anos.

A partir daí a ASSIM passou por uma nova fase. As mulheres assumiram a diretoria e depois desse mandato foram substituídas pelos jovens na condução da associação. Para todas as iniciativas que fazemos na comunidade sempre trabalhamos a partir da organização de pequenos grupos de pessoas que estão interessadas em contribuir com aquela atividade. Foi o caso, por exemplo, do orquidário que desenvolvemos com a ajuda da professora Cláudia, da UFRPE. No começo foi difícil, pois, apesar da orquídea ser uma planta nativa da Zona da Mata, praticamente ela desapareceu de nossa região e não sabíamos como lidar com ela. Mas, aos poucos, percebemos que o orquidário pode ajudar a reconstituir a flora natural da Zona da Mata e, ao mesmo tempo, o grupo que trabalha lá pode ter uma renda a mais no fim do mês.

Esse trabalho de organização em grupos e de divisão de tarefas a partir de grupos de interesse nos ajuda a melhorar a cada dia aprendendo uns com os outros, com erros e acertos, a fazer a autogestão fundamental à existência da economia solidária. Um outro exemplo bem importante de solidariedade foi a construção de nossa sede. Não tínhamos recursos para fazê-la, mas a cada vez que vinha um grupo conhecer nossa experiência na comunidade vendíamos refeições com doações de alimentos de todas as famílias. Com o apurado íamos comprando aos poucos o material. Até que finalmente, em setembro de 2011, nós conseguimos bater a laje com uma grande feijoada em mutirão. Foi uma felicidade.

“É. Faz pouco tempo que estou participando (da associação), mas estou aprendendo muito. Apesar de que agora não tem muito as oficinas que as meninas disseram que tinha antes de eu participar, que tinha muita coisa para aprender e agora está mais diferente.

Mas, aprendo muito. A gente vem, ajuda a limpar. Para fazer um almoço, aí uma vem colabora. Trabalhar junto aprende muito porque uma sabe mais do que a outra e aquela que sabe menos já vai aprendendo com aquela que sabe mais. No dia que batemos a laje da sede meu esposo veio ajudar a carregar a massa. Aí eu disse: Tu vais, que (o serviço) é mais pesado e eu fico em casa. Aí ele veio. Foi um mutirão. Meu irmão veio também, que eu falei com ele e ele trabalha de pedreiro. Ele já veio ajudar a fazer. Eu me sinto feliz, realizada, não é? Porque ali tinha um quartinho já empachado e agora já tem essa sede aqui coberta, né? A gente pretende trabalhar mais para ver ela finalizada, né?”, explica Marlene Gomes, 52 anos, como as ações coletivas são construídas.

Toda essa caminhada nos faz refletir que também aprendemos muito quando convivemos com parceiros. E Luiz Damião conseguiu resumir como foi esse aprendizado com a *Receita de como Lidar com Parceiros*, a partir de suas aprendizagens que trataremos na conclusão deste texto.

A APRENDIZAGEM NOS ENCONTROS, FÓRUNS E CONSELHOS: UM OUTRO PASSO IMPORTANTE

Uma outra aprendizagem importante com a participação em espaços de fora da comunidade foi a realizada no Fórum de Economia Popular Solidária do Estado de Pernambuco (hoje inclusive somos representantes do segmento de empreendimentos do Estado na coordenação nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária) e nos conselhos de desenvolvimento rural sustentável do município e de economia solidária em nível estadual, além dos diferentes eventos e intercâmbios de experiência que vivenciamos com outras comunidades.

“Meu primeiro evento foi quando participamos, eu e Danilo, através da INCUBACOOB, do Festival de Economia Popular Solidária, em 2005, no Recife. Para não parecer marinho de

primeira viagem fui conversando com as pessoas, perguntando como eles faziam, porque eles eram empreendimentos econômicos solidários. Isso no primeiro dia. Na sexta, no final da tarde, chegou uma equipe de televisão da Assembleia Legislativa, do Recife, e Rosana Pontes, coordenadora do FEPS-PE, pediu para eu falar da nossa experiência. Daí por diante pronto. Depois, foi o seminário na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco). No mesmo ano, viagem à Joinville e não parou mais. Esse aprendizado (aprendizado) de fora para dentro da comunidade também foi muito importante porque o que eu via lá trazia para dentro da comunidade. Foram muitos momentos bons de ensinar e aprender. Outro fato muito interessante foi no Festival de Economia Popular Solidária de Paulista. Nesse fomos eu, Danilo, Meca e Teté. Levamos artesanato, hortaliças e frutas. Quando chegamos lá, que (eu) olho: as barracas dos artesanatos bonitinhas e as barracas para colocar as frutas e hortaliças horríveis. A lona parecia uma tela e além disso no sol e no final da feira. Aí eu fiquei danado da vida e fiz uma revolução. Peguei as barracas que eram para as hortaliças e coloquei os artesanatos e vice-versa. Não aceitaram então eu disse: “Ou isso ou eu volto para casa. Então aceitaram. Foi aí que conheci Livia, da Prefeitura de Paulista. Todo mundo da organização do festival queria me matar, mas depois me deram razão, porque não tinha como as hortaliças ficarem no sol”, relata Luiz Damião, 43 anos.

Nesses espaços, amadurecemos muito porque aprendemos com as experiências dos outros. Esses aprendizados tiveram o sentido de trocar conhecimentos na área de produção e de comercialização, como no caso dos intercâmbios e eventos em geral. Mas, na participação em conselhos e fóruns tivemos que aprender a difícil lição de poder representar defendendo coisas que eram de interesse não apenas de nossa comunidade, mas de todas as comunidades e iniciativas de trabalhadores(as). Assim, quando nos posicio-

namos dessa ou daquela forma num espaço desses, temos a consciência de que estamos fazendo algo para que nosso município, nossa região, nosso Estado e até o Brasil possam melhorar. Além disso, sabemos que estamos contribuindo para a construção de políticas públicas mais próximas de nossa realidade.

Por outro lado, com a participação no Fórum de Economia Popular Solidária, o Fórum de Orgânicos, entre outros, temos o sentimento de que não estamos sozinhos nessa luta. É preciso que possamos ir buscando nossos amigos nessa luta para que possamos aos poucos garantir a conquista mais coletiva daqueles que buscam construir uma outra proposta de desenvolvimento justo e solidário. É dessa forma que esperamos ir construindo nossos aprendizados, pois *“aprendizado a gente não esquece. Para a coisa dar certo nem sempre tem que ter dinheiro. Muitas vezes vale mais o conhecimento do que o dinheiro. As pessoas com conhecimento podem fazer o dinheiro e o dinheiro não pode fazer o conhecimento, porque tendo a formação a gente vai fazendo as coisas aos poucos, buscando alternativas e consegue juntar dinheiro. Mas, com dinheiro e sem o conhecimento a gente tenta, mas nada dá certo. Esse é o caso de muitos hoje que estão devendo no banco: faltou buscar o conhecimento. Nós aqui na comunidade só tiramos financiamento depois de cinco anos de produção e comercialização e já em processo de abrir a outra feira na UFPE. Todos estão pagando, inclusive eu”*, conclui Luiz Damião, 43 anos.

O QUE APRENDEMOS COM A SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Quando paramos para refletir sobre o que aprendemos com a experiência e com a sistematização várias coisas apareceram.

“Percebemos que aprendemos muito e que o conhecimento foi muito grande. Quando a gente começa a juntar todas as informações se torna algo muito rico”, disse Maria Freitas, 24 anos.

A oficina de validação do texto final da sistematização ainda provocou muita conversa e debate tanto nos mais velhos quanto nos jovens. É o que diz, por exemplo, Maria Silva, Meca, em seu aprendizado sobre as Ligas Camponesas vinculado ao processo de sistematização: *“Hoje, na leitura do texto, ainda aprendi, por exemplo sobre as Ligas Camponesas. Somente hoje prestei atenção. Foi um desafio que hoje, lendo o texto, a gente vê que quando foi lançada a ideia tínhamos medo. Mas, quando a gente aceita o desafio e vai fazer colocando como meta/objetivo a gente consegue”.*

Nas palavras de Ozéias, *“o grupo ainda precisa sair pra buscar informações, mas as informações mais importantes estão em nossa comunidade e a gente não para para escutar as pessoas mais velhas e conhecer o que eles sabem. E isso foi uma oportunidade”.* Esta avaliação demonstra que o processo de sistematização foi muito importante tanto para que o grupo percebesse a riqueza presente na própria comunidade e principalmente para que o grupo entendesse que essa riqueza se manifesta por meio das trocas entre as gerações no processo de reflexão coletiva, como afirma Marlene: *“Foi muito importante porque conheci coisas que eu não conhecia, as histórias dos mais antigos”.*

Essa troca entre gerações também foi enfatizada por Luiz Damião, que diz haver aprendido *“a importância da relação de pai para filho nesse processo de construção, de conversa, que é quando a gente vai passando as aprendizagens de uma geração para a outra. Hoje não existe mais os diálogos entre os membros das famílias. Foi uma riqueza o que a gente conseguiu compartilhar entre gerações”.*

A sistematização de experiências serviu ainda para que o grupo percebesse, segundo Jailson, 20 anos, que é por meio da organização de reflexões coletivas que o grupo pode encontrar suas riquezas em termos de aprendizagens. Ele diz

sobre o grupo *“que devemos nos organizar porque no começo a gente achava que não tinha nada pra falar, mas depois que começamos a botar as falas no papel foi mais do que precisava”*. O que se completa com a fala de Ozéias que diz que *“escrever a nossa história serve de exemplo para outras comunidades fazerem o que estamos fazendo, resgatando os conhecimentos do passado”*.

No processo vivenciado na sistematização percebemos ainda o quanto é importante o aprendizado com processos externos à comunidade e Maria Silva, Meca, diz: *“Toda vez que eu voltava de um evento trazia uma ideia diferente. Muitas vezes não era aceita dentro de casa. Na sistematização foi importante porque todos podem ver que esses conhecimentos de fora são importantes. A gente pôde rever momentos e fatos que vivemos anteriormente e dialogar com nossos pais sobre o que vivemos. Foi muito importante entender o que os pais querem passar para a gente, porque eles têm uma opinião e uma experiência, eles viveram mais do que nós e têm o que nos ensinar”*.

A sistematização permitiu ainda que percebêssemos o quanto temos aprendido com nossa própria experiência. Um exemplo disso é a *Receita para Lidar com Parceiros* recuperada do texto escrito por Luiz Damião:

- Escolha bem quem você traz para dentro da comunidade;
- Não tenha os parceiros como os salvadores da lavoura. Eles não ficam para sempre, mas somente enquanto o dinheiro do projeto durar;
- Procurem aproveitar o máximo que eles têm a ensinar;
- Acolha-os com alegria, porque mesmo o projeto acabando você conquistou um amigo e ele nunca vai esquecer a comunidade e sempre volta;
- Aqueles que você mesmo achando que está escolhendo bem percebe que está querendo se aproveitar da comunidade coloque para correr;

- Se deu para colher algo de bom enquanto estava na comunidade coloque em prática. Se não, bola para frente;
- Entidade que não constrói junto com a comunidade tem poucas chances de depois que a entidade sai a comunidade andar com suas próprias pernas;
- Mesmo que no projeto esteja previsto pagar tudo sempre estimule a contrapartida da comunidade. Mesmo que não consiga, mas se tentar já é muita coisa para estimular a comunidade a não ficar só esperando, mas também correr atrás.

No aprendizado com a experiência, mas percebido no processo de sistematização, surge ainda uma preocupação evidenciada por Ozéias: *“A minha preocupação é saber quantos jovens vão ficar de verdade na comunidade ou vão partir para outra”*. O que é completado por Maria Silva, Meca, sobre a continuidade da reflexão, talvez em outros momentos de sistematização: *“A expectativa é sempre de continuidade. A partir do momento em que a gente viveu a troca entre as gerações, o envolvimento, a gente fica com a expectativa de continuar fazendo isso. Quando falo de envolvimento, falo da organização, da participação no todo da comunidade”*.

O olhar de Maria Jorge sobre a questão é de que as gerações mais novas querem muitas vezes negar sua própria identidade de ser agricultor. Por meio do processo de sistematização ela percebeu que na comunidade *“a gente aprende e ensina. Meu filho aprendeu comigo e agora já tem uma netinha que quer ir comigo para a roça. Aí meu filho diz: ‘Deixa que ela vai é estudar e não vai pegar na enxada’. O meu pensar é diferente do pensar do meu filho. Essa é a minha profissão e não vou deixar nunca”*.

Essa opinião é complementada pelas sábias palavras do Sr. Damião, que reflete sobre a saída dos mais jovens da comunidade: *“O camarada tem que parar para pensar. Meu pai já dizia: ‘Pedra que não para não cria lodo’. Se a gente não fica*

num lugar a gente não cria raiz. Dinheiro não traz felicidade não. É preciso que a gente seja persistente e continue sempre fazendo coisas na comunidade. Eu acho que os mais velhos sempre têm coisas a nos ensinar. Nunca quis ir embora. Eu aqui dentro criei lodo e uma parte dos meus filhos hoje está aqui e não foi embora. É a história de uma árvore. É preciso cuidar, das raízes, dos frutos. Nada acontece de uma vez, tudo é devagarzinho. E graças a Deus foi assim que criei meus filhos”.

Finalmente, alguns membros do grupo ressaltaram o quanto é importante a experiência para a construção do conhecimento na educação em economia solidária. É, por exemplo, o que diz Luiz Damião ao se referir a uma recente experiência na educação formal que teve ao fazer o curso de técnico em agropecuária: *“A minha professora fez uma pesquisa e 80% dos jovens que fazem o curso técnico de agropecuária vão trabalhar de mototáxi ou outra coisa porque não tem a vivência. O exemplo das meninas e mesmo dos jovens daqui foi importante. Isso favorece a pessoa. O certificado é importante, mas sem a experiência não vale tanto”.* O que é complementado por Maria José, Meca: *“As pessoas mais antigas estão acostumadas com uma cultura e isso não se muda do dia para a noite. Nessa experiência de sete meses trabalhando fora percebi que me destaquei porque tenho a experiência. Os técnicos que vieram da zona urbana têm uma vivência diferente. É bem diferente”.*

Quase concluindo afirmamos que *“a educação é a base de tudo para que possamos mudar, para que os jovens possam se interessar. A educação é uma base sólida que não vai ser tirada. Com a educação a gente tem informação de como as coisas podem acontecer”*, posiciona-se Maria José da Silva, Meca.

E o Sr. Manoel Machado fecha com chave de ouro esse nosso processo colocando a importância de outros processos de sistematização: *“Eu não quero dizer mais nada porque o que eu tinha de dizer já disse. Só se a gente fizer um jornal novo”.*

Educadoras/es problematizadoras/es de apoio à sistematização: Luiz Damião, Nani Mariani, Dilce Feitosa, Luciana Rodrigues, Shirley Santos e Ana Dubeux (CFES-NE). Colaboração de Carolina Leão e Alzira Medeiros (CFES-NE).

Participantes da Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos: Arnaldo, Damião Eugênio, Ivaldo Barbosa, Jailson, José Eugênio, Luiz Damião, Manoel Machado, Maria Freitas, Maria Jorge, Maria Silva (Meca), Marlene Gomes, Ozéias José, Rosinete Silva e Severina Celina.

CAPITULO 9

Mulheres sertanejas de Alagoas buscam na produção de sabonetes à base de leite de cabra matéria-prima para viver bem



Com a definição no Nordeste, por meio da dinâmica proposta pelo Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE) de realização da sistematização da experiência com elaboração de conhecimentos pelas(os) trabalhadoras(es) da economia solidária em seu processo de trabalho e de vida, a Rede de Educadoras(es) de Alagoas indicou a Natu Capri: Saúde e Beleza. Essa proposta foi levada ao empreendimento e após debate, as associadas assumiram realizar a sistematização. Assim, dá-se início a um processo extremamente rico de reflexão que contou com a participação de educadores da rede e das associadas com a animação local e regional do CFES-NE.

O processo foi realizado em oficinas que buscaram esclarecer os objetivos da sistematização, o que seria a sistematização, resgatar as memórias do grupo, organizá-las e nesse processo definir como seriam olhadas e organizadas as experiências do grupo de forma a dar conta da riqueza que expressa a caminhada de sete anos de luta, organização e aprendizados.

No primeiro momento nos voltamos para construir uma leitura comum do que seria sistematização, o que ela representaria para o grupo e para a economia solidária. Em um segundo momento foi feita a linha do tempo do empre-

endimento, que foi apresentada em reunião da Rede de Educadoras(es) de Alagoas e que ajudou a identificar questões centrais a serem abordadas. Após esse momento, construímos o eixo *“mulheres sertanejas de Alagoas buscam na produção de sabonetes à base de leite de cabra matéria-prima para viver bem”*, que sintetiza a fala, as expectativas e os aprendizados de todo o grupo.

A elaboração desse eixo nos ajudou a construir um caminho para organizar nossos aprendizados e nossas experiências de mulheres sertanejas, que em uma caminhada árida têm experimentado uma forma diferente de viver e de pensar o trabalho e as relações com a comunidade, com o meio que nos cerca e com o conhecimento, tanto aquele que está aqui a nossa volta, em nossas plantas, como aquele que vem de fora e ajuda a dar outros significados para aquilo que já conhecíamos.

Assim, com a sistematização, nós mulheres da Natu Capri queremos o seguinte objetivo: mostrar que as mulheres estão em busca de uma vida melhor, de liberdade e de melhoria para a família sem depender de outros e estão buscando seus estudos, seu trabalho, seus objetivos e seus sonhos para dar um pouquinho de coragem a muitas mulheres. Pois, recebemos de outras a coragem e a gente quer dar um pouquinho para seguir essa doação sem fim.

Nossa Cooperativa fica em Maravilha, no Sertão de Alagoas, a 183 km de Maceió. O município foi fundado em 1958, originado de um povoado que era conhecido por Cova de Defuntos em razão de uma epidemia de cólera, no fim do século XIX. *“Aqui era um cemitério. Aí um padre, quando chegou, disse que ‘aqui ainda há de ser uma maravilha’, e por isso ele tem esse nome de Maravilha”*, explica Vitória. Cerca 60% da população vive na área rural, em sítios e comunidades, sendo a agricultura familiar predominante.

A NATU CAPRI: SAÚDE E BELEZA, OS PRIMEIROS PASSOS E ALGUMAS BARREIRAS

A Natu Capri surgiu com um curso de produção de sabonete à base de leite de cabra, promovido pelo Centro de Desenvolvimento Comunitário de Maravilha (CDECMA) e pelo Arranjo Produtivo Local (APL) de Ovino/Caprino do Governo do Estado Alagoas, em 2006, no qual participaram pessoas dos municípios de Maravilha, Ouro Branco e Poço das Trincheiras.

A primeira experiência de vendas aconteceu na Feira de Artesanato do Norte e Nordeste (ARTNOR) onde se viu a aceitação do sabonete à base de leite de cabra. Após esse processo, apenas as mulheres de Maravilha continuaram nesse novo desafio. Com o apoio inicial de alguns parceiros continuamos participando de feiras, eventos e cursos e nos laboratórios. Estes também ajudaram o grupo na organização e também a definir a marca Natu (natureza) e Capri (caprinos) com a adição posterior de Saúde e Beleza.

Nossos primeiros passos na Natu Capri revelaram muitas barreiras do nosso cotidiano, que se tornaram mais evidentes quando começamos a conviver, discutir, compartilhar e aprender a mudar juntas. Nossas dificuldades de falar, de estar em locais públicos, a relação com nossos companheiros, filhos e pais e a descrença na construção de um projeto sustentável e coletivo de trabalho e renda: estas foram algumas situações que começaram a mudar a partir do momento que entramos na Natu Capri e percebemos como era nossa vida antes e o que ela passou a ser depois.

“Antes da Natu Capri eu era dona de casa, fui professora do EJA, era catequista assídua, fazia um trabalho na comunidade. O que me fez ficar foi acreditar na associação. Tinha um produto diferente, o leite de cabra. Tinha preconceito, mas era diferente. O que me fez ser persistente no projeto foram coisas que aconteceram na

minha vida pessoal e eu queria mudar de verdade, pra quando viesse a acontecer de novo eu não estivesse submissa, dependente, sujeita por alguma coisa. Aí eu disse: ‘É aqui que vou me assegurar’”, expressa Angelina.

O trabalho e o estudo tomam outro significado com a experiência da Natu Capri. Intervém Sônia dizendo: *“Para mim foi bom. Foi bom porque eu era uma pessoa muito tímida, não era uma pessoa de fazer muita amizade, não tinha muito conhecimento, não conhecia as meninas. Eu não trabalhava em nada. Depois que entrei na Natu Capri é que comecei a trabalhar. Tinha os dias que vínhamos pra cá, porque no início era pouca a quantidade de sabonete que a gente fazia, então comecei a fazer cursos de artesanato promovidos pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS): tapete, labirinto, bordado.”*

“Antes de entrar, eu era estudante, casada há um ano, e acho que o convite para participar do grupo chegou no momento certo, pois se a oportunidade tivesse surgido quando solteira algumas dificuldades não teriam permitido, como a distância e o preconceito da sociedade que de certa forma acabava atingindo meus pais. Eu lembro que quando cheguei, assim como as outras, era bastante tímida, eu mal abria a boca para falar. Eu estudava, mas não tinha aquele prazer. Depois que entrei, veio também o gosto pelo estudo e passei a descobrir capacidades ignoradas em mim e a adquirir novos aprendizados”, depõe Vitória.

“Eu era doméstica, diarista, trabalhava em casa, era muito fechada, ainda sou meio matuta. Por exemplo: quando eu chego no banco, toda vez eu pago mico. Não sei nada de lá, mas tenho habilidade para fazer muitas outras coisas. Antigamente, quando eu via as pessoas de fora, eu me escondia. Mas, hoje eu já não tenho mais vergonha de falar com as pessoas. Tendo dinheiro, telefone e endereço eu viajo”, também relembra Fia.

“Sou filha de agricultora e agricultora também. Antes eu estudava, trabalhei em casa de família. Quando entrei na Natu Capri

vim a ter outra visão. Eu era um pouco tímida”, também se recorda Vandeilma.

“Antes de entrar na Natu Capri eu estudava e participava de alguns movimentos como o Banco Comunitário de Sementes (BCS) e da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). Quando recebi o convite tive que pedir autorização aos meus pais, pois só tinha 16 anos. No começo vinha uma vez por semana e com o passar do tempo o grupo foi evoluindo e o trabalho aumentando, por isso passei a vir praticamente todos os dias e chego em casa às 11 horas da noite, depois da escola. No primeiro dia eu cheguei tão espantada, tão acanhada que quando lembro, poxa, eu nem acredito. Eu busquei aqui e busco ainda minha independência”, afirma Ádria.

“No início houve um preconceito muito grande das pessoas da região. Quem chegou no início sabe o que sofreu de marido, de pai, da sociedade local por acharem que quem vinha para cá queria arrumar namorado. Quando aparecia alguém aqui das consultorias, tinha um receio por parte das associadas em cumprimentar com beijo no rosto, principalmente os homens, pois segundo a sociedade local esses profissionais vinham aqui com segundas intenções. E isso acabava se tornando incômodo. Mas os paradigmas foram quebrados”, ressalta Angelina.

A NOSSA FÁBRICA DE SABONETES

A Natu Capri funcionou inicialmente na sede do CDE-CMA e desde 2008 passamos para uma casa cujo aluguel é pago pela prefeitura. Nesse meio tempo discutimos a construção de nossa fábrica. Em maio de 2006 recebemos os recursos para a construção da fábrica, mas precisávamos de um terreno e de um projeto. Em 2007 foi feita a doação do terreno para a construção da fábrica, porém até agora vários entraves foram se apresentando e ainda não conseguimos que se dê início a construção da fábrica.

“Ficamos sabendo que o terreno não pode ser em nome da Natu Capri. Tem que ter uma carta de doação. Os órgãos públicos só constroem em terreno público, aí se o terreno for colocado em nome da Natu Capri não pode. Só pode passar para o nome da Natu Capri depois que construir”, afirma Ádria. O recurso para a construção já foi disponibilizado duas vezes. Esta será a terceira vez. “Antes tínhamos 270 mil, agora temos 300 mil para a construção. E está lá na conta para ser usado”, continua Ádria.

Existe muita confusão quanto às atribuições dos parceiros envolvidos em responsabilidades de execução do projeto. Um diz que o projeto está pronto, a planta baixa está pronta. Quando chegamos no outro parceiro este nos diz que não sai porque não tem projeto. Inicialmente não nos envolvemos no acompanhamento do desenrolar das etapas para a efetivação da nossa fábrica. Diziam-nos ser responsabilidades dos parceiros e que não precisávamos procurar as informações. Antes nos sentíamos intimidadas a não ir buscar as coisas. *“Sempre diziam assim: coisas de aluguel, contrato e terreno deixasse que era para os parceiros verem que não devíamos nos meter. Aí acabamos nos acomodando”,* ressalta Bia. Hoje estamos tentando compreender o processo, o papel de todos os parceiros envolvidos e o que precisamos fazer para que a nossa fábrica seja construída.

OS TIPOS DE SABONETES QUE PRODUZIMOS E COMO SÃO FEITOS

Inicialmente fizemos muitos tipos de sabonetes. A escolha se dava pelas essências que dispunha a química que prestava assessoria ao grupo – como aveia e mel, camomila, erva-doce, maracujá, canela, patchouli, kaiak, melancia, chocolate com pimenta, melão e iorgute. *“A química ensinou a fazer os primeiros sabonetes e dos primeiros criamos novas essências com a mesma fórmula”,* explica Angelina.

Nesse processo de criação, no qual definimos hoje dez sabonetes a serem produzidos, estabelecemos uma divisão entre os sabonetes, como aromáticos e medicinais. São aromáticos: erva-doce, camomila, canela, maracujá, capim-limão, morango e aveia e mel; e medicinais: babosa, aroeira e juá, que são feitos com ervas.

Mas, a distinção não é fácil. *“A gente foi descobrindo, as meninas pesquisavam na internet e viam pra que servia também. O pessoal que usava dizia que era bom pra isso”*, diz Fia. *“Tiramos da cabeça que aroeira, babosa e juá são medicinais. A gente ficou pensando: não tem no mercado que eles são medicinais?”*, interrogam Vandeilma e Fia.

Identificamos que hoje a busca maior é pelos sabonetes informados como medicinais. *“O pessoal procura o sabonete pelo benefício”*, compreende Ádria. *“Hoje, se formos ver pelos clientes, eles me pedem só sabonete de aroeira, porque é medicinal”*, considera Ana. Mas, parece que há outra compreensão também de que medicinal é natural. *“Hoje o pessoal está procurando o que é natural e medicinal. O povo só quer mais isso. É o que mais a gente vende. É a aroeira, a babosa, quando antes era a aveia e mel. Estão deixando de usar remédio de farmácia para usar produto natural. Assim tem que ser logo. Precisamos separar o que é medicinal”*, continua Ana.

Assim, como diferenciarmos nossos sabonetes? Como diz Ana, *“eu tava pensando outro dia que esse capim-limão e maracujá também são medicinais. Temos que refazer isso”*. E cada um parece ter uma característica, uma serventia diferente seja na observação popular, ou nas pesquisas feitas por nós, deixando-nos uma interrogação quanto ao que definimos por medicinal. *“Antes era aveia e mel o que mais vendíamos. Os homens é quem compravam mais, porque a gente falava da careca, que evitava a queda (dos cabelos). Aí eles vinham comprar, mandavam os amigos”*, explica Bia.

“O de aroeira tira manchas”, diz Ana. Segundo Vandeilma, “dizem que esse de erva-doce ameniza os odores das axilas”. “O sabonete de camomila serve para clarear a pele e é calmante, como o de maracujá”, conta Vitoria. “O de canela é veneno puro, porque canela o povo tem aquela coisa de dizer que chama dinheiro, que é quente”, explica Bia.

Essa é uma questão que precisamos aprofundar *“deixa só os três mesmo (juá, babosa e aroeira) como medicinais. Daqui pra frente precisamos definir se os outros são medicinais. Será em outra sistematização. Vai contar do dia em que a gente formular isso,”* opina Vitória.

Para definir os sabonetes que fabricamos hoje *“fomos criando uma escolha de sabonetes com a cara mais do sertão. Quais as ervas que têm aqui dentro da região? Quais que se identificam conosco? Tinha uma afrodisíaca, patchouli, que fizemos no início, mas porque fazer esse sabonete se na região não temos essa essência, não temos essa erva? Aí foi quando a gente achou que só cinco: aveia e mel, porque era esfoliante, era um sabonete de mercado; juá, babosa, erva-doce e canela, que temos na região. Canela não temos, mas achamos que dava para incluir. Aí fizemos um laboratório para definir e incluímos os outros”,* lembra Angelina.

Para a produção dos sabonetes utilizamos leite de cabra, laurilsulfato de sódio, papel-filme, essência, glicerina (base), ervas, frutas, muito amor, carinho e dedicação. Fogão, gás, papeiro (recipiente), faca, tábua, béquero, formas, uniforme, avental, proveta, pipeta, bastão, termômetro, balança, papel de tornassol (pH), espátula, máquina de produção (ou usa a máquina ou usa o fogão com o papeiro em banho-maria), estufa, embalagem, etiqueta, álcool, borrifador, luva, touca e máscara.

Derretemos a base em banho-maria, tiramos do fogo e colocamos os outros ingredientes. Só colocamos a essência quando a base está mais fria, porque a essência evapora com

o calor. Colocamos nas formas e esperamos esfriar. Deixamos suar um pouco e esperamos desidratar (tomar um ar, respirar = desidratar, tirar o suor). Depois plastificamos, colocamos as etiquetas, contamos e estocamos.

EXPERIMENTANDO FORMAS DIFERENTES DE DIVIDIR TRABALHO E OS DESAFIOS DA AUTOGESTÃO

A produção tem etapas diferentes que dividimos em: produzir, desinformar, plastificar e embalar. Cada uma dessas tarefas tem características diferentes e *“quanto menos gente na produção – que é em pé – é melhor, pois exige concentração para não errar”*, define Jamille. *“Desenformar, o passo seguinte, é mais rápido, e é feito na sala no mesmo lugar que faz a embalagem e cola as etiquetas”*, informam Francisca e Vitória.

Cada uma se identifica mais com uma das etapas considerando habilidades e características da atividade. Há quem goste de ficar na produção e outras na embalagem, mas esta exige habilidade nas mãos para não quebrar o papel. Mas, quando a produção aperta, todas participam.

Porém, há um outro aspecto, ressalta Ádria, relacionado à cultura de trabalho. Para ela, *“é difícil quebrar uma cultura que você vem praticando desde sempre. Nós tínhamos uma forma de trabalhar, todo mundo junto e misturado. Ai formar equipe disso e daquilo, pra poder saber quem é responsável por fazer algo, é difícil”*.

Inicialmente o grupo se dividia pelas etapas de produção. *“A gente tinha três setores: as que iam produzir, as que iam plastificar, as que iam desenformar. Só que umas estavam trabalhando mais do que as outras, porque plastificar é mais trabalho que desenformar ou produzir”*, expõe Ádria. Além da distribuição desigual de trabalho, percebemos que aconteciam também problemas de continuidade das etapas do trabalho. *“Nas equipes tinham pessoas que ficavam de desenformar e não vinham trabalhar. E aí,*

como a equipe seguinte ia plastificar?”, interroga Vitória. “Numa reunião decidimos mudar e fazer o trabalho por turno, com cinco pessoas para produzir, desenharmos e plastificar, o que tivesse pra fazer”, acrescenta Ádria. “Assim, entre as cinco podemos dividir as tarefas, como por exemplo: duas vão produzir e as outras três vão desenharmos e embalar. Hoje contamos com quem vem”, complementa Vitória.

A divisão das tarefas e organização das equipes para a produção é decidida em reunião mensal com todas as associadas. Cada uma diz o horário que pode e o dia que pode. A diretoria se reúne de acordo com as necessidades. Hoje temos 20 cooperadas. Seis se afastaram. Ádria e Bia explicam que existe divisão das atividades de produção, inclusive as vendas e tarefas administrativas (estoque, finanças, secretaria).

Uma grande dificuldade é a organização das diversas funções administrativas, como o estoque e as finanças, organizar o próprio setor e ligar aos demais. É difícil fazer controles de estoque e financeiro. “Não tínhamos o hábito de fazer o livro-caixa, controle de matéria-prima e embalagem e os custos, quanto é o lucro financeiro e quanto é pra pagar as contas. Temos que vender uma quantidade de sabonetes/mês e não alcançamos ainda. Por isso que não temos lucro,” detalha Ádria.

A MATÉRIA-PRIMA: PENSANDO A SUSTENTABILIDADE

Uma parte da matéria-prima que utilizamos é comprada, outra vem das plantas e árvores em nossa comunidade. Compramos erva-doce, camomila, maracujá, aveia, canela, o leite, o mel, a glicerina, o lauril e a essência. A babosa, o juá, o capim-limão e a aroeira é o que vamos buscar na natureza. “O mel, o leite e as ervas compramos aqui. Agora a glicerina, o lauril e a essência vêm de fora, o que é uma dificuldade imensa porque às vezes estamos precisando e não tem uma logística legal para trazer de Maceió para cá”, explica Ádria.

Dos produtos comprados no município apenas o mel é produzido por alguém do grupo. *“O mel eu produzo, vem lá da minha propriedade. O leite já foi (fornecido por mim), mas aí a seca veio, não tinha ração pras cabras e eu tive que vender as cabrinhas leiteiras”*, explica Ádria. O leite é comprado também no município, mas as demais ervas vêm de plantas e árvores das casas das cooperadas ou mesmo extraídas na caatinga. *“O capim-limão quase todo mundo tem em casa, a babosa também, porque no meu sítio temos pé-de-juá e a babosa embaixo. A aroeira é que é mais difícil, não tem em todo sítio, e nem em toda terra, e às vezes tem em lugar que as pessoas não querem que tire”*, afirma Bia. Pegar as matérias-primas *“é uma loucura por conta da distância. De vez em quando é o jeito e entramos na caatinga para conseguir”*, ressaltam Ádria e Bia.

Esta situação tem nos apresentado um limite que nos preocupa, pois *“hoje tem, não é problema, mas se a produção aumentar diante do nosso pensamento vai ser problema para gente a aroeira, a babosa, o juá. O próprio leite aqui dentro do município vai ser um problema”*, revela Angelina. Hoje a aroeira já se apresenta como um problema, pois *“temos que usar aroeira velha porque se usar da nova aí fica bem ralinha a cor”*, detalha Vitória. *“É uma coisa: ela demora (a crescer) para que a gente possa raspar. Tem que ser uma bem velha”*, ensina Ádria.

Estas preocupações estão chamando nossa atenção para pensarmos em ações que permitam que tenhamos condições de produzir no futuro. *“Eu acredito que não só aqui, mas em quase todos os grupos essa prática de não parar para avaliar o que a gente está fazendo é um momento não só de avaliação, mas de reflexão mesmo. Poxa, a gente produz sabonete de aroeira. Hoje em dia o sabonete de aroeira é o que a gente mais produz. Nunca paramos para pensar que desde 2006, quando começamos, só estamos buscando da natureza a aroeira. Nunca nos preocupamos em devolver. Vai chegar um dia que vai acabar. E aí?”*, questiona Ádria.

Temos pensado sobre a necessidade dessa devolução para que possamos ter certeza de que amanhã poderemos ter a matéria-prima para a produção de nossos sabonetes. “*Será que se começar a plantar agora, será que vamos ter essa matéria-prima que temos hoje até que essa nova venha a dar os frutos?*”, também pergunta Ádria. “*Temos que nos preocupar antes de acabar (ervas e árvores) para, quando for acabando, os novos já estejam chegando*”, sugere Vitória.

O QUE O NOSSO SABONETE EXPRESSA

A construção do desenho de nosso sabonete, que no início eram redondos, deu-se em um processo intenso de laboratório no qual buscamos expressar a identidade da associação, já que esta é uma associação de mulheres sertanejas, assim “*dentro da marquinha. Se você olhar tem um formato de um rosto de mulher que representa a beleza feminina. O formato do sabonete é de uma folha para representa tudo isso, a natureza, a beleza feminina*”, conta Ádria.

Outra preocupação expressa tanto no formato quanto na composição química de nossos sabonetes é a de que ele acabe inteiro, ou seja, que a utilização do sabonete se dê até que ele termine. “*Se você compra um sabonete redondo no mercado ele sempre acaba primeiro o meio. Termina quebrando no meio e você acaba não utilizando mais. E este é um objetivo das empresas de acabar mesmo, quebrar o sabonete, que é pra você ir lá, comprar outro e dar o lucro para a empresa*”, diz Ádria.

ROMPENDO PRECONCEITOS E DESAFIOS

Ao longo desse tempo algumas coisas mudaram e outras continuaram. O preconceito é um aspecto que surge fortemente nas nossas conversas. Somos conhecidas no municí-

pio como cabras, ou desocupadas, questionadas quanto ao rendimento financeiro que não temos agora. Estes são aspectos que têm uma dimensão menor hoje, mas continuam existindo.

Os maridos que ficam brabos com a ausência das mulheres e os filhos para serem alimentado são outras questões que precisamos resolver no nosso dia a dia na fabricação dos sabonetes e nas viagens de vendas. *“Porque muitas dependem dos maridos e para estar aqui tivemos que enfrentar eles. Hoje eu estou separada, não por motivos relacionados a Natu Capri, mas por motivos pessoais, porém eu já tive que enfrentar ele sim. Eu disse que preferia a associação a ele”*, lembra Vandeilma.

Para muitos e muitas é difícil compreender os significados que o espaço da associação têm para nós. *“Muita gente que está de longe não entende o que realmente fazemos aqui. Por exemplo, essa reunião de hoje. Muita gente da nossa família não entende, não conhece e acha que estamos perdendo tempo quando podíamos estar fazendo alguma coisa”*, diz Fia. *“(Mas,) a autonomia de que falamos é mesmo sem dinheiro. Quando falamos de dinheiro é a possibilidade de comprar o que queremos e a autonomia é também a questão de estar aqui dentro, de ter poder de decisão”*, acrescenta Angelina.

E para construir esta autonomia muitas dificuldades foram superadas e outras ainda precisam ser enfrentadas todos os dias. A distância percorrida para chegar à fábrica é uma delas. *“Para mim, a distância percorrida do sítio à cidade é de 14 km. Hoje é o maior desafio que enfrento na busca de um sonho”*, afirma Ádria. *“Moro a 1 km da cidade e tenho que vir a pé levando chuva e sol”*, complementa Ana.

Mas, continuamos nessa caminhada como um empreendimento de economia solidária que significa para nós *“autogestão, trabalho em união, sustentabilidade, cooperação para nosso sustento, confraternização, solidariedade, valorização do traba-*

lho humano. Valorização de uma forma mais ampla certo? Que vai abranger tudo: meios de trabalho, pessoas, grupos, campo” (falas de todo o grupo).

APRENDENDO E ENSINANDO A FAZER SABONETE

A Natu Capri: Saúde e Beleza está em sua quinta etapa de entrada de novas associadas. A cada etapa ficamos com a tarefa de ensinar os diversos passos do trabalho de fazer sabonetes às novas. *“Eu vinha auxiliar Vilma. Aí ela fazia, eu sentava no pé dela, vendo tudo, ela me mandava pegar as coisas e eu já ia sabendo o que era necessário para fazer. Eu não sabia, mas aprendi aqui dentro”, conta Bia. “Eu aprendi rápido a produzir sabonete. Um passavam para as outras no dia a dia. A gente só ficava com as velhas. Aí foi passando e fomos aprendendo”, recorda Vandeilma.*

O aprendizado se dava pela observação, as mais novas acompanhando as mais velhas na produção. Também aprendemos ensinando nos cursos que vamos facilitar em outros espaços. *“Eu acho que aprendi com todo mundo. Vilma, Vanda. Eu sempre ficava olhando. Eu sempre me atrapalhava. Eu anotava no caderno, mas toda vez tinha que olhar. Decorado não lembrava. Só consegui assimilar melhor depois do curso que Soninha e eu fomos facilitar. Já sabia fazer, mas eu sempre ficava mais auxiliando. O curso exigiu coisas que eu não sabia, coisas que eu sabia e pensava que não sabia. Passamos mais de um mês nos preparando”, relembra Ádria. Na embalagem e na plastificação é necessário ter alguns cuidados. “Não pode deixar sabonete sem plastificar, nem um pedacinho, por minúsculo que seja, nem deixar o plástico engelhado porque vai entrar ar e ele vai desidratar”, explicam Vandeilma, Ádria e Vitória.*

Outros conhecimentos começaram a se fazer necessários para que pudéssemos responder a questões referentes a nossa produção, nossas vendas, nossa renda, dentre outras

ligas, a organização da nossa produção. *“Tivemos capacitações para avançarmos. Precisávamos de dados que não tínhamos. Nós recebíamos muita visita. Quando íamos viajar as pessoas faziam muitas perguntas. À medida que o tempo ia passando e as pessoas iam fazendo perguntas que não conseguíamos responder notamos que tinha necessidade de um acompanhamento maior. Tinha gente que pensava que a Natu Capri era só produzir sabonete e vender na feira, quando tivesse uma feira ou evento. À medida que o tempo ia passando vimos que não era isso. Foram vindo consultorias, fomos querendo saber algumas coisas. Desde o final de 2010, quando começou a parceria com o pessoal da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), já começou a mudar a questão de balancete, controle de estoque. Mas, veio a ter resultado, efeito, a partir de um projeto que foi via MDS/SEPLANDE (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico) o projeto Licitão, que veio com consultorias relacionadas nestas áreas”*, conta Ádria.

A COMERCIALIZAÇÃO E O SELO DA ANVISA

A comercialização é um grande desafio para a manutenção do empreendimento. Temos afixado na primeira sala da nossa sede nossas metas para 2012: resolver o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), obtido em maio de 2012; conseguir a reforma da Natu Capri; sinalizar e uniformizar as cooperadas; obter o selo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); evitar desperdício de material; organizar a Natu Capri por setores e banco de dados; abrir mercado para a venda de sabonetes; e obter um salário de R\$ 300 para cada cooperada. Estes objetivos se ligam à busca de resolver gargalos para a nossa comercialização e à garantia de condições de permanência das associadas com um salário concreto.

Hoje nossas vendas são feitas porta a porta. As sócias levam para vender em suas comunidades por meio de encomendas, feiras e eventos. Há também a feira da economia solidária aqui em Maravilha. Essas formas complementares têm diferenças que estamos avaliando. *“Através do porta a porta estão surgindo encomendas. Nós vamos na cidade, passamos o dia vendendo, o povo que compra gosta e depois liga e encomenda mais”,* explica Bia. *“(Mas,) o porta a porta tem uma coisa boa e uma ruim, que é o gasto. Não tem lucro nenhum, só que é uma coisa que está surgindo, Você vai na cidade, o povo que comprou usa e compra para revender depois. Dá mais retorno. É uma questão de investimento que estamos fazendo. A gente precisa parar para avaliar essa questão, criar uma metodologia, uma forma de vender mais para pagar os gastos. Quando fazemos o porta a porta não sabemos lá na cidade quem é que compra. Estamos tentando ver pessoas na cidade para vender, porque se eu moro na cidade eu sei quem vai comprar”,* complementa Ádria.

Assim hoje as melhores formas de comercialização são as encomendas e as feiras “0800”, aquelas em que não temos custos. Outros problemas são o transporte, a dificuldade para sair e divulgar, os recursos financeiros, a formação para comercializar direcionada para a identificação e abordagem dos clientes. Outro gargalo da comercialização é o selo da AN-VISA. Há uns dois anos ou mais uma rede de farmácias quer comercializar os produtos, mas o que impede é o selo. Se tivéssemos o selo nós estaríamos colocando uns três mil sabonetes por semana.

Para conseguirmos o selo da ANVISA falta *“o forro, uma cerâmica, uns balcões, uma porta e a identificação na cidade e já dá pra sair. A vigilância está exigindo essa reforma, só que precisamos dos equipamentos também. Nós não podemos produzir numa escala maior com a estrutura que temos hoje. A gente guarda tudo num depósito: formas, material de produção. Não pode. Quando a vigilância veio*

aqui tínhamos menos material e ficavam guardados nos armários, mas precisamos dos armários para guardar o material de escritório. Estamos sem local para guardar os materiais”, relata Ádria.

VIVER BEM

Quando pensamos na nossa trajetória e nos significados que tem a produção do sabonete à base de leite de cabra, nos aprendizados que nos trouxe e que tentamos organizar nesta sistematização, percebemos que *“o grupo se reúne para produzir sabonete e aí passa a conquistar sua autonomia e outras coisas como o saber, uma profissão”* inicia Ádria; que *“adquirimos outros conhecimentos, que não é só sabonete, não é só fazer sabonete. É pelo sabonete, mas acabamos conquistando outras coisas, outros conhecimentos”* continua Vitória; que *“estamos aprendendo a cuidar do que é da gente”* afirma Ana; que *“nós mesmas é que estamos montando o nosso empreendimento, ninguém veio ‘aprendido’.* Nós estamos construindo tudo juntinho, como se fosse uma casa, um tijolinho, um alicerce. Ninguém deixou nada prontinho. Estamos degrau a degrau” explica Bia.

Assim começamos a discutir que a produção de sabonetes à base de leite de cabra nas nossas vidas de mulheres sertanejas de Alagoas apresenta-se como matéria-prima para pensarmos o nosso viver bem. *“Alguém vai viver bem sem ter autonomia, sem ter saberes, sem ter conhecimento, sem ter uma profissão? Sem ter um trabalho, sem ser reconhecido, sem ter alguém que reconheça o que você faz? Viver bem é viver de uma maneira sustentável tendo autonomia. É ter uma profissão, uma renda, um conhecimento, um saber. Além de tudo isso, a produção de sabonete traz outros saberes. Por exemplo, não é só aprender a fazer o sabonete em si. Tem todos estes outros saberes que acompanham a produção de sabonete, que fazem com que todas estas mulheres de fibra continuem acreditando em um sonho mesmo que no momento não*

estejam recebendo um retorno financeiro”, explica Ádria.

NOSSOS APRENDIZADOS NO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO

O processo de sistematização teve significados variados para o grupo. Significou partilhar com aquelas mais novas os caminhos percorridos. *“Não estamos nem com um ano, eu e Vitória. Tem muita coisa que não sabíamos. Somos da quinta etapa”*, diz Ana. Significou também escutar nossa própria voz. *“Eu achei que foi bom porque eu falei mais. Nas consultorias eu costumo não falar. Nestes dois dias eu percebi que eu me abri mais e dei minha opinião”*, analisa Vitória.

Também significou dividir o que experimentamos ao entrar na Natu Capri e compartilhar o que aprendemos juntas, umas com as outras. *“Hoje me expresso melhor um pouquinho. Talvez lá fora eu conseguisse alcançar algumas coisas que eu alcancei aqui, mas seria a longo prazo. A partir do momento que comecei a trabalhar comecei a gostar. Eu sou verdinha, estou começando a aprender as coisas agora. É difícil você encontrar hoje um jovem ou uma jovem de 18 anos que tenha a vida que eu tenho. Assim praticamente eu só tenho o tempo de trabalho, escola e casa. Não tenho tempo nem pra namorar nem pra ir pras festas”*, conta Ádria.

Novas questões nos foram colocadas quanto a nossa forma de organização, nossa forma de nos relacionarmos com a caatinga, a compreensão que temos de nossos produtos e que todas elas se relacionam com uma preocupação de pensar nosso mundo, nosso trabalho de uma perspectiva que garanta o nosso bem viver. *“Quando casei eu queria arrumar um trabalho. Meu sonho era arrumar um trabalho. Hoje eu não quero mais que apareça nenhum trabalho porque eu quero que meu sustento saia daqui e eu acredito que vai sair daqui”*, afirma Vitória. *“Eu tava pensando nesse concurso que ia ter (em Maravilha) e resol-*

vi que não ia fazer porque eu acredito que o meu sustento e o dos meus filhos vai sair daqui”, fala Bia.

“Acho que o importante foi não só aprender a sistematizar. Foi a releitura que fizemos da nossa história, o que éramos antes, como era nossa vida antes de entrar aqui. O que foi entrar, o agora, os desafios que enfrentamos e que precisamos enfrentar e essa questão dessa linha do tempo (do aprendizado), que foi fantástico, porque pudemos levantar coisas que estavam totalmente despercebidas, que nunca paramos para sentar e avaliar. Acho que o exemplo que essa sistematização vai deixar aqui no grupo é sempre ter o momento de parar, porque vivemos na correria do dia a dia. Antes vivíamos sem ter tanta correria, mas hoje temos mais trabalho, mais coisa para fazer. Mas, independente disso temos que parar o processo de produção de vez em quando para avaliar as nossas ações. Acho que veio em boa hora essa releitura de nossas práticas”, conclui Ádria.

Educadoras/es problematizadoras/es de apoio à sistematização: Ádria Felex de Lima (da Natu Capri), Edmir Francisco da Silva e Mônica Vilaça (CFES/NE).

Participantes da Cooperativa Natu Capri: Saúde e Beleza: Ana Patrícia Silva Alves, Angelina Barreiros dos Santos, Claudivânia Alves Araújo, Débora Nardielle Gonzaga Ribeiro, Givanilda Alencar Ramalho Lima, Jaciara Marques de Menezes, Jamilly Barbosa Silva, Joelma Alves da Rocha, Lúcia Cesária Alves Rodrigues, Marcela Magna Alves Ramalho, Maria Francisca Soares da Silva, Maria José Alves Filha, Maria José dos Santos, Maria Vânia da Silva, Maria Vilma Alves dos Santos, Maria Zilma Alves da Silva, Quitéria Lúcia da Silva, Rizalva Ferreira da Silva, Sônia Regina Rodrigues Menezes, Vandeilma Alves da Silva, Vitória Pereira Marcos

CAPITULO 10

Aprendendo novas relações por meio do bordado: afeto, solidariedade e autonomia



As mulheres da Associação dos Artesãos de Frei Paulo buscaram refletir como o trabalho com o bordado significou a restauração dos vínculos comunitários, de fraternidade e de reconstituição da vida pública para elas.

Com o apoio pedagógico da Rede de Educadoras e Educadores da Economia Solidária de Sergipe, animada pelo Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE), o processo de sistematização dessa experiência foi organizado em três etapas.

Na primeira etapa buscamos esclarecer e construir uma compreensão quanto ao processo de sistematização.

Na segunda, identificamos o que era significativo na experiência para a maioria das mulheres construindo nosso fio condutor da sistematização. A partir daí mergulhamos em um turbilhão de perguntas com intenso trabalho para revelar os significados do bordado na construção de conhecimentos comuns ao grupo, que se traduzem inclusive no título dessa sistematização: Afeto, Solidariedade e Autonomia.

Na última etapa elaboramos uma “colcha de retalhos” do bordado na qual tentamos recuperar os tipos de bordados feitos pelo grupo, o processo de produção, as formas de aprendizagem, a comercialização e a gestão do grupo. Assim pen-

samos em avançar na compreensão de como as trabalhadoras que fazem uma economia solidária extraem de suas práticas conhecimentos e reelaboram sua participação nos espaços do trabalho e da vida.

1. A VIDA, O TRABALHO E O LAZER EM FREI PAULO

Frei Paulo é um município do Agreste Central sergipano com mais ou menos 13 mil habitantes que vivem principalmente da agricultura. Há grandes latifúndios e uma população que vivia, e vive ainda hoje, do trabalho na terra ou assalariados em pequenas fábricas ou no comércio, mas a maioria da população é agricultora familiar.

Em nossa memória de mulheres, o trabalho começa na roça ou em casas de família. *“A minha vida eu levei na roça. Nunca tive um emprego, nunca recebi um salário a não ser depois dos 60 quando eu me aposentei como trabalhadora rural que era minha vida”,* relembra Nina, 70 anos. *“Naquela época (50 anos atrás) quase não tinha emprego. Só tinha a roça. Depois começaram a surgir as fábricas, como a de tecido. Eu fui nova para aquela casa. Trabalhava tomando conta da senhora. Foi ela quem me criou. Ela foi lá em casa me apanhar. Eu tinha 17 anos”,* falou Amélia, 77 anos.

Para a maioria das mulheres e homens de Frei Paulo, o plantio de macaxeira, milho e feijão era o que se fazia. *“Cada um tinha sua roça. Os fazendeiros davam a roça, o terreno para o povo limpar e plantar de capim depois”,* explica Nina.

Essas roças para alimentação eram plantadas nas terras dos fazendeiros que exigiam em troca o trabalho nas “tarefas”.

Tarefa é um jeito de medir o espaço de terra para fazer o plantio do roçado. No Nordeste uma *tarefa* mede 25 metros de cada lado. Para saber quantas tarefas existem, faz-se assim: mede-se a frente e um lado e se soma. O resultado desta

soma é multiplicado pela soma dos outros dois lados e dividido por 25. A cada 100 metros quadrados corresponde uma *tarrafa*. Ou seja, se der 200 são duas *tarrafas*. É uma forma de planejar o plantio e saber a quantidade de sementes para cada *tarrafa*. Só é possível medir para saber a quantidade de *tarrafas* se tiver os quatro lados. (quadrilátero). http://sistemas.mda.gov.br/arquivos_tabela_medida_agraria_ao_decimal.pdf

Josefa (58 anos) diz que *“aqueles que tinham duas ou três tarefas trabalhavam cinco dias para o fazendeiro e um dia trabalhava dentro daquelas duas ou três tarefas para ter o sustento da família. Tinha alguns que trocavam por alimento, nem pagavam, não pagavam dinheiro. Os filhos, a mulher, todos trabalhavam lá. Plantavam só mandioca”*.

Mas, esse trabalho foi mudando. *“Acabou a roça, porque hoje só quem tem roça é o rico, que tem o trator e mete o trator dentro, né? Mas, a gente não. É tudo arrendado. Os fazendeiros não deram mais (terra para plantar roçado). Passaram a alugar seus terrenos. Aí o trabalho passou a ser só o de firma e emprego de prefeitura e fábrica de fulano. Depois que os fazendeiros não deram mais as roças, o dia a dia era amanhecer, os pequenos iam para a escola, o marido saía quatro horas da manhã chegava na beira do tanque e pescava uma piabinha e as mulheres pegavam uma mochilinha com sal e farinha e iam pra roça”*, comenta Nina.

Foi por isso que os homens foram buscar trabalho na construção civil, indo embora para outros Estados como São Paulo ou para a capital Aracaju e cidades maiores como Itabaiana e Glória. *“Há uns 20, 25 anos eles começaram a sair para trabalhar fora. Os fazendeiros já não queriam mais dar a roça, porque veio aquela lei do trabalhista. Eles não assinavam a Carteira de Trabalho, o Ministério da Agricultura começou a vir fiscalizar. Daí o pessoal começou a sair. Ficar aqui não tinha mais como. Não tinha mais*

terra para plantar para o próprio sustento. Eles começaram a sair para trabalhar nas construções civis. Passam a semana fora e as mulheres na roça ou fazendo um bordado, trabalhando na casa de família. Aqui não para não. Todo mundo trabalha, os homens na construção civil, as mulheres quando não é na roça dos outros é nas delas ou nas casas de família. Tem pequenas proprietárias que têm três tarefas, duas tarefas”, apresenta Josefa. E Nina completa: “os pedreiros vão para Aracaju. Eles vão na segunda-feira de manhã e voltam na sexta-feira, porque se for para viver daqui mesmo não dá. Vem gente de São Paulo buscar os pedreiros aqui. As mulheres passam o ano esperando os maridos, porque aqui tem mestres de obras muito bons. A maioria daqui trabalhou fora se formou (aposentou) em Santos. O que tem mais aqui é aposentado que trabalhou em Santos, na estiva. As mulheres ficavam aqui a vida toda. Hoje em dia é que as mulheres não têm paciência. Mas, de primeiro tinha.”

Os festejos eram organizados pelas mulheres, como ainda hoje acontece. Santos Reis, que era uma festa como o reisa-do, que era também espaço de comércio do povo; o leilão, organizado por uma família que convidava a vizinhança; e “*tinha charuto, cigarro, galinha, um casal de boneco, banana, mamão, camaleão de pão (um pão tipo camaleão), queijo, garrafa de coalhada e contratava o sanfoneiro, o acompanhamento que era carregar a santa com os apitos e as zabumbas e os novenários*”, finaliza Nina.

2. E AS MULHERES, O QUE ACONTECEU COM ELAS?

Com tanta dificuldades de acesso à terra e os fazendeiros sem querer assinar a carteira começou a diminuir o número de homens no município. Eles iam embora buscar trabalho em outros lugares fora e dentro do Estado.

Foi quando, em torno de 1996, com a pesquisa sobre o artesanato local dinamizado pelo Programa Pró-Sertão e uma parceria com o Núcleo de Trabalho Comunitário da

Secretaria de Agricultura do Governo do Estado de Sergipe (NUTRAC), a convite do referido programa as mulheres começaram a organizar um grupo de estudo com a participação do NUTRAC para discutir associativismo. Como diz Márcia, *“ia muita menina pensando que era curso para bordar quando na realidade já era para quem sabia bordar e queria começar a trabalhar em escala comercial”*.

Esse encontro das mulheres criou um espaço para se conhecerem. O Pró-Sertão estimulou a criação da associação de artesanato. Na constituição da Associação de Artesãos de Frei Paulo as mulheres esperavam que outros tipos de artesanato viessem se somar, como o entalhamento e a selaria, que são feitos por homens. É por isso que o nome da associação é de artesãos e não de artesãs. Mas, o que predominou foi o bordado feito por mulheres, embora existam registros de alguns homens que trabalharam com o bordado e outros tipos de artesanato ao longo da história da associação.

A associação teve seu início na questão mais administrativa e institucional na gestão de Márcia Maria de Oliveira; em seguida, de Maria Reuza de Oliveira e Ana Maria Bispo de Santana; e, atualmente, de Josefa Ana Dilma dos Santos.

A sede da associação foi construída com recursos do Pró-Sertão e o terreno cedido pelo município no ano 2000, na gestão do prefeito Geraldo Almeida Nunes. Inicialmente o grupo trabalhava mais com o ponto de cruz e o crochê. Com a chegada de Dona Dulce, professora da maioria do grupo, diversificamos os bordados com a inclusão do richelieu e rendendê.

Um número grande de mulheres chegou à associação por meio de suas irmãs, tias, vizinhas ou de alguma outra bordadeira que já participava, bem como por meio de cursos de bordado oferecidos pela associação. Hoje a associação conta com a participação de 42 associadas. Na gestão de Jo-

sefa Ana Dilma dos Santos e de Cristiana Ramos da Silva, desde 2004, a associação passa a ser um empreendimento de economia solidária no Estado de Sergipe.

No começo da associação a dificuldade estava em estabelecer o preço. *“Algumas não entendiam. Achavam que deviam vender uma tolha pelo preço de um caminhão de toalha. Não tinham ideia que estavam cobrando a arte, o valor afetivo da arte e não a arte comercial em si”*, mais uma vez explica Márcia.

O NUTRAC, que inicialmente cedia os materiais para o bordado, como linhas e tecidos, também estabelecia exigências quanto aos tipos de tecidos a serem bordados e a quantidade de peças a serem feitas e assumidas, além de, ao assumir as vendas de nossos bordados, haver nos apresentado o papel do atravessador nas vendas.

O caminho escolhido para superar essas dificuldades e abraçar a oportunidade do Pró-Sertão foi produzir bordado artesanalmente. Assim o que muitas já sabiam fazer virou uma possibilidade de completar o sustento da casa, pois só com a agricultura não estava suficiente. Que bordado era esse? Como trabalhavam? Perguntas que puxaram nossa memória.

3. O BORDADO FEITO PELAS MULHERES TEM HISTÓRIA AO LONGO DO TEMPO

O bordado surge em Frei Paulo, segundo Márcia, por meio das senhoras que no início da colonização do município ensinaram a outras moças da comunidade esse conhecimento, que passou a fazer parte de suas vidas.

Alguns bordados mais antigos como o ponto de cruz, o richelieu e o crochê teriam suas origens na França e em Portugal.

No município, os primeiros bordados eram a renda de bilro e a “marca” – o nome como se definia o ponto de cruz

que para algumas não seria bordado, mas uma arte. Hoje a renda de bilro não é mais produzida.

Fazemos bordado com ponto de cruz, richelieu, rendendê, vagonite, fuxico, ponto de sombra, casinha de abelha e trabalho com fitas. Os três primeiros são aqueles que mais vendem, bem como o trabalho com crochê. Algumas fazem pintura também.

O fuxico, peça feita com flores de tecido, surge com o reaproveitamento de sobras de tecidos em colchas de retalhos, dentre outras peças, e acabam fazendo as “florzinhas” que levam à produção do fuxico. A reutilização e a transformação de materiais revela um lado da economia sem desperdício realizada no interior da vida doméstica pelas mulheres.

4. APRENDEMOS A BORDAR COM PARENTES, VIZINHAS E OUTRAS MULHERES

Para a maioria das mulheres aprender a bordar fazia parte do dia a dia. A aprendizagem acontecia dentro de casa com as mulheres da família ensinando umas às outras – como Josefa, que aprendeu com sua tia – ou com outras mulheres da vizinhança, da comunidade.

Saber bordar tem um significado na produção das roupas de cama, mesa e banho e mesmo nas vestimentas de usos das pessoas. Tem um sentido singular na economia da casa e da família. Muitas vezes era apresentado como uma virtude que qualificava para casar, como sendo uma mulher prezada. Então elas ensinavam umas às outras e em troca por vezes as aprendizes retribuíam com alguns afazeres domésticos.

Arlete ainda era criança quando aprendeu a bordar com uma vizinha, como aconteceu também com Maria. *“A vizinha me ensinou a bordar. Ela me ensinou o ponto cheio, ponto de cruz, o meio ponto. Ela dizia: ‘Você lava a minha roupa que eu te*

ensino a bordar'. Depois foi muito útil pra mim. Quando eu me casei era praxe todo mundo fazer aquelas camisolas bem bonitas pro casamento."

Sandra conta como foi que aprendeu a bordar: "Nós éramos muito pobres, não tínhamos condições de comprar nem uma agulha. Vi uma mulher fazer crochê, aí eu disse: 'Quando for na hora do almoço, na minha folga do trabalho na roça, eu venho aprender. Você me ensina?' 'Venha', disse ela. Mas, o tempo era pouco. Perguntei se eu conseguisse comprar uma agulhinha ela me ensinava. 'Ensino'. Comprei a agulha e ela fez a cobrinha. Levei para casa e desmanchava cada pontinho, prestava atenção e começava a fazer. Ficava quase a noite toda no candeeiro. No outro dia o povo dizia: 'O que é isso?' 'O quê?' O nariz estava todo preto da fumaça do candeeiro. E foi assim que consegui aprender a fazer crochê".

"Eu aprendi crochê. Na época não tinha como comprar uma agulha, então de um grampo de cabelo fiz uma agulha. Aí eu tentei fazer uma toalhinha, mas não conseguia, até que eu consegui." conta Maria.

Aprende-se a bordar também vendo outras peças, da observação de bordados já feitos e de revistas, com o improviso de materiais e muita curiosidade e persistência. "Eu aprendi a bordar passando na porta de uma vizinha olhando ela bordar. Quando eu chegava em casa e meu pai ia pra o terreno eu fazia meu bastidor sabe de quê? Sabe aquela caixinha de pó? Eu fazia de bastidor. Quando o pai chegava já estava com a marca toda pronta. Aprendi o richelieu, o ponto cheio e assim fiz meu enxoval todinho" explica Selma, 68 anos.

Eliane em suas andanças diz: "Eu aprendi o ponto de cruz esperando o pau de arara para ir para Alagadiço. Demorava, não passava de jeito nenhum. Na frente do ponto tinha uma banca de revista em Frei Paulo, que não existe mais. Aí eu vi a revista e comprei e fiquei olhando, vendo como fazia. Aí cheguei em casa, Socorro já fazia. Pedi um pedaço de linha e de tecido a ela e fiquei treinando.

Todo dia eu fazia um pontinho. Eu ficava lendo aquela revista, até que aprendi". O mesmo ocorreu com Gerolina, que aprendeu sozinha vendo revistas e quando chegava da roça tentava produzir, iniciava, errava e tentava novamente.

"O ponto de cruz eu preendi sozinha mais Deus. Eu queria casar e queria umas coisinhas e não tinha quem me ajudasse, não tinha condição de nada. Eu comprava uns pedacinhos de pano na feira e quando eu chegava de noite do serviço pegava aquela mostra, desmanchava, até que consegui. Depois fiz o enxoval do casamento. Até a bolsa de pão a gente tinha que comprar e fazer. E a de farinha para ir à feira. Minha vizinha era costureira. Eu pegava a amostra dela de noite, quando chegava da roça, sete dias da semana, cinco para comer, um para a roça de pai e um para a minha roça. Eu roçava, preparava, plantava e comia. Nunca tive um emprego". Revela Nina.

Dulce aprendeu a bordar ainda menina. Viajou de navio para São Paulo e em Rancharia aprendeu crochê com uma japonesa, antes de voltar em um pau de arara para Frei Paulo.

Nessas relações de vizinhança e com parentes entre outras, o bordado em suas várias expressões mostra-se como uma prática de reconhecimento entre as mulheres na família e na comunidade. Um exercício que extrapola a dureza da vida de agricultoras familiares. Mas, pelos significados que possui para o grupo as levam a superar a falta de materiais ou de tempo para aprender a bordar. As aprendizagens se dão com professoras entre as bordadeiras que reconhecem o saber de cada uma a partir de habilidades e criatividade. No grupo há uma aprendizagem permanente de materiais e de novos pontos.

Por isso, o bordado tem servido para criar amigas de confiança. Esse encontro das mulheres vai criando um "bordado-identidade". Ao nos encontrarmos, usamos esses momentos para afugentar os maus pensamentos, afastar a depres-

são, as lembranças tristes. Também nos permite falar sobre as realizações e frustrações e afastar as dores da distância e da saudade dos homens que partiram ou que demoram a chegar. É o espaço de trabalho que favorece a quebra do isolamento e cria novas possibilidades de vida tecendo novos fios, novos pontos e cores de alegria. Ao contar nossas histórias de vida descobrimos que em nossas vidas há muita coisa em comum e vamos construindo a solidariedade no cotidiano.

Esse trabalho das mulheres com o bordado exige organização e planejamento.

5. A PRODUÇÃO DO BORDADO: APRENDENDO A LIDAR COM “OS DE FORA” E “LÁ FORA”

Para bordar é preciso seguir algumas etapas. Tem que saber cortar o tecido, saber o que vai fazer, medir o tecido, cortar, puxar o fio, alinhar, aprontar os cantos. É preciso engomar, passar e pensar a embalagem.

A produção feita por cada bordadeira, antes da organização da associação, não tinha qualquer padrão de tamanho, cor ou preocupação com acabamento. *“Antes a gente fazia só para nós mesmos. Só para vender na redondeza, a uma amiga, a uma vizinha. Mas, para o comércio lá fora tem que ter tudo certo.”* Explica Eliane.

O NUTRAC, responsável pelas primeiras assessorias ao grupo, trouxe a padronização de tamanhos, cores, desenhos dos trabalhos feitos pelas artesãs, o estabelecimento do acabamento. *“Uma vez eu fiz uma toalha para o NUTRAC. Quando eu fui entregar, o avesso tava a coisa mais horrível. Aí foi quando veio a técnica para ensinar o acabamento perfeito. Teve uma vez que um rapaz perguntou: ‘Qual é o lado do bordado?’ Porque o acabamento estava tão perfeito que não dava para saber qual era o avesso e o direito.”* Lembra Jaqueline.

Também veio desse órgão do governo a sugestão de usar apenas a cambraia como tecido para o bordado. Mas, não aconteceu em razão da trama fechada desse tecido, o que traz problemas para a visão de algumas mulheres. O Núcleo de Trabalho Comunitário também trouxe uma proposta de ritmo de produção que não era o ritmo das mulheres que faziam outros trabalhos na roça, em casa e em outros serviços. *“Com o NUTRAC a gente era pressionada dia e noite. Eles pegavam encomendas muito grandes e determinavam um prazo de entrega. A gente ficava se matando dia e noite. Eu já fui dormir uma hora da manhã.”* Conta Eliane.

Além disso, bordar não se restringe a uma atividade cuja finalidade seja dinheiro. *“Quando estou bordando eu nem penso no valor que vou ganhar, nem quanto eu vou cobrar. Estou ali para fazer”* Diz Josélia. *“Só é eu, ele e a linha. Só tem espaço para nós dois.”* Relata Jaqueline. *“Eu bordo por diversão”*, afirma Dulce.

Bordar oferece outros horizontes para as mulheres de Frei Paulo, que sentem prazer e alegria nesse trabalho. Mesmo que para muitas envolva uma preocupação como um trabalho que gera renda complementar.

A padronização foi assumida coletivamente pelo grupo. Dilma informa que *“tem uma tabela na associação com as medidas para cada peça, tem um padrão certo para tudo que vai fazer, a altura que vai fazer a bainha”*. Essa padronização também inclui *“o tecidos, linhas que tem que ser de boa qualidade, cor, principalmente a branca que é a mais procurada”*, complementa Eliane. O padrão visa responder a um mercado que busca ter um modelo de referência para o consumidor e que sofre a influência estética de tendências de moda, entre outras coisas. Eliane continua: *“No início eu fazia do jeito que eu queria, do tamanho que eu queria, das cores que eu queria, mas agora não pode ser mais assim, pois se eu estou fazendo para vender lá fora tem que*

ser de acordo com o tamanho e cores que o cliente deseja”.

Esse padrão também sofreu influência das feiras que participam e de outros espaços de vendas. Essas experiências trouxeram para o grupo novas questões sobre como produzir preocupando-se já com a comercialização, como apresenta Márcia: *“Quando a gente começou a bordar, a gente bordava com a nossa visão, não conhecia Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas. Ia para esses lugares levando muita coisa que a gente achava a mais bonita do mundo, não vendia. Onde a gente vendia era nas exposições e feiras aqui do município e Estado”.* Para Dilma, *“o pessoal que treinava ia mostrando os tamanhos exatos para o pano de bandeja, da toalha de lavabo. Aí a gente tem que prestar atenção no que o cliente quer pra gente bordar e não tomar prejuízo”.*

A padronização das cores traz algumas dificuldades como a utilização de linhas com cores próximas para a criação dos tons pastéis nos bordados. Jaqueline considera que *“tem uns tons que parecem que são um só, as cores são muito idênticas”.* Nilda também sente a mesma sensação quando borda com quatro cores de amarelo e Dilma diz que *“para fazer os tons pastéis é preciso trabalhar com cores idênticas, a artesã tem que memorizar qual é a cor que está bordando porque se pegar uma cor e a outra ele mistura”*, já que os tons das linhas são extremamente parecidos tornando difícil a diferenciação apenas com o olhar.

O acabamento perfeito dos bordados foi apresentado pelas técnicas do NUTRAC em algumas formações trazendo o conhecimento das bordadeiras mais antigas para as mais novas. Mas também faz parte das descobertas delas em busca de uma melhor apresentação do trabalho, como foi a experiência de Eliane: *“Eu tava fazendo uma peça para meu enxoval, aí eu falei bem assim: ‘Tá ficando feio esse negócio atrás. Eu vou tentar fazer direito’. Sai fazendo X e voltando sobre ele. Aí eu vi que*

tava ficando bonitinho”.

6. COMERCIALIZAÇÃO: DESATANDO O NÓ DO ATRAVESSADOR, CRIANDO NOVOS TRAÇADOS DE COOPERAÇÃO E ARREMATANDO A AUTONOMIA

A comercialização inicialmente era feita por meio do Núcleo de Trabalho Comunitário, que recebia as encomendas e definia o prazo de entregas. Para Márcia, *“o NUTRAC, que na minha visão na época foi maravilhoso e passou para a gente algumas idéias, ensinou bastante, mas ele apresentou o atravessador que cedia o tecido, as linhas, ensinava como utilizar e economizar a linha, mas o preço que a gente vendia essa toalha, por exemplo, ele comprava a 20 e vendia a 150 reais”*. Nós enxergamos isso, a partir das experiências com as ida às feiras, na gestão de Reuza com Dilma, e observando a diferença de preço da produção das mesmas e a comercialização por parte do Núcleo.

A experiência de comercialização com o NUTRAC mostrou a necessidade de termos uma estrutura de comercialização própria para não depender de atravessadores.

Então o grupo definiu que deveria atuar em bazares (festa de São Paulo, festa do Vaqueiro, fim do ano, etc.), em feiras locais no município e também sacoleiras pegarem a produção do grupo, colocar nas costas e saírem para vender.

O grupo definiu duas linhas de comercialização: 1) a direta realizada em feiras, exposições; 2) e por encomenda que decorre muitas vezes da primeira.

Algumas bordadeiras fazem peças para vender por meio da associação, mas existem também algumas que têm uma produção e venda direta a particulares, mas que não acham muito vantajosas. Jaqueline vê que *“a valorização é outra né? Se eu for vender na minha cidade o valor é menor”*.

Márcia e Dilma dizem que *“outra questão é a composição de preço. Você não pode cobrar caro demais, nem barato demais, porque o que garante a renda é a continuidade do trabalho”*. Para essa definição coletiva sobre o preço das peças, o grupo se reúne *“no segundo sábado do mês e a gente determina isso, confe-re, faz tabela de preço, aumenta quando a gente vê que aquela mercadoria não está de acordo, vê quanto gastou de matéria-pri-ma”*, complementa Eliane.

A qualidade dos materiais utilizados na produção é muito importante para a venda. Assim, para manter a quali-dade, reduzir custos e agregar valor ao bordado, o grupo com-pra as matérias-primas (os tecidos, as linhas e as agulhas) co-letivamente. Quando uma bordadeira faz uma peça para ser comercializada pela associação, a matéria-prima é disponi-bilizada pela associação e não pela bordadeira.

7. O QUE APRENDI POR MEIO DO BORDADO?

Esta pergunta lançada ao grupo foi sendo respondida por cada uma e formando uma colcha de retalhos, com suas cores e formas que dão o tom das vivências:

“Mais conhecimento que tem muito valor; reconhecimento e mais amigas; mais amigas e conhecimento; a me valorizar; cada dia aprendo a dar mais valor a mim mesma; sinto-me amável no meio de vocês; a ser mais amiga e mais humana; ser mais comuni-cativa; ser mais segura; ser mais forte para enfrentar o mundo; a me aproximar das pessoas; a socializar e descontraír; a fazer novos contatos; a ser mais conhecida; fiz grandes amizades, tive mais conhecimento e terapia; desenvolvimento, sabedoria, qualidade e ter mais carinho; conhecer pessoas diferentes, a ser mais amiga, a ter uma profissão; a ter conhecimento e valorizar o meu trabalho, a arte do bordado; passei a me valorizar mais; ser mais extroverti-da; ser mais descontraída; dar mais valor a mim mesma; a ser

mais amiga; a ser mais concentrada; a ser mais afetuosa; a reconhecer mais os meus limites; tive mais paz; ter mais paz comigo mesma; a superar minha depressão.”

Fazer o bordado com amigas e dentro da associação dá um significado diferente para o trabalho das bordadeiras. Mesmo que bordar exija uma concentração da pessoa, em sua intimidade com a criação do bordado, quando esse trabalho se dá em uma associação, ele passa a ser ponto de contato com outros conhecimentos e experiências de vida, sejam novos bordados, o restabelecimento do percurso de formação formal, cursos (capacitações em técnicas de bordados, recursos humanos e empoderamento das mulheres), de afeto e de amizade – muitas delas passaram a se conhecer a partir da associação, que passa a ser o lugar de socialização e independência, de reconhecimento e valorização da capacidade de produzir algo de sua criação.

Por meio do bordado feito no espaço da associação, passam a ter maiores condições de enfrentar o mundo, *“aprender a lidar com o público, a negociar, a conhecer o mundo através das viagens”*. Explica Eliane. Também é importante perceber que o trabalho associado das mulheres com o bordado quebra a caracterização do bordado como uma atividade símbolo de “prendas das mulheres”, mas um trabalho que vem sendo feito por mulheres que constroem sua autonomia.

Para esse trabalho associado, cuja produção é o bordado, foi necessário aprender a lidar com os próprios limites e respeitá-los, compreender que é preciso estabelecer horários e uma rotina, que o bordado não deve ser feito por horas e horas a fio, de forma a preservar a saúde, a visão principalmente. Como diz Eliane, *“se você pega um bordado de manhã cedo e entra pela noite, você vai estragar sua vista, vai ter dor de cabeça e ficar estressada”*.

8. O BORDADO, CUIDADO E CURA: VIVENDO EM SOLIDARIEDADE

Na caminhada do processo dessa sistematização identificamos o bordado e o encontro para bordar como um processo terapêutico numa vivência curativa. Para muitas mulheres o trabalho era ou na roça ou como domésticas em uma dinâmica de exploração familiar de sua capacidade de trabalho sem nenhum reconhecimento.

O trabalho vivenciado pelas mulheres no campo e como domésticas reforça desigualdades: no campo o não acesso à terra; nas casas das senhoras, a cozinha e a limpeza. Com o acesso à terra sendo modificado e negado, como as mulheres destacam nessa sistematização, os homens migram, mas a elas cabe ficar e se resignar. Embora todas exerçam algum tipo de trabalho, este não emancipa, não cria autonomia.

Nos relatos das mulheres a depressão é uma presença constante: nas jovens e nas mais velhas. *“Eu era muito fechada. O próprio médico falou que eu precisava de uma atividade que eu pudesse estar em grupo. Eu faço bordado e estar na associação me ajudada bastante num processo pessoal do qual eu estou me recuperando.”* Disse Jaqueline. *“Eu curei uma depressão através do bordado. O bordado desviava o pensamento, a tristeza, a mágoa”, acrescenta Eliane.*

O bordar passa a ser, por meio da organização e dinâmica da associação, o ponto de encontro que lhes apresenta uma nova perspectiva de trabalho como relação emancipatória e igualitária. Ao definirem que a ação para o trabalho deveria respeitar as condições de cada uma, suas rotinas, seus ritmos e suas necessidades, elas redefinem as relações pelas quais querem produzir e viver. Esse processo permite que o trabalho para algumas seja prazer e diversão (Dulce), seja renda (Jaqueline), seja socialização (Gerolinda), seja profissão (Aérica).

Com isso o trabalho se insere numa relação autônoma na qual elas readquirem o domínio de como fazer ao estabelecer regras e formas de gestão do trabalho. Sabemos que essa vivência de trabalho se dá em um contexto de enfrentamento e contradições. Seja pela forma como o produto do trabalho passa a ser pensado a partir da comercialização, seja também como a criação reage às influências de uma mesmice estética, à ditadura de um padrão e de um modelo.

Mas, as experiências dessas mulheres indicam que o trabalho pode ser realização e plenitude, pode ser uma relação real e plena por meio da qual transformamos e somos transformadas/os em um processo que permite a cura.

Educadoras/es problematizadoras/es de apoio à sistematização: Ulisses Willy Rocha de Moura, Manoel Messias de Oliveira, Ginaldo Lessa, Antônio Edson Barreto, Rosalina Sampaio e Mônica Vilaça (CFES/NE).

Participantes da Associação dos Artesãos de Frei Paulo: Ana Maria Bispo do Amarante, Arlete Santana, Berenice Rezende, Cristiane Barbosa Santos, Eliane Pereira dos Santos, Gerolina Francisca de Menezes Góis, Gicelma Góis da Silva, Jackeline dos Santos, Josefa Aérica Almeida dos Santos, Josefa Ana Dilma dos Santos, Josefa Alves Silva dos Santos, Josefa Beatriz de Oliveira Santos e Silva, Josefa Conceição dos Santos, Jozélia Vicente de Oliveira, Márcia Maria de Oliveira, Maria Amélia Santos, Maria da Conceição Santana, Maria Dulce de Rezende Lima, Maria Ivanilde Gomes, Maria José dos Santos Silva, Maria Nazareno Rodrigues dos Santos, Maria Santana de Jesus Mota, Maria Socorro Silva França, Miriam Conceição dos Santos, Nilda Gomes dos Santos, Rafaella Caroline Bonfim.

CAPITULO 11

Beneficiamento do pescado eleva a autoestima e a renda das pescadoras da APPR – BA



A experiência de beneficiamento de pescado da Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso (APPR) foi sugerida, entre outros empreendimentos, durante o I Seminário de Sistematização do Nordeste, ocorrido em abril de 2010, no Recife. A escolha efetiva dessa experiência se deu na reunião da rede de educadores da Bahia, em novembro 2011, por ser uma experiência inovadora com a participação de 99% de mulheres, porque o grupo topou parar para refletir e trocar entre si a sua própria experiência, e como divulgar e estimular outros grupos que desejam desenvolver o mesmo tipo de trabalho.

Sistematizar para o grupo foi algo novo, porque a gente não tinha a experiência de contar a nossa história, o passo a passo de como estava andando o nosso trabalho, nem entre nós nem para outras pessoas. A gente descobriu com isso que sistematizar é importante para o nosso grupo porque o trabalho que é realizado por nós, se a gente não contar, outras pessoas não terão conhecimento do que estamos fazendo.

A gente percebeu que é uma forma de nossa experiência incentivar outras pessoas a se juntarem e criarem seus espaços de organização e os próprios núcleos de produção. Nós aprendemos que sistematização é contar a história de vida do empreendimento para que outras pessoas possam nos conhecer.

No desenvolvimento das oficinas a gente descobriu não apenas o conhecimento das atividades produtivas que fazemos, mas passamos a ter contato com o saber das pessoas mais velhas do grupo, pois foi com a sistematização que tivemos a oportunidade de sentarmos – todo o grupo –, conhecermos as nossas histórias de vida e percebermos que é diferente uma das outras. Por exemplo, chamou à atenção do grupo a forma como as pessoas mais velhas pescavam: com o caruá (hoje é usado o fio, a linha de seda).

O grande desafio foi fazer esse momento da sistematização com todo o grupo: os núcleos produtivos e o grupo de militância (articulação e mobilização). O grupo de militância tem mais oportunidade de participar e refletir sobre o que faz, participa frequentemente de seminários, congressos, cursos e reuniões e, por isso, tem mais facilidade de se comunicar e se colocar. O receio era que os grupos produtivos ficassem somente na escuta. Contudo, por meio do uso de dinâmicas o grupo foi se soltando e assim conseguimos criar um verdadeiro espaço de diálogo e participação.

O plano da sistematização da experiência não foi elaborado seguindo exatamente as diretrizes que construímos no seminário regional Nordeste, mas o processo foi organizado da seguinte forma: fizemos uma reunião com as representantes da APPR para apresentação da proposta de sistematizar a experiência. Nesse momento o grupo confirmou o interesse de desenvolver o processo. Em seguida foi realizada uma segunda reunião com todos os representantes. O grupo como um todo ainda não estava conseguindo entender direito o que era sistematização.

Outra questão interessante é que o coletivo nunca havia ouvido falar em economia solidária. Isso os motivou a conhecer mais e ter o entendimento de que o que eles faziam era economia solidária, pois seguiam todos os seus princípi-

os: comercializamos produtos de qualidade, com preço justo, pois não pensamos somente em nós. Além disso, apesar de estar organizada em grupos produtivos distintos, toda a produção é vendida e o que é levantado, retira-se as despesas e o que fica é dividido em partes iguais com todos os participantes dos grupos, mesmo que um grupo trabalhe menos do que os demais. O grupo de militância só recebe se participar dos grupos de produção. Nesse caso, se algum membro do grupo de militância precisa se ausentar por questões ligadas ao próprio crescimento do grupo, outro associado se responsabiliza pelo trabalho do ausente e assim garante a remuneração dos membros desse grupo naquela dinâmica de partilha igualitária.

Ainda nessa reunião foi definido como o eixo da sistematização *“a valorização da mulher pescadora a partir do trabalho com o beneficiamento do pescado”*. Colocamos a sugestão do Centro de Formação em Economia Solidária Nordeste (CFES-NE), de organizar uma oficina por dois dias seguidos. Mas, para não interromper a produção, o grupo preferiu que o trabalho fosse feito em dois encontros quinzenais. A primeira foi realizada no dia 2 de fevereiro e teve como objetivo preparar melhor o grupo sobre o conceito e a metodologia da sistematização. A segunda aconteceu no dia 15 do mesmo mês, na qual foi destacado o aprendizado adquirido com o trabalho de beneficiamento de pescado.

Em abril foram realizados mais dois encontros para revisão coletiva do que vinha sendo construído pelo grupo. Nessa fase contamos com a participação de mais uma educadora do Coletivo de Educadores/as da Bahia. Assim, finalizamos a construção do texto, a partir da socialização da primeira versão elaborada com o grupo. Nesse encontro foram feitas a revisão final e uma foto geral das mulheres com a camisa oficial da APPR. O grupo desde o início manifes-

tou o desejo de fazer essa foto. “É um jeito da gente se apresentar de forma coletiva na sistematização.” E assim revela: *“Quem tem que contar a nossa história, escrever a nossa experiência somos nós mesmos que construímos ao longo desses anos uma reflexão do que fazemos. E contar do nosso jeito. Ter outra pessoa para nos ajudar tem sido fundamental, mas pra isso foi construída uma relação de confiança, acompanhamos cada passo, cada ponto”, explica Eliete Damião Cunha.*

“O fato de estarmos juntas, reunidas, nos tem ajudado a conhecer as companheiras melhor, a nossa história de vida, e perceber a importância do que fazemos. Essas trocas de experiências entre nós têm nos ensinado muito, a cada uma de nós”, fala Maria de Fátima, Fatinha.

CONTEXTUALIZANDO O LUGAR EM QUE VIVEMOS

O município de Remanso está localizado no bioma caatinga, na região semiárida, a 780 quilômetros da capital baiana. Remanso é banhado pelo Lago de Sobradinho, onde foi construída a hidrelétrica na década de 1970 submergindo quatro cidades da região: Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado, além de inúmeros povoados, fazendas e comunidades tradicionais, para gerar energia e dar lugar ao progresso e ao desenvolvimento. A extensão do lago é variável de 300 a 400 quilômetros, de acordo com a quantidade de água armazenada. A largura varia de 6 a 40 metros pelo mesmo motivo. É o segundo maior lago do mundo em espelho d’água. “O sertão virou mar”, como diz a profecia e continua, “o medo que algum dia o mar também vire sertão”. Maria Lúcia Freitas Nascimento comenta: *“Ao ir para as águas hoje não temos mais a certeza de uma boa pescaria”.*

Na época houve uma migração estrondosa, principalmente de pernambucanos, paraibanos, cearenses e rio-gran-

denses-do-norte (potiguar) para trabalhar na construção da barragem. Depois continuaram pela falta de condições de retornar e muitos por serem atraídos pela comercialização do peixe. Nesse momento o lago e a pesca são propagados, principalmente em todo o Nordeste, no ano de 1978 para frente, eleva o número de pescadores e assim se inicia a chegada das famílias que, sem imaginar, já geravam o projeto embrionário da APPR. As mulheres pescadoras que hoje fazem a associação, a maioria chegou desses Estados a Remanso ainda crianças, adolescentes. Algumas foram nascidas aqui formando uma nova geração, que é o caso de Tainara Cunha Batista, 16 anos, que recentemente começou a fazer parte de um dos grupos produtivos de pescado, e de sua tia Elenice Cunha Damião, 24 anos.

Uma parte do grupo nasceu na região do lago, município de Sento Sé, como exemplo, Seu Alberto, dona Maria de Lourdes Santos e dona Maria Lúcia Freitas Nascimento, que é a presidente da APPR. Eles contam que a Barragem de Sobradinho trouxe na mudança muito sofrimento tanto no aspecto social, cultural, ambiental e econômico. *“A gente que faz parte das famílias ribeirinhas, antes pescava e plantava nos lameiros das ilhas, quando o rio vazava, e na época da cheia plantava com as águas das chuvas nas terras de sequeiro, em torno de 20 quilômetros do rio”, disse Dona Lúcia. Ela continua dizendo que “a mudança foi muito grande, pois tudo que plantavam dava com fartura porque eram terras boas e que ninguém conhecia agrotóxico. A gente guardava alimento para o ano seguinte. Colhia mandioca para comer e fazer muita farinha e tapioca. Abóbora se desperdiçava porque não dava conta. A batata-doce era guardada em cima de um quadrado de areia abaixo das mangueiras e juazeiros e dentro de casa para proteger da chuva. O excedente se vendia no mercado em Remanso. Era uma forma de se comprar outras misturas”.*

“No rio a gente pescava com 150 metros de linha. Já no lago a gente tem que botar mais de 3.000 metros, ainda correndo o risco de não ter uma boa pescaria. Antes a gente conhecia todos os pescadores que viviam do rio. Com a chegada da barragem aumentou, e muito, o número de pescadores. Junto veio a violência, como o alcoolismo e a prostituição, porque a sobrevivência se tornou mais difícil”, lembra Seu Alberto.

“A nossa cultura ninguém sabe aonde foi parar. No mês de junho tinha os festejos juninos com muito milho pra fazer canjica, pamonha, o jenipapo que a gente fazia licor e balas, e com a tapioca fazia cambraia. Em agosto a avó de meu esposo festejava o Bom Jesus dos Navegantes e dançava o marujo e o são-gonçalo. A cada festejo sempre no final tinha Samba de Veio. No Povoado de Aldeia, em dezembro, realizavam-se as festas de Nossa Senhora da Conceição com o novenário e a marujada durante todo o dia 8 e terminava com a procissão no final da tarde. No começo de janeiro se cantava os Reis nas casas e finalizava dia 6 com os Reis de Boi. O mês de março era o festejo do Novenário do Divino São José para pedir chuva e abundância. A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) deslocou o povo e deixou muita gente espalhada que só se reencontrou depois de um certo tempo e outras nunca mais se viram. Muitas famílias enganadas foram bater nas agrovilas, em torno de 700 quilômetros de Remanso, que fica na região do Médio São Francisco, no município da Barra. Alguns conseguiram retornar para Remanso, reconstruir a sua vida junto aos familiares e amigos, outros não, e muitos ainda carregam uma dor muito grande porque não teve a quem recorrer. Houve muita injustiça”, conta Dona Maria de Lourdes.

A criação da APPR, a partir do beneficiamento do pescado é uma semente nova que brota nos corações das pescadoras e pescadores, pois acreditam que é com a diversidade de culturas e de suas buscas que estão reconstruindo as suas vidas com mais dignidade.

A CRIAÇÃO DA APPR E OS DESAFIOS DO BENEFICIAMENTO DO PESCADO

A Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso A-129 (APPR) é exemplo de luta de um grupo de pescadoras que iniciou a sua experiência com beneficiamento de pescado a partir do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A história da APPR começou quando, em 2008, o coordenador da CONAB, Sílvio Porto, anunciou que havia a necessidade de se criar uma associação para dar continuidade ao Projeto Sardinha Caseira. Foi assim que um grupo de 11 mulheres deu o pontapé inicial à criação da associação. Com o registro em mãos e o apoio do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), elaborou o projeto e enviou à CONAB para que mais mulheres pudessem acessar o PAA.

A coragem e ousadia é que nos motivaram a seguir em frente, pois sempre acreditamos em nossa própria capacidade e união. No início contamos com o apoio do Conselho Pastoral da Pesca (CPP) e da Rede de Mulheres de Remanso, além de pessoas como o pescador Edivaldo Rodrigues e o funcionário público Francisco Braga, Chiquinho, que ajudaram a criar a associação.

Na construção do estatuto tivemos a participação de todo o grupo e contamos com o apoio dos filhos(as), maridos e companheiros, os quais também fazem parte da associação. Percebemos durante esse processo que a relação de respeito e confiança é a base do grupo.

As conquistas vêm acontecendo aos poucos, como a Carteira Profissional do Ministério da Pesca e o prédio do Terminal Pesqueiro, que se tornou local do beneficiamento. Isso se concretizou devido à parceria estabelecida com o

Movimento de Pescadores da Bahia (MOPEBA), que fez a articulação junto ao governo do Estado, por meio do presidente da Bahia Pesca, Isaac Albagli. Em 2009, o governo liberou o terminal e mais 20 mil reais para a reforma. Como o valor destinado pelo governo não era suficiente cada sócia fez uma doação de 57 reais para equipar a cozinha do beneficiamento. No fim, a reforma estava pronta e começamos a produzir e a ampliar a infraestrutura.

Outra conquista, alcançada dessa vez junto com o parceiro SASOP, foi um projeto com uma empresa, que doou três freezers, três geladeiras e dois fogões. Naquela época, trabalhávamos com freezer emprestado. Agora temos onde armazenar a produção de filés e linguças. Nas geladeiras colocamos as verduras e os produtos que precisam de conservação e ainda temos água gelada para beber.

Vale à pena registrar o surgimento do beneficiamento do pescado em Remanso contado por dona Maria Lúcia: *“Aconteceu com a chegada de irmã Diva e irmã Domingas, ligadas à Congregação São José e ao Conselho Pastoral de Pesca (CPP). O grupo foi formado com algumas mulheres pescadoras em 1998: Maria Lúcia (atualmente presidente da APPR), Zilda, Maria Cunha (conhecida como dona Bena, já falecida), Teresa do Dedeca, Nicinha (atualmente serviços gerais da Casa Paroquial), Conceição (conhecida como Candeia) e um ajudante, Antônio Eder, para os serviços mais pesados e para transportar o peixe na bicicleta. Com o apoio das irmãs o grupo conseguiu adquirir uma balança, um freezer, uma bicicleta cargueira e dois isopores para armazenar o peixe in natura.”*

O desafio inicial era trabalhar com o peixe defumado. Lúcia relata que *“tudo era feito na cozinha da colônia. O primeiro peixe que trabalhamos naquela época foi o surubim. Depois, a piranha e curimatã. A gente comercializava na própria Colônia Z-41 e numa banca que o grupo conseguiu no mercado. A gente já*

tinha uma certa freguesia, mas como era um produto novo e o preço elevado para os padrões da maioria da população no geral a venda era baixa e o custo para o grupo manter o produto no mercado estava alto. Contudo, ainda conseguimos segurar por uns quatro anos, ou seja, até 2002. Aos poucos o grupo foi se desfazendo. Umas foram embora, outras precisaram sair por conta de outro trabalho e houve o falecimento de dona Bena, que era uma pessoa de grande força em nosso meio.”

O modo de preparo para defumar o peixe. O primeiro passo é filetar e o segundo salmourar. Para cada um quilo de filé deve-se colocar três litros de água e um punhado de sal em torno de 100 gramas. Deixar de molho por duas horas e de vez em quando ir mexendo. Depois, retirar os filés e espalhar numa tela grossa e resistente, numa estrutura tipo jirau para ficar alto e cobrir com outra tela fina para proteger de animais e insetos. Deixar nesse processo até secar. Tem que ser à sombra. A partir daí colocar os filés nos ganchos e organizar nos varões da defumadora que era feita num túnel. As brasas ficam na parte de baixo, acesas, cobertas com pó de serra e separadas dos varões que ficam na parte de cima. O próprio nome já diz, peixe defumado, preparado apenas com fumaça. Para dona Lúcia, *“a grande lição que ficou é que ninguém pode tomar de mim o que aprendi, o conhecimento que adquiri, mas o que eu sei é que não quero só pra mim. É para todas nós. A grande riqueza de um grupo é repassar o que sabe para todas. E o meu desejo é repassar a técnica da defumação para o grupo experimentar”*.

Em 2006 o beneficiamento do pescado é retomado pela colônia com o Projeto Sardinha Caseira. Foi formado um novo grupo e Lúcia é uma das veteranas que persiste na luta, só que dessa vez com o apoio da CONAB, por meio do PAA. O grupo da colônia continua, mas a partir de 2009 renovou uma parte com outras pescadoras.

“A APPR nós geramos e junto o beneficiamento do pescado. Ter participado do projeto Sardinha Caseira através da Colônia Z-41 foi uma escola para nós. A associação hoje é uma criança, apenas com 3 anos de existência, mas que cuidamos para crescer saudável e firmar nossos passos a cada reflexão vivida de nossa experiência”, conclui Maria Lúcia.

O QUE PRODUZIMOS COM O BENEFICIAMENTO DO PESCADO

Desde a formação da APPR nós nos dividimos em quatro grupos, que chamamos de núcleos produtivos ou de grupos de trabalho. Dentre os conhecimentos que produzimos, destacam-se: a técnica de tratamento do peixe, a elaboração dos subprodutos – filé, linguça, patê e o caldo que é produzido da cabeça – e receitas culinárias. Inclusive nossos filhos não apreciavam os pratos feitos antes e isso mudou com o incremento de novas receitas. Dentre as receitas destacamos a sardinha caseira, que é a primeira experiência exitosa e é preparada com a pescada. Foi com a sardinha caseira que iniciamos o nosso trabalho de comercialização junto ao Programa de Aquisição de Alimentos. As tortinhas com o recheio da sardinha caseira é uma criação nossa que primeiro foi produzida para atender ao público de eventos e feiras, mas desde 2011 faz parte do cardápio da alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Inclusive temos depoiamentos de estudantes e de funcionários das escolas. A farinha de peixe é outro produto que tem feito sucesso por seu valor nutritivo. A farinha nós fazemos da espinha do peixe. O patê é trabalhado nos eventos e sob encomenda.

O processo de beneficiamento de pescado constituiu uma verdadeira aprendizagem como está refletida na fala de seu Alberto: *“Eu achava que só pescar e vender era o suficiente. E depois da APPR é que descobri que com o peixe podemos fazer vários*

produtos e pratos diferentes. Desde 12 anos que pesco e não sabia que do peixe podia ser beneficiado e se aproveitar tudo, como exemplo fazer filé, linguça, tortinha, farinha. A pesca com o beneficiamento complementa uma coisa com a outra”.

RECEITAS DAS PESCADORAS

SARDINHA CASEIRA

Para 3 kg de sardinha

Ingredientes:

½ kg de tomate

1 kg de cebola

1 copo de suco de limão

3 colheres de sal a gosto

3 kg de peixe

Sugestão: O tomate pó ser substituído por 5 extratos de tomate. E o limão por vinagre.

Modo de preparo:

Em uma panela de pressão de 7 litros coloque uma camada de tomate e cebola e uma camada de peixe. Em seguida coloque outra camada de tomate e cebola e o restante do peixe. Depois, coloque outra camada de tomate e cebola. O sal é diluído no vinagre e colocado sobre o peixe. Depois, coloque na pressão por 2 horas.

TORTINHAS

Ingredientes:

4 copos de farinha de trigo

1 copo de óleo

1 pacote de queijo ralado

3 colheres de leite

2 colheres de maisena

4 ovos

1 tablete de caldo de carne
1 pacote de tempero pronto

Modo de preparo:

No liquidificador coloque 1 litro de água, acrescente leite, farinha de trigo, maisena, queijo ralado, ovos, óleo, caldo de carne e o pacote de tempero pronto. Passe tudo no liquidificador.

Recheio:

500 kg de sardinha
1 lata de milho verde
1 lata de ervilha
tempero a gosto

Montagem:

Coloque a metade da massa numa forma quadrada ou em forminhas.

Coloque o recheio e cubra com o restante da massa. Antes, unte a forma com óleo e farinha de trigo.

LINGUIÇA DE PEIXE

Ingredientes:

1 kg de filé
50 g de tempero pronto
1 metro de tripa de linguiça

Modo de preparo:

Tempere o filé e coloque na máquina de moer. Em seguida coloque as tripas de molho na água. Ao tirar do molho encha as tripas numa máquina apropriada com o recheio. Se não tiver a máquina pode ser usado um funil à mão.

Em seguida coloque para ferver 2 litros de água. Depois de pronta, coloque as linguiças dentro da água fervente. Deixe de 3 a 5 minutos. Ao retirar coloque as linguiças dentro de 2 litros de água gelada por 3 a 5 minutos.

Sugestão: a linguiça pode ser consumida assada ou frita.

ONDE COMERCIALIZAMOS E O QUE TEMOS APRENDIDO

O Projeto Sardinha Caseira atende, desde 2009, por meio do Programa de Aquisição de Alimento coordenado pela Companhia de Nacional de Abastecimento, mais de 26 famílias somando um valor de 112 mil reais. O grupo trabalha com tucunaré e pescada. A primeira vez que participamos do Programa Nacional de Alimentação Escolar foi pela Chamada Pública do município de Pilão Arcado, em 2010, com filé de peixe e linguiça, com apoio da Cooperativa Agropecuária do Pólo de Remanso (COAPRE). A nutricionista do município, Márcia Ribeiro Ferreira, revela que os produtos fizeram o maior sucesso com os alunos, embora no início houvesse algumas resistências.

A partir de julho de 2011 a associação vem participando das Chamadas Públicas do município de Remanso e já entregaram 3.200 quilos de filé e 3.200 quilos de linguiça. O filé é dividido com o grupo da Colônia Z-41. A associação tem atendido às escolas do Estado com tortinhas de peixe por meio do PNAE. Em torno de três meses entregaram mais de 9.000 unidades de tortas.

As feiras e os eventos são os espaços mais importantes para a gente divulgar os nossos produtos. Frequentá-los foi o pontapé inicial para a comunidade, o governo e as escolas terem tido conhecimento do grupo produtivo da associação.

O SABOR DE NOSSA IDENTIDADE

Os filhos e as filhas das pescadoras são público da alimentação escolar e cheirar a peixe fora de casa significa assumir a sua própria identidade. Isso não era nada fácil devido ao preconceito que era muito em relação ao pescador.

Para Tainara Cunha Batista, 16 anos, estudante do ensino médio, *“foi muito importante perceber o quanto os alunos de minha escola gostam dos produtos que minha mãe e os grupos produtivos fazem. Procurava incentivar na hora que percebia a resistência de comer pelo fato de ser peixe. A resistência no início acontecia porque servia apenas a sardinha caseira misturada ao macarrão ou cuscuz. Com a chegada de novos produtos como o filé e a lingüiça servidos no cuscuz, melhorou a aceitação. A tortinha estimulou mais ainda o consumo. Para mim nunca foi problema comer esses produtos na minha escola, porque sempre comi em casa e minha mãe conversava com a gente”*.

“Na hora da merenda eu acompanhava com atenção o que os professores, as merendeiras e os alunos comentavam sobre os produtos para depois repassar ao grupo de beneficiamento com o objetivo de melhorar cada vez mais. As merendeiras não gostavam porque diziam que a cozinha e elas ficavam fedendo a peixe e tinham mais trabalho na hora de limpar a cozinha quando serviam peixe. De um certo tempo pra cá, percebo que elas mudaram a forma de pensar. Agora veem que os alunos desperdiçam bem menos em relação aos outros produtos, tipo industrializado, que servem noutros dias da semana. Afirmam que a aceitação dos produtos do pescado é maior e sabem que alimenta. Por isso ficam satisfeitas. Com a mudança do cardápio na minha escola eu fui percebendo a valorização dos produtos da agricultura familiar, a partir das reuniões que fui participando na APPR e das conversas com minha mãe”, continua Tainara.

“Eu me lembro, ainda pequena, de minha avó defumando peixe. Hoje compreendo que minha avó já fazia beneficiamento. Agora minha mãe e várias pessoas da minha família fazem, inclusive eu. Continuamos a beneficiar o peixe, realizando o sonho de minha mãe. Dessa forma estou resgatando a tradição da família e minha identidade. Desejo me formar em engenharia da pesca, pois, eu me preocupo com o futuro, se eu e minha família vamos estar nos alimentando de produtos saudáveis”, conclui suas reflexões.

**“A NOSSA VIDA MUDOU A PARTIR DO MOMENTO
EM QUE COMEÇAMOS A EXERCER O TRABALHO DO
BENEFICIAMENTO DO PESCADO”**

Nas falas das mulheres, a valorização e o reconhecimento que sentem pelo trabalho que desenvolvem se destaca: *“Antes, a maioria apenas tecia linha, fazia seus afazeres domésticos e, para melhorar a renda, algumas trabalhavam em casas de família e tinham que aguentar humilhações”*, conta Francinete Silva Feitosa, Netinha, como é conhecida. Carmem Lúcia Moreira é outro exemplo: *“Antes achava que mulher era para ficar varrendo e limpando e não tinha direito algum. Hoje a pescadora tem sua autonomia, pois é com o beneficiamento do pescado que ela garante o seu sustento e não precisa mais trabalhar em casa de família”*.

Eva Ribeiro Santos conta que depois que chegou ao beneficiamento tem mais amizades e coragem de falar. Inácia de Oliveira lamenta pelas pessoas que tentaram desanimá-la dizendo para não acreditar no projeto da APPR. Ela veio do Ceará com sua família e desde que chegou a Remanso trabalha com pesca. Hoje se sente independente com o trabalho que realiza junto ao grupo e declarou: *“Amo os peixinhos, pois são eles que têm melhorado minha renda e me trouxeram uma nova vida”*.

Já Alcineide da Silva é paraibana e chegou a Remanso em 1994, mas logo em seguida foi com sua família para Passagem, vila de pescadores em Pilão Arcado. O projeto fez renascer as suas raízes, pois estava envolvida com outras atividades.

Cássia Santos Silva, conhecida como Cassinha, é filha de Irisdalva Silva, ex-sócia e já falecida. Depois que perdeu a mãe, Cassinha diz que teve a oportunidade de se colocar no lugar dela e entender o que ela falava. Para ela *“A associação*

tem sido uma bênção em minha vida”.

Rosário conta a sua história com emoção, pois *“eu e minha família vivia debaixo de lona tecendo linhas. O nosso dia a dia era muito difícil para sobreviver, sem falar que não se tinha oportunidade de estudar, porque precisava pescar e lidar com roça para conseguir tirar algum ganho. Hoje, com o beneficiamento do pescado, a renda melhorou, podemos morar na cidade para dar oportunidade de estudos aos nossos filhos e nós mesmo, além de fazer outras descobertas no meio da população. No beneficiamento do pescado aprendi a me valorizar mais como mulher e pescadora”.*

Ser pescadora é sentir liberdade, consumir produtos naturais, ter contato com a natureza. É o que nos diz Fátima. *“Aprendi a tecer, a pescar e a lutar pelos meus documentos que me dão direito aos benefícios conquistados através da pesca. Antes, tinha vergonha de me mostrar, eu me escondia. Hoje eu mostro a minha cara e falo o que penso e sobre o que faço. Para mim, pescadora é a profissão mais bonita que já vi na minha vida.”*

Mariluce Santos Rocha se sentia discriminada por onde passava. O que mais lhe emocionou quando chegou ao grupo foi haver sido bem recebida e acolhida. Entre tantas histórias, a de Lucília não é diferente. Conta que a sua ligação com a pesca vem desde o ventre de sua mãe: *“a vida era viajar pelo rio com minha família. Sou mãe de quatro filhos e na APPR tenho aprendido a convivência coletiva e experimentado o exercício da partilha. O exemplo de meus pais é que me tornou a pessoa que sou hoje.”*

MÃOS QUE TECEM LINHAS EM REDES E BENEFICIAM O PESCADO

As mulheres em suas falas evidenciam a forma de vida de subsistência em que foram criadas e que seus filhos viveriam até se estruturarem com o trabalho de beneficiamento de pescado. Passavam muitas dificuldades para educar os

seus filhos. Essas dificuldades continuavam reproduzindo para os seus filhos a mesma condição de vida que tinham e é com o beneficiamento de pescado que conseguem possibilitar uma nova condição de vida por estarem mais em casa viabilizando a presença de seus filhos na escola deslumbrando outras possibilidades na vida ao mesmo tempo em que valorizam as suas raízes culturais como filhos de pescadores.

“Sou tecedeira desde os meus 7 anos. Foi a profissão que minha mãe me ensinou. Ela fazia a linha do caruá e botava a gente pra fazer um carretel. E nesse carretel lá se vai linha e a peia ia comendo, porque às vezes a gente queria brincar. E como não tinha pai a gente se criou tecendo carretel pra ela fazer as redes pra vender e sustentar a família. Nisso fui criada e até hoje continuo nessa mesma lida. Me casei com pescador, me separei, depois me casei de novo com pescador e assim criei meus filhos. As duas filhas mais velhas criei no rio. E um dia resolvi morar na cidade e tecer rede pra botar elas pra estudar, pois não sei ler e o meu sonho era dar a educação pra meus filhos. Não estão formadas porque não quiseram. E a luta hoje continua com os netos, que gostam muito da tortinha que comem na merenda da escola”, declara Maria de Fátima Lima, Fatinha.

“Comecei a tecer linha com 7 anos de idade. Hoje tenho um problema no braço por causa do movimento do braço com a linha. Mesmo com o problema não parei, pois era o único trabalho que eu sabia fazer. Com a associação tenho a oportunidade de exercer a profissão da pesca de maneira diferente, beneficiando o peixe, sem causar nenhum problema a minha saúde. Tenho uma nova profissão”, disse Leninha.

“Eu sou filha de pescador e aos 16 anos me casei com um pescador. Tive cinco filhos e criei todos eles na pesca. Três não quiseram estudar. Acompanharam o pai na pesca, porque as condições eram poucas. Eles tinham que pescar para garantir o sustento da família. Hoje eu sou pescadora. Tenho muito orgulho de trabalhar

no beneficiamento de pescado e com a pescaria. Passei muita dificuldade, mas graças a Deus consegui realizar um dos meus sonhos: formar meus filhos. Hoje tenho uma filha que é enfermeira, formada na faculdade, e um filho que concluiu o ensino médio, mas é do meu trabalho que tiro o meu sustento. Hoje é com muito orgulho que digo que sou mulher de pescador e sou pescadora. Antes eu ia para o rio com o meu marido e meus filhos e a gente passava dois meses pescando sem vir em casa. Agora eu não preciso ir mais para o rio com o meu marido para garantir o sustento da família. Ajudo a ele com o meu trabalho no beneficiamento do pescado. Nasci do peixe e vou até o final de minha vida”, depõe Domicé, conhecida como dona Nicinha.

“Eu comecei a tecer a linha a partir dos 9 anos. Eu sou a mais velha. Depois que me casei continuei a tecer e ia pra pesca com meu marido. Tecia as linhas, colocava a trouxa na cabeça pegava o remo e ia pro rio mais ele colocar rede. Passava três a quatro dias nas águas. Depois que os meninos foram nascendo fui ficando mais em casa só tecendo linha. Mas, quando precisava, ia. E muitas vezes tirei meu filhos da escola pra ajudar na pescaria. Depois de um tempo surgiu um problema no meu seio por conta do movimento de tecer linha e fui até São Paulo fazer um tratamento. O médico disse que o movimento do braço prejudicou o nervo do seio, mas mesmo assim eu não parei. Não deixo a minha profissão nem que o médico quisesse me proibir, pois é o trabalho que eu sei e gosto de fazer. O meu trabalho sempre foi esse, ajudando o meu marido na lida da pesca, no rio. Eu tenho orgulho de ser da associação de beneficiamento do pescado, pois foi aqui continuo exercendo a profissão da pesca de maneira diferente sem causar nenhum problema a minha saúde e posso ajudar meu marido a melhorar a renda da família, porque só a pesca é pouca. Muitas vezes não dava nem pra comprar a feira. Pescaria é assim: um dia tem e outro não tem. Eu tenho orgulho de fazer parte da associação e do beneficiamento, que é o meu trabalho que garante o sustento da

minha família”, falou Maura.

“Comecei a tecer linha desde os 9 anos. Minha mãe me fazia tecer linha. Depois casei e fui pescar com o marido. E os meus filhos continuaram tecendo linha. Eu não tive outra escolha. Foi a profissão que conheci e aprendi. Procuro mostrar a meus filhos outras oportunidades, já que de um certo tempo podemos garantir o estudo e uma vida com melhores condições”, lembrou Jane.

Hoje o beneficiamento ajuda na criação da educação dos filhos porque possibilita deixá-los na escola. Antes eles perdiam muita aula e se prejudicavam. *“Está nas águas significa muitos dias fora de casa e sem dia certo de retornar. E na situação que o lago se encontra é sem a certeza de uma boa pescaria”, declarou Dona Lúcia.*

DESATANDO O NÓ

“A vida era apenas entre eu e meu esposo. Com a chegada do projeto comecei a sair muito cedo e chegar muito tarde. Foi aí que começaram as discussões. Hoje ele entende o meu trabalho e sobre o beneficiamento de pescado, porque a nossa vida se estruturou mais. As pescadoras se tornaram mais independentes, elevamos a autoestima e isso mexeu muito com os nossos maridos e companheiros”, explicou Eliete.

Outro nó que precisa ainda desatar é sobre a forma de compra do peixe. Uma boa parte dos maridos e companheiros não trabalha com o tipo de peixe que é utilizado no beneficiamento, mas o que mais pega é a hora de comercializar e garantir a compra antes do atravessador, pois a APPR não tem um capital de giro suficiente para pagar à vista ao pescador. O grupo percebe que sua atividade se interrelaciona com a do pescador, principalmente a partir da matéria-prima, o peixe, que forma uma cadeia produtiva ampliando a renda das famílias pescadoras e fortalecendo

o grupo em rede.

Na opinião de alguns pescadores, maridos e sócios da APPR, como Itamar Rodrigues da Silva, Valdício Barbosa dos Santos Filho, conhecido como Preto, Josinaldo Araújo Ribeiro e José da Lapa dos Santos, conhecido como Zé Carlos, o beneficiamento do pescado melhorou muito a vida das mulheres que antes ficavam mais em casa cuidando dos filhos e tecendo rede. Hoje elas têm seu meio de vida e veem o beneficiamento como uma forma delas terem uma renda à parte, independente do marido. Dessa forma facilitou a vida do pescador. Quem compra o peixe que eles pescam muitas vezes são elas e pagam melhor do que o depósito (atravessador). Agora o problema é que muitos não têm como vender, porque na maioria das vezes só pescam 10 quilos de peixe e vender a prazo não dá, porque o pescador vende a pescaria do dia pra comprar a feira e botar dentro de casa. Para eles, principalmente Zé Carlos e Preto, falta um capital de giro para amenizar a dificuldade que as mulheres enfrentam na hora da compra. Alguns conseguem vender a prazo porque entendem o trabalho do grupo. Por semana a APPR compra em torno de 200 quilos. Sobre a questão de que o peixe que a maioria dos pescadores pesca não é o mesmo que o grupo trabalha. Alguns pescadores, como Itamar e Preto, quando não conseguem pescar para elas, compram de outros pescadores a pescada e o tucunaré e passam pelo mesmo preço só pra facilitar o trabalho do beneficiamento, porque dizem saber da luta delas. E é um investimento que tem retorno para a associação e para a própria família. Como sócios, acompanham e sabem que a APPR só recebe do projeto depois que elas fazem a entrega da produção nas escolas, nas creches. Só recebem da CONAB e da prefeitura (PNAE) depois de organizar e enviar todas as notas e papelada preenchidas. Assim que é feito o depósito na conta é que conseguem pagar todos

os fornecedores, mas dizem que muitos nem procuram saber como funciona. Também veem a praticidade que os produtos beneficiados oferecem à vida das donas de casa, das merendeiras, do próprio pescador – que quando chega em casa e a mulher está nas reuniões ou no trabalho do beneficiamento é só descongelar, retirar da bandeja a linguiça ou o filé, temperar, fritar ou assar e fazer uma mistura. É o que garante o pescador Preto. Ele ainda diz que é um prato rápido e, no caso da sardinha, fazer uma mistura com cuscuz alimenta principalmente às crianças que vão à escola muitas vezes com um cafezinho fraco. E, independentemente das escolas e creches, há muita gente na rua que consome a sardinha e os outros produtos. Garantem que ouvem muitos elogios.

NOVOS SONHOS, NOVOS DESAFIOS: A VIDA NÃO PARA

A Associação está usando o momento da sistematização para levantar os desafios e perspectivas de atividades futuras. Por exemplo: o que fazer com o couro do pescado. Junto à entidade parceira, o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais, está identificando locais para realizar intercâmbio e a experiência ser multiplicada entre as pescadoras e seus filhos, que serão incentivados a participar.

Ampliar a comercialização dos produtos, não somente na cidade, mas também na região e futuramente em todo Brasil, é outro sonho. Para isso é preciso fazer estoque e ter um capital de giro. Para os pescadores, se a APPR garantir essa forma de trabalho melhora e muito a vida deles, porque não vão ficar submetidos aos atravessadores. Acreditam que assim o beneficiamento do pescado vai comprar mais, e claro, eles vão vender mais e por um preço justo, além da renda poder circular entre as famílias que fazem parte da APPR

garantindo um desenvolvimento sustentável.

AS LIÇÕES APREENDIDAS DURANTE A SISTEMATIZAÇÃO

“O conceito da sistematização. A importância de contar as experiências e não simplesmente a história. A diferença de nós mesmos contarmos, ao invés dos outros contarem. Estamos contando a nossa experiência e a contar o que aprendemos com a vivência”, ressalta Lucília.

“As mulheres tinham medo de falar. Antes esperavam por nós”, dizem Eliete, Lúcia e Lucília. Agora elas estão falando mais, continuam as três pescadoras. “Uma coisa que a gente aprendeu, desde que iniciou o processo de criação da APPR, é que ela não tem dono. Somos nós mesmas. As meninas começaram a sair e se dizer APPR. Aqui na sistematização todas desenharam, falaram, todas escreveram mesmo que alguém tenha colocado no papel a sua ideia, seu pensamento”, conclui Eliete.

“No início eu passei a ter vergonha porque queria dizer alguma coisa, mas não saía. Criei coragem. Estava escondida e agora não estou mais. Minhas colegas ficaram sabendo da minha história e eu as delas. Aprendi a falar mais, dialogar mais com as outras pessoas e saber chegar nos lugares sem receio de assumir que sou pescadora e dizer que faço parte da APPR, porque a gente é o que sabe do jeito da gente mesmo”, comentou Rosário.

“Foi muito bom parar para ouvir o dia a dia, as experiências, a história de cada uma e que antes a gente não conseguia, não percebia essa importância. Depois que fizemos a sistematização, a convivência entre o grupo melhorou bastante”, finaliza Lúcia.

Durante a sistematização as pescadoras abordaram a importância de aprofundar o conhecimento do grupo sobre economia solidária, pois mesmo que o trabalho seja desenvolvido nessa lógica, é necessário nivelar essa visão a partir de uma reflexão da própria prática apontando os desafios diários que precisam ser transformados em oportu-

Educadoras problematizadoras de apoio à sistematização: Lise Maria Braga Guimarães, Teresa Mattos e Alzira Medeiros (CFES-NE).

Participantes da Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso:

Eliete Cunha Damião, Ivete Rodrigues dos Santos, Veraneide Rodrigues dos Santos, Jane Alves dos Santos, Maria do Rosário Oliveira, Elenice Cunha Damião, Alcioneide Lopes da Costa, Tainara Cunha Batista, Lucília Freitas Nascimento Santos, Alcineide D. da Silva, Maria de Lourdes dos Santos, Maria Lúcia Freitas Nascimento, Marilucia dos Santos Costa, Irany da Silva dos Santos, Carmem Lúcia Moreira, Francinete Silva Feitosa, Eva Ribeiro Santos, Inácia Maria de Oliveira, Cássia Santos Silva, Maria de Fátima Lima, Francilene Santana da Silva, Domicé da Costa Silva, Josemária de Souza Silva, Dayane Nunes da S. Lima, Itamar Rodrigues da Silva, João Mendes Batista, Alberto Francisco dos Santos e Valdemir Tomaz dos Santos.

Esta obra foi composta na fonte Calisto MT, 12.
Impressa no parque gráfico da Gráfica São Mateus,
em maio de 2013.

